

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**  
**HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO**

**AS IDEIAS DE HERBERT SPENCER NOS MANUAIS DE HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO EM CIRCULAÇÃO NO BRASIL ENTRE O SÉCULO XX E OS  
PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XXI**

**LEONARDO BATISTA DOS SANTOS**

**UBERLÂNDIA-MG**  
**2023**

**LEONARDO BATISTA DOS SANTOS**

**AS IDEIAS DE HERBERT SPENCER NOS MANUAIS DE HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO EM CIRCULAÇÃO NO BRASIL ENTRE O SÉCULO XX E OS  
PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XXI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Décio Gatti Jr.

**UBERLÂNDIA-MG  
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

S237i Santos, Leonardo Batista dos, 1979-  
2023 As ideias de Herbert Spencer nos manuais de história da educação em circulação no Brasil entre o século XX e os primeiros anos do século XXI [recurso eletrônico] / Leonardo Batista dos Santos. - 2023.

Orientador: Décio Gatti Júnior.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2023.8045>  
Inclui bibliografia.

1. Educação. I. Gatti Júnior, Décio, 1967-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

---

CDU: 37

André Carlos Francisco  
Bibliotecário - CRB-6/3408



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação  
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 10/2023/353, PPGED				
Data:	Vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três	Hora de início:	14:30	Hora de encerramento:	19:30
Matrícula do Discente:	11913EDU027				
Nome do Discente:	LEONARDO BATISTA DOS SANTOS				
Título do Trabalho:	"As ideias de Herbert Spencer nos manuais de História da Educação em circulação no Brasil entre o Século XX e os primeiros anos do Século XXI"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"O Ensino de História da Educação em Perspectiva Comparada: formação de professores, programas de ensino e manuais disciplinares no Brasil e em Portugal (Séculos XIX e XX)"				

Reuniu-se, através do serviço de Conferência Web da Rede Nacional de Pesquisa - RNP (<https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/decio-gatti-junior-2>), da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores(as) Doutores(as): Ana Laura Godinho Lima - USP; Vivian Batista da Silva - USP; Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU; José Carlos Souza Araujo - UFU e Décio Gatti Júnior - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Décio Gatti Júnior, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

#### Aprovado

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Decio Gatti Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 02/03/2023, às 09:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Souza Araujo, Usuário Externo**, em 02/03/2023, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vivian Batista da Silva, Usuário Externo**, em 02/03/2023, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Laura Godinho Lima, Usuário Externo**, em 03/03/2023, às 21:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 10/03/2023, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4287751** e o código CRC **5A254CA0**.

*“E agora, o fim está próximo  
E então eu encaro o último ato  
Meu amigo, vou falar claro  
Vou expor meu caso, do qual estou certo  
Eu vivi uma vida completa  
Eu viajei por toda e qualquer estrada  
E mais, muito mais que isso  
Eu fiz do meu jeito  
Arrependimentos, tenho alguns  
Mas por outro lado, muito poucos para citar  
Eu fiz o que eu tive que fazer  
E continuei fazendo sem isenção  
Eu planejei cada curso traçado  
Cada passo cuidadoso ao longo da trilha  
E mais, muito mais que isso  
Eu fiz do meu jeito  
Sim, houve momentos  
Tenho certeza de que você soube  
Quando eu mordi  
Mais do que podia mastigar  
Mas acima de tudo  
Quando havia dúvida  
Eu devorei e cuspi  
Enfrentei tudo isso e continuei de pé  
E fiz do meu jeito  
Eu amei, ri e chorei  
Tive minhas conquistas, minha parte de perdas  
E agora, enquanto as lágrimas cessam  
Eu acho tudo isso tão divertido  
E pensar que fiz tudo aquilo  
E posso dizer, não de uma maneira tímida  
Oh não, oh não, não eu  
Eu fiz do meu jeito  
Pois o que é um homem, o que ele tem?  
Se não a si mesmo, então não tem nada  
Para dizer as coisas que ele sente de verdade  
E não as palavras de alguém que se ajoelha  
As lembranças mostram, eu assimilei os golpes e  
fiz do meu jeito”.*

*(My Way, Frank Sinatra – tradução livre)*

## AGRADECIMENTOS

Quando me propus a realizar essa tarefa, tinha a consciência que seria mais uma entre tantas outras que realizei em minha vida, e que inúmeras dificuldades se apresentariam prontamente. No entanto, o combustível necessário para continuar no caminho já estava dado, pois, somente através dos estudos é que consegui atingir algo mais próximo daquilo que pode ser considerado como o mínimo de uma vida digna.

Desde o ensino básico, passando pelas graduações, pelo mestrado e agora pelo doutorado, nada me foi facilitado, e no decorrer desse caminho e da minha própria existência alternei caminhadas solitárias e aquelas nas quais algumas pessoas estiveram presentes.

Meus agradecimentos são direcionados àquelas poucas pessoas que, cada uma à sua maneira, contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui.

À minha esposa Juliana, por seu amor e pela sua resiliência diante das dificuldades e que procura diuturnamente com todas suas forças me fazer acreditar que existe algo de positivo na vida.

A minha pequena Andressa, meu raio de sol, que em sua inocência plena e seu amor incondicional consegue me fazer buscar ser alguém melhor.

Agradeço a minha Mãe, Maria José, pelo esforço realizado no início de minha caminhada de estudos que foram fundamentais para seguir a trajetória que me trouxe até a finalização deste trabalho.

Agradeço aos professores Doutora Ana Laura Godinho Lima pelas valiosas considerações e anotações enviadas com sugestões de melhorias do texto e Doutor José Carlos de Araújo pela participação e orientações na banca de qualificação e pela generosidade no empréstimo de obras que foram utilizadas na execução deste trabalho de pesquisa.

Ao professor Doutor Décio Gatti Junior, pela orientação deste trabalho realizada sempre com excelência ímpar, pelo compartilhamento de conhecimento nas disciplinas cursadas durante o Mestrado e Doutorado, pela paciência, compreensão e parcimônia com as dificuldades neste período que se mostrou tão cheio de imprevisibilidades e, por fim, agradeço também pela disponibilidade das obras, sem as quais não seria possível a realização do trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho apresenta a análise das representações das ideias de Herbert Spencer nos manuais de História da Educação em circulação no Brasil entre o século XX e os anos iniciais do século XXI, o que incluiu os manuais com autores estrangeiros que foram publicados no Brasil no período de 1939 a 2010, bem como, dos manuais com autores brasileiros que foram publicados no Brasil entre 1914 e 2007. Iniciamos pela revisão da bibliografia de referência acerca do tema, bem como buscamos fundamentação teórica nas ideias de Chervel (1990); Chartier (1991, 1999) e Chopin (2004). A metodologia de investigação utilizada para a efetivação deste trabalho historiográfico consistiu na pesquisa bibliográfica, relacionando como fontes documentais os próprios manuais de História de Educação que totalizam 12 obras de autores estrangeiros e 33 obras de autores brasileiros. Além disso, utilizamos os livros de Herbert Spencer publicados a partir da segunda metade do século XIX contidos em sua denominada Filosofia Sintética. Elaboramos uma análise dos conceitos e categorias presentes na obra de Spencer e a representação destas nos manuais de História da Educação sob o enfoque de suas principais ideias como o Evolucionismo e; o papel da escola, com enfoque na hierarquização dos saberes e, sobretudo, da importância do ensino de Ciências.

**Palavras-chave:** História da Educação, Manuais Disciplinares, Herbert Spencer, Evolucionismo, Hierarquização de saberes; Ensino de Ciências.

## ABSTRACT

The present work presents the analysis of the representations of Herbert Spencer's ideas in the History of Education manuals in circulation in Brazil between the twentieth century and the early years of the twenty-first century, which included the manuals with foreign authors that were published in Brazil in the period from 1939 to 2010, as well as the manuals with Brazilian authors that were published in Brazil between 1914 and 2007. We started by reviewing the reference bibliography on the subject, as well as seeking theoretical foundation in the ideas of Chervel (1990); Chartier (1991, 1999) and Chopin (2004). The research methodology used for the realization of this historiographical work consisted of bibliographic research, relating as documentary sources the manuals of History of Education themselves, which total 12 works by foreign authors and 33 works by Brazilian authors. In addition, we use the books of Herbert Spencer published from the second half of the nineteenth century contained in his so-called Synthetic Philosophy. We elaborate an analysis of the concepts and categories present in Spencer's work and the representation of these in the History of Education manuals under the focus of his main ideas such as Evolutionism and; the role of the school, with a focus on the hierarchy of knowledge and, above all, the importance of science teaching.

**Keywords:** History of Education, Disciplinary Manuals, Herbert Spencer, Evolutionism, Hierarchy of knowledge; Science Teaching.

## RESUMEN

El presente trabajo presenta el análisis de las representaciones de las ideas de Herbert Spencer en los manuales de Historia de la Educación en circulación en Brasil entre el siglo XX y los primeros años del siglo XXI, que incluyeron los manuales con autores extranjeros que fueron publicados en Brasil en el período de 1939 a 2010, así como los manuales con autores brasileños que fueron publicados en Brasil entre 1914 y 2007. . Comenzamos revisando la bibliografía de referencia sobre el tema, así como buscando fundamentos teóricos en las ideas de Chervel (1990); Chartier (1991, 1999) y Chopin (2004). La metodología de investigación utilizada para la realización de este trabajo historiográfico consistió en la búsqueda bibliográfica, relacionando como fuentes documentales los propios manuales de Historia de la Educación, que suman 12 obras de autores extranjeros y 33 obras de autores brasileños. Además, utilizamos los libros de Herbert Spencer publicados a partir de la segunda mitad del siglo XIX contenidos en su llamada Filosofía Sintética. Se elabora un análisis de los conceptos y categorías presentes en la obra de Spencer y la representación de estos en los manuales de Historia de la Educación bajo el foco de sus ideas principales como el Evolucionismo y; el papel de la escuela, con un enfoque en la jerarquía del conocimiento y, sobre todo, la importancia de la enseñanza de las ciencias.

**Palabras clave:** Historia de la Educación, Manuales Disciplinarios, Herbert Spencer, Evolucionismo, Jerarquía del conocimiento; Enseñanza de las Ciencias.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Os três grupos de Ciência.....	33
<b>Quadro 2</b>	Ordem de atividades na vida dos homens por grau de importância.....	66
<b>Quadro 3</b>	Manuais de História da Educação analisados no percurso da investigação bibliográfica, sendo a primeira edição brasileira do ano de 1939 e a última do ano de 2010.....	81
<b>Quadro 4</b>	Textos que analisam as ideias de Herbert Spencer nos manuais de História da Educação traduzidos para o português e publicados no Brasil entre 1939 e 2010, com identificação e quantificação do número de páginas e referências dos títulos, subtítulos e tópicos e indicativo da porcentagem ocupada na obra das ideias e/ou referências à Spencer.....	83
<b>Quadro 5</b>	Manuais de História da Educação (Obras de “História Geral da Educação” e de “História da Educação Brasileira”) com autores brasileiros publicados no Brasil no período de 1914 a 2007.....	132
<b>Quadro 6</b>	Manuais de História da Educação com autores brasileiros publicados no Brasil, entre 1914 e 2007, com ano de publicação, número de páginas, títulos e subtítulos, tópicos e indicativo da porcentagem ocupada na obra das ideias e/ou referências à Spencer.....	136

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Divisão das ciências.....	32
---	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 - CONTEXTO HISTÓRICO, ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS IDEIAS DE HERBERT SPENCER .....</b>	<b>20</b>
<b>1.1. As ideias de Herbert Spencer: análise dos conceitos e categorias de análise em suas obras .....</b>	<b>20</b>
<b>1.2. A primazia da Ciência e as divergências e convergências entre Spencer e Comte.....</b>	<b>31</b>
<b>1.3 Estado, política, sociedade e indivíduo na filosofia spenceriana.....</b>	<b>43</b>
<b>1.4 Do evolucionismo ao Darwinismo social.....</b>	<b>53</b>
<b>1.5 A Educação em Herbert Spencer .....</b>	<b>62</b>
1.5.1 A influência da obra de Herbert Spencer no Brasil.....	72
<b>1.6 Considerações parciais.....</b>	<b>77</b>
<b>CAPÍTULO 2 - AS REPRESENTAÇÕES DAS IDEIAS DE HERBERT SPENCER NOS MANUAIS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PUBLICADOS NO BRASIL COM AUTORES ESTRANGEIROS NO PERÍODO DE 1939 A 2010.....</b>	<b>79</b>
<b>2.1 Os manuais de História da Educação com autores estrangeiros publicados no Brasil (1939-2010) .....</b>	<b>80</b>
<b>2.2 Herbert Spencer nos manuais de História da Educação com autores estrangeiros publicados no Brasil (1939-2010) .....</b>	<b>82</b>
<b>2.3 Manuais que não mencionam Herbert Spencer e/ou suas ideias.....</b>	<b>84</b>
2.3.1 A História da Educação de Roger Gal (1954) .....	85
2.3.2 A História da Educação de Mario Alighiero Manacorda (1989) .....	86
2.3.3 A Pedagogia, dirigida por Clermont Gauthier e Maurice Tardif (2010) .....	87
<b>2.4 Manuais que pouco mencionam ou mencionam indiretamente Herbert Spencer e/ou suas ideias.....</b>	<b>88</b>
2.4.1 Educação e Luta de Classes de Aníbal Ponce (1963) .....	88
2.4.2 A História da Pedagogia, Segundo Volume do Tratado das Ciências Pedagógicas, organizado por Maurice Debesse e Gaston Mialaret (1974) .....	92

<b>2.5 Manuais que mencionam diretamente Herbert Spencer e/ou suas ideias.....</b>	<b>95</b>
2.5.1 A História da Educação de Paul Monroe (1939) .....	95
2.5.2 A História da Pedagogia de Louis Riboulet (1951) .....	99
2.5.3 A História da Educação e da Pedagogia de Lorenzo Luzuriaga (1955) .....	105
2.5.4 A História da Pedagogia de René Hubert (1957) .....	108
2.5.5 A História da Educação Moderna de Frederick Eby (1962) .....	113
2.5.6 A História Geral da Pedagogia de Francisco Larroyo (1970) .....	119
2.5.7 A História da Pedagogia de Franco Cambi (1999) .....	124
<b>2.6 Considerações parciais .....</b>	<b>129</b>

### **CAPÍTULO 3 - AS REPRESENTAÇÕES DAS IDEIAS DE HERBERT SPENCER NOS MANUAIS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO COM AUTORES BRASILEIROS PUBLICADOS NO BRASIL NO PERÍODO DE 1914 A 2007.....131**

<b>3.1 Herbert Spencer nos manuais de História da Educação com autores brasileiros publicados no Brasil (1914-2007) .....</b>	<b>136</b>
<b>3.2 Manuais que não mencionam Herbert Spencer e/ou suas ideias.....</b>	<b>140</b>
3.2.1 Synthese de uma História da Educação no Brasil de Hélio Vianna (1935) .....	141
3.2.2 História da Educação de Raul Briquet (1946) .....	142
3.2.3 Primórdios da Educação no Brasil de Luiz Alves de Mattos (1958) .....	144
3.2.4 História da Educação Lusobrasileira de Tito Livio Ferreira (1966) .....	145
3.2.5 História da Educação Brasileira de José Antonio Tobias (1972) .....	146
3.2.6 Estórias da Educação No Brasil: De Pombal a Passarinho de Lauro de Oliveira Lima (1974) .....	148
3.2.7 História da Educação Brasileira: A Organização Escolar de Maria Luisa Santos Ribeiro (1978) .....	149
3.2.8 História da Educação no Brasil de Otaíza Oliveira Romanelli (1978) .....	150
3.2.9 Filosofia e História da Educação de Claudino Piletti e Nelson Piletti (1985) .....	151
3.2.10 Educação Brasileira: 500 Anos de História (1500-2000) de Arnaldo Niskier (1989) .....	152
3.2.11 Pequena História da Educação Brasileira de Jair Fonzar (1989) .....	153
3.2.12 História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação de José Ricardo Pires de Almeida (1989) .....	154
3.2.13 História da Educação de Paulo Guiraldelli Jr (1990) .....	155

3.2.14 História da Educação de Nelson Piletti e Claudino Piletti (1991) .....	156
3.2.15 História da Educação: A Escola no Brasil de Maria Elizabete Xavier, Maria Luisa Ribeiro e Olinda Maria Noronha (1994) .....	157
3.2.16 História da Educação no Brasil de Nelson Piletti (1990) .....	158
3.2.17 Filosofia e História da Educação Brasileira de Paulo Guiraldelli (2002) .....	159
3.2.18 História da Educação Brasileira de Paulo Guiraldelli (2005) .....	160
3.2.19 História da Educação de Cynthia Greive Veiga (2007) .....	161
3.2.20 Evolução Histórica do Ensino no Brasil (1752-1930) de Bento C. Freitas (s/d).....	163
<b>3.3 Manuais que pouco mencionam ou mencionam indiretamente Herbert Spencer e/ou suas ideias.....</b>	<b>164</b>
3.3.1 Pequena História da Educação de Rui Ayres Bello (1961) .....	164
3.3.2 Cultura e Educação Brasileiras de Ângelo Salvador (1974) .....	165
3.3.3 História e Filosofia da Educação de Dulcineia A. N. Almeida e Yvete G. T. Romano (1986) .....	167
<b>3.4 Manuais que mencionam diretamente Herbert Spencer e/ou suas ideias .....</b>	<b>168</b>
3.4.1 História da Pedagogia de René Barreto (1914) .....	168
3.4.2 Noções de História da Educação de Júlio Afrânio Peixoto (1933) .....	172
3.4.3 Educação: História da Pedagogia. Problemas Actuaes das Madres Francisca Peeters e Maria Augusta de Cooman (Religiosas de Santo André) (1936) .....	175
3.4.4 Lições de História da Educação de Aquiles Archêro Júnior (194?) .....	178
3.4.5 História da Educação de Bento de Andrade Filho (1941) .....	180
3.4.6 Noções de História da Educação de Theobaldo Miranda Santos (1945) .....	183
3.4.7 História da Educação através dos Textos de Maria Glória de Rosa (1971) .....	187
3.4.8 História da Educação de Thomas Ransom Giles (1987) .....	190
3.4.9 História da Educação de Maria Lúcia Arruda Aranha (1989) .....	192
3.4.10 História da escola em São Paulo e no Brasil de Maria Luiza Marcílio (2005) .....	194
<b>3.5. Considerações parciais .....</b>	<b>195</b>
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	 <b>198</b>
 <b>REFERÊNCIAS.....</b>	 <b>210</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa insere-se na área de Educação, subárea de História da Educação, na temática da História Disciplinar da História da Educação, cujo objeto é a forma como as ideias de Herbert Spencer foram representadas nos manuais de História da Educação em circulação no Brasil no século XX e anos iniciais do século XXI, com autores estrangeiros publicados no Brasil no período de 1939 a 2010 e com autores brasileiros publicados no Brasil no período de 1914 a 2007.

O recorte temporal é delimitado inicialmente pelo ano de 1914, em que ocorre a publicação do primeiro manual de História da Educação de um autor brasileiro que teve sua circulação no Brasil, intitulado “História da Pedagogia” de Renê Barreto e o limite final representado pelo ano de 2010 relaciona-se à publicação do último manual analisado de autoria de um autor estrangeiro com o título de “A Pedagogia” de Gauthier; Tardif,.

Para acesso as fontes e objetos de pesquisa fez-se necessário obter diretamente as obras que seriam analisadas e para tanto buscamos adquirir aqueles disponíveis para comercialização junto a livrarias físicas, arquivos digitais, além da pesquisa em bibliotecas públicas, contando ainda com empréstimos de obras que não conseguimos obter por meios comerciais ou nas bibliotecas públicas.

Ressaltamos que nesse aspecto, passamos por percalços não previstos quando da proposta inicial de realização desta tarefa, pois atravessamos o período de restrições inerentes as medidas de emergência adotadas em virtude da pandemia de Covid-19, de alcance mundial e que afetou sobremaneira tanto o cronograma previsto inicialmente no projeto de pesquisa, quanto a própria aquisição das obras necessárias para o estudo restou prejudicada, uma vez que as bibliotecas foram fechadas por longo período de tempo para acesso ao público, o mesmo ocorrendo com as lojas físicas e até mesmo as obras adquiridas por meio de compras virtuais sofreram cancelamento e atrasos em suas entregas, sendo que em relação à algumas obras não encontradas pelos meios aqui mencionadas, só foram possíveis de serem integradas ao presente trabalho porque foram gentilmente cedidas por professores do programa de Pós Graduação.

A fundamentação teórica presente neste trabalho é dada pelas categorias de análise presentes em Chervel (1990), Chartier (1991, 1999) e Chopin (2004). A partir do contexto de um estudo sobre a história disciplinar da História da Educação, encontramos nos

estudos conduzidos por Chervel (1990), a importância dada aos manuais de História da Educação que é demonstrada a partir da análise dos mesmos como fontes de pesquisa e que contribuem sobremaneira para a história das disciplinas escolares por meio das “finalidades às quais eles estão designados e com os resultados concretos que eles produzem (CHERVEL, 1990, p. 187).

Ainda sob esta perspectiva, em relação a importância dos estudos dos manuais de História da Educação, estes podem ser considerados “objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos que podem ser investidos e as aproximações às quais são suscetíveis” (CHARTIER, 1999b, p. 8).

Segundo Chopin (2004) a historiografia ainda é recente naquilo que tange ao uso dos livros didáticos, entre os quais incluímos os manuais de História da Educação, apresentando as peculiaridades que envolve a utilização dos mesmos ora como fontes, ora como objetos de pesquisa. Afirma Chopin que

após ter sido negligenciado, tanto pelos historiadores quanto pelos bibliógrafos, os livros didáticos vêm suscitando um vivo interesse entre os pesquisadores de uns trinta anos para cá. Desde então, a história dos livros e das edições didáticas passou a constituir um domínio de pesquisa em pleno desenvolvimento, em um número cada vez maior de países (CHOPIN, 2004).

A problemática central que anima a presente investigação está ancorada na análise das diversas representações que podem existir nas interpretações sobre as ideias de Herbert Spencer apresentadas nos diferentes manuais de História da Educação ao longo do tempo e apresentar a filosofia spenceriana ante a ausência de estudos específicos sobre a forma tomada pelas ideias do filósofo britânico nos manuais de História da Educação.

Para tanto, há uma série de questões específicas que estão a merecer nossa atenção, a saber: Qual o contexto histórico e a especificidade das ideias sobre sociedade e sobre educação de Herbert Spencer? Que manuais de História da Educação com autores estrangeiros traduzidos e publicados no Brasil abordaram as ideias de Herbert Spencer? Quem eram os autores destes manuais de História da Educação, quanto a sua nacionalidade, referências teóricas e instituições as quais estavam vinculados? Quais os manuais de História da Educação com autores brasileiros que abordaram as ideias de Herbert Spencer? De que maneira foram tomadas as ideias de Herbert Spencer nos manuais de História da educação analisados? Seria possível assinalar uma tipologia interpretativa sobre as ideias de

Herbert Spencer decorrente da análise dos manuais de História da Educação? Alguma obra ou ideia de Spencer foi mais abordada nos manuais de história da educação? Spencer foi considerado um autor relevante no contexto da educação?

De modo geral, o objetivo da presente investigação esteve vinculado à percepção da forma como as ideias de Herbert Spencer foram tomadas nos manuais de História da Educação em circulação no Brasil entre o Século XX e os anos iniciais do Século XXI. Em termos específicos, busca-se: a compreensão das ideias de Herbert Spencer, com a consideração do contexto histórico da época de sua produção e priorizando os elementos sócio educacionais nelas contidos; a análise dos manuais de História da Educação quanto às suas edições originais, com referências à gênese, conteúdo e o contexto histórico de produção e publicação, bem como, com a apreensão do perfil dos autores destes manuais quanto à sua nacionalidade, referências teóricas e conceituais, trajetória intelectual e sua importância para o estudo e desenvolvimento da História Disciplinar da História da Educação; a apreensão da forma como os diversos autores dos manuais de História da Educação se apropriaram das ideias de Herbert Spencer, buscando definir blocos interpretativos e se há entre eles aproximação ou distanciamento quanto à importância dada às ideias de Spencer no âmbito da história da Educação e ao mesmo tempo, ao demonstrar a existência de estudos e pesquisas sobre as ideias educacionais de Herbert Spencer, como estas são tomadas na fundamentação de diversas teorias educacionais e comportamentais, servindo ainda como base para o desenvolvimento de políticas e projetos educacionais.

A hipótese inicial levantada nesta pesquisa reside na expectativa da relevância conferida às ideias de Herbert Spencer nos manuais de História da Educação analisados, em face da quantidade de obras que citam as ideias do filósofo britânico e como a representação de suas ideias pode ter ocupado espaço considerável nestas obras e como elas foram consideradas pelos respectivos autores no âmbito da História da Educação, pois “a escrita feita nos manuais é uma importante referência de pesquisa, por desvelar as formas como a História da Educação era concebida e ensinada nas décadas passadas, permitindo identificar as marcas que definem a gênese do campo (ROBALLO, 2012, p. 42).

Realizamos neste trabalho uma revisão da literatura e sob este aspecto buscamos tomar conhecimento das produções já existentes que versem sobre o tema de pesquisa eleito. Assim, no que tange a representação de ideias de teóricos educacionais em manuais de História da Educação citamos e utilizamos como fontes de pesquisa os trabalhos: “Educação, sociedade e democracia: John Dewey nos manuais de

História da Educação e/ou Pedagogia (Brasil, Século XX)” (GATTI JR; LIMA, 2019); As Ideias de Durkheim nos Manuais de História da Educação: cientificidade e moralidade laica na vida social e na escola (GATTI; SILVA, 2019) e “As ideias de Rousseau nos manuais de História da Educação com autores estrangeiros publicados no Brasil (1939-2010)” (GATTI JR, 2014).

Acerca de trabalhos que analisam Herbert Spencer, suas ideias e obras, a literatura que levantamos neste trabalho e que serviram como fontes de pesquisa constam de artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas por diversos autores brasileiros e estrangeiros, entre os quais citamos os trabalhos intitulados: “A Filosofia de Herbert Spencer” (DURANT, 1981); “Herbert Spencer: da Divergência ao Evolucionismo. Uma Educação para a Modernidade” (ROCHA, 2000); “Herbert Spencer e o atual ensino de ciências” (KULESZA, 2006); “Conhecimento, Evolução e Complexidade na Filosofia Sintética de Herbert Spencer” (BAIARDI, 2008); “Herbert Spencer e os princípios dirigentes da educação intelectual” (MENDONÇA, 2013); “Evolucionismo Spenceriano: Concepções de Progresso, Estado e Educação” (LUCAS, 2019) e “A Influência do pensamento de Herbert Spencer em Rui Barbosa: A ciência na criação da escola pública brasileira” (LUCAS 2019).

O estudo destas fontes, sob o aporte da referência teórico metodológica nos permitiu a efetivação do trabalho historiográfico em consonância com a definição do objeto de pesquisa, uma vez que para a construção do mesmo, com vistas a atingir os objetivos desejados, “depende, de um lado, da formação da experiência, da criatividade e dos valores do pesquisador e, de outro, da existência e do acesso às fontes” (BUFFA E NOSELLA 2009, p. 56).

Portanto, a importância da pesquisa, bem como seu ineditismo, resta evidenciada ao tratar da forma tomada pelas ideias de Spencer nos manuais de História da Educação, como suas ideias foram representadas e apropriadas pelos respectivos autores destes manuais, cuja importância se reflete ao fato de que a formação de professores no Brasil e mesmo no exterior esteve ancorada neste tipo de material. Assim, os manuais de História da Educação

contribuem para a história das práticas e do pensamento educativos, como também para a historiografia da educação, por serem reveladores de projetos de formação social. Com conteúdos repletos de representações e valores predominantes em um determinado período e contexto, tornam-se anunciadores de marcas culturais que vinculam concepções pedagógicas, saberes e dimensões simbólicas (ROBALLO, 2012, p. 36).

As obras referentes aos manuais de História da Educação foram utilizadas como fontes e objetos de pesquisa e nesse intuito, no escopo de analisar as abordagens nestes manuais, trazemos à fundamentação uma categoria de análise de Roger Chartier (1991), que nos dará sustentação na compreensão do trabalho de como um autor e por consequência sua produção, podem ser interpretados em face do olhar de outros autores que se debruçam sobre a pesquisa científica e acabam por dar conotações diversas sobre os trabalhos analisados. Nessa direção,

A apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Assim, voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (na relação de leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as ideias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas (CHARTIER, 1991).

Quantos aos procedimentos metodológicos, trazemos as categorias de análise presentes em Chervel (1990) pois neste trabalho incluímos leituras sobre História Disciplinar e manuais disciplinares, e necessário se faz contemplar a relação da história das disciplinas que possui relação com as

“finalidades às quais eles estão designados e com os resultados concretos que eles produzem. Trata-se então, para ela de fazer aparecer a estrutura interna da disciplina, a configuração original à qual as finalidades deram origem, cada disciplina dispondo, sobre esse plano, de uma autonomia completa, mesmo se analogias possam se manifestar de uma para a outra.” (CHERVEL, 1990, p. 187).

Nessa perspectiva, a metodologia de investigação para a efetivação do trabalho historiográfico, assim disposta, que buscou por alcançar os objetivos propostos na definição do objeto de pesquisa, inclui a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, relacionando como fontes documentais os manuais de História de Educação com autores estrangeiros (1939-2010) e brasileiros (1914-2007) publicados no Brasil, bem como as obras de Herbert Spencer como fontes primárias e a produção bibliográfica existente sobre o tema como fontes secundárias.

No decorrer do desenvolvimento do trabalho apresentamos as obras referentes aos Manuais de História da Educação que foram trabalhadas como fontes e objetos de pesquisa, nas quais, após sua análise, apontamos a existência de referências às ideias de Herbert Spencer e como estas ideias são tratadas por cada autor nestas fontes de pesquisa,

As obras analisadas de autoria de Herbert Spencer estão contidas no denominado Sistema de Filosofia Sintética por meio do qual vislumbramos suas concepções de Estado, sociedade, política e indivíduo e sob o aspecto de suas teorias educacionais abordaremos como o autor britânico expõe suas ideias acerca da hierarquização dos saberes, da primazia das ciências na educação, como o mesmo refuta o papel do Estado na vida em sociedade e sobretudo no ensino e como toda sua teoria é fundamentada nas premissas contidas no evolucionismo baseado na passagem do homogêneo ao heterogêneo.

Na apresentação dos resultados da pesquisa realizada e na perspectiva do alcance dos objetivos delineados, organizamos a estrutura do trabalho em três capítulos.

No primeiro capítulo intitulado “Contexto histórico, elaboração e divulgação das ideias de Herbert Spencer” são apresentadas as ideias filosóficas de Herbert Spencer, seus conceitos e categorias de análise em suas obras na abordagem sobre Estado, política, sociedade, indivíduo e a análise de sua filosofia no campo educacional.

Apresentamos neste capítulo, por meio da análise das obras de autoria de Spencer, assim como de sua representação sob os demais autores que versam sobre a filosofia spenceriana, as principais teorias que fundamentam seus estudos, entre as quais o evolucionismo, hierarquização dos saberes, a importância das ciências e de seu ensino.

Na sequência do trabalho nos capítulos subsequentes apresentamos os Manuais de História da Educação publicados no Brasil no decorrer do século XX e início do século XXI, e na disposição dessas fontes escolhemos a divisão dos capítulos entre manuais estrangeiros e nacionais, sendo esta forma uma maneira de organizar o texto, partindo do contexto geral representado por obra de autores estrangeiros traduzidos e publicados no Brasil, ao mais específico representado por autores brasileiros já escritos originariamente em língua portuguesa.

No segundo capítulo, intitulado “A representação das ideias de Herbert Spencer nos manuais de História da Educação publicados no Brasil com autores estrangeiros no período de 1939 a 2010”, apresentamos os manuais de História da Educação com autores estrangeiros traduzidos e publicados no Brasil no período de 1939 a 2010, abordando sua gênese, seu conteúdo e contexto histórico de sua produção, com as referências teóricas,

conceituais e trajetória intelectual de seus autores e como foram tomadas as ideias de Herbert Spencer nas obras em referência.

O terceiro capítulo, apresentado sob o título “As ideias de Herbert Spencer nos manuais de História da Educação com autores brasileiros publicados no Brasil no período de 1914 à 2007”, a produção intelectual de Herbert Spencer é analisada a partir de sua representação e apropriação pelos autores brasileiros de manuais de História da Educação publicados no Brasil com início no ano de 1914 e findando no ano de 2007, por meio do qual apresentaremos a gênese, o conteúdo e o contexto histórico de produção e referências teóricas, conceituais e trajetória intelectual de seus autores.

Nas considerações finais apresentamos os resultados da pesquisa, com a análise das representações das ideias de Herbert Spencer nos manuais de História da Educação de autores estrangeiros traduzidos no Brasil e de autores brasileiros, ambos no decorrer do século XX e início do século XXI, abordando a visão destes autores em relação a presença da filosofia spenceriana e sua relevância no âmbito da educação, também apresentamos na parte final deste trabalho a retomada dos problemas de pesquisa, com a confirmação, refutação e modificação das hipóteses inicialmente levantadas.

Ao apresentar os resultados da investigação, almejamos assim, incluir este trabalho de pesquisa no rol de trabalhos produzidos no âmbito da História da Educação, contribuindo para a ampliação dos trabalhos historiográficos neste campo de estudos, sobretudo, conferindo-lhe importância em relação a análise dos manuais de História da Educação, com ênfase nas ideias de teóricos que pensaram a educação nas suas mais variadas vertentes e em diferentes contextos históricos.

## CAPÍTULO 1

### CONTEXTO HISTÓRICO, ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS IDEIAS DE HERBERT SPENCER

Neste primeiro capítulo, apresentamos as ideias presentes na produção intelectual de Herbert Spencer, destacando o contexto histórico da produção de suas obras, os conceitos e categorias de análise elaborados, por meio da passagem do homogêneo para o heterogêneo, a primazia das ciências, as bases do darwinismo social e de sua aplicação a respeito do indivíduo e da sociedade.

A respeito da educação em Spencer serão abordados os principais aspectos de suas teorias socioeducativas, concernente a hierarquização dos saberes defendidos por ele, o papel da escola e do Estado na educação com fundamento nas ideias desenvolvidas pelo autor e os elementos trazidos por ele para a compreensão de suas obras produzidas na segunda metade do século XX.

#### **1.1 As ideias de Herbert Spencer: análise dos conceitos e categorias de análise em suas obras**

Herbert Spencer, filósofo britânico, nasceu em Derby (1820) e faleceu em Brighton (1903). Seu pai era professor e que lhe orientou quanto à observação das coisas ofertando a Spencer uma educação infantil essencialmente doméstica, sendo confiado mais tarde aos cuidados de um tio, o qual era pastor anglicano, sendo que “de ambos os lados seus ancestrais eram dissidentes e muito cedo manifestou propensão pelo estudo da natureza, e, durante muitos anos, a sua preocupação predileta foi colecionar insetos. Os pais de Spencer, a princípio metodistas, converteram-se depois à seita dos “quakers” (DURANT, 1981, p. 17).

Herbert Spencer trabalhou por muito tempo na construção de ferrovias no ofício de engenheiro civil, no entanto “a partir de uma experiência como professor, em 1837, Spencer iniciou suas reflexões sobre a educação” (LUCAS, 2010, p. 02), e na segunda metade do século XIX, entre 1850 e 1890, expôs suas ideias em uma vasta obra cujo conjunto foi denominado pelo próprio autor de “System of Synthetic Philosophy (Sistema de Filosofia Sintética). Nesse Sistema de Filosofia Sintética estão presentes toda sua obra

e seus conceitos teóricos que são a base da filosofia spenceriana: “*First Principles* (1862) (Primeiros Princípios), *Principles of Biology*, 2 vols. (1864, 1867) (Princípios de Biologia), *Principles of Sociology*, 3 vols. (1876, 1882, 1896) (Princípios de Sociologia), *Data of Ethics* (1879), *Principles of Ethics*, 2 vols. (1892, 1893). *Education* (1861) (Educação), *The Man versus the State* (1884) (O Indivíduo Contra o Estado), e *Autobiography*, publicado no ano seguinte ao de sua morte (1904)” (JAPIASSÚ e MARCONDES, 1991, p. 178).

A vida de Spencer girou toda em torno do trabalho e da reflexão. Assim, esse escritor deixou-nos uma obra volumosa, que, com razão, considerava como sua missão ultimar, conseguindo-o, aliás, em 1896, com a enorme satisfação de um dever cumprido. A obra de Herbert Spencer é, sobretudo, de caráter filosófico. Gênio enciclopédico, tudo compendiou e abrangeu nos seus escritos. O seu nome acha-se ligado indissolavelmente a teoria da evolução ou evolucionismo, escola que ainda hoje encontra prosélitos mais ou menos disfarçados. Na Sociologia, foi organicista. A maior glória de Spencer consiste em haver estabelecido uma sucessão perfeita, sem hiatos, entre os vários reinos da natureza e o reino humano ou social, sem o qual seria impossível existir a própria ciência. Em nossos dias, a vasta literatura Spenceriana ainda é atual. Sua leitura atenta predispõe o espírito para largos voos no campo da especulação científica, não se falando do rico manancial nela pacientemente acumulado por esse gênio fecundo. (MEJERE, 1891, p. 02)

O contexto histórico da vida e obra de Herbert Spencer, reside nos acontecimentos do século XIX, em que os efeitos oriundos da Revolução Industrial, nascida dos avanços científicos com vistas a maior produtividade e efetividade da força de trabalho na sociedade industrial.

O facto fundamental que caracteriza a determina a sociedade nos começos do século XIX é a indústria. Da indústria esperava-se a realização das potencialidades e ideia do homem da organização científica do trabalho que ela proporciona esperava-se a organização da sociedade e o processo industrial, com a sua ideologia, estava destinado a constituir o fator integrador da nova ordem social. Como escreve Saint-Simon: a sociedade como um todo baseia-se na indústria. A indústria é o único garante da sua existência e a única fonte de riqueza e prosperidade. O estado de coisas mais favorável à indústria é, por conseguinte, o mais favorável à sociedade (CORDON & MARTINEZ, 1983, p. 22-23).

Cumprir destacar que igualmente relevante foram os problemas sociais e econômicos que se agravaram ou foram advindos dessas transformações, que também se tornaram centrais nos debates filosóficos e no âmbito da discussão do campo da teoria

social, que passou ainda a ser permeado pela ideia do evolucionismo que se apresentava como uma reviravolta no conceito de mundo até então muito influenciado e ordenado pelos preceitos criacionistas, sendo que cada vez mais as ciências tomam o protagonismo histórico na explicação da vida em sociedade.

A novidade que o século XIX trouxera, foi a incorporação da história na natureza. Através das ideias de evolução e que o determinismo presente no mundo natural seria o mesmo que rege o desenvolvimento da humanidade. A esta foi dado estágios de desenvolvimento. Todos buscavam assim descobrir a lei que rege o progresso, que determina a evolução. Em Comte ela estava na forma da lei dos três estados; em Darwin e Haeckel, ela estava na aptidão à sobrevivência; em Spencer na evolução do homogêneo para o heterogêneo (VITAL, 2015, p. 105).

Herbert Spencer passou, a partir das suas ideias, a ter um grande destaque, no mundo intelectual, sendo que “a relevância intelectual do teórico repousa, indubitavelmente, na independência de pensamento, a qual se revelou através do raciocínio isento de grilhões religiosos ou de recurso ao transcendente na elaboração das suas teorias (ROCHA, 2000, p, 46).

Ao mesmo tempo, também era “um filósofo singular que nada deve às universidades- que nunca frequentou- nem ao chamado ensino clássico, que nunca recebeu. Spencer é apontado como um argumento decisivo contra os que subordinam ao ensino clássico toda a disciplina mental e toda capacidade dum labor verdadeiramente sistemático” (E.S, 1939, p. 7).

As críticas a Spencer se davam em grande parte também devido a não possuir formação acadêmica em nenhuma universidade. Em suas obras também era observado que não havia uma preocupação do autor em destacar ou em alguns casos, sequer se dava ao dispêndio da leitura de contribuições de outros intelectuais a respeito do tema que tratava em cada um de seus estudos.

Spencer escreveu seu primeiro livro, *Estática Social* sem ter lido nenhum tratado ético além de um velho e agora esquecido livro de Jonathan Dymond. Quando escreveu sua *Psicologia* lera apenas Hume, Mansel e Reid. *Biologia* foi escrito após ter lido somente a *Fisiologia Comparativa*, de Carpenter (e não a *Origem das Espécies*). Sua *Sociologia* ignorava Comte e Tylor. Sua ética desconhecia Kant, Mill, e todos os outros moralistas, afora Sedgwick (DURANT, 1981, p. 20).

Em muitas oportunidades foi apontado como um autor que padecia de falta de originalidade, no entanto,

Spencer conquistou a notoriedade e o reconhecimento do meio intelectual vitoriano nos campos aos quais se dedicou, em virtude de revelar uma riqueza doutrinária e conceptual considerada exclusiva. A sua relevância resultou, assim, tanto da amplitude da filosofia por ele edificada, como do contributo facultado a áreas como a biologia, a sociologia, a psicologia ou a antropologia finisseculares. Classificado por muitos como um segundo Newton, teve várias obras editadas e vendidas em inúmeras línguas, com excepcional resposta por parte do público, em países dos cinco continentes. Apesar de ter desenvolvido o trabalho fora das academias e de se encontrar amiúde em confronto com o espírito académico, muitas honras lhe foram concedidas por entidades universitárias, científicas e governamentais, porém, o espírito independente levou-o a declinar a maior parte. Grande número dos modelos, ideias, conceitos e teorias por ele defendidos e propostos, como reformas essenciais ao acompanhamento da mudança dos tempos e a bem da prosperidade e do progresso, fazem atualmente parte integrante da sociologia e da filosofia modernas (ROCHA, 2000, p. 39-40).

Seus trabalhos contribuíram para diversas áreas de conhecimento, como antropologia, economia, ética, religião, psicologia, além da sociologia, filosofia e literatura, sendo que no fim do século XIX e nos anos iniciais do século XX, despontou como um aguerrido defensor do estudo científico, cuja “influência era então maior do que qualquer outro no mundo” (HOBSBAWM, 1987, p. 262).

Assim, se situa na esteira da emergente influência de intelectuais e representantes da ciência no mundo ocidental que se destacaram por meio de estudos e descobertas nas mais variadas áreas do conhecimento.

Newton e Herschel haviam trazido as estrelas à Inglaterra, Boyle e Davy tinham aberto os tesouros da química. Faraday realizava as descobertas que iriam eletrificar o mundo. Rumford e Joule demonstravam a transformabilidade e equivalência da força e a conservação da energia. As ciências atingiam um tal grau de complexidade, que uma síntese se fazia necessária. Mas acima de todas essas influências intelectuais, que agitavam a Inglaterra na juventude de Herbert Spencer, estava a teoria da evolução. A ciência desenvolvia essa doutrina em plano internacional. Kant falara na possibilidade dos macacos, se transformarem em homens; Goethe escrevera sobre a metamorfose das plantas; Erasmo, Darwin, e Lamarck propuseram a teoria de que as espécies haviam evoluído desde as formas mais simples pelo processo de seleção. E, em 1830, Sr. Hilaire chocou a Europa e alegrou o velho Goethe, quando quase triunfou sobre Cuvier, naquele famoso debate sobre a evolução (DURANT, 1981, p. 14-15).

Na efervescência dos idos do século XIX, na análise das ideias de Herbert Spencer, presentes em suas obras, verifica-se as influências fundamentais de Auguste Comte e Charles Darwin, no que concerne as convergências e divergências em relação às

ideias dos mesmos, mas buscando uma ideia de continuidade das teorias já levantadas pelos citados autores. Para Herbert Spencer,

a filosofia é o saber totalmente unificado, e na evolução deve buscar-se a lei fundamental do universo. O primeiro estado universal é massa homogênea, informe confusa. É a fase nebulosa, que se diferencia pela condensação, que dá origem ao sistema planetário em que a Terra se integra, inicialmente em estado ígneo. Pela marcha contínua do homogêneo para o heterogêneo, os seres tornam-se cada vez mais diferenciados e complexos. A sua existência, relacionada com os meios de conservação, desenvolve-se submetida a permanente luta, em que triunfam os mais aptos (SPENCER, 1939, p. 8-9).

Neste norte, Spencer, buscou na base de suas teorias, desenvolver categorias de análise relacionados ao desenvolvimento de diversos conceitos tais quais destacamos como evolução, Estado, sociedade e indivíduo, hierarquização de saberes, pois segundo Spencer, “ a evolução é um progresso e, além do mais, um progresso necessário que, no que se refere ao homem, terminará só com a maior perfeição e a mais completa felicidade” (SPENCER citado em ABBAGNANO, 1970, p. 376).

Sempre fundamentando suas teorias no estudo das ciências com ênfase na biologia, buscou explicar os problemas sociais e econômicos de acordo com os princípios do liberalismo e pensando o organismo social em consonância com o modelo de funcionamento de um organismo individual.

Esse autodidata, vangloriando-se de jamais se ter instruído nos livros e de ter sido apenas um colecionador de fatos, elabora uma doutrina com três pontos essenciais: a) a teoria do incognoscível, tentando mostrar que a ciência e a religião podem reconciliar-se no reconhecimento do incognoscível; b) teoria da evolução; c) a teoria do organicismo em sociologia. Defende sua teoria geral conhecida como organicismo (JAPIASSÚ e MARCONDES, 1991, p. 228).

Ainda nesse sentido,

Não satisfeito com o estudo aprofundado das questões, Spencer partiu para a construção de uma teoria unificadora do conhecimento, por acreditar na possibilidade de todos os aspectos do pensamento poderem ser conjugados num sistema coerente e interligado. Ao arquitetar esse plano filosófico coligativo do saber, a partir do conceito de «evolução», conquistou a respeitabilidade dos pares. Todavia, não se revelando um intelectual de cariz inovador em muitas das matérias em que se debruçou, imprimiu, apesar de tudo, um cunho pessoal, muito apreciado pelos leitores, na defesa dos seus ideais que oportunamente captaram e veicularam o espírito da era vitoriana, então permeável às inovações do progresso sentidas como benéficas. Thomas Henry Huxley, outro

proeminente defensor do estudo científico, como já se referiu, e com quem tinha relações estreitas, considerá-lo-ia um pensador singular pela determinação empregue na conjectura e na defesa de ligações entre todas as formas do conhecimento. Inegável seria também a magnitude de Spencer como divulgador da ciência, apesar de não ter sido, *stricto sensu*, um cientista, mas antes um panegirista e pensador sobre os meandros da ciência. Ainda que, com frequência, os críticos lhe apontassem a falta de originalidade, Spencer conquistou a notoriedade e o reconhecimento do meio intelectual vitoriano nos campos aos quais se dedicou, em virtude de revelar uma riqueza doutrinária e conceptual considerada exclusiva (ROCHA, 2000, p. 39).

Observamos uma relação intrínseca nas concepções do autor entre o biológico e o sociológico, sendo que desenvolveu o seu trabalho de modo focado no evolucionismo social. Formulou alguns pressupostos quanto à teoria da evolução desde o cosmos, dos organismos vivos até chegar ao ser humano, que de modo finalístico acabou por concluir, segundo ele, de maneira inequívoca, que as análises acerca dos pressupostos que eram aplicáveis à natureza também seriam pertinentes de igual modo a ser aplicados à história da cultura humana. Essa ideia de Spencer,

se funda essencialmente em uma visão realista, a qual considera que a evolução se dá objetivamente, independente da presença de sujeitos ou observadores, e que atribui valores de verdade para suas leis gerais, como na transformação do homogêneo em heterogêneo. [...] acredita que suas teses gerais abrem caminho para uma ciência positiva da mente, fundamentada em leis naturais e privilegiando aspectos fisiológicos em detrimento dos metafísicos. Spencer apresenta com certa regularidade argumentos a favor do realismo enquanto contraposto ao idealismo (BAIARDI, 2008, p. 31).

Nesse contexto, desenvolveu um sistema filosófico denominado evolucionismo spenceriano, que se apresenta como um modelo que dá “ênfase à evolução social, ou seja, a mudança social que ocorre de maneira gradual e cumulativa (“evolução” por oposição a “revolução”) e é determinada essencialmente a partir de dentro (processo “endógeno” por oposição a “exógeno”) (BURKE, 2002, p. 183-184). Esta análise pressupõe que

o universo evoluciona e evolucionar é progredir; progride, no seu conjunto, como progridem as células, que o constituem ou habitam. E sendo a causa determinante desse progresso, em todas as ordens, - astronômica, geológica, orgânica, social, econômica, etc.- comum a todas elas, deve haver um caráter comum a todas elas, deve poder exprimir-se em função deste atributo; deve haver um caráter comum a todas as transformações. A contínua passagem do homogêneo para o heterogêneo deve assentar numa lei que pode determinar-se da transformação e enunciar-se deste modo: toda a causa produz mais de um efeito, ou toda força ativa produz mais duma modificação. E como cada modificação produzida é causa de outras, teremos os efeitos, com o tempo, multiplicados indefinidamente até o inverosímil (SPENCER, 1939, p. 8-10).

Peter Burke em continuidade a sua análise sobre o modelo proposto por Spencer, faz comparações entre este modelo e aqueles propostos por outros renomados intelectuais, como Emile Durkheim<sup>1</sup> e Max Weber<sup>2</sup>, demonstrando que há diferenças estruturais entre os mesmos, mas destacando, no entanto, que embora dissonantes do modelo spenceriano, guardam similitudes no que tange a ideia de evolução como um processo irreversível e de passagem da organização social homogênea para a heterogênea, destacando que conceitos centrais nas teorias tanto de Durkheim como a passagem da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica, bem como na análise weberiana quanto a burocracia, trataram de conceitos que representam a ideia de evolução social.

Durkheim, que discordou de Spencer em diversos aspectos, aderiu a ele ao descrever a mudança social em termos essencialmente evolucionários. destacou a substituição gradual de uma simples “solidariedade mecânica” (em outras palavras, a solidariedade do semelhante) por uma “solidariedade orgânica”, de natureza mais complexa, a solidariedade de complementariedade, graças a crescente divisão do trabalho na sociedade. Weber, por sua vez, manifestou a tendência de evitar o termo “evolução”; ainda assim, porém, vislumbrou a história geral como uma tendência gradual, mas ao mesmo tempo irreversível, em direção a formas mais complexas e impessoais de organização como a burocracia e o capitalismo (BURKE, 2002, p. 184).

Em Spencer essa mudança social é observada a partir dos processos de deslocamento do mais simples ao mais complexo, do menos especializado e informal ao mais especializado e formal, do homogêneo ao heterogêneo, argumentando que essa passagem sempre está assentada numa lei. Com o intuito de abordar em suas obras todas as esferas do saber, Spencer acabou conhecido como um generalista e um sintetizador.

O trabalho de Spencer é multidisciplinar desde seus princípios, característica esta que, algumas vezes, o tornara pouco atraente para alguns leitores. Spencer cita muitas fontes em diversas áreas do conhecimento, seu projeto filosófico é o da síntese, e suas ideias

---

<sup>1</sup> Émile Durkheim (1858-1917), na obra *A divisão social do trabalho* (1893), estabelece os conceitos de solidariedade mecânica e solidariedade orgânica, para explicar a origem da coesão entre os membros de uma sociedade. A solidariedade mecânica é aquela das sociedades onde os indivíduos não se diferenciam. A solidariedade orgânica representa uma nova fase nas sociedades, em que o indivíduo exerce uma função determinada e diferenciada na sociedade, fazendo que essa diferenciação seja fundamental para a harmonia social. Atuando cada membro essencialmente para o funcionamento de um grande organismo.

<sup>2</sup> Max Weber (1864 - 1920) desenvolveu estudos sobre a burocracia, por meio de suas observações sobre o aparecimento e o desenvolvimento do sistema capitalista, a revolução industrial e a ética protestante. Com sua teoria da dominação burocrática, Weber trata de estabelecer as condições nas quais as pessoas que têm o poder justificam a sua legitimidade e as formas com que os sujeitos sobre os quais se exerce o poder se submetem a ele. Para ele, a burocracia não está relacionada apenas com a legitimação do poder, mas também com um certo grau de organização administrativa que permite o exercício do poder.

estavam em interação com os conceitos que o desenvolvimento científico de seu tempo lhe provia. Um dos aspectos mais interessantes no trabalho do filósofo da evolução recorrente em outros pensadores do século XX, é a sua capacidade de síntese, através de conceitos de grande abstração (BAIARDI, 2008, p. 48-49).

A partir das suas ideias, verificamos que a crença na evolução de toda forma de organismo, acabaram o levando a total rejeição do criacionismo e afastamento definitivo de conceitos e tradições religiosas e dogmas cristãos de vida em sociedade, conduzindo assim seu posicionamento a um alinhamento com as diretrizes deístas<sup>3</sup>.

Spencer desenvolveu a partir da teoria da evolução, ideia que estava baseada na estrutura do simples para o complexo, e que seria então aplicada a todos os domínios do desenvolvimento, desde as espécies embrionárias e microscópicas, ao sistema solar, das espécies, da sociedade humana e de todas as formas da expressão social como a linguagem, as expressões artísticas, o desenvolvimento e as invenções da indústria.

Apresentou em sua teoria a exposição de um progresso constante do universo, acreditando, no entanto, que embora não seja possível possuir o conhecimento da realidade universal, e destacando que na busca por desvendar o conhecimento que para ele era inatingível, tanto a religião como a ciência buscavam desvendar esse mistério, cada uma sobre seus preceitos e paradigmas próprios.

Diz Spencer, de início, que não há apenas bondade nas coisas más, mas há também em geral, uma substância de verdade nas coisas erradas. Propõe-se então a examinar as ideias religiosas, com finalidade de encontrar aquela essência de verdade que, sob a forma variável de muitas crenças, tem conferido à religião seu poder constante sobre a alma humana. O que ele descobre de imediato, é que todas as teorias sobre a origem do universo, nos leva a impasses. O ateu tenta pensar num mundo autocriador que não foi causado, nem teve começo, mas não podemos conceber coisa alguma que não tenha tido começo, mas não podemos conceber coisa alguma que não tenha sido causada e não tenha tido começo. O teísta passa a dificuldade ao teólogo que diz: Deus criou o mundo. Vem a indagação irrespondível da criança, “quem fez Deus?” todas as ideias religiosas fundamentais são logicamente inconcebíveis (DURANT, 1981, p. 35-36).

---

<sup>3</sup> O deísmo é a doutrina de uma religião racional ou natural, não fundamentada na revelação histórica, como é comum entre religiões positivas monoteístas e possui como proposta, o enfrentamento da questão da existência de um ser criador através da razão humana. “Difere do teísmo, pois trata-se de uma doutrina que tanto pode postular a existência de um Deus criador quanto a imortalidade da alma ou a universalidade da moral. Pascal condenou o deísmo como uma doutrina perniciosa para a religião, porque, ao invés de aceitar "o Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó", defende apenas a existência do "Deus dos filósofos e dos sábios" (*Dieu des philosophes et des savants*)” (JAPIASSU e MARCONDES, 1991, p. 49).

Discorria que a religião, através de seus rituais e dogmas, formula teorias para tornar inteligível os mistérios do universo, e a ciência, por seu turno, com seu contínuo avanço, cuida da formulação de leis cada vez mais abrangentes, mas que por consequência vai tornando o conhecimento que busca explicar cada vez mais complexo e inatingível.

Aduz Spencer que a religião “era provavelmente a coisa principal na vida dos homens primitivos. A existência era tão precária e humilde entre eles, que a alma vivia mais na esperança das coisas futuras do que na realidade das coisas presentes” (DURANT, 1981, p. 64), no entanto, poderia em relação à ciência, conviver simultaneamente.

Mas postula que, por seu turno, a religião tem a pretensão de fomentar cada vez mais um caráter de transcendência ao enigma da criação e do desenvolvimento do homem e do universo, enquanto a ciência busca com afincado desvendando os mistérios que cercam o desconhecido, para assim conhecê-los através do estabelecimento de leis.

Segundo Spencer, a disciplina da ciência tem em si um viés de religiosidade, o que a torna superior a própria religião, pois a crença contida na ciência está ligada à compreensão dos fenômenos, afirmando que “em vez de ser irreligiosa a ciência, como o julgam muitos, o desprezo da ciência é que é irreligioso; irreligiosa é a negação pelo estudo da criação que nos rodeia (SPENCER, 1884, p. 82). E continua na defesa de sua premissa, afirmando que a verdadeira ciência

é religiosa também, pelo seu profundo respeito e pela implícita fé que consagra à uniformidade das ações que se patenteia em todas as coisas. Por experiências sucessivas o homem de ciência adquire uma plena confiança nas imutáveis relações dos fenômenos - na invariável ligação da causa com o efeito - na fatalidade dos resultados do bem e do mal (SPENCER, 1884, p. 83).

Numa discussão atual sobre esse paradigma da relação entre ciência e religião, já abordado por Spencer no século XIX, Steven Pinker (2018) destaca a importância da existência concomitante de ambas na vida dos homens, citando que há

muita gente que se mostra disposta a dar crédito à ciência por nos dar medicamentos e aparelhos acessíveis e até mesmo a explicação de como as coisas físicas funcionam. Mas deixam de fora aquilo que realmente importa para nós como seres humanos: as questões profundas sobre quem somos, de onde viemos e como definimos o sentido e o propósito de nossa vida. Esse é o território tradicional da religião, e seus defensores tendem a ser os críticos mais acerbos do cientificismo,

propensos a endossar o plano de partição proposto pelo paleontólogo e escritor de divulgação científica Stephen Jay Gould em seu livro *Pilares do Tempo*, segundo o qual as preocupações apropriadas da ciência e da religião pertencem a “magistérios não interferentes”. A ciência fica com o universo empírico; a religião aborda as questões da moral, do sentido e do valor (PINKER, 2018, p. 460-461).

Na defesa de dogmas ou no estabelecimento de leis, é que segundo Spencer, a religião e a ciência acabam por se aproximar, pois procuram alcançar objetivos semelhantes, mas com métodos e teorias diferentes.

O cientista se vê cercado por mudanças perpétuas que não vai poder nunca descobrir o começo e o fim, e percebe, dessa forma, que nada pode ser conhecido em sua essência última. Haverá sempre uma explicação a explicar e a realidade última não pode ser conhecida. As religiões buscam interpretar constantemente o mistério do universo e a ciência acumula cada vez mais conhecimentos relativos e parciais acerca dele, e por isso tanto uma como a outra demonstram que o absoluto existe, pois se não existisse o absoluto não faria sentido a busca pelos conhecimentos relativos. Nesse sentido religião e ciência podem ser conciliáveis, mas a religião busca manter vivo o mistério e a ciência busca cada vez mais conhece-lo. Spencer acreditava que nenhuma religião é verdadeira, mas todas fazem uma imagem tênue da verdade absoluta e que com o tempo as diferenças entre religião e ciência tendem a diminuir. Religião e ciência estão ligadas como polos positivos e negativos do pensamento, se uma cresce em intensidade, cresce também a intensidade da outra (ROCHA, 2000, p. 50).

Imprescindível atribuir a devida e necessária ênfase à importância da obra de Charles Darwin (1820-1903) nos estudos das ciências naturais, para a compreensão da obra de Herbert Spencer, sendo que este

empenhou-se em descobrir leis científicas em seu trabalho sobre evolução, pelas quais os indivíduos poderiam conduzir suas próprias vidas sem interferência do governo. Enquanto Darwin confirmou sua teoria à biologia, Herbert Spencer estendeu a evolução para toda a natureza e sociedade (PALMER, 2005, p. 151).

O filósofo britânico apresentou publicamente a ideia de evolução antes mesmo de Darwin, expondo suas ideias evolucionistas e iniciando o desenvolvimento de suas hipóteses já antes da publicação de “A Origem das Espécies” em 1859 e, portanto, antes da própria descrição da evolução humana feita por Darwin, em “A Descendência do Homem”, de 1871<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> A Descendência do Homem (*The Descent of Man, and Selection in Relation to Sex*, título original em inglês) trata-se da obra de autoria de Charles Darwin publicada no ano de 1871, em que o mesmo, dando sequência às teorias apresentadas na obra *A Origem das Espécies* (1859), desenvolve de modo mais abrangente a teoria da seleção sexual e explica mais detalhadamente a origem do ser humano.

Spencer ficaria doravante ligado intrinsecamente como o precursor do darwinismo social, expressão que não foi defendida por Darwin, “portanto, apesar da etimologia, não tem nada a ver com Darwin ou com a biologia evolucionária” (PINKER, 2018, p. 466-467). Com efeito,

o modelo evolucionário tem sido alvo de críticas tão severas nos últimos anos que nada seria mais justo do que apontar seus méritos. A tese de uma sequência de mudanças sociais que, se não inevitáveis, ao menos provavelmente virão de forma sucessiva, não é algo que os historiadores possam rejeitar de imediato. A ideia de “evolução”, que tem seus ecos em Darwin, igualmente não pode ser desprezada sem maiores preocupações (Wherteim, 1974; Sanderson, 1990, p. 75-102; Hallpike, 1986). W.G. Runciman (1980, p.171; 1983-1989, p. 2, 285-310) argumenta que “o processo mediante o qual as sociedades se desenvolvem é análogo, embora de nenhuma forma equivalente, à seleção natural”, ressaltando o que denomina “seleção competitiva de práticas” (BURKE, 2002, p. 187).

Foi a forma incisiva, exemplificativa e clara de suas exposições acerca da aplicação da teoria da evolução a todos os campos do estudo que levaram Spencer a uma posição de destaque junto aos demais intelectuais da época.

Assim como a matemática dominara a filosofia no século XVII, dando ao mundo Descartes, Hobbes, Espinosa, Leibniz e Pascal, e como a Psicologia se impusera, à filosofia com Berkeley, Hume, Condillac e Kant, da mesma forma, no século dezenove, com Schelling, Schopenhauer, Spencer, Nietzsche e Bergson, a biologia formou o fundo do pensamento filosófico. Em cada um desses casos, as ideias da época eram produtos de vários homens, mais ou menos obscuros. Mas as ideias ligam-se ao nome de homens que as coordenaram e esclareceram. O Novo Mundo tomou o nome de Américo Vespúcio, porque ele o desenhou num mapa. Herbert Spencer foi o Vespúcio da idade de Darwin e também um pouco o seu Colombo (DURANT, 1981, p. 16).

A filosofia de Herbert Spencer, apresentada em suas obras, funda-se em suas análises acerca da evolução em todos os campos do conhecimento, atentando ao campo da biologia em seus estudos sobre a evolução das formas de vida, no campo da psicologia com a evolução da mente e do pensamento humano, da evolução da sociedade no âmbito dos estudos sociológicos e na ética acerca da evolução da moral.

No presente trabalho, partimos do estudo das categorias de análise que são apresentadas como pontos fundamentais para o entendimento do modelo spenceriano, conforme presentes nas obras “O Indivíduo contra o Estado” (1884), “A Justiça” (1891), “A Classificação das Ciências” (1900), “Do Progresso, sua lei e sua causa” (1939) e “Educação intelectual, moral e física” (1884).

Nessas obras de Herbert Spencer, vislumbramos a concepção do mesmo sobre a ciência e a hierarquia presente nelas de acordo com a utilidade do conhecimento na vida em sociedade, a ideia de Estado, indivíduo e a relação destes com o indivíduo, o darwinismo social, destacado como ponto central de sua teoria, e as concepções filosóficas a respeito da importância da educação, relacionando-a à importância dos conteúdos lecionados bem como as métodos de ensino utilizados com vistas a transformação da dinâmica social pelo meio educacional.

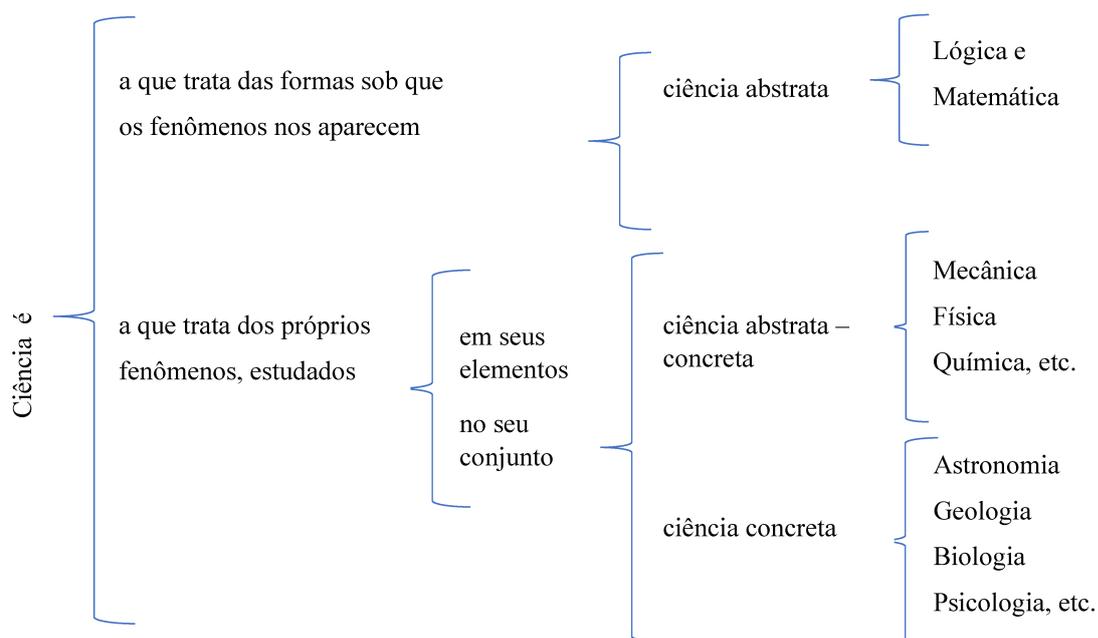
## **1.2 A primazia da Ciência e as divergências e convergências entre Spencer e Comte**

Na filosofia de Herbert Spencer há uma defesa intransigente da primazia da ciência como base de toda sua concepção teórica e que tem a evolução como lei fundamental. Assim, ele traz os elementos necessários para o estudo e compreensão das ciências, inclusive classificando-as e dividindo-as “em duas classes: ciências que tem por objeto as relações abstratas e que os fenômenos se nos apresentam, e as que tem por objeto os próprios fenômenos” (SPENCER, 1900, p. 02).

Na divisão de classes da ciência conforme proposta por Spencer, este a faz definindo como objetos fundamentais para esse estudo o tempo e o espaço, conceituando o primeiro como uma “ideia abstrata que abrange todas as relações de coexistência, e o tempo é ideia abstrata que abrange todas as relações de sucessão” (SPENCER, 1900, p. 3).

Quer o espaço e o tempo sejam, como alguns consideram, formas de pensamento por meio do conhecimento organizado e hereditário das coisas, é sempre verdade que o espaço e o tempo são absolutamente diferentes das coisas que eles encerram, e que as ciências que se ocupam exclusivamente do espaço e do tempo são separadas por uma linha profunda de demarcação das ciências que se ocupam das coisas compreendidas no espaço e no tempo. (SPENCER, 1900, p. 3).

Herbert Spencer apresenta de forma esquematizada as principais divisões da ciência conforme elencado por ele, destacando que “em cada grupo se encontram verdades mais ou menos gerais, verdades abstratas gerais e verdades abstratas particulares, verdades concretas gerais e verdades concretas particulares (SPENCER, 1900, p. 8). Para Spencer a ciência se apresenta na seguinte divisão:

**Figura 1 – Divisão das ciências**

(Adaptado de SPENCER, 1900, p. 4).

Nessa divisão é demonstrada a particularidade da visão de Spencer acerca da importância do conhecimento representado nas mais variadas áreas do conhecimento humano, sendo dispostos por ele em condições hierárquicas e de utilidade para a vida e a evolução da sociedade e do indivíduo.

O conhecimento de tudo que é explicável não pode fornecer-nos outra coisa além duma luz mais clara para ver o muito de inexplicável que há por detrás. Por muito que reduzam a equação aos seus termos mais simples, nunca podemos resolvê-la; pelo contrário, aparece mais evidente a impossibilidade de desembaraçar a incógnita. Mas o verdadeiro homem de ciência, contente com seguir as inspirações de verdade, convence-se mais profundamente, a cada nova descoberta, de que o Universo é um problema insolúvel. Assim, no mundo interior como no exterior, encontra-se no meio de perpétuas modificações, das quais não pode descobrir nem o fim nem o fundamento (SPENCER, 1939, p. 90).

Para além da divisão da ciência apresentada por Spencer, o autor dedica-se a uma classificação, demonstrando quais conhecimentos tem mais validade para a sociedade idealizada pelo mesmo como a mais evoluída dentro da sua concepção de progresso. Para Spencer a classificação das ciências deverá conter

cada classe, os objetos que têm entre si mais caracteres comuns do que cada um dentre eles apresenta com os objetos excluídos dessa classe. Demais, os caracteres que são comuns aos objetos que constituem um só todo, e que não pertencem a outros objetos, têm mais importância que aqueles que podem pertencer a outros objetos, isto é, envolvem maior número de caracteres subordinados (SPENCER, 1900, p. 2).

Define ainda a existência de três grandes grupos de ciências, demonstrando que entre cada uma destes grupos existem subdivisões que demonstram a natureza de cada uma das ciências, seu grau de abstração e de concretude, as verdades universais ou não universais contidas em cada ciência, as conexões existentes entre os fenômenos e como estes se manifestam no binômio tempo e espaço e o grau de importância e de utilidade de determinada ciência dentro de uma sociedade com vistas ao alcance do progresso.

#### QUADRO 1 - Os três grupos de Ciência

<b>Ciência</b>	<b>Classificação</b>	<b>Teoria</b>
Matemáticas (compreendendo a mecânica racional)	Em parte abstratas	Teoria das relações
(Compreendendo as Matemáticas)	Em parte abstrato-concretas	Teoria das propriedades
Astronomia	Concreta	Teoria dos agregados
Física	Abstrato-concreta	Teoria das propriedades
Química	Abstrato-concreta	Teoria das propriedades
Biologia	Concreta	Teoria dos agregados
Sociologia	Concreta	Teoria dos agregados

Adaptado de SPENCER (1900, p. 9).

Os três grupos não podem ser colocados sobre o prolongamento de uma linha reta, como estão aqui. Efetivamente o primeiro se liga ao terceiro por meio do segundo, de maneira não somente indireta, mas ainda direta, visto servir-lhe diretamente de instrumento e receber dele o seu assunto ou a sua matéria. As relações entre os grupos não podem ser figuradas senão por meio que saiam da mesma raiz, mas desenvolvendo-se uns ao lado dos outros em sentidos diversos. Só por um arranjo desta natureza é que se poderá representar exatamente as relações que existem entre as subdivisões de cada grupo (SPENCER, 1900, p. 25).

As ideias de Herbert Spencer relacionam-se às primeiras tentativas de teorização da dinâmica da vida social relacionando-a a uma constante mudança e evolução, sendo que também nas teorias de Auguste Comte (1798-1857)<sup>5</sup>, fundador da própria sociologia, podemos encontrar tais ideias em outra perspectiva, pois “Comte, apesar de detentor de uma filosofia da ciência mais sofisticada, possuía uma visão muito restrita a respeito da dinâmica do processo evolucionário, exemplificada pelo mecanismo de três estágios, negligenciando o que Spencer considerava os elementos fundamentais de seu modelo de transformação: matéria e movimento” (BAIARDI, 2008, p. 35).

A importância conferida à obra de Spencer nessa perspectiva da dinâmica da mudança social foi destacada por Durant (1981):

Desde seu primeiro livro, *Estática Social*, ao último fascículo dos *Princípios da Sociologia*, durante um período de quase meio século, seu interesse predominantemente eram os problemas da economia e do governo. Ele inicia e termina, tal como Platão, com dissertações sobre a justiça moral e a política. Nenhum homem, nem mesmo Comte, fundador dessa ciência e autor do termo, fez tanto pela Sociologia (p. 59).

Na análise dos postulados defendidos e apresentados por Comte, Spencer tece considerações sobre os estudos do autor francês destacando sobretudo, e de modo veemente, em quais aspectos eles se diferenciam, apresentando seus princípios em modelo de comparação com os princípios de Comte.

Dedica-se com afincado a tecer críticas contundentes em face de Auguste Comte e sua relação com a ciência, dedicando inclusive uma parte de sua obra somente com este escopo, enfatizando em sua análise que Comte “divide a ciência em abstrata e em concreta; mas as divisões que ele estabelece por estas palavras são completamente

---

<sup>5</sup> Auguste Comte - Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (1798-1857) - filósofo francês que formulou a doutrina do Positivismo. Considerado como o primeiro filósofo da ciência no sentido moderno do termo. Comte também é visto como o fundador da disciplina acadêmica de Sociologia. Influenciado pelo socialista utópico Saint Simon, trabalhou intensamente na criação de uma filosofia positiva como tentativa de remediar o mal-estar social da Revolução Francesa, criando uma doutrina social baseada nas ciências. Comte foi uma grande influência no pensamento do século XIX, sendo que conceito de sociologia e evolucionismo social deu o tom para os primeiros teóricos sociais e antropólogos, como Herbert Spencer, evoluindo para a moderna sociologia acadêmica apresentada por Émile Durkheim como pesquisa social prática e objetiva. As teorias sociais de Comte culminaram em sua "Religião da Humanidade", que pressagiava o desenvolvimento de organizações humanistas e humanistas religiosas não teístas no século XIX. “Publicou as obras: *Opúsculos de Filosofia Social* (1816-1828) (republicados em conjunto, em 1854, como apêndice ao volume IV do *Sistema de política positiva*) *Curso de Filosofia Positiva*, em 6 volumes (1830-1842) (em 1848 foi renomeado para *Sistema de filosofia positiva*) *Discurso sobre o espírito positivo* (1848) *Discurso sobre o conjunto do Positivismo* (1851) (Introdução geral ao *Sistema de política positiva*) *Sistema de política positiva*, em 4 volumes (1851-1854) *Catecismo positivista* (1852) *Apelo aos conservadores* (1855) *Síntese subjetiva* (1856) *Correspondência*, em 8 volumes (1816-1857)” (CORDON & MARTINEZ, 1983, p. 32-33).

diferentes das que eu dou aqui. Em vez de considerar certas ciências como inteiramente abstratas e outras como inteiramente concretas, ele considera cada uma como sendo em parte abstrata e em parte concreta” (SPENCER, 1900, p. 4).

Entre Comte, o principal teórico positivista e Spencer, o principal teórico do evolucionismo social, há semelhanças e diferenças intrínsecas e extrínsecas, que podem ser observadas quando da análise das leis de Comte, tanto na estática social, que estuda-se cada um dos elementos das estruturas sociais e suas reações em determinado momento de seu tempo, quanto na dinâmica social, em que estuda-se a forma como os elementos evoluem, sendo que sempre estão em interligação, e em Spencer quanto às características presentes na mudança social que seria consequência do processo evolutivo, a qual ele retirara da biologia.

Quanto as semelhanças que cercam os teóricos, ambos tinham a firme convicção de que a relação entre sociedade e indivíduo era passível de ser analisada cientificamente, pois comungavam nesse aspecto de modo semelhante de concepção da história, que é aceita por eles como seguidora de uma trajetória unidirecional, ou seja, um caminho que conduziria a evolução de modo contínuo.

A premissa defendida por Comte, por meio da Lei dos três estágios, consubstanciada nos estágios teológico, metafísico e positivo era de que a evolução do espírito e do conhecimento, ia sempre no sentido do progresso, e para Spencer o homem, por sua natureza, estava predestinado ao progresso.

Em ambas as concepções, teríamos como consequência o progresso e o alcance ao estágio mais avançado da civilização, uma vez que de acordo com Comte há uma subordinação dos indivíduos a uma ampla regulamentação moral através de hierarquias políticas e sociais, enquanto para Spencer, este se opõe com o ideal de minimizar as coerções externas e maximizar a cooperação espontânea nas sociedades mais avançadas.

No entanto, há de se destacar que Spencer tece críticas mais severas aos discípulos de Comte do que ao próprio filósofo, reconhecendo nele as qualidades de homem de ciência, no entanto, sem deixar de lado as críticas realizadas ao mesmo, mas ressaltando que grande parte daqueles que defendem Comte e se declaram seguidores do mesmo somente associam seu nome ao método científico porque “a maior parte não o compreendeu, senão pela exposição que ele lhes fez. Que Comte fez uma exposição geral da doutrina e do método científico, é verdade; mas não é verdade que aqueles que admitem esta doutrina e que seguem este método sejam discípulos de Comte” (SPENCER, 1900, p.61).

O destaque dado às divergências de pensamento entre Spencer e Comte é verificado também em outros autores que elaboraram seus estudos posteriormente aos escritos spencerianos, no entanto, a defesa da divergência de Spencer com Comte se encontra de modo mais contundente através dos escritos do próprio Spencer e este cuida de dedicar parte de sua obra a destacar e rebater as críticas que recebe, definindo que sua classificação das ciências é oposta àquela feita por Auguste Comte:

Que aqueles que adaptaram uma doutrina particular vejam claramente os defeitos de uma doutrina oposta, deixando de ver os defeitos da que professam, é observação trivial, mas que é verdadeira para as discussões filosóficas como para todo o resto: a parábola da palha e da trave pode muito bem ser aplicada tanto nos conceitos dos homens sobre suas opiniões respectivas como aos seus conceitos de uns sobre os outros relativamente ao caráter. Talvez que para os meus amigos da escola positivista eu confirme esta verdade com o meu exemplo, - assim como eles o confirmam com o seu. Pertence aos que são estranhos a um e a outro sistema dizer onde se acha a palha e onde se acha a trave. Enquanto esperamos, é claro que uma ou doutrina é essencialmente errônea, e que nenhuma modificação pode colocá-las em harmonia. As ciências não podem ser classificadas como elas o foram por mim, ou elas não podem ser dispostas na ordem serial proposta por A. Comte (SPENCER, 1900, p. 58).

Na continuidade da linha de defesa de suas ideias e de contraposição àquelas defendidas por Comte, Spencer rechaça que suas obras tenham sido influenciadas por Auguste Comte, e de modo incisivo declara que não é discípulo de Comte.

Duas causas de natureza inteiramente diferente contribuíram para espalhar a crença errônea que Comte está reconhecido como o criador da ciência propriamente dita: seus mais veementes inimigos e os seus mais afeiçoados amigos têm, sem sabê-lo, concorrido para propagá-la. De um lado, Comte tendo designado sob o nome de *filosofia positiva* todos os conhecimentos definitivamente estabelecidos que os sábios têm, gradualmente, reduzido a sistema ou a um só corpo de doutrina, e tendo-o de ordinário oposto ao conjunto incoerente das opiniões sustentadas pelos teólogos, tornou-se hábito no partido teológico designar o partido oposto, o dos homens de ciência, pelo nome de *Positivistas*. E o hábito de os chamar deste modo fez nascer a opinião que eles próprios se apelidam *Positivistas* e que são discípulos de Comte (SPENCER, 1900, p.60-61).

Ressalte-se que Spencer cuida de analisar a obra de Comte<sup>6</sup> já se prontificando a deixar bem explicitado as limitações desses estudos e sobretudo, em que suas posições se diferem daquelas apresentadas por ele acerca da ciência, dedicando parte de sua obra a destacar essas divergências. No entanto, também reconhece em Comte posições defendidas em conjunto com o mesmo, destacando que “em vez de uma concepção obscura e vaga, Comte apresentou ao mundo uma concepção clara e distintamente definida. Realizando esta concepção, mostrou notável grandeza de ideias, grande originalidade, imenso gênio de invenção, e extraordinário poder de generalização (SPENCER, 1900, p. 63).

Da leitura do trabalho de Spencer, no tocante a classificação e divisão da ciência, observamos que é uma ideia fixa do pensador britânico destacar sua posição e sobretudo, a superioridade de suas ideias em relação a Comte, pois mesmo após reconhecer a importância do trabalho do filósofo francês, questiona se este foi bem-sucedido em sua organização do método positivo e da filosofia positiva.

Para chegar agora ao que me toca pessoalmente na questão, seja-me permitido particularizar primeiramente os grandes princípios gerais sobre os quais Comte está de acordo com os pensadores que o precederam e sobre os quais eu próprio estou de acordo com ele. Todo o conhecimento vem da experiência: eis o que sustenta Comte, e é também o que eu sustento, mas eu o sustento em sentido mais vasto que ele, porque não somente creio que todas as ideias adquiridas pelos indivíduos, e por consequência todas as ideias transmitidas pelas gerações passadas derivam desta origem, mas creio também que as próprias faculdades que servem para a aquisição destas ideias são produto das experiências acumuladas e organizadas, transmitidas pelas raças anteriores. E além disso, crença de Comte que todo o conhecimento é relativo e somente atinge os fenômenos, e sobre este ponto eu estou inteiramente de acordo com ele, mas ninguém ousará pretender que a relatividade de todo o conhecimento fosse proclamada pela primeira vez por Comte (SPENCER, 1900, p.64- 65).

Spencer aponta os estudiosos que, assim como ele próprio, foram partidários da doutrina da defesa de Comte acerca da relatividade do conhecimento e de que este conhecimento atinge somente os fenômenos e que em seus estudos conservaram fiéis a ela em determinado grau, apontando

---

<sup>6</sup> Spencer ao realizar o estudo da obra de Comte e sua posterior construção das preposições que se diferem das concepções do autor francês, expressa, com desdém característico de sua trajetória intelectual, como tomou conhecimento acerca da filosofia positivista: “Foi em 1853 que eu li a exposição de Comte no original; e em dois ou três outros lugares consultei o original para ter as suas expressões exatas. Quanto à Física inorgânica e ao primeiro capítulo da Biologia, li-as na tradução abreviada de Mlle. Martineau, antes de sua aparição. Conheço o resto das ideias de Comte pela análise de Lewes e por informações colhidas aqui e ali” (SPENCER, 1900, p. 81).

sir William Hamilton que coloca Protágoras, Aristóteles, Santo Agostinho, Boécio, Averróis, Alberto-o-Grande, Gerson, Leon, o Hebreu, Mélancton, Scaliger, Francisco Piccolomini, Giordano Bruno, Campanella, Bacon, Spinoza, Newton, Kant. O próprio sir William Hamilton, na sua *Filosofia do Incondicional*, publicada pela primeira vez em 1829, deu uma demonstração científica desta crença (SPENCER, 1900, p. 65).

A concordância com Comte sobre as doutrinas fundamentais, que Spencer destaca ser entre eles uma herança comum, vem de encontro opostamente à discordância em relação aos princípios em que baseia a filosofia positivista e as bases em que se determina a sua organização.

Aqui talvez ver-se-á mais claramente que antes, quanto é insustentável a classificação de Comte. Já, depois de ter exposto de maneira geral as distinções fundamentais, demonstrei as inconseqüências em que incidimos quando as ciências, concebidas como abstratas, concreto-abstratas, e concretas, são classificadas na ordem proposta por este autor. As inconseqüências tornam-se mais notáveis ainda, se aos nomes gerais dos grupos substituímos as definições dadas acima. Teríamos então a lista seguinte: Matemática - teoria das relações; (Compreendendo as Matemáticas) – teoria das propriedades; Astronomia – teoria dos agregados; Física – teoria das propriedades; Química – teoria das propriedades; Biologia – teoria dos agregados; Sociologia – teoria dos agregados (SPENCER, 1900, p. 58).

Assim, Spencer apresenta as diferenças de seu trabalho acerca das propriedades das ciências para corroborar suas afirmações de distanciamento das proposições elaboradas por Comte, aduzindo que “para provar o que afirmo, bastará comparar entre si as proposições de Comte e as que eu lhe oponho” (Spencer, 1900, p. 69).

Nas proposições de Comte e Spencer, há fundamentais e evidentes distinções entre os mesmos no que tange à forma de concepção da dinâmica da mudança social, com especial diferenciação em relação à relevância dada por Comte à vida coletiva e aquela dada por Herbert Spencer à vida individual como cerne do desenvolvimento da evolução social, sendo que ao “ideal de Comte de subordinação dos indivíduos a uma regulamentação moral através de hierarquias políticas e sociais, Spencer se opõe com o ideal de minimizar as coerções externas e maximizar as cooperações espontâneas (LEVINE, 1997, p. 161).

Herbert Spencer, de modo contumaz seguindo a metodologia já adotada por ele, de apresentar as suas ideias esquematizadas em quadros comparativos, apresenta as proposições de Comte comparando-as às ideias defendidas por ele e ao mesmo tempo tecendo críticas e desconstruindo a filosofia positivista naquilo que não era aprovado pelo

mesmo como método científico possível de dar explicações que pudessem agregar conhecimentos para o progresso da sociedade e da própria ciência.

Apresenta os princípios de Comte e afirma estar em desacordo com aqueles que ele, Spencer, apresenta, pois segundo sua concepção, estes princípios apresentados e defendidos “serviram a Comte para organização da sua Filosofia. Abstração feita das verdades gerais, que foram reconhecidas antes dele, e que são propriedade comum de todos os pensadores modernos, apenas ficam as doutrinas gerais, que distinguem e caracterizam o seu sistema” (SPENCER, 1900, p. 69).

Ao vislumbrarmos a obra de Spencer fica cada vez mais evidente a necessidade, a preocupação e, sobretudo, a determinação do mesmo em demonstrar de modo cabal e sem deixar dúvidas quanto suas divergências quanto a filosofia positiva de Comte, pois a cada proposição de Comte, Spencer apresenta outra proposição diversa, e as vezes mais abrangente, apresentando até mesmo uma negativa direta e completa da proposição que ele objetiva descaracterizar, com escopo de retirar sua autoridade enquanto princípio científico e válido, justificando ainda em relação a filosofia de Comte que “o fato de rejeitar por este modo os seus *principias fundamentais* deveria bastar, creio eu; mas há grande número de outras ideias que formam uma parte essencial do seu sistema, que eu rejeito igualmente” (SPENCER, 1900, p. 77).

Spencer ressalta que no estudo das ciências é fundamental a observância para a descoberta e o estabelecimento de leis<sup>7</sup>, defendendo que o principal princípio que dirige o espírito na descoberta das leis é o conhecimento das relações entre os fenômenos e a forma que estes impressionam o espírito, dessa forma estabelecendo esse princípio principal, são estabelecidos ainda os princípios secundários.

---

<sup>7</sup> Parte fundamental da teoria de Spencer em sua apresentação sobre as leis fundamentais da Ciência, foi retirado pelo próprio autor da obra *Classificação das Ciências* (1900), o qual justifica que: “Este capítulo foi impresso na primeira edição dos *Primeiros Principias*. Eu o omiti na segunda edição refundida, porque deixou de formar parte essencial do mesmo. Como nas páginas precedentes é citado muitas vezes, e as matérias que contém se relacionam com as que tratamos agora, acreditei que não seria inútil colocá-lo aqui sob forma de apêndice. De mais, conquanto eu conte incorporá-lo mais tarde na divisão dos *Princípios de Sociologia*, que trata do progresso intelectual, entretanto, como pode decorrer muito tempo antes que apareça no lugar que lhe convém, e, como no caso de não poder eu acabar a minha empresa, aconteça que nunca reapareça, pareceu-me conveniente tornar a leitura mais acessível do que é atualmente. As primeiras e as últimas secções, que serviam para ligá-lo ao sujeito da obra a que pertencia em princípio, foram omitidas aqui. O restante foi revisto cuidadosamente, e em algumas partes consideravelmente modificado” (SPENCER, 1900, p. 90).

Reconhecer leis é reconhecer a uniformidade das relações entre os fenômenos: segue-se disto que a ordem pela qual os diferentes grupos de fenômenos são relacionados às leis deve depender da frequência com que as relações uniformes que eles manifestam separadamente são percebidas distintamente. Qualquer que seja o grau que tenhamos atingido do conhecimento destas relações uniformes, as melhor conhecidas são as que impressionam o espírito mais vezes e com mais veemência. Tal é o princípio que dirige o espírito na descoberta das leis. Deste princípio geral derivam certos princípios secundários aos quais a sucessão deve conformar-se de maneira mais imediata e mais evidente (SPENCER, 1900, p. 90-91).

Seguindo esta linha de pensamento, acerca da importância do estabelecimento e da compreensão das leis, apresenta a importância do conhecimento das leis da natureza para se conhecer e compreender as ações dos indivíduos em sociedade.

Assim: a sociedade é constituída de indivíduos; tudo o que se faz na sociedade é feito pelas ações combinadas dos indivíduos; e, portanto, só nas ações individuais é que se podem encontrar as soluções dos fenômenos sociais. Mas as ações dos indivíduos dependem das leis da sua natureza e as suas ações não podem ser estudadas, sem a prévia compreensão dessas leis; quando as reduzimos às suas expressões mais simples, provam ser corolários das leis gerais do corpo e do espírito (SPENCER, 1884, p. 59).

Spencer apresenta por grau de importância os princípios ordenados por ele, definindo aqueles tidos por ele como secundários, relacionando-os conforme a influência, evidência e frequência dos fenômenos observados nas relações sociais e no grau de abstração ou de concretude na vida dos indivíduos.

*Em primeiro lugar, a influência mais ou menos direta dos fenômenos sobre nosso bem estar pessoal. Em segundo lugar, a evidência dos dois fenômenos entre os quais pode ser percebida numa relação, ou ao menos em um deles. Em terceiro lugar, a frequência absoluta com que as relações se apresentam. Em quarto lugar, a frequência relativa aos fenômenos. O quinto princípio secundário que devemos tomar em consideração, é que a descoberta das leis depende em parte da simplicidade dos fenômenos regidos por elas. Em último lugar, vem o grau de abstração: as relações concretas são conhecidas em primeiro lugar* (SPENCER, 1900, p. 92-93).

Spencer defende que a ciência possui princípios básicos que são definidos em forma de postulados, sendo que nessa concepção segue-se a ideia de que a matéria é indestrutível, que o movimento tem sempre continuidade e a força é persistente.

Prossegue ele que a matéria é distribuída através de um movimento também contínuo e o repouso absoluto não existe no universo, pois nesses paradigmas todo e qualquer objeto sofre de modo constante e a o tempo todo mudanças de estado, sendo que a lei que determina essas mudanças é a lei da evolução do universo.

Para Spencer a tendência natural de todas as coisas é, desde o início das interações com forças externas, iniciar a passagem natural da homogeneidade, mais simples, em direção à heterogeneidade e à variedade, com maior grau de complexidade.

A lei do progresso orgânico é a lei de todo o progresso; que se trate das transformações na terra, do desenvolvimento da vida á sua superfície ou do desenvolvimento das instituições políticas, da indústria do comércio, da língua, da literatura, da ciência, da arte, dá-se sempre a mesma evolução do simples para o complexo, mediante sucessivas diferenciações. Desde as mais remotas transformações cósmicas, de que ainda existem sinais, até os mais recentes resultados da civilização, vê-se que o progresso consiste essencialmente na passagem do homogêneo para o heterogêneo (SPENCER, 1939, p. 14).

A lei fundamental demonstrada por Spencer, que está na evolução constante do universo a partir dos organismos mais primitivos, vem demonstrar que a importância da ciência estará relacionada àquelas que interessam diretamente à conservação da vida biológica e por conseguinte à medida da evolução dos homens, a sociedade também evoluirá.

Tal premissa é baseada na observação e assim Spencer compreende que o princípio aplicado para todo o desenvolvimento, se consubstancia na lei da multiplicação dos efeitos, que é a lei da natureza, sendo certo que, para efeitos científicos, é totalmente irrefutável a aceitação de possibilidade da existência de forças sobrenaturais.

O que realmente se necessita é um estudo sistemático de encadeamento natural entre causa e os efeitos, tal como se manifesta nos seres humanos reunidos em sociedade. Embora uma consciência distinta deste encadeamento seja um dos nossos últimos resultados do progresso intelectual; embora o selvagem não tenha nenhuma concepção de uma causa mecânica; embora os próprios gregos tivessem pensado que o voo de uma flecha era dirigido por um deus; embora tenha dado às epidemias, até quase nossa época, uma causa sobrenatural; e mesmo o mais complexo de todos os fenômenos sociais, a relação entre a causa e o efeito, seja provavelmente, o que mais tempo leve a se conhecer, em nossos dias chegou a ser bastante evidente a existência dessa relação para infundir em todos os homens que pensam, a convicção de que antes de intervir nela, é preciso estudá-la com cuidado (SPENCER, 1939, p. 97).

Spencer cita exemplos de como as leis das ciências sempre tiveram primazia quando demonstravam relação direta com a conservação da vida e bem-estar de determinada população no contexto histórico de suas descobertas, reforçando sempre seu postulado de que os conhecimentos úteis são aqueles que versam sobre conteúdos que tem o escopo de desenvolver o indivíduo e a sociedade rumo ao desenvolvimento e ao progresso.

Se passado, do estado primitivo para um estado mais adiantado, procuramos a época da descoberta das leis menos conhecidas que formam principalmente o que o que se chama ciência, encontramos que a ordem em que elas são descobertas é determinada pelas mesmas causas. Que as leis que têm relação direta com a conservação da vida foram, todas as coisas aliás nos seus devidos termos, descobertas antes das que nos interessam só indiretamente, é fato por toda a parte atestado na história das ciências [...] O nosso século não está desprovido de exemplos desta natureza. "Aqui, diz Humboldt, quando viajava na Guiana, aqui como em muitos países da Europa, as ciências não são consideradas dignas de ocupar o espírito senão quando podem contribuir imediatamente para o bem-estar da sociedade". "Como acreditar, lhe dizia um missionário, que deixásseis o vosso país para vir às margens deste rio expor-vos a ser devorados pelos mosquitos, e para medir terras que não vos pertencem?" As nossas costas fornecem exemplos iguais. Nas praias, não há naturalista que não saiba com que desprezo os pescadores encaram as coleções que se fazem para o microscópio ou para o aquário. É tal a sua incredulidade sobre o valor que elas têm que com muito custo se consegue, mesmo pela atração da paga, faze-los conservar o refugio de suas redes. Mas para que procurar longe de nós as provas que nos são fornecidas pelos colóquios diários daqueles com quem vivemos. O desejo que exprimem de possuir "uma ciência pratica", uma ciência que possa servir para as necessidades da vida, junto ao ridículo que ordinariamente lançam sobre as investigações científicas que não têm aplicação imediata, basta para mostrar que a ordem segundo a qual são descobertas as leis depende em grande parte da influência mais ou menos direta que elas podem exercer sobre o nosso bem-estar (SPENCER, 1900, 97-99).

O pensamento spenceriano corresponde a explicações gerais e deterministas que buscam uma organização dos fatos com o escopo de lhes dar explicação racional e simplificadas, que submetidas à aplicação de determinadas premissas contidas na lei universal fatalmente geraria resultados previsíveis e inevitáveis, conforme uma disposição que segue o curso da natureza.

O hábito de reconhecer por toda a parte uma lei, hábito que já distingue os pensadores modernos dos pensadores antigos, não pode deixar de propagar-se entre os homens em geral. A realização dos vaticínios que se pode fazer em cada nova descoberta, e o império cada vez maior que se adquire sobre as forças da natureza, provam aos que ainda não estão

iniciados o valor das generalizações científicas e dos conhecimentos que elas consubstanciam. A instrução, difundindo-se, derrama todos os dias nas massas o conhecimento das leis que até o presente só tem pertencido a diminuto número de pessoas; e, à medida que esta difusão de conhecimentos aumenta, as crenças dos sábios tornar-se-ão crenças do gênero humano inteiro. A conclusão que a lei é universal tornar-se-á de uma evidencia irresistível quando se houver compreendido que o progresso na descoberta das leis é ele próprio sujeito a uma lei, e que por essa mesma razão se tiver compreendido porque certos grupos de fenômenos foram relacionados à sua lei, enquanto que outros grupos não o foram. Quando virmos que a ordem na qual as leis são reconhecidas depende da frequência com que os fenômenos se renovam sob nossos olhos, e da impressão mais ou menos viva que produzem nos nossos sentidos e na nossa consciência; quando virmos que efetivamente os fenômenos mais comuns, mais importantes, mais notáveis, mais concretos e mais simples, são aqueles cujas leis foram reconhecidas em primeiro lugar, porque se ofereceram mais vezes e mais distintamente a observação, concluiremos que muito tempo depois que a grande massa dos fenômenos for relacionada às suas leis, restará sempre fenômenos cuja lei não será conhecida, porque eles são raros, ou pouco notáveis, ou pouco importantes na aparência, complexos ou abstratos. (SPENCER, 1900, p. 109-110).

### **1.3 Estado, política, sociedade e indivíduo na filosofia spenceriana**

Acerca do pensamento político de Spencer, bem como suas concepções sobre a natureza do Estado, da sociedade e do papel do indivíduo, devemos atentar ao fato de que Spencer foi tributário de diferentes acontecimentos e mudanças sociais no mundo em que vivia e que o influenciaram sobremaneira.

Spencer foi apanhado entre duas épocas. Seu pensamento político havia sido formado nos tempos do *laissez-faire* e sob a influência de Adam Smith; mas seus anos mais maduros foram vividos num período em que a Inglaterra estava lutando para corrigir, pelo controle social, os abusos de seu regime industrial. Ele nunca se cansou de reafirmar seus argumentos contra a interferência do Estado; era contrário à educação financiada pelo Estado e a proteção governamental dos cidadãos contra administrações financeiras fraudulentas. Em certa ocasião, sustentou até que a administração da guerra deveria ser uma atribuição privada e não governamental (DURANT, 1981, p. 96).

O princípio evolucionista universal do filósofo, a qual aplicou no estudo sobre o Estado, conduziu-o a apresentar que existia uma condução de um processo de crescente individualização na sociedade, levando-o a defender a primazia do indivíduo perante a sociedade e o Estado, e a natureza como fonte da verdade, incluindo a verdade moral, levando assim, por efeito à uma sofisticação da divisão do trabalho.

Há uma imensa maioria de pessoas que estão convencidas de que há só uma concepção exata de Estado. Quem, porém, repare em que as sociedades evoluem e retire as lições que a evolução geral nos ensina. Será levado, ao contrário, à conclusão de que o Estado tem provavelmente naturezas essencialmente diferentes, seguindo os lugares e os tempos (SPENCER, 1891, p. 213).

Desse modo, sociedades tribais evoluem para se tornar civilizações com maior grau de complexidade, em virtude da ação individual, pois “passando do homem como indivíduo, ao homem em sociedade, encontramos novos e mais variados exemplos da lei geral. A passagem do homogêneo para o heterogêneo verifica-se também nos progressos da civilização” (SPENCER, 1939, p. 28).

Nessa defesa da evolução das sociedades e por consequência dos tipos de Estado, que ocorreria pela ação individual no decorrer do processo histórico dos acontecimentos, os grupos sociais seriam classificados hierarquicamente “segundo a capacidade de ação dos mesmos sobre a natureza. Os povos caçadores e pescadores eram, nesse padrão de classificação, considerados os menos evoluídos, seguidos pelos criadores e agricultores. Por fim, a expressão máxima do progresso humano era a sociedade industrializada na qual a ação do homem sobre o meio natural fora desenvolvida ao máximo” (MEUCCI, 2000, p. 131-312).

Spencer destaca o antagonismo existente entre a organização das sociedades guerreiras, mais primitivas e cuja coesão era mantida fundamentalmente à força e as sociedades industriais, cuja base estava fundamentada na competição. No entanto, também reconhecia que havia necessariamente uma cooperação espontânea dos indivíduos.

Consideremos o desenvolvimento duma organização industrial. Quando algum indivíduo duma tribo mostra especial aptidão para fabricar um objeto de uso geral, como, por exemplo, uma arma, que antes cada um fabricava para si, nasce neste indivíduo uma tendência para a diferenciação, como construtor de armas (p. 79). Uma vez iniciada esta especialização da sua atividade acentua-se mais, de dia para dia; e enquanto ele se aperfeiçoa pela prática contínua, a aptidão dos seus companheiros diminui na mesma proporção por falta de exercício. De forma que as influências que determinam esta divisão de trabalho são cada vez maiores duma e doutra parte, e a heterogeneidade incipiente subsiste, em muitos casos, durante toda a geração ou talvez mais (SPENCER, 1939, p. 79).

Em sua visão sobre o papel do Estado na vida dos indivíduos e da sociedade, refutava de modo veemente que essa relação pudesse de alguma forma trazer benefícios, mas sim prejuízos para a liberdade individual e um grande dispêndio para a sociedade, defendendo sempre que “um Estado de funções universais caracteriza um tipo social atrasado; o abandono de funções por parte do Estado caracteriza um progresso para um tipo social superior (SPENCER, 1891, p. 270).

Na argumentação de que o Estado ao agir de modo a direcionar as atividades dos indivíduos com o escopo de interferir e até mesmo determinar os limites de suas ações e escolhas, aponta como este que se apresentou como necessário para garantir a liberdade individual, passou a tornar o indivíduo refém do seu próprio poder, devido a forma de escolha dos governantes e o desenvolvimento destes na condução do Estado.

Certamente, acha-se tão longe da verdade a suposta criação dos direitos pelo Governo, que, pelo contrário, os já estabelecidos antes do aparecimento do Governo, tornam-se menos evidentes à medida que este se desenvolve, paralelamente à atividade que, pela captura de escravos e o estabelecimento da hierarquia, produz o Estado; e o reconhecimento dos direitos, por sua vez, não adquire precisão senão quando o *regimem* militante deixa de ser permanente e declina o poder do Governo (SPENCER, 1884, p. 150).

Embora defensor da liberdade presente nas concepções liberais, Spencer tece críticas contundentes ao liberalismo, afirmando que “tem-se esquecido esta verdade: que em outro tempo o liberalismo defendia, habitualmente, a liberdade individual contra a coerção do Estado (SPENCER, 1884, p. 12).

E prosseguindo nesse sentido enfatiza suas críticas, mas direcionando a uma expectativa de atuação dos liberais, pois acredita que “do mesmo modo que o liberalismo lutou, nos tempos passados, contra o rei que pretendia exercer uma autoridade ilimitada, o verdadeiro liberalismo de nossos dias lutará contra o parlamento que se queria arrogar semelhante autoridade” (SPENCER, 1884, p. 26).

As críticas dirigidas ao Partido Liberal do Reino Unido eram justificadas por ele pois segundo sua concepção, ao ascenderem ao poder os liberais não promoveram a defesa intransigente das liberdades individuais, mas sim fortaleceram o papel intervencionista do Estado, uma vez que entendia que “a maior parte dos que passam atualmente por liberais, são conservadores de uma nova espécie” (SPENCER, 1894, p. 07).

Tem-se estabelecido, cada ano em maior número, regulamentações que coarctam o cidadão em esferas onde, antes, se movia em plena liberdade, e que o forçam a realizar atos que, anteriormente, tinha o direito de executar, ou não. Ao mesmo tempo os encargos públicos, cada dia mais pesados, sobretudo os locais, reduziram ainda mais a sua liberdade, diminuindo a porção de benefícios de que podia dispor à vontade, e aumentando a que lhe arrebatava, para ser gasta segundo o capricho dos funcionários públicos (SPENCER, 1894, p. 05).

Na esteira das críticas direcionadas aos liberais, comparando suas ações aos dos conservadores, Spencer aponta que com o aumento de seu poder na condução do Estado passaram assim a dirigir as ações dos cidadãos, dando um caráter coercitivo para a própria existência do Estado.

Perguntamos agora: como é que os liberais olvidaram esta verdade? Como é que o partido liberal tendo argumentado cada vez mais seu poder, se tornou cada vez mais coercitivo em suas medidas legislativas? Como é que, já diretamente, por meio de suas próprias maiorias, já indiretamente, prestando seu concurso, em certos casos, às maiorias de seus adversários o partido liberal tem adotado com demasiada frequência, a política de dirigir as ações dos cidadãos e de diminuir, portanto, a esfera dentro da qual são livres essas ações? Como podemos explicar essa confusão de ideias que o tem levado, na busca do que parece ser o bem público, a investir o método que o ajudou, em tempos passados, a realizar esse mesmo bem? (SPENCER, 1894, p. 13).

Ao final do século XIX e início do século XX, Spencer foi contemporâneo das crises do capitalismo que se iniciaram a partir de então, oriundas principalmente do aumento da desigualdade social e com o fortalecimento e diversificação de doutrinas de cunho socialista, que surgiram concomitantemente às mazelas sociais e econômicas do sistema capitalista, atreladas ainda ao crescimento desordenado da população nesse período em que também irradiavam as buscas por explicações científicas e de modelos que se coadunassem com o resgate dos ideais iluministas e de suporte ao liberalismo econômico.

O excesso de civilização alcançado pelos países da Europa, em meados do século XIX, explicitou as contradições inerentes à natureza das sociedades sob a forma de crise, de problemas a serem enfrentados. Essas contradições desnudadas fizeram com que a solução para os problemas econômicos e sociais fosse encontrada através do Estado, que começou a ser discutido no sentido de amenizá-las. Além disso, tornou-se necessária a produção de um ideário que justificasse as condições de vida dos homens e amainasse o espírito revolucionário que elas engendravam. O Estado açambarcou um grande número de tarefas, que até então não eram suas (LUCAS, 2010, p. 2).

Nesse contexto, e sob o olhar do liberalismo defendido por ele, considerou ser importante e urgente modificar e, sobretudo, mitigar as funções do Estado, pois a liberdade almejada pelo liberalismo não seria alcançada pela atuação do Estado que tornava obrigações dos indivíduos em obrigações do governo, retirando em última análise a própria liberdade individual de autodeterminação dentro da sociedade<sup>8</sup>.

Spencer aponta as consequências do aumento do poder do Estado sobre a população e aqueles que se servem do Estado, sendo que no contexto histórico dos anos finais do século XIX, em contraposição a outros pensadores liberais, que naquele momento consideravam repensar algumas diretrizes da doutrina de aumento dos gastos públicos e intervenção do Estado sobretudo na área social, devido às mazelas cada vez mais crescentes oriundas da Revolução industrial, devendo assim intervir na economia, “o filósofo evolucionista argumentava em favor do liberalismo clássico. Enquanto, muitos, para remediar os males da sociedade, admitiam a necessidade do Estado assumir um número crescente de funções, Spencer radicaliza em seus princípios (LUCAS, 2010, p. 3).

Certamente, quanto mais aumenta a intervenção do Estado, mais se estende entre os cidadãos a crença de que tudo deve ser feito para eles e nada por eles. A ideia de que o fim em mira deve ser realizado pela ação individual, ou das associações particulares, é cada vez menos compreendida, de geração em geração; e a de que deve realizar-se pelo concurso do Governo, cada vez se torna mais familiar, até que por último, a intervenção governamental chegue a ser considerada como o único meio prático (SPENCER, 1884, p. 51).

Na obra “A Justiça” (1891), Herbert Spencer corrobora suas afirmações acerca do papel destinado ao Estado e aponta as características da organização de sua gênese, apresentando, de acordo com seus estudos, o tipo de Estado militar e sua evolução para o tipo de Estado industrial que segundo ele é plenamente desenvolvido, considerando ainda o papel da sociedades constantes nesses Estados e suas diferenças estruturais materiais e morais, “há assim um elo entre evolução, sociedade e moralidade que, uma vez descoberto, serviria de fundamento para o estabelecimento de uma moralidade adequada para os seres humanos – uma ética evolucionista” (COSTA JÚNIOR, 2017, p. 44).

---

<sup>8</sup> Quanto a aversão de Spencer sobre a intervenção do Estado na vida dos indivíduos, destacamos aspectos que demonstram que ele levava esse posicionamento ao extremo também em atividades mais cotidianas em sua vida pessoal. Conforme Durant (1981) a respeito de Spencer, afirma que o mesmo “levava seus manuscritos, ele próprio, à impressora, pois não tinha suficiente confiança numa instituição governamental para colocá-los no correio (p. 97)”.

Sob a perspectiva defendida de que o Estado fosse cada vez mais aliado do processo de intervenção e condutor das diretrizes para a vida em sociedade, Spencer comungava da ideia de que o Estado deveria ser relegado a uma única função, e devendo, por sua vez, “como um órgão dum organismo designado sociedade, tinha a sua função limitada a uma única tarefa: administrar a justiça” (ROCHA, 2000, p. 100).

Sob esta diretriz, para Spencer, a consequência posta ao Estado é que além de manter a justiça, este não deve ou não poderia fazer absolutamente nada no sentido de beneficiar demais parcelas da população, mesmo que as menos favorecidas, pois dessa forma estaria a transgredir a justiça, porque neste caso estará a tratar de modo diferenciado os indivíduos considerados inferiores contra a distribuição natural de benefícios, como as recompensas, bem como negativas no caso dos castigos, dos quais dependem a sobrevivência e a melhoria do grupo, pois afirmava que “independente mesmo das restrições éticas e das deduções a tirar da especialização progressiva que se manifesta nas sociedades, temos razões igualmente sólidas para continuarmos no convencimento de que convém mais restringir do que ampliar as funções do Estado” (SPENCER, 1891, p. 295).

Assim, a evolução natural da sociedade humana rumo ao individualismo acabaria por proporcionar a forma mais desenvolvida de Estado, ou seja, aquele que não interferiria nas questões individuais, pois Spencer possuía a plena convicção de que o sistema ao cuidar dos menos favorecidas, o faria sempre às expensas do restante da sociedade, sem se importar com as consequências, trazendo aquilo que ele denomina de “escravidão futura” (SPENCER, 1900, p. 34), expressão cunhada para designar como era nociva, segundo ele, a intervenção do Estado na vida do indivíduo que tirava do mesmo a responsabilidade por seus atos e conseqüentemente o deixaria de fora dos méritos recebidos pelo seu esforço e dedicação para buscar evoluir e contribuir com o progresso social.

Não é evidente que em nosso meio deve haver uma imensidade de misérias, que são o resultado normal da má conduta, e que deveriam estar sempre associadas a esta? Há uma opinião, mais ou menos espalhada em todos os tempos e preconizada em nossos dias com grande fracasso, segundo a qual toda a dor social pode ser remediada, sendo dever de uns e de outros faze-la desaparecer. As duas coisas são falsas. Separar o castigo da má ação é lutar contra a natureza das coisas e causar uma quantidade de dor ainda maior. O mandamento “quem não queira trabalhar não deve comer”, é, simplesmente, o enunciado cristão de uma lei da Natureza, lei sob cujo império a vida alcançou o seu atual desenvolvimento, e pela qual, toda a criatura incapaz de se bastar a si mesma, deve perecer; a única diferença está em que a lei, que, em um caso, deve ser imposta á força, é, em outro, uma necessidade natural (SPENCER, 1894, p. 34).

Assim como Comte, que defendia que uma das bases para o progresso de uma sociedade seria a moral elevada<sup>9</sup>, Spencer busca esclarecer a conexão entre a evolução e a moralidade humana:

Temos que começar a considerar os fenômenos morais como fenômenos da evolução: somos forçados a fazer isso ao descobrir que eles são uma parte do conjunto de fenômenos que a evolução opera. Se todo o universo visível tem evoluído e se o sistema solar como um todo, a Terra como uma parte dele, a vida em geral, que a Terra suporta, assim como a de cada organismo individual, se os fenômenos mentais exibidos por todas as criaturas, assim como os fenômenos apresentados pelos agregados desses seres superiores estão todos em conformidade com as leis da evolução; então a implicação necessária é que esses fenômenos de conduta nessas criaturas superiores com as quais a moral está concernida também estão em conformidade com ela. (SPENCER, 1897, p. 56)

Ainda no aspecto moral, Spencer em outro momento reafirma sua ideia de vinculação do progresso de uma sociedade através da diminuição da ação do Estado, aduzindo que

resta-nos expor a mais imperiosa de todas as razões que exige a restrição da ação governamental. A formação do caráter deveria ser o fim que, sobre todos os outros, deveria prevalecer no espírito dos homens do Estado; era a concepção exata do que deve ser o caráter e dos meios próprios que para o formar excluem as intervenções múltiplas do Estado (SPENCER, 1891, p. 297).

A diferenciação dos tipos de Estado, segundo os quais Spencer considerava para tal análise as diferenciações estruturais existentes entre sociedades guerreiras e as sociedades industriais, apresentava como uma dicotomia que o mesmo entendia ser um estágio evolutivo no cerne da concepção política de condução desses Estados, pois vislumbrava de um lado o despotismo, relacionado aos estágios primitivos das sociedades mais arcaicas em contraposição ao individualismo, resultado do avanço civilizador e desenvolvido.

---

<sup>9</sup> Auguste Comte defendia que a humanidade tem uma existência mais real do que o indivíduo. Este deve, então, sacrificar-se para o progresso da humanidade, sendo que toda a moral é assim dirigida pelo princípio de que só vale moralmente aquilo que contribui para a unificação moral do gênero humano. Classifica, a partir do sistema de política positiva, as ciências em: matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia e moral. A moral vem a ser um núcleo de fenômenos constitutivos da realidade, designados por ele como fenômenos humanos, em que a moral se torna a ciência e o método supremo e final no sistema de filosofia positiva. Defende em última análise que somente por meio de uma moral elevada é possível o progresso de uma nação.

Defensor intransigente do liberalismo econômico, defendia que “o progresso social consiste na maior e mais variada produção dos objetos necessários a satisfação das nossas necessidades, na crescente segurança pessoal e da propriedade e na amplitude concedida à liberdade de ação (SPENCER, 1939, p. 12).

Quanto ao despotismo, Spencer também vislumbrou essa possibilidade quanto aos regimes existentes em sociedades mais avançadas, em que os governantes fossem eleitos, mas que mesmo sendo-lhes outorgada a autoridade pelo exercício da liberdade de voto dos indivíduos, este ao não conduzir seu governo no sentido de preservar as liberdades individuais também se equipara a um déspota.

Se os homens usam de sua liberdade de maneira a chegar ao desaparecimento dela, serão, por isso, menos escravos no que suceder? Se um povo elege, por meio de um plebiscito, a um homem que o governe despoticamente, permanecerá livre só porque esse plebiscito foi obra sua? As medidas coercitivas que dite este déspota devem ser consideradas como legítimas porque são frutos do voto popular? (SPENCER, 1894, p. 27-28).

A sociedade industrial corresponderia, assim, a um desenvolvimento e um avanço natural do sistema econômico e das instituições que de acordo a filosofia spenceriana, só foram possíveis, através de ações da própria sociedade que através dos tempos agiu para sua própria evolução, buscando selecionar os indivíduos que melhor se adequassem, pois

sob a ordem natural das coisas, a sociedade está constantemente excretando seus membros insalubres, imbecis, lentos, vacilantes e sem fé, esses homens não pensam, embora sejam bem-intencionados, e defendem uma interferência que não só interrompe o processo de purificação, mas ao mesmo tempo aumenta o vício – incentivando absolutamente a multiplicação do imprudente e do incompetente, oferecendo-lhes infalivelmente provisões, e desencorajando a multiplicação do competente e providente, por aumentar a dificuldade prospectiva de manter uma família. E assim, em sua ânsia de evitar os sofrimentos realmente salutares que nos rodeiam, esses aspirantes a sábios e pessoas tolas legam à posteridade uma contínua e crescente maldição (SPENCER, 1851, 323).

O progresso, para Spencer, é resultado de um processo de seleção, bem como defende que a maior complexidade na divisão do trabalho seria a “manifesta sofisticação nas formas de domínio do homem sobre a natureza e exige a rigorosa seleção das aptidões particulares de cada membro da sociedade. Nessa perspectiva, o desenvolvimento da divisão do trabalho anda de mãos dadas com o desenvolvimento da capacidade técnica das sociedades humanas” (MEUCCI, 2000, p. 131).

Assim, ao tratar das formas de Estado definindo como as diferentes estruturas se apresentam como formas mais arcaicas ou mais desenvolvidas, deve-se esse desenvolvimento a ação dos indivíduos em sociedade, em relação a maior ou menor divisão de tarefas de acordo com suas melhores aptidões, sendo também a causa do progresso social a diferenciação dos indivíduos dentro da própria sociedade, uma vez que

passando do homem como indivíduo, ao homem em sociedade, encontramos novos e mais variados exemplos da lei geral. A passagem do homogêneo para o heterogêneo verifica-se também nos progressos da civilização. Como se observa nas tribos bárbaras atuais, a sociedade, nas suas formas primitivas e inferiores, é um agregado homogêneo de indivíduos que tem o mesmo poder e exercem idênticas funções (SPENCER, 1939, p. 28).

Entre as principais preocupações de Spencer em sua abordagem ao defender de modo intransigente a mitigação das funções do Estado e seu alcance na vida dos indivíduos, está no fato de que considera que com a presença do Estado em diversos âmbitos da vida do indivíduo, exigiria o aumento do corpo do funcionalismo estatal responsável tanto pela presença do Estado em sua ocupação de gerir a vida dos indivíduos retirando responsabilidades que deveriam ser dos mesmos em âmbito privado, mas também, ao mesmo tempo, aumentaria a quantidade de funcionários públicos que seriam necessários para a fiscalização das funções do Estado, ou seja, argumentava que seria um dispêndio por demais oneroso à sociedade.

De todo o modo, a postura de Spencer projectá-lo-ia como um dos raros sociólogos liberais e prestigiados teóricos do liberalismo, convencido como estava, de que se o Estado fosse demasiado interveniente e não coexistisse em atitude passiva e harmoniosa com o individualismo, a sociedade industrial não poderia desabrochar. Por esta razão, o bem dos cidadãos não estaria subordinado às conveniências do Estado, mas antes devia obrigar-se o Estado a servir os interesses dos cidadãos. Spencer não se excluía, por conseguinte, do espírito vitoriano, cuja estabilidade e optimismo no âmbito social, político e económico, dominaram a partir da segunda metade do século XIX. Nessa era de prosperidade, durante a qual as ideias liberais medraram e adquiriram cada vez mais aderentes, Spencer destacou-se como um mirífico veiculador das teorias favoráveis ao desenvolvimento industrial (ROCHA, 2000, p. 60).

Noutro norte, também reconhecia que para além das despesas divididas por toda a sociedade para a manutenção da estrutura do Estado, o que caracterizava um desperdício de riquezas, uma outra vertente, igualmente nociva para o progresso social se configurava, relacionada ao desejo dos indivíduos de almejamem os cargos públicos com o escopo de

obtenção de uma posição de destaque social e econômico, mas que ao mesmo tempo favorecia não à sociedade como um todo, mas somente a anseios pessoais e egoístas.

Toda a extensão de regulamentação administrativa implica a nomeação de novos agentes reguladores, um maior desenvolvimento da burocracia e aumento de poder dos corpos de funcionários. Um corpo, relativamente pequeno de funcionários que tenha interesses comuns sobre (sic) e aja sob a direção de uma autoridade central, tem imensa vantagem sobre um público que não tenha regras fixas de conduta e que não possa ser impelido a agir de acordo, senão sob o império de uma forte provocação. Todos os que sabem quantas famílias há, nas classes médias e altas, desejosas de colocar seus filhos nas repartições do Estado, terão a prova de que a regulamentação legislativa é alentada por aqueles que, se não tivessem em jogo os seus interesses pessoais, ser-lhe-iam ser hostis (p. 50). Todos os homens, inclusive os venderios e os sapateiros, aspiram a ser funcionários públicos; e o homem que passou a toda a sua vida sem haver desempenhado um cargo oficial, parece que não é uma criatura humana (SPENCER, 1894, p. 48-50).

Todavia, discorrendo na crítica sobre o locupletamento do Estado para obter proveito pessoal, Spencer, se debruça na análise da situação daqueles que, para além de conseguir mais que um emprego público, tinham a ambição de deter o poder político para a condução do Estado segundo suas convicções políticas e partidárias<sup>10</sup>.

Identificava que eram nocivos tanto aqueles que detém o poder e fazem disso seu ideal de vida, bem como aqueles que ainda não detém o poder, mas o almejam, conduzindo toda sua vida direcionada a esse objetivo.

Ademais os próprios chefes de partido, tanto os que se esforçam para conservar o poder, como os que querem consegui-lo, procuram, cada um por seu lado, ganhar aderentes, indo mais longe que o adversário. Cada um procura a popularidade prometida mais do que o outro haja prometido, segundo temos visto recentemente. Depois, como as lutas parlamentares demonstram, a fidelidade tradicional ao chefe impede discutir o valor intrínseco das medidas propostas (SPENCER, 1894, p. 53).

---

<sup>10</sup> Sobre a relação de Spencer e a atividade política, o mesmo “era de facto um intelectual inconformista e, poder-se-á agora acrescentar, controverso, ao sentir a autoridade e a intervenção estatal como um empecilho à iniciativa individual, por ele, incondicionalmente, valorizada. De tal forma defendia a independência de pensamento, que, em 1884, ao receber um pedido de autorização para ser nomeado candidato ao Parlamento, logo respondeu ao Reverendo J. Page Hopps prenderem-se as razões da recusa com o fato de os conceitos políticos, por ele professados, divergirem dos da totalidade dos partidos políticos existentes. Segundo ele, a anuência para exercer tal cargo estava completamente fora de questão” (ROCHA, 2000, p.58).

#### 1.4 Do evolucionismo ao darwinismo social

A ideia de evolução sobre a qual Herbert Spencer se debruça como ponto central de toda sua teoria, parte da premissa única e irrefutável de que as espécies, partindo da simplicidade menos complexa e portanto, homogênea, para se tornarem cada vez mais desenvolvidas e com grau de complexidade cada vez maior, tornando-se então heterogêneas e desencadearia por consequência desse processo, a distinção cada vez maior mais de uma espécie em relação a outra com uma maior integração e organização interna.

A lei do progresso orgânico é a lei de todo o progresso; que se trate das transformações na terra, do desenvolvimento da vida á sua superfície ou do desenvolvimento das instituições políticas, da indústria do comércio, da língua, da literatura, da ciência, da arte, dá-se sempre a mesma evolução do simples para o complexo, mediante sucessivas diferenciações. Desde as mais remotas transformações cósmicas, de que ainda existem sinais, até os mais recentes resultados da civilização, vê-se que o progresso consiste essencialmente na passagem do homogêneo para o heterogêneo (SPENCER, 1939, p. 14).

A evolução tende a seguir o curso imposto pela marcha das leis da natureza, seguindo a um estado de equilíbrio e Spencer busca mostrar que, além de explicar o desenvolvimento das formas de vida, a evolução constitui o princípio básico que serve de explicação para todo e qualquer desenvolvimento, desde a esfera biológica até a vida nas sociedades, “pela marcha contínua do homogêneo para o heterogêneo, os seres tornam-se cada vez mais diferenciados e complexos. A sua existência, relacionada com os meios de conservação, desenvolve-se submetida a permanente luta, em que triunfam os mais aptos” (SPENCER, 1939. p. 8).

A filosofia sintética de Spencer, trata através da lei da evolução universal, de todos os fenômenos da realidade, consistindo em organizar de forma sistematizada através das ciências, em que tudo teria um lugar determinado e resultaria de um único princípio.

Após a sua formulação inicial no campo da investigação nas ciências biológicas, a visão darwiniana da evolução estendeu-se de forma ampla e desordenada a outros campos de investigação mais ligados às ciências humanas. Nesse contexto, o teórico britânico Herbert Spencer foi o primeiro a formular uma filosofia social e moral baseada na teoria da evolução. Enquanto Darwin busca desenvolver uma compreensão naturalista e evolucionista das formas de vida, da humanidade e suas características distintivas, como a capacidade moral humana, o projeto de Spencer é mais amplo e possui um caráter diferenciado: trata-se de

fundamentar hipóteses sociológicas e morais a partir de sua leitura da perspectiva evolucionista, com vistas a desenvolver uma filosofia integralizadora – ou um “sistema de filosofia sintética”, conforme intitulou a produção científica e filosófica centrada na ideia de evolução, que começou a publicar na década de 1860 (COSTA JÚNIOR, 2017, p. 41).

Conforme já destacado, Spencer ficou conhecido como precursor do darwinismo social, no entanto, tal conotação somente veio a ser dada em momento posterior ao conhecimento de seus estudos, pois inicialmente o foram concebidos com base nas hipóteses do naturalista francês Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829)<sup>11</sup>.

A primeira exposição de Spencer das suas ideias evolucionistas, indiciadoras da influência do princípio lamarckiano da herança dos caracteres adquiridos, surge num artigo escrito para o *Leader*, a vinte de Março de 1852, sob o título “The Development Hypothesis”, seis anos antes de Alfred Russel Wallace e Charles Darwin, separadamente, terem apresentado uma teoria da evolução à sociedade Linnaean Society of London (1858), e sete anos antes da publicação de *Origin of Species* (1859) de Darwin, obra calorosamente recebida por Spencer. Mas se Darwin tinha limitado o princípio da evolução aos seres vivos, Spencer elaborara uma lei extensiva a todas as formas da vida, da sociedade, da cultura e do Universo, inspirando-se no processo evolutivo dos seres biológicos para lavrar esses princípios (ROCHA, 2000, p. 47).

Foi a partir de Lamarck, estudioso que apregoava que era necessária uma ação do indivíduo para a sua evolução, que Spencer apresentou seu processo de desenvolvimento, na defesa de que a evolução biológica se baseava na concepção de que as sucessivas gerações de uma mesma espécie herdavam das anteriores as características adquiridas do ambiente, concepção esta que foi refutada por Darwin e que serviu de supedâneo para o próprio Spencer reformular sua teoria, pelo que “satisfez-se com a teoria de Darwin, mas achava que havia fatos que ela não podia explicar e que forçavam uma aceitação modificada dos pontos de vista de Lamarck” (DURANT, 1981, p. 51) .

---

<sup>11</sup> Jean-Baptiste Pierre Antoine de Monet - Chevalier de Lamarck (1744-1829) - foi o naturalista francês que desenvolveu a teoria dos caracteres adquiridos, sendo responsável por desenvolver uma teoria coesa de evolução biológica. Lamarck personificou as ideias pré darwinistas sobre a evolução, sendo responsável ainda por introduzir o termo *biologia* no rol das ciências. “Para ele, o meio exterior pode modificar ou suscitar uma necessidade durável, podendo agir sobre um órgão: este pode desaparecer por falta de uso, ou se desenvolver por um uso intensivo” (JAPIASSU e MARCONDES, 1991, p. 116). Lamarck defendia a geração espontânea e contínua das espécies, com os organismos mais simples a serem depois transmutados com o tempo tornando-se mais complexos e próximos da perfeição considerada ideal. Defendia, portanto, um processo teleológico, com um fim determinado em que os organismos se tornam mais perfeitos à medida que evoluem.

Na teoria de Lamarck impera a noção de finalidade de que todo ser vivo possui um caminho a seguir e um destino a alcançar, no sentido de um progresso que fatalmente conduziria à transformação das espécies.

Há notáveis semelhanças entre a teoria de Spencer e a de Lamarck. Porém o modelo spenceriano tem um escopo maior, abrangendo não só os seres vivos, mas toda matéria do universo. Spencer formula uma lei mecânica do progresso universal exibida da evolução do simples para o complexo, através de diferenciações sucessivas (BAIARDI, 2008, p. 54).

Noutro sentido, na teoria de Darwin não havia a certeza da finalidade do processo de evolução, pois o pressuposto aqui estava relacionado à diversidade das espécies, não havendo uma condição intimamente ligada desta diversidade com o objetivo de evolução contínua.

Ideias relativas à mudança passaram a ser sistematicamente introduzidas na compreensão dos aspectos do mundo natural nos últimos séculos. Uma visão dessa dinâmica aplicada ao mundo vivo foi desenvolvida pelo naturalista francês Jean-Baptiste Lamarck, que propôs uma teoria inovadora em 1809, onde o processo evolutivo consistia em uma escalada de complexidade, onde seres vivos primitivos – originados espontaneamente – se transformariam gradualmente, tornando-se cada vez mais complexos. As mudanças nas formas de vida se dariam em relação ao ambiente, que forçaria os seres vivos a modificar seus hábitos, devido às necessidades de sobrevivência, e essa mudança resultaria na alteração dos padrões e no uso e desuso de suas características. Tais alterações seriam herdadas, o que explicaria a diversidade e a complexidade cada vez maior entre as formas de vida. O exemplo clássico seria o a girafa, que desenvolveu seu pescoço dado o uso que esta forma de vida dava a essa parte de sua estrutura corporal (COSTA JÚNIOR, 2017, p. 27-28).

A evolução, segundo Spencer, passa por três momentos distintos, a mudança de um estado menos lógico e coerente para um estado mais lógico e coerente, a mudança evolutiva de um estado homogêneo para um estado heterogêneo e a mudança do indefinido para o definido. Tal movimento se mostra presente em todo o universo, seja nas mudanças ocorridas nas diversas fases de desenvolvimento do planeta, na fauna, na flora, nos minerais, nos seres microscópios e até na espécie humana.

Que todo o organismo existente se desenvolveu seguindo a progressão do simples para o complexo, é, efetivamente, o primeiro princípio estabelecido, e que os organismos que já não existem devem ter-se desenvolvido de modo análogo, eis que uma indução que nenhum fisiólogo se negará a admitir os peixes os mais antigos vertebrados e os mais homogêneos entre as espécies dos vertebrados; mais recentes e mais heterogêneos são os répteis; e mais recentemente e ainda mais heterogêneos são os mamíferos e as aves. (SPENCER, 1939, 21-23).

Importante salientar que na filosofia spenceriana, é ressaltado que na passagem do homogêneo ao heterogêneo relacionado ao desenvolvimento social, é dada ênfase ao demonstrar que em relação a esse melhor desenvolvimento, a sociedade inglesa foi aquela que melhor demonstrou essa passagem, sob o contexto das mudanças sociais consequentes da maior complexidade da divisão do trabalho, devido a ser o Reino Unido o berço da Revolução Industrial. Nessa direção,

Spencer defendia que os ingleses acabaram por desenvolver hábitos mais disciplinados, principalmente quando comparados com os “selvagens”, dotando-se, cada vez mais, de um poderoso autocontrole, como também de uma dedicação especial às laboriosas responsabilidades do dia-a-dia, em um ambiente, que por sua vez, possuía recursos cada dia mais escassos (BAIARDI, 2008, p. 47).

Tal análise da superioridade dos ingleses quanto ao grau de desenvolvimento podia ser, segundo Spencer, analisado em comparação com demais nações, e suas instituições, em que perpassando pelos sistemas políticos, organização das classes trabalhadoras, sistema legislativo de vários países, restava demonstrado que quem mais se sobressaiu foram aquelas nações que atingiram um patamar mais elevado na passagem para uma sociedade industrial.

Deve-se notar, além disso, que heterogeneidade crescente, nas instituições de cada país, é igual nas instituições de vários países, comparadas entre si, o que origina diferenças, maiores ou menores, no sistema político e na legislação, nas crenças e instituições religiosas, nos costumes, usos e cerimoniais. Simultaneamente, aparece outra diferença de natureza mais familiar, por virtude da qual a massa social se divide em classes distintas e categorias de trabalhadores. Enquanto na parte governante se produziu a complicada evolução até agora exposta, entre os governados produziu-se o mesmo fenômeno, donde deriva a extraordinária divisão de trabalho que caracteriza as nações adiantadas. Há, porém, outras fases mais elevadas, nesse progresso do homogêneo para o heterogêneo, na organização industrial da sociedade. (SPENCER, 1939, p. 32).

Na mesma linha de raciocínio acerca da superioridade dos ingleses, refere-se Spencer também à sofisticação da própria língua inglesa, mediante seu grau de heterogeneidade elevado em relação às outras línguas, remetendo a evolução histórica das linguagens para esse embasamento numa desconstrução das demais para corroborar a superioridade da matriz anglo saxônica.

E pode observar-se que, especialmente devido a ter levado a esta subdivisão de funções a um alto grau de extensão e determinação, é a língua inglesa superior a todas as outras. A filologia descobriu há muito tempo que em todas as línguas se podem agrupar as palavras em famílias com uma origem comum. A multiplicação de línguas dá também testemunho da passagem do homogêneo para o heterogêneo. Passando da linguagem falada para a escrita, encontramos várias series de fatos que implicam a mesma verdade. A linguagem escrita tem estreita conexão com a pintura e a escultura e, como estas, a princípio, depende da arquitetura que, por sua vez, se liga estreitamente com a primitiva forma de todo governo - a teocracia (SPENCER, 1939, p. 36-37).

No modelo spenceriano, que pensa a sociedade como um organismo vivo, a existência de indivíduos com maior grau de desenvolvimento em comparação a outros devia-se ao processo evolutivo e à seleção natural dentro da espécie.

A evolução é progressiva, irreversível e busca o equilíbrio e nessa convergência apresentada por Spencer, o processo de seleção que sustenta a evolução é um mecanismo que reflete um direcionamento da espécie, pois nessa vertente, mencionado processo leva necessariamente a um progresso, principalmente no caso da espécie humana.

Quando a evolução é observada em relação aos homens, esta conduzirá a espécie humana a um patamar de superioridade e perfeição que fatalmente conduziria a felicidade plena pois “seja ou não o progresso do homogêneo para o heterogêneo bastante visível na história biológica do globo, ela aparece, com relevo suficiente, no desenvolvimento do ser mais moderno e mais heterogêneo - O Homem” (SPENCER, 1939, p. 25).

Ao justificar sua defesa em considerar o homem como o ser de mais alto grau de superioridade na escala evolutiva, é trazido a ideia da superioridade biológica para esse intento e nessa diretriz surgem as diferenças na escala evolutiva entre os próprios membros da raça humana, em que a competição entre indivíduos da mesma raça também acabaria por produzir seres superiores pertencentes a uma mesma organização social e elevada a uma escala maior, a competição também alcançaria as classes dentro de uma mesma sociedade e por conseguinte as sociedades dentro de uma mesma nação e a nação dentro dos continentes e do próprio planeta.

A partir dessa premissa, Spencer exemplifica e justifica, sob o manto da biologia, a modernidade e heterogeneidade do homem afirmando que “o homem civilizado possui também o sistema nervoso mais complexo ou heterogêneo do que o homem não civilizado, fato que corresponde à maior relação que o cérebro do primeiro tem com os gânglios subjacentes” (SPENCER, 1939, 25-26).

Como expressão da ideia contida em Spencer acerca da existência de superioridade entre os diferentes grupamentos humanos, cita como a criança, ainda considerado um ser humano em desenvolvimento biológico e de formação intelectual ainda inferior em relação aos adultos. Equipara-se as chamadas raças inferiores referindo-se a grupos humanos que não atingiram o estágio de desenvolvimento das nações europeias.

Na defesa de sua teoria de superioridade da raça com base no fenótipo, aduz Spencer que “a criança europeia tem muitos pontos de semelhança com as das raças inferiores, como se vê no achatamento das asas do nariz, na depressão deste, na divergência e abertura das narinas, na forma dos lábios, na distância entre olhos e na pequenez das pernas” (SPENCER, 1939, p. 26).

Dessa forma traz a observação fundada na biologia e na fisiologia da espécie humana para justificar suas teorias e conseqüentemente desencadeia uma série de interpretações que vieram a dar azo a diversas outras teorias que em determinado contexto e época foram utilizadas para justificar, no campo político e ideológico, a superioridade da raça baseada em caracteres físicos, genéticos, fisiológicos, o que acabou irradiando tais concepções para a diferenciação de superioridade cultural, do desenvolvimento econômico, posição social entre as nações, para assim direcionar suas políticas de relação entre os países em questões de política externa e entre os grupos sociais nas questões internas.

As ideias de Spencer proporcionaram a ele especial notoriedade devido a defesa da sobrevivência dos mais aptos, por meio do darwinismo social e que não se coaduna a princípio com a ideia defendida por Darwin da sobrevivência dos mais adaptados. Nesse sentido o darwinismo social tinha uma especial receptividade entre as classes mais favorecidas economicamente, obtendo também uma grande influência entre ideologias políticas e programas de governo que tomam a partir de então posicionamentos com base nas proposições de Spencer.

O progresso, para o qual contribuiria uma sociedade livre da intervenção estatal (impeditiva do progresso natural) pautada por um grande individualismo, estava, segundo esta perspectiva, dependente da competição entre os homens. Os mais individualistas e fortes seriam os bons competidores e merecedores do sucesso alcançado nessa luta, na qual os mais fracos, por oposição, seriam os vencidos e os socialmente inferiores. A hierarquia social refletiria, deste modo, as leis universais da natureza. Se no meio natural só os mais fortes sobrevivem, do mesmo modo, nas estruturas sociais e econômicas, só os melhores teriam sucesso. Os pobres e as classes menos favorecidas representavam, assim, um grupo de indivíduos biologicamente inferiores porque haviam perdido a luta pela sobrevivência. Uma vez a pertencerem ao grupo dos desfavorecidos e caso não fossem capazes de melhorar, mereceriam o destino (ROCHA, 2000, p. 41).

De acordo com Pinker (2018), houve um mau uso político e por consequência equívocos epistemológicos relacionados a ideia de aplicação do conceito de darwinismo social de Spencer, desvirtuando-o para justificar a existência de demais teorias de superioridade racial e de formas de exploração entre as nações, com a ideia de que era um curso natural do processo evolutivo.

Sua filosofia política, uma forma de libertarianismo, foi adotada por magnatas corruptos, defensores da economia do *laissez-faire* e oponentes dos gastos sociais. Uma vez que essas ideias tinham um cheiro de direita, escritores de esquerda aplicaram de forma equivocada o termo “darwinismo social” a outras ideias com o mesmo feitio, como o imperialismo e a eugenia, embora Spencer fosse firmemente contra esse ativismo de governo” (PINKER, 2018, p. 466-467).

No contexto dos anos finais do século XIX e nos primórdios do século XX, o darwinismo social de Spencer ganha contornos cada vez mais relevantes, influenciando sobremaneira outros autores e sobretudo, as tomadas de decisões e direcionamentos no âmbito da política, da economia, e na defesa da menor intervenção possível do Estado, pois no darwinismo social implicava-se que os menos favorecidos deveriam ser deixados de lado, pois eram menos aptos a sobreviver, entendendo isso como uma condição natural.

O darwinismo social ocupou espaço importante na construção de ideologias que fundamentaram sistemas nacionalistas de condução do Estado, que evocaram a justificação de teorias de superioridade racial, bem como do próprio liberalismo econômico ocidental, tal que ele suponha que “o progresso social consiste na maior e mais variada produção dos objetos necessários a satisfação das nossas necessidades, na crescente segurança pessoal e da propriedade e na amplitude concedida à liberdade de ação” (SPENCER, 1939, p. 12).

Precursores de Spencer e do seu darwinismo social- cuja aceitação nos Estados Unidos excedeu todas as expectativas do teórico- surgiram, também, através das obras de autores da Europa Central, principalmente originários do Império Austríaco, defensores da existência de raças dominantes que organizavam o Estado sob a sua égide. Em França, Joseph Arthur Gobineau, em *Essai sur l'Inégalité des Races Humaines* (1853-1855), expressaria um pensamento de cariz racista ao advogar a legitimidade de classes superiores, as quais acabaram por vir a influenciar o nacional-socialismo. Ao longo da segunda metade do século XIX, diversos intelectuais ingleses e, particularmente, americanos como já se referiu, abraçaram a teoria do evolucionismo social para justificar as desigualdades na sociedade. Foi este o caso de Walter Bagehot ao desenvolver a teoria da evolução dos grupos humanos assente na luta entre eles travada pela sobrevivência, ou de William Graham Sumner, professor da Universidade de Yale, e um dos discípulos de Spencer nos Estados Unidos que considerava firmar-se o progresso dos povos na concorrência livre, da qual deveria resultar a vitória dos mais capazes (ROCHA, 2000, p. 56).

Devido à alta aceitação das teorias spencerianas, pela conveniência que elas exprimiram naquele momento nos Estados Unidos, Spencer ao visitar aquele país norte americano, pôde observar como ele se encontrava consolidado como o filósofo do evolucionismo social, inclusive com a criação de cursos para discussões científicas nas universidades americanas, principalmente na segunda metade do século XIX. Spencer demonstra que deve existir a interação entre as ciências e como estas ao interagir são complemento e causa de progresso umas das outras.

Assim como vimos que a lei do progresso, a que obedecem o mundo orgânico e o inorgânico, é também a verdadeira causa que determina o progresso em todos os casos que acabamos de mencionar. É fácil de demonstrar, detalhadamente, que o progresso duma ciência impulsiona as restantes; a astronomia, por exemplo, aproveitou-se das descobertas da óptica, dando origem à astronomia microscópica e auxiliando o desenvolvimento da fisiologia; também a química, indiretamente, fez progredir os nossos conhecimentos acerca da eletricidade, do magnetismo, da biologia e da geologia, ao passo que a eletricidade, por sua vez, influiu nos estudos químicos, nos do magnetismo, nas descobertas relativas à luz, ao calor e a muitas leis da atividade nervosa (SPENCER, 1939, p. 87).

Essa interação entre as ciências, preconizadas por Spencer levaram a consequências que o próprio filósofo britânico não era partidário e rechaçava o uso de suas teorias com finalidades políticas, partidárias ou ideológicas.

É importante ressaltar que ao darwinismo social concorreram outras ciências, como a genética, a psicologia, a neurologia, a sociologia, a antropologia e a etnologia. A genética considerou que a definição e a hierarquização das raças se baseavam em caracteres aparentes (cor da pele, textura do cabelo, forma do crânio). A psicologia e a neurologia buscaram comparar o rendimento intelectual (testes de QI e aptidões) dos indivíduos ou dos grupos e a análise das diferenças logo se transformou em estudo das relações de superioridade e inferioridade. A sociologia tentou aplicar o resultado de pesquisas biológicas e genéticas feitas em animais aos homens e difundiu o conceito de "limiar de tolerância" como recurso natural para justificar a rejeição das minorias. A antropologia e a etnologia definiram as raças como resultado de uma divisão da humanidade em função de características físicas transmissíveis. Pode-se observar que o darwinismo social, na verdade, era ideológico e estava, desde o início, associado a uma apologia do *laissez faire* econômico e social, a uma defesa da sociedade capitalista. Assim, rapidamente vinculou-se a ideologias eugenistas e racistas (BOLSANELLO, 1996, p. 154).

No entanto, no decorrer do século XX suas teorias acabaram por ser distorcidas e várias releituras as levaram a corroborar a legitimidade de outras áreas do conhecimento, como a eugenia<sup>12</sup> aplicada como fator de depuração da raça humana no caminho do progresso e desenvolvimento, que se associara intrinsecamente ao regime totalitário do nacional socialismo<sup>13</sup>.

Em nome da eugenia, foram esterilizados aproximadamente 36 mil indivíduos, nos Estados Unidos, entre 1900 e 1940: doentes mentais e os chamados desviados (marginais, vadios etc.). Um bom número de intelectuais eminentes associou-se às ligas eugenistas de muitos outros países (inclusive democráticos), que também adotaram medidas de esterilização, antes da Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, as ideias de Hitler foram em boa parte fundamentadas pelo darwinismo social, pela eugenia e pelo racismo dito científico, resultando no genocídio que estremeceu a humanidade. (Blanc,1994) Observa-se com amarga ironia que o desenvolvimento do darwinismo social, do racismo “científico” e da eugenia, foi paralelo ao do ideal liberal e democrático, os quais apelaram para o novel prestígio da ciência quando foi preciso justificar as desigualdades e acalmar as consciências pesadas ante a recusa do reconhecimento ou a flagrante violação dos direitos de uma parte da humanidade (BOLSANELLO, 1996, p. 155-156).

Ao vislumbramos a teoria spenceriana, fundada no evolucionismo, com sua vertente no darwinismo social, cabe observar que sua aplicação acabou por ser uma fonte de legitimidade às teorias que deram sustentação filosófica e ideológica aos interesses capitalistas em suas mais diversas apresentações, seja por meio do eugenismo, da adoção de teorias racistas, nas várias faces do fascismo e subsidiando a estrutura da sociedade industrial do ocidente.

---

<sup>12</sup> Eugenia é o termo criado em 1883 por Francis Galton (1822-1911) que a definiu como o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente. De acordo com Pinker (2018) “a eugenia é outro movimento que tem sido usado como um trabuco ideológico [...] o movimento da eugenia foi permanentemente desacreditado por sua associação com o nazismo. Mas o termo sobreviveu como um modo de macular uma série de empreendimentos científicos como aplicações da genética médica que permitem aos pais ter filhos sem doenças degenerativas fatais e todo o campo da genética comportamental, que analisa as causas genéticas e ambientais das diferenças individuais. E desafiando o registro histórico, a eugenia é com frequência retratada como um movimento de cientistas de direita” (p. 467).

<sup>13</sup>“Hitler inegavelmente foi influenciado pelas versões abastardas do darwinismo e da genética que se popularizaram nas primeiras décadas do século XX, e citou especificamente a seleção natural e a sobrevivência dos mais aptos quando expôs sua doutrina” (PINKER, 2004, p. 216).

## 1.5 A Educação em Herbert Spencer

Herbert Spencer alicerça sua teoria educacional nos pilares do ensino das ciências, na crítica ao ensino tradicional clássico, na defesa incisiva da não intervenção do Estado na educação e na classificação hierárquica dos conteúdos que deveriam ser ensinados nas escolas, não somente em relação às disciplinas dispostas no currículo escolar, mas também no método utilizado, dando-se uma concepção utilitarista<sup>14</sup> ao ensino ministrado nas instituições escolares.

Spencer tornou-se o principal representante do evolucionismo nas ciências humanas, aplicando ideias oriundas das ciências naturais para a renovação da educação em bases científicas.

Preparar-nos para a vida completa, para a vida no sentido mais lato da palavra, diz Spencer, este o fim da educação. Cultura harmônica e metodicamente aplicada ao desenvolvimento das faculdades naturais do homem, a educação cria ao indivíduo um verdadeiro meio interno, rico de normas de ação e de elementos de trabalho. Robustecer o corpo, enriquecer o espírito, formar o caráter, tais são os pontos capitais do seu complexo programa, da plena execução do qual tem de surgir a entidade social nas melhores condições de felicidade pessoal e dos seus semelhantes (J. Mill, Spencer), e de atingir o máximo grau de perfeição (S. Mill) É ao problema educativo que intimamente se prendem as mais graves e as mais imperiosas das questões do dia. É a rena pedagógica que se acolhe a luta suprema da civilização (JORGE, prefácio in SPENCER, 1884, p. 12).

Defende que todos devem ser educados, mas não pelo Estado, assim, a ideia contrária à intervenção do Estado na sociedade, tratada pelo filósofo britânico ao longo de sua trajetória intelectual, também se aplicou concernente à Educação, ressaltando neste caso que o parâmetro adotado por Spencer em relação a dicotomia Estado e educação estava alicerçada naquilo que o mesmo observara no campo educacional no Reino Unido no século XIX.

---

<sup>14</sup> O utilitarismo é uma doutrina ética proposta inicialmente por Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873). Tal doutrina fundamenta-se no princípio de utilidade, que determina que a ética deve basear-se sempre em contextos práticos, pois o agente moral deve analisar a situação antes de agir e sua ação deve ter por finalidade proporcionar a maior quantidade de bem-estar ao maior número de pessoas possível para que seja moralmente correta. Quanto ao proposto por Spencer, os conteúdos mais úteis a ser ministrados no ensino estavam relacionados aqueles que tivessem maior valor para a sobrevivência do indivíduo, defendendo que “o valor de cada espécie de cultura, como auxiliar da vida perfeita, pode ser ou necessário, ou mais ou menos contingente. Há conhecimentos de valor intrínseco; conhecimentos de valor quase intrínseco; e conhecimentos de valor convencional” (SPENCER, 1884, p. 18).

Diferente da grande maioria dos países europeus, nessa época o ensino britânico era um assunto tratado no âmbito privado, sendo que a interferência estatal no ensino era mínima, sendo relegada a recomendações instrutivas pelo parlamento para que os industriais ingleses fornecessem ensino aos seus empregados, mas sem consequências positivas diante da falta de fiscalização e punição daqueles que não procediam nessa direção. Restava à educação ser um assunto afeto a entidades filantrópicas, dependendo de caridade e doações. Nesse contexto

Na tentativa de acompanhar as mudanças em curso na Europa e fornecer aos súbditos a educação necessária para bem servir o país, tornando-os uma força de trabalho apta a enfrentar os desafios do progresso tecnológico e dos recentes desenvolvimentos da Revolução Industrial, o governo inglês deu também início às reformas do sistema educativo, sensivelmente, entre 1815 e 1870. No entanto, ao invés do sucedido na França e na Alemanha, onde cedo se encetaram alterações de vulto nas escolas e a educação passou a ser um assunto do Estado, os estabelecimentos de ensino britânicos, no início do século XIX, ainda existiam em regime de voluntariado, sendo apenas assinaláveis, mas de pouco significado, os melhoramentos alcançados pela iniciativa de Joseph Lancaster e Andrew Bell. De facto, por altura do ano de 1815, o método pedagógico mais comum na Grã-Bretanha advinha do plano Lancaster e Bell, designado “monitorial” system, cujo objectivo principal era a preparação dos alunos mais velhos para ensinarem, por sua vez, os mais novos (ROCHA, 2000, p. 12).

Herbert Spencer, no entanto, defendia que a escola deveria ser privada em todos os anos de ensino, uma vez que deixar a cargo do Estado tal incumbência traria prejuízos muito maiores do que os eventuais benefícios que poderiam advir se o acesso ao sistema educacional fosse gratuito a todos, pois não estaria com o acesso gratuito a educação formando jovens que pudessem ter o discernimento da necessidade de competição e assim tornarem-se mais aptos no sistema, pois considerava que “o fato de dar instrução gratuita às crianças será seguido em alguns casos, pelo de lhes facilitar da mesma forma o alimento, e quando estes uso se haja generalizado gradualmente, podemos estar seguros de que se estenderão a outros muitos casos (SPENCER, 1884, p. 46).

Spencer cita como exemplos não benéficos para a sociedade as determinações dos liberais através da legislação que determinava a criação de escolas, impunha a obrigação dos pais de levar os filhos as escolas e regulamentava as questões afetas à educação.

A aversão ao Estado enquanto mantenedor da educação, era fundamentada na premissa de que a dicotomia existente entre o binômio oferta e procura, presente na economia, também deveria estar presente na educação.

Tal defesa não impediu que Spencer abordasse a questão da educação de modo propositivo, e desta forma, é de extrema importância a teoria educacional spenceriana, que influenciou educadores pelo mundo todo, inclusive reformistas, pois “embora a temática pedagógica não tenha, aparentemente, sido o eixo fulcral do sistema filosófico arquitetado por Spencer, ocupou um lugar de relevo no seu pensamento, constatável pela forma recorrente como essa temática é abordada em muitos dos seus textos dedicados a outras matérias” (ROCHA, 2000, p. 7).

Defensor do ensino das ciências, argumentava sobre quanto seria compensador o investimento de tempo e recursos para uma formação humanista, demonstrando em seus estudos a importância e, sobretudo, a necessidade de um saber de cunho utilitarista, seguindo a tendência presente nos anos finais do século XIX, tecendo críticas ferrenhas à educação humanista que privilegia conteúdos que não tinham capacidade de proporcionar um conhecimento aos alunos que os tornasse capazes de se tornarem aptos a ser parte integrante da sociedade industrial.

A respeito da educação, em que pese as diferenças propositivas existentes entre Comte e Spencer, exaustivamente expostas pelo segundo, o filósofo francês é invocado para desta vez, corroborar as afirmações de Spencer.

É verdade que, afastando-me de Comte no que concerne aos princípios fundamentais que caracterizam o seu sistema, aproximo-me dele em muitos pontos de importância secundária. Invoquei a sua autoridade quando tentei demonstrar por novas provas a doutrina segundo a qual a educação do indivíduo deve conformar-se, em seu objeto e na sua marcha, com a educação do gênero humano considerado historicamente (SPENCER, 1900, p. 81).

Spencer define o que determina o caráter da educação, demonstrando o ponto central de sua teoria educacional que se reflete em quais são os conhecimentos de maior valor, no entanto, “propondo a inversão dos percursos educacionais – a supremacia da ciência ao invés do domínio das humanidades – Spencer suscitou, sem dúvida, o despeito, a crítica e o antagonismo de alguns, mas, igualmente, o respeito e a veneração de muitos outros, conquistando para si um lugar de destaque na filosofia do século XIX (ROCHA, 2000, p. 36).

Assim, em suas implicações constrói a partir de suas assertivas toda a sistemática educacional defendida em seu modelo de educação.

Os conhecimentos de maior valor não são os que mais consideração nos merecem; mas aqueles que nos trouxeram maior cópia de aplausos, de honras, de respeito, os que mais facilmente nos levarem à influência e a posição social, os que mais impuserem, como o que nos importa não é aquilo que realmente somos, mas o que mostramos ser, assim, na educação, a questão não está no valor intrínseco dos nossos conhecimentos, mas nos seus efeitos extrínsecos sobre os outros. E como esta é a nossa ideia dominante, vê-se que temos menos em vista as coisas de utilidade direta, do que o selvagem quando aguça os dentes e pinta as unhas. Também é verdade, que de tempos a tempos, ouvimos reviver a ordinária controvérsia sobre os méritos comparativos do ensino clássico e do ensino matemático. Imaginar que se decide a questão de saber qual é a melhor educação, se a matemática ou a clássica, decidindo qual é a melhor educação, se a matemática se a clássica, decidindo qual é o ideal de educação, é a mesma coisa que supor que toda a ciência da dieta consiste em averiguar se o pão é ou não mais nutritivo do que as batatas! A questão de que nos ocupamos é de importância transcendente; não consiste em saber se este ou aquele conhecimento tem algum valor, mas - qual é o seu valor relativo (SPENCER, 1884, p. 9).

Para Spencer na definição de quais os conhecimentos seriam aqueles de maior valor a ser ensinados nas instituições escolares o objetivo pretendido deveria estar relacionado à busca de apreciar os seus valores, de modo a saber qual desses conhecimentos poderia ter mais utilidade para a vida em sociedade, e assim, a ciência cada vez mais deveria ser considerada a ocupar uma posição no saber.

Ao abordar a importância dos valores dos conhecimentos também esboça contundentes críticas sobre o caráter da própria educação e as formalidades que tem maior relevância para os indivíduos do que o conteúdo dos conhecimentos adquiridos através do ensino clássico.

Nenhum de nós se contenta em deixar desenvolver as nossas individualidades naturalmente, em todas as direções; desejamos ardentemente impor aos outros a nossa personalidade, e até certo ponto subjugá-los. É isto o que determina o caráter de nossa educação. Os conhecimentos de maior valor não são os que mais consideração nos merecem; mas aqueles que nos trouxeram maior cópia de aplausos, de honras, de respeito, os que mais facilmente nos levarem à influência e a posição social, os que mais impuserem, como o que nos importa não é aquilo que realmente somos, mas o que mostramos ser, assim, na educação, a questão não está no valor intrínseco dos nossos conhecimentos, mas nos seus efeitos extrínsecos sobre os outros. E como esta é a nossa ideia dominante, vê-se que temos menos em vista as coisas de utilidade direta, do que o selvagem quando aguça os dentes e pinta as unhas (SPENCER, 1884, p. 7).

Spencer classifica, por ordem hierárquica de importância, as atividades para a conservação da vida do homem, que segundo ele, são aquelas que representam os gêneros principais que constituem a vida do homem, e que devem assim ser priorizadas quando da escolha de conteúdos de ensino, sendo então necessário determinar quais as áreas científicas prioritárias a ensinar, no entanto justifica que “não há, talvez, assunto que chame atenção do homem que não tenha qualquer valor. Se nós tivéssemos tempo de estudar, então não tínhamos necessidade de estudar especialmente qualquer delas. Na educação portanto, é esta a questão das questões” (SPENCER, 1884, p. 9-10).

Define então quais são as atividades por ordem de importância e por conseguinte qual a prioridade deve ser dada pela educação seguindo essa ordem, podendo ser assim enunciadas:

**QUADRO 2:** Ordem de atividades na vida dos homens por grau de importância

1 <sup>a</sup>	Atividades que diretamente contribuem para a conservação própria
2 <sup>a</sup>	Atividades que, assegurando coisas necessárias à vida, contribuem para a conservação própria
3 <sup>a</sup>	Atividades que tem por fim a educação e disciplina dos filhos
4 <sup>a</sup>	Atividades relativas ao nosso procedimento social e às nossas relações políticas
5 <sup>a</sup>	Atividades que preenchem o resto da vida, consagradas à satisfação dos gostos e dos sentimentos

Fonte: Elaborado pelo autor com conteúdo presente em Spencer (1884).

Seguindo objetivamente essa ordem definida das atividades de maior importância na vida do homem, Spencer também aduz que é função e objetivo da educação se ocupar dessas atividades, para que “contribua diretamente para a conservação própria; aquela que para ela contribua indiretamente; aquela que concorre para a conservação da família; aquela que concorre para o bom cumprimento dos deveres do cidadão; aquela, finalmente, que concorre para os diversos prazeres da vida (SPENCER, 1884, p. 17).

Na educação Spencer buscar demonstrar que somente pela ciência a Educação pode atingir o escopo pretendido, pois somente através do ensino de conteúdos científicos, do abandono do ensino clássico que nada agrega ao conhecimento humano naquilo que tange a utilidade para o alcance do progresso.

Como defendeu em toda sua trajetória intelectual, a ciência na educação é a resposta para todos os questionamentos relacionados a quais eram os conteúdos de maior valor.

Para a conservação própria, para a conservação da vida e da saúde, o conhecimento mais importante é a ciência. Para a indireta conservação própria, o que se chama ganhar a vida, o conhecimento de maior valor é a ciência. Para o justo desempenho das funções da família o guia mais próprio só se encontra na – Ciência. Para a interpretação da vida nacional, no passado e no presente, sem a qual o cidadão não pode justamente regularizar o seu procedimento, a chave indispensável é a ciência. Para a produção mais perfeita e para os gozos da arte em todas as suas formas, a preparação imprescindível é ainda a ciência, e para os fins da disciplina intelectual, moral e religiosa – o estudo mais eficaz é, ainda uma vez, a ciência (SPENCER, 1884, p. 85-86).

No entanto, é defendido pelo mesmo que o ensino de ciências não deveria se resumir somente ao conteúdo escolar, mas também como métodos de ensino, pois a ciência ensinada nas escolas não encontraria a efetividade desejada devido aos problemas de método de ensino ineficientes e em dissonância com aquilo que era exigido pela sociedade na formação do indivíduo, que deveria ser capaz de contribuir e ao mesmo tempo, usufruir daquilo que a sociedade lhe proporcionava à medida de seus esforços na busca do progresso.

Contrário aos métodos de ensino praticados nas instituições escolares que estavam umbilicalmente ligados ao ensino clássico, Spencer buscava em seus escritos demonstrar o a importância do conhecimento científico que deveria estar presente tanto na vida quanto nas atividades diárias dos indivíduos, capazes de fazer com que os alunos adquirissem conhecimentos necessários para a vida prática e cotidiana.

A partir da filosofia da ciência de Spencer, a produção da experiência educativa foi imbuída pelo sentimento de que era sua função estabelecer uma organização plena entre os dois polos da formação – o ensino e a aprendizagem, segundo a hierarquia da formação intelectual, moral e física dos indivíduos, e conforme o princípio científico de utilidade e progresso expresso nas leis naturais recorrentes na psicologia, na economia, na higiene e em uma ética individualista, a fim de alcançar o organismo social (BORGES, 2018, p. 83).

Em linhas gerais o tema Educação, que sempre esteve presente em suas obras, foi apresentado de maneira específica e direcionada ao debate quando ganha destaque com a publicação da obra Educação Intelectual Moral e Física (1861), que agrupava os debates de Spencer sobre a educação, os quais estavam distribuídos em quatro ensaios intitulados:

Quais os conhecimentos de maior valor? Educação Intelectual, Educação Moral e Educação Física<sup>15</sup>.

No meio educacional seu livro mais conhecido é *Educação Intellectual, Moral e Physica* (1927), publicado pela primeira vez em 1861. Neste livro, além de fazer sérias críticas ao ensino clássico, Spencer faz a defesa intransigente dos conhecimentos úteis, como aqueles que formam o homem de negócios e produzem o bem-estar pessoal. Nele, Spencer define qual conteúdo a escola deveria veicular: as ciências. Elas constituem-se, segundo Spencer, em uma categoria de conhecimentos que permite a realização das atividades que tornam possível a vida civilizada (LUCAS, 2010, p. 03).

Conforme já exposto, no que se refere as ideias de Spencer direcionadas a educação, ao defender que a esta deve ser dado a missão de preparar o homem para os exercícios de atividades que o proporcionam uma vida completa, elenca que para cada uma destas atividades deve corresponder uma parte da educação. Por esta análise “poder-se-á proceder à apreciação de como Spencer preconizava o escopo da educação do homem moderno e, de igual modo, veiculou a sua defesa do evolucionismo no domínio da instrução” (ROCHA, 2000, p. 7).

Nessa linha de pensamento é defendido pelo filósofo inglês cada uma das áreas do conhecimento que devem ser estudadas, definindo que para a conservação da saúde deve ser estudada Fisiologia e Higiene; para obter bons resultados no exercício do emprego deve ser estudadas ciências que o propiciem uma educação profissional; na educação dos filhos devem ser estudadas ciências ligadas a princípios de Educação; nas funções sociais várias ciências devem ser estudadas, o mesmo deve ocorrer em relação a moral bem como a educação física que devem ser direcionadas por disciplinas que atinjam o objetivo pretendido nesses estudos.

No que concerne às atividades artísticas e literárias em geral devem obter estudos relacionados a ciências para formação artística e cultural, sendo que Spencer defende a importância das artes e da estética na vida dos homens, no entanto, essa importância não poderá sobrepor-se àquelas atividades mais essenciais para a conservação da vida e da saúde, uma vez que essas disciplinas consideradas como clássicas, apenas proporcionavam aos alunos uma vida de diversão, voltada ao lazer e sem utilidade efetiva, pelo que dessa forma também não deviam ocupar um lugar de destaque como disciplinas escolares destinadas a este tipo de conhecimento.

---

<sup>15</sup> Na Filosofia Sintética de Spencer, seus escritos sobre educação constituem expressiva contribuição para além de seus estudos sobre sociologia, moral e psicologia.

E aqui vemos nós mais distintamente o vício da nossa educação. Desejamos a flor, mas desprezamos a planta. Ansiosos da elegância esquecemos a substância. Enquanto que a nossa educação não nos fornece conhecimento algum para a conservação própria, enquanto que dá apenas os rudimentos da ciência que facilita os meios de ganhar a vida e deixa a maior parte deles para serem recolhidos mais tarde pela experiência do mundo, enquanto que não faz a menor provisão para o desenvolvimento dos deveres da família, e enquanto para os deveres do cidadão fornece a comunicação de uma massa de fatos, a maior parte dos quais nada provam, e os restantes sem uma chave essencial; só é diligente no ensino do que diz respeito à elegância, à polidez das maneiras, ao brilho social. Prendas, belas artes, bela letras, e todas as coisas que, como dissemos, constituem as flores da civilização devem ser totalmente subordinadas à instrução e à disciplina daquilo em que se fundamenta a civilização. Assim como ocupam a parte do tempo vago da vida, assim, devem ocupar o tempo vago da educação (SPENCER, 1884, p. 63).

Por essa forma de pensar a educação através do ensino das ciências com o escopo de levar aos alunos os conhecimentos considerados úteis, Spencer entende que os estudos tradicionais através do ensino humanístico e cultural deve ser deixado como uma preocupação secundária.

Ponto de crucial relevância abordado por Spencer está relacionado a questão do método de ensino, pois afirma que não pode deixar de haver uma certa relação entre os diversos sistemas de educação e as condições sociais em que serão aplicados, pois segundo aquilo que existia no ensino clássico metodologia de ensino de dava por generalizações, conhecimentos abstrações e não de vivência ou experimentação.

Mostra-se um entusiasta do método intuitivo<sup>16</sup>, argumentando que esse método deveria ser aplicado ao longo da vida escolar, pois afirma que a educação pela lição de coisas conduz o aluno, a uma experiência concreta no lugar da abstração, aduzindo que “quanto mais a ciência nos familiariza com a constituição das coisas, tanto mais vemos nelas uma inerente suficiência de virtudes” (SPENCER, 1884, p. 105). Quanto ao método Spencer expõe que

as lições das coisas não só deviam ser fornecidas por uma maneira absolutamente diferente daquela por que o são agora, mas dever-se-iam estender a uma esfera de coisas mais larga e continuadas durante um período muito mais longo que o atual. Não se deveriam limitar aos

---

<sup>16</sup> O método intuitivo tinha na observação uma maneira de fazer com que os alunos raciocinassem diante de um objeto, evoluindo do concreto ao abstrato, dos sentidos para a inteligência. A partir da utilização de materiais, que preferencialmente fizesse parte do contexto dos alunos, o professor tinha por objetivo criar situações de aprendizagem. As “lições de coisas” estão inseridas no método intuitivo. Inclusive houve a elaboração de manuais de ensino para orientação dos professores, para aplicação do método em suas aulas.

objetos da casa, mas alcançar os que são relativos aos campos e alamedas, pedreiras e costas marítimas. Não deveriam terminar com a infância, mas continuar durante a adolescência, predispondo o estudante para as investigações naturalistas e para os trabalhos das ciências. Neste ponto, como nos outros, não temos mais que seguir o ensinamento da natureza (SPENCER 1884, p. 138).

Para expor sua doutrina educacional Spencer demonstra que a importância do método de ensino está em levar de modo mais eficaz os conhecimentos através das ciências para uma educação intelectual, moral e física.

No âmbito da educação intelectual Spencer ressalta que para conseguir melhores resultados é necessário tornar o ensino uma atividade que produzisse prazer e satisfação ao aluno, não podendo a educação ter a conotação de algo mal visto como um encargo a ser suportado pelos mais jovens. Na tratativa sobre as características da educação,

encarrega-se de definir, logo de início, a formação intelectual como a principal ação da educação na constituição de um indivíduo autônomo e o estabelecimento de uma hierarquia dos saberes que repercutiu, sobretudo na Europa e América. Contudo, o fundamento de suas aspirações pedagógicas é mais bem apreendido a partir do conhecimento de suas investigações no campo da biologia que influenciou as diversas incursões em outros campos do saber (BORGES, 2018, p. 81).

Entre as mudanças para tornar a educação produtiva, “a mais importante é o crescente desejo de tornar o estudo uma ocupação agradável e não enfadonha, desejo baseado na mais ou menos distinta percepção de que o trabalho intelectual que agrada à criança em cada ano de sua vida é precisamente aquele que mais convém à sua saúde (SPENCER, 1884, p. 102).

Tratando da questão da educação intelectual, relaciona-a a necessidade da instrução, através dos denominados conhecimentos úteis, discorrendo que “em todos os animais, desde os inferiores aos superiores, a inteligência progride por atos de diferenciação: da mesma forma progride nos homens, desde os mais ignorantes aos mais instruídos (SPENCER, 1900 p. 13).

A atualidade do pensamento de Spencer é impressionante (...) O aprendizado é possível e ocorre quando há interesse nele, quando há demanda por parte do estudante. Para que o conhecimento possa gerar interesse, é preciso haver interlocução do que se apresenta, ou seja, é preciso que o conhecimento apresentado seja agradável e faça sentido para o estudante. Se o assunto é abstrato e não diz respeito à realidade das crianças, por certo, não haverá aprendizagem. Spencer afirma que

esta educação equivocada faz do pupilo “um mero recipiente passivo das ideias dos outros” e não permite que ele seja senhor de si, que formule suas próprias ideias (MENDONÇA, 2013, p. 5).

Na abordagem da educação moral, Spencer é categórico ao defender a importância da participação dos pais na educação dos filhos, inclusive que os pais tivessem a mesma educação dada a sua prole, pois somente assim teriam condições de repassar aos filhos valores morais necessários para a vida em sociedade e com vistas ao progresso, pois os pais por possuírem mais avançada idade e melhor entendimento do mundo, além de ser fisicamente mais preparados que os filhos jovens, tinha melhores condições de propiciar aos mesmo uma melhor instrução, pois “como a maturidade física é caracterizada pela aptidão para produzir os filhos, assim a maturidade mental é caracterizada pela aptidão de os educar” (SPENCER, 1884, p. 171).

A preocupação de Spencer com a educação física está coerente com a eleição por eles dos conhecimentos mais úteis, tal qual posição hierárquica colocava aquelas ciências que se ocupavam da preservação da vida, portanto, o corpo físico, a fisiologia do ser humano merecia especial preocupação por parte da educação para um corpo saudável.

Nessa busca pela capacidade física saudável é ressaltada a importância da alimentação adequada, do vestuário relacionado ao clima em que se vive, a importância dos exercícios físicos, tais quais adequados com a idade e o tipo físico de cada indivíduo, pois, somente dessa forma, com o desenvolvimento adequado da capacidade física, seria possível o desenvolvimento das plenas capacidades intelectuais e morais.

Direcionando a discussão sobre a educação física, Spencer elabora o conceito de moralidade física, destacando sua importância no âmbito da saúde do indivíduo e suas consequências advindas de sua não observância.

Pouca gente parece saber que há uma coisa chamada moralidade física. Geralmente as palavras e as ações dos homens supõe a ideia de que eles têm a liberdade de tratarem do corpo como lhes aprouver. Os males provocados pela desobediência aos ditames da Natureza, consideram-se eles como simples acidentes: não como efeitos de um procedimento mais ou menos vicioso. Posto que as más consequências infligidas sobre aqueles que nelas incorrem e sobre as gerações futuras sejam por vezes tão grandes como as que resultam de um crime, eles não pensam que são por forma alguma criminosos. O fato é que todas as infrações das leis da saúde são *pecados físicos*. Quando isto for visto por toda a gente, então, mas antes não dê certo, receberá a educação física da mocidade a atenção que ela merece (SPENCER, 1884, p. 308-309).

A vasta obra de Spencer, fundada em sua teoria evolutiva e sobretudo, no darwinismo social e sua repercussão, o levou a ser conhecido em diversas partes do mundo, sendo suas obras traduzidas para praticamente todas as línguas europeias, alcançando inclusive repercussão em vários países não europeus, como em sânscrito, japonês ou chinês e até dialetos indianos.

### **1.5.1 A influência da obra de Herbert Spencer no Brasil**

A repercussão mundial dos estudos spencerianos também teve seu alcance no Brasil, em que vigoravam no decorrer dos anos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX as questões relacionadas a teorias raciais, de modernização do país e avanço da industrialização.

O impacto das conquistas materiais da ciência ocidental gerou por aqui um cientificismo nas elites que afetou toda sua compreensão da sociedade brasileira, colocando na ordem do dia a necessidade de colocar o país na senda do progresso e da civilização. Naturalmente, esse imperativo de mudança se refletiu nas propostas educacionais, alterando, em forma e em conteúdo, o currículo vigente nas escolas do país (KULESZA, 2006, p. 02).

Assim, no âmbito da educação a preocupação com o ensino de ciências naturais, aflora nos movimentos intelectuais e por parte do governo recém elevado a República, cujos representantes em grande parte eram intelectuais com formação na Europa e influenciados por essas ideias em voga nesse período, o que “ nos faz notar que a ideia de sociedade que se difundira entre os primeiros pensadores sociais no Brasil era de um imenso e complexo organismo que tende a evoluir com o desenvolvimento da divisão do trabalho e de sua capacidade tecnológica” (MEUCCI, 2000, p. 132).

As conquistas científicas ocorridas principalmente na Europa e nos Estados Unidos nos anos finais do século XIX e início do século XX, teve desdobramentos que influenciaram o cientificismo que acabou por aflorar nas elites intelectuais brasileiras uma necessidade de mudança na compreensão da própria sociedade brasileira sob um ideal de desenvolvimento e civilização com base na ciência que veio a ser a principal base para as propostas educacionais de modernização e mudança das escolas e do próprio ensino no país.

O papel de Herbert Spencer na introdução do moderno ensino de ciências naturais no currículo de nossas escolas é reconhecido mundialmente. Charles Eliot, o célebre químico-reitor, introdutor dos graus em ciências naturais na Universidade de Harvard, prefaciando em 1911 uma reedição dos *Essays on Education* de Spencer (1963a), considera que sua influência fez com que as ideias de Comenius, Montaigne, Locke, Milton, Rousseau, Pestalozzi e outros sobre a educação, se tornassem uma realidade em nossas escolas (KULEZSA, 2006, p. 03).

Diante do contexto histórico vigente vários movimentos intelectuais no Brasil conduzidos pela elite, que estavam direcionados a essa ideia de modernização, civilidade e progresso científico. Tais ideias passavam indubitavelmente pela escola, que por ser a instituição eleita por excelência como aquela que deveria conduzir essa busca, passou por mudanças intrínsecas relacionadas às propostas educacionais, alterando, em forma e em conteúdo, o currículo e também mudanças extrínsecas relacionadas ao público que almejava atingir e com quais objetivos e consequências para o país.

Observamos que a noção de progresso desenvolvida por esse autor inglês é um dos conceitos mais difundidos nas páginas de nossos primeiros livros didáticos - especialmente naqueles publicados na década de 30. Vale lembrar que a assimilação do conceito de progresso de Spencer entre a intelectualidade brasileira data do final do século XIX, particularmente a partir de 1889, quando muitas transformações repentinas exigiram a adoção de categorias que auxiliassem na explicação da dinâmica social (MEUCCI, 2000, p. 129).

A influência do pensamento de Herbert Spencer também é verificada nos movimentos higienistas<sup>17</sup> presentes no Brasil e no âmbito da educação sobre os intelectuais e conseqüentemente sobre os movimentos educacionais brasileiros, em que se observa de forma mais clara e objetiva a presença dos conceitos relacionados à importância da ciência como ponto principal na busca pela adequação do ensino em relação aos métodos e aos conteúdos das disciplinas que fariam parte do currículo escolar.

---

<sup>17</sup> O movimento higienista é oriundo da Europa a partir de meados do século XIX, chegando logo após ao Brasil. Médicos desde meados do século XIX já propõe seleção de locais e formas de construção de escolas, modelos de disposição das salas de aula e medidas de higiene pessoal. “O higienismo brasileiro só pode se definir, devido sua tensão constitutiva, ou seja, pelo que tinham de comum, por um objetivo central: o estabelecimento de normas e hábitos para conservar e aprimorar a saúde coletiva e individual. É somente neste aspecto que podemos encontrar certa homogeneidade. Fora isto, só podemos encontrar uma mentalidade higienista em uma generalidade difusa e heterogênea, tanto no âmbito político quanto no científico” (HOCHMAN; Lima, 1996; HOCHMAN, 1993 apud COSTA JUNIOR, 2007).

Herbert Spencer, autor bastante citado nos relatórios da instrução pública, sobretudo quando o assunto era a educação física, defendia uma educação integral (física, moral e intelectual) voltada para o que ele denominou de vida completa. A preocupação com a educação integral do homem esteve presente no discurso médico higienista pelo menos desde a metade do século XIX (PUCHTA, 2015, p. 49).

Entre os intelectuais as quais as ideias spencerianas se difundiram no Brasil encontra-se Rui Barbosa que defendia um ideal de modernização para a sociedade brasileira fundamentando-se nas ideias de progresso e de civilização, conceitos que embora não tenham sido criados por Herbert Spencer eram categorizados por ele em seu pensamento e que influenciaram esses movimentos educacionais.

A introdução de novos conteúdos escolares exigiu uma ampla defesa das ciências frente à sociedade, uma vez que nenhuma reforma se faz naturalmente. Neste sentido, Rui Barbosa criticou enfaticamente a valorização de conhecimentos considerados inúteis para as novas necessidades sociais. Para ele, os conteúdos ofertados pela escola apenas adornavam o aluno com informações a serem repetidas nos salões. A insistência nesse tipo de ensino ignorava que a educação e a disseminação das ciências poderiam trazer muitos benefícios para a sociedade. Na defesa desse ensino utiliza-se de autores consagrados para reforçar seus argumentos, como, por exemplo, de Herbert Spencer (LUCAS, 2002, p. 2).

Por meio desse ideal de educação defendido por Rui Barbosa, a ciência é que deveria permear a condução dos conteúdos educacionais, para atingir o escopo do progresso da civilização e do desenvolvimento, no entanto, cumpre salientar que “a preocupação com a introdução do ensino das ciências nos currículos escolares não é uma opinião particular de Rui Barbosa. As conquistas obtidas no processo produtivo, a partir da revolução tecnológica que permitiu a automação do trabalho, revelavam que a ciência se tornava palavra de ordem para a modernização” (LUCAS, 2002, p. 3).

No âmbito da educação no Brasil, Rui Barbosa contribuiu para divulgar as ideias sobre a necessidade de dar preponderância ao ensino de ciências no processo educativo, conforme observa-se em seus pareceres intitulados "Reforma do Ensino Secundário e Superior" datado de 1882 e a "Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública", no ano de 1883. Tal importância desses pareceres para a história da educação no Brasil merece destaque, pois “não há, na história da educação no Brasil, obra mais famosa que os dois pareceres apresentados por Rui Barbosa à Câmara dos Deputados do Império. Muito mais citados do que lidos, como costuma acontecer a certos trabalhos célebres, seja porque os conceitos gerais, já pacíficos,

dispensam leitura, seja porque se tornam um pouco de difícil acesso” (VENÂNCIO FILHO, 1973, p. 106, CITADO EM FARIA FILHO, 2017, p. 215).

Nos pareceres de Rui Barbosa é demonstrada a influência de Herbert Spencer no tocante a ideia de que a instituição escolar, responsável pela formação humana, e, principalmente, o conteúdo por ela veiculado, precisavam, urgentemente, ser repensada, com a ideia de sobrepor-se ao ensino tradicional, que desconsiderava a utilidade dos conteúdos ministrados.

De acordo com Rui Barbosa, em seu parecer sobre a reforma da instrução pública, a educação deveria desenvolver harmonicamente todas as energias e faculdades que completam o indivíduo. Na sua missão está o extinguir esse “antagonismo entre o corpo e o cérebro, que se nos depara naqueles que, levando ao extremo a atividade cerebral, debilitam o corpo, assim como os que, exagerando até o extremo também a atividade física, reduzem à inércia o entendimento”. Entre esses dois vícios extremos está o equilíbrio, que constitui o ideal de uma educação sã. Os alunos não deveriam ficar sem a prática de exercícios físicos, no entanto, os exageros de uma atividade física desregrada também deveriam ser combatidos. Era preciso ajustar a medida entre a educação física e a educação intelectual, promovendo, com isso, uma educação sã. Nota-se, neste caso, que para defender o equilíbrio visto por Rui Barbosa como ideal, o autor recorre à Spencer, de quem ele extraiu parte do fragmento que destacamos acima (PUCHTA, 2015, p. 49).

Na sequência das ideias e movimentos educacionais no Brasil influenciados pelas ideias de Spencer situa-se o movimento do escolanovismo<sup>18</sup> que buscava a renovação dos métodos e dos conteúdos de ensino, enfatizando o ensino de ciências e desenvolvendo-se no Brasil na esteira das relevantes mudanças oriundas das transformações econômicas, políticas e sociais liberais.

O escolanovismo desenvolve-se com o propósito de desenvolvimento da autonomia individual do aluno, da “centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos,

---

<sup>18</sup> O movimento da Escola Nova ou escolanovismo estava no bojo de movimentos educacionais que eclodiram após a Proclamação da República no Brasil, atingindo seu auge com a elaboração e publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932, assinado pelos principais expoentes da educação brasileira que foram influenciados principalmente pelas ideias educacionais de John Dewey, adaptando-as ao contexto nacional. O *Manifesto* contou com a liderança de Fernando de Azevedo, e o apoio de outros intelectuais como Anísio Teixeira, Roquette Pinto, Mario Casassanta, Cecília Meirelles e entre outros. Segundo a concepção dos pioneiros, o grande problema nacional era a educação pois ela era um meio de segregação social, e esta educação nova deveria deixar de ser um privilégio determinado pela condição econômica e social, para assumir um “caráter biológico”, expressão que nos mostra a presença das ideias spencerianas como fator de influência nesse movimento, encontrando-se presente também a ideia de que a educação deveria reconhecer que todo o indivíduo teria o direito de ser educado até onde permitia as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social.

a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno” (VIDAL, 2003, p. 497).

A Escola Nova se configura como uma vertente existente no pensamento liberal em que a educação é vista como elemento eficaz para a construção de uma sociedade livre, alicerçada no respeito a individualidade, na formação de indivíduos aptos para se inserir nas mudanças sociais com vistas ao progresso do país, sendo que seus “novos princípios técnicos pedagógicos foram inspirados nos conhecimentos produzidos pelos estudos referentes à biologia, à psicologia, à sociologia e seu representante maior era John Dewey” (MARTINS, 2014, p. 29).

John Dewey (1859-1952)<sup>19</sup> apresenta-se como o principal teórico da Escola Nova, e comungava das ideias educacionais de Herbert Spencer e as defendia considerando que “a gênese do sistema spenceriano através da fusão de noções científicas e considerações filosóficas fornece sua atual sustentação e também o legitima” (DEWEY, 1904, p. 173, apud MARTINS, 2014).

Para além das referências relacionadas ao ensino de ciências, o movimento escolanovista também se preocupava naquilo que era ponto fundamental da teoria educacional de Spencer, sobre a hierarquia dos saberes, e quais seriam os conhecimentos mais úteis a serem ensinados, segundo Dewey “o plano de um currículo deve tomar em conta a adaptação dos estudos às necessidades da vida atual em sociedade; a escolha que deve ser feita com o fito de melhorar a vida que levamos em comum, de modo que o futuro seja melhor que o passado” (DEWEY, 1979, p. 211).

Cumprido ressaltar que toda movimentação ocorrida por parte da intelectualidade no tocante a projetos e ideias educacionais veio acompanhada também por políticas educacionais consubstanciadas na mudança da legislação educacional, especialmente aquelas que determinaram a mudança de currículos, métodos de ensino e os conteúdos das disciplinas escolares.

Sem adentrar nas nuances dos movimentos educacionais brasileiros a partir do fim do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, cumpro-nos trazer, com a

---

<sup>19</sup> John Dewey, intelectual norte americano, era pertencente à corrente filosófica do pragmatismo, denominada por ele como instrumentalismo, escola de pensamento em que as ideias só têm importância desde que sirvam de instrumento para a resolução de problemas reais. No âmbito da pedagogia, a teoria de Dewey se insere na educação progressiva, que tem entre seus principais objetivos educar a criança como um todo, com o escopo de crescimento físico, emocional e intelectual, donde percebe-se aqui a conjugação com as ideias educacionais de Spencer, sobretudo em relação ao empirismo de Dewey, que criou uma escola-laboratório ligada à universidade onde lecionava para testar métodos pedagógicos, insistindo que era necessário na estabelecer laços que unissem a teoria e a prática pedagógica, pois acreditava que as hipóteses teóricas só têm sentido na prática cotidiana.

brevidade demonstrada neste trabalho, que as teorias de Herbert Spencer estiveram presentes entre a intelectualidade brasileira, sobretudo no que diz respeito às suas ideias educacionais que obtiveram grande repercussão e influenciaram sobremaneira o pensamento educacional brasileiro, bem como através de sua teoria evolucionista aplicada a todos os âmbitos do conhecimento que também se mostra presente e com extrema relevância no âmbito da educação.

### **1.6 Considerações parciais**

As ideias de Herbert Spencer foram abordadas com o objetivo de compreender sua trajetória intelectual e a relevância de seu pensamento presente em suas obras produzidas e apresentadas na segunda metade do século XIX.

No conjunto de sua obra, denominado de “Filosofia Sintética” observa-se que através de suas ideias o filósofo inglês passa a ser conhecido como o filósofo do darwinismo social, na defesa da evolução do mais simples para o mais complexo a partir do desenvolvimento biológico para o alcance do desenvolvimento social, bem como sua posição teórica de divergência com o positivismo de Comte.

As ideias de Spencer acabaram difundidas por diversos países, sendo também extemporâneas ao período que ele viveu, entre o início do século XIX e anos iniciais do século XX, com repercussões tanto na Inglaterra, em seu país natal, quanto em âmbito internacional. A partir da divulgação das reflexões realizadas por Spencer estas tornaram-se frequentes em discursos políticos, acadêmicos e educacionais pelo mundo a saber: a importância da ciência e de seu ensino nas escolas por meio da vivência experimental; a refutação da interferência do Estado na vida dos indivíduos e por consequência no controle da sociedade; o otimismo em relação ao progresso por meio da seleção por competência; a formulação da teoria evolucionista da sociedade.

A defesa intransigente do liberalismo, demonstra como Spencer busca demarcar uma ideia de uma incisiva aversão a centralidade do Estado na vida social, defendendo que o mesmo deveria ser mitigado ao máximo possível, ocupando prioritariamente apenas a função de operar a justiça, sem interferir na vida da sociedade e do indivíduo.

As obras de Spencer impactaram em diversas áreas do conhecimento, tais como Antropologia, Economia, Ética, Religião, Psicologia, Sociologia, Filosofia E Literatura, sendo que no período de produção e divulgação de suas obras, Herbert Spencer destaca-se como defensor do estudo científico, e busca desenvolver

categorias de análise relacionadas ao desenvolvimento de diferentes conceitos, a saber: evolução, estado, sociedade e indivíduo.

Na educação Spencer refuta o ensino clássico, defendendo que somente por meio do ensino das ciências é que o sistema escolar poderá possuir papel relevante na evolução do indivíduo e por consequência da sociedade, sendo que somente uma educação intelectual, moral e física baseada na ciência poderá levar os conhecimentos úteis e necessários para a evolução da sociedade.

Spencer defendia um caráter utilitarista à educação e formulou uma escala hierárquica de conhecimentos, com a ciência no grau mais elevado, no qual os conhecimentos que estão ligados diretamente a conservação da vida biológica possuem primazia sobre os demais. Spencer e suas ideias influenciaram movimentos educacionais em diversas partes do mundo, devido, sobretudo, a grande circulação de suas obras traduzidas para vários idiomas, e no caso do Brasil, influenciou sobremaneira movimentos educacionais que são gestados nos anos finais do século XIX, eclodem no início do século XX e nas décadas seguintes como, por exemplo o escolanovismo que conta em suas premissas com ideias de Dewey e de Spencer, e que buscava mudanças para o aprimoramento do processo educacional com base na importância da ciência para a sociedade e de seu ensino nas escolas.

## CAPÍTULO 2

### **AS REPRESENTAÇÕES DAS IDEIAS DE HERBERT SPENCER NOS MANUAIS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PUBLICADOS NO BRASIL COM AUTORES ESTRANGEIROS NO PERÍODO DE 1939 A 2010**

Neste capítulo apresentamos a análise do conteúdo referente à Herbert Spencer nos manuais de História da Educação publicados no Brasil com autores estrangeiros no período de 1939 à 2010, que foi consubstanciada a partir da terceira década do século XX, mais precisamente com a publicação da primeira edição no Brasil da obra “História da Educação” de Paul Monroe, em 1939, com a decorrência dos anos e a cada vez maior importância dada a História da Educação, as publicações de autores estrangeiros com tradução para o português e publicação no Brasil, totalizam até o presente momento 12 obras, que se encerram cronologicamente com a publicação, no ano de 2010, de “A Pedagogia”, sob a organização de Clermont Gauthier e Maurice Tardif e que conta com textos de vários autores. Ao adentrarmos no âmbito da História disciplinar da História da Educação, devemos observar que a

partir das décadas de 1970 e 1980, no contexto da renovação teórico-metodológica da pesquisa em História da Educação, houve ampliação e renovação dos objetos de investigação, assim como o desenvolvimento de novas perspectivas, de novas abordagens, de novos conceitos e de novas metodologias. No Brasil, a História da Educação, em suas origens, tinha se dedicado principalmente à História das Instituições Escolares e à História das Ideias Pedagógicas, sendo que, na segunda metade da década de 1990, emergiu a História das Disciplinas Escolares (GATTI JR.; LIMA, 2019, p. 06).

Sob esta perspectiva, nos referidos manuais, buscamos a compreensão dos autores acerca da representação dada por cada um deles à produção intelectual de Herbert Spencer, destacando o contexto histórico da produção de suas obras, os conceitos presentes em suas categorias de análise, como o evolucionismo, a primazia das ciências e as bases do darwinismo social, o papel do Estado na sociedade, e a respeito da abordagem dada à educação em Spencer com os principais aspectos de suas teorias sócio-educativas, concernente a hierarquização dos saberes defendidos por ele, o papel da escola e do Estado na educação com fundamento nas ideias desenvolvidas pelo autor e os elementos trazidos por ele para a compreensão de suas obras produzidas a partir da segunda metade do século XIX.

## 2.1 Os manuais de História da Educação com autores estrangeiros publicados no Brasil (1939-2010)

As informações apresentadas neste capítulo encontram-se alicerçadas nas formas de preposição das ideias de Herbert Spencer por meio do exame do conteúdo dos manuais de História da Educação com autores estrangeiros publicados no Brasil no período referido, pois estes manuais estão

entre as fontes que permitem enxergar o conteúdo explícito que deveria ser veiculado em uma determinada época, com suas preferências e ênfases, conforme o vínculo do autor a uma determinada concepção de mundo, bem como às possibilidades de utilização em um conjunto de instituições escolares que poderiam ser mais heterogêneas ou mais homogêneas, conforme o país em que se instalavam, com suas regras específicas quanto a convivência de instituições estatais, confessionais e da sociedade civil no âmbito escolar (GATTI JR, 2014, p. 478).

As obras referentes aos manuais de História da Educação foram analisadas na busca por localizar a existência de referências às ideias de Herbert Spencer e como estas ideias foram tratadas por cada autor nestas fontes de pesquisa<sup>20</sup>.

No período compreendido entre 1939 e 2010, os manuais pedagógicos e os manuais disciplinares, tais como os de Psicologia da Educação, Biologia Educacional, Sociologia da Educação, História da Educação etc. foram instrumentos potentes na formação de professores das escolas normais, depois, desde 1971, dos professores da Habilitação Específica em Magistério e nos cursos de Pedagogia. A necessidade destes manuais, oportunizou uma série de lançamentos por diversas editoras de traduções para a língua portuguesa de manuais disciplinares vinculados à formação de professores, o que atingiu fortemente a área de História da Educação e de História da Pedagogia, pois parecia importante para fortalecer uma área de conhecimento no âmbito universitário (Curso de Pedagogia) e escolar (Escola Normal) que ela tivesse uma longa história, desde o mundo antigo, com evolução que alcançasse a atualidade (GATTI JR, 2014, p. 478-479).

Os manuais de História da Educação e seus autores analisados neste estudo são oriundos de diversas nacionalidades e entre estes temos obras e autores da Europa (Itália, Espanha, França), América do Norte (Canadá, Estados Unidos e México) e América do Sul (Argentina), o que demonstra a importância à qual foi alçada a História da Educação,

---

<sup>20</sup> Para além dos manuais de História da Educação, Herbert Spencer possui também referência nos manuais de Psicologia Educacional. Sob este tema apontamos o artigo intitulado: “Os temas da evolução e do progresso nos discursos da psicologia educacional e da história da educação” (Lima, 2019) Revista História da Educação (Online), 2019, v. 23: e93210 disponível em <https://doi.org/10.1590/2236-3459/93208>.

com abordagens distintas que ora se aproximam, ora se distanciam, mas que sobretudo, demonstram a importância das mesmas na História disciplinar da História da Educação. Sobre essa importância, estes manuais

revelam um ideal pedagógico que contribuiu para o reforço ao seu público (normalistas em formação, alunos de licenciaturas, além dos professores), no qual a docência é concebida como sacerdócio, mas especialmente com uma concepção de educação de forte conteúdo doutrinário, seja do ponto de vista do humanismo tradicional católico, seja do humanismo moderno disseminado pelo escolanovismo – herdeiro do hegelianismo, do evolucionismo, do positivismo e do cientificismo (ARAÚJO; RIBEIRO; SOUZA, 2011, p. 135).

No quadro a seguir apresentamos os manuais de História da educação com autores estrangeiros publicados no Brasil, no período eleito para a consecução deste trabalho, estando dispostos por ordem de publicação crescente iniciando-se pela primeira publicação no ano de 1939 e findando-se com a última no ano de 2010, sendo que são apontados ainda demais dados de referência de cada uma das obras.

**QUADRO 3** - Manuais de História da Educação analisados no percurso da investigação bibliográfica, sendo a primeira edição brasileira do ano de 1939 e a última do ano de 2010

<b>Ano da 1ª.ed. brasileira</b>	<b>Ano da 1ª.ed. original</b>	<b>Autor(es)</b>	<b>Tradutor(es)</b>	<b>Título da 1ª. edição publicada no Brasil</b>	<b>Coleção, série e editora da 1ª.ed. publicada no Brasil</b>
<b>1939</b>	1907	Paul Monroe (1869-1947)	Nelson Cunha de Azevedo	História da Educação	Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 3ª. Atualidades Pedagógicas, v. 34. Companhia Editora Nacional: São Paulo
<b>1951</b>	1925	Louis Riboulet (1871-1944)	Justino Mendes	História da Pedagogia	Coleção de Livros Didáticos – F.T.D. Livraria Francisco Alves; Editôra Paulo de Azevedo Ltda.
<b>1954</b>	1948	Roger Gal (1906-1966)	Lívio Xavier	História da Educação	Coleção “Saber Atual”. Difusão Européia do Livro: São Paulo.
<b>1955</b>	1951	Lorenzo Luzuriaga (1889-1959)	Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna	História da Educação e da Pedagogia	Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 3ª. Atualidades Pedagógicas, v. 59. Companhia Editora Nacional: São Paulo.
<b>1957</b>	1949	René Hubert (1885-1954)	Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna	História da Pedagogia	Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 3ª. Atualidades

1962	1952	Frederick Eby (1874-1968)	Maria Angela Vinagre de Almeida, Nelly Aleotti Maia e Malvina Cohen Zaide	História da Educação Moderna: Teoria, Organização e Práticas Educacionais (séc. XVI – séc. XX)	Editora Globo: Porto Alegre
1963	1937	Aníbal Ponce (1898-1938)	José Severo de Camargo Pereira	Educação e Luta de Classes	Coleção de Estudos Sociais e Filosóficos. Editora Fulgor: São Paulo.
1970	1944	Francisco Larroyo (1908-1981)	Luiz Aparecido Caruso	História Geral da Pedagogia, Tomo II, com apêndice sobre a Pedagogia no Brasil de Célio Cunha	II Tomos. Editora Mestre Jou: São Paulo.
1974-7	1971	Maurice Debesse (1903-1998) Gaston Mialeret (1918-2016)	Carlos Rizzi, Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna	Tratado de Ciências Pedagógicas 2: História da Educação	Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 3ª. Atualidades Pedagógicas (2º. volume dentre 8), v. 114. Companhia Editora Nacional, São Paulo.
1989	1983	Mario Alighiero Manacorda (1914-2013)	Gaetano Lo Monaco	História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias	Cortez Editora: São Paulo.
1999	1995	Franco Cambi (s/i)	Álvaro Lorencini	História da Pedagogia	Encyclopaedia. Editora UNESP: São Paulo.
2010	2005	Clermont Gauthier (s/i) Maurice Tardif (s/i).	Lucy Magalhães	A pedagogia. Teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias	Editora Vozes: Petrópolis/RJ.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de informações contidas em: Gatti Jr. (2014); Gatti Jr., Lima (2019); Gatti, Silva (2019).

Embora não se constitua como objeto principal deste trabalho a análise detalhada das obras em sua totalidade, apresentamos no decorrer do mesmo a forma como estas obras foram organizadas, com destaque a apresentação dos sumários com as divisões dos tópicos delimitados em cada uma delas, fazendo referência aos períodos históricos estudados por cada autor e a ênfase dada por cada um deles a determinadas ideias ou autores de referência para cada período.

## 2.2 Herbert Spencer nos manuais de História da Educação com autores estrangeiros publicados no Brasil (1939-2010)

Na apresentação de Spencer e de suas ideias nos manuais de História da Educação de autores estrangeiros publicados no Brasil, definimos, para efeito de apresentação no presente trabalho, elencar as obras por ordem de incidência que cada autor dedicou em

sua obra ao autor britânico, sendo dispostas na ordem daquelas que não citam o autor britânico e suas ideias, aquelas que o citam de modo indireto e por fim as obras que fazem menção expressa a Herbert Spencer e suas ideias, sobretudo no âmbito da educação.

Nesse escopo, organizamos a apresentação do estudo em face do número de páginas total da obra em questão, e em relação a Herbert Spencer e a representação de suas ideias, destacamos o número de páginas dedicadas a abordagem deste, observando a quantidade de capítulos, títulos, subtítulos ou citações de referência em que é apresentado por cada um dos autores dos Manuais de História da Educação estudados.

**QUADRO 4 -** Textos que analisam as ideias de Herbert Spencer nos manuais de História da Educação traduzidos para o português e publicados no Brasil entre 1939 e 2010, com identificação e quantificação do número de páginas e referências dos títulos, subtítulos e tópicos e indicativo da porcentagem ocupada na obra das ideias e/ou referências à Spencer

Autor(es)-Organizadores/ Ano 1ª edição em português	Edição analisada/ Ano	Páginas sobre Spencer	N. págs.	Páginas da obra	Páginas da obra sobre Spencer %	Títulos e subtítulos sobre Spencer
Monroe 1939	13ª. ed. 1978	317-324	08	395	2,02	A Tendência Científica Moderna; Características Gerais; Exigências educacionais da vida moderna; Teoria da Educação formulada pelos cientistas naturalistas; a “Educação intelectual, moral e física”.
Riboulet 1951 (4v.)	1ª. ed. 1951 (4v.)	33 67 71-78	10	204	4,9	O positivismo e o evolucionismo; Herbert Spencer; Ideal da Educação; o Utilitarismo; Educação Intelectual; Educação Moral e Religiosa; Educação Física
Gal 1954	2ª. ed. 1960	00	00	151	-	Nenhum tópico sobre Spencer: Há conteúdos que se aproximam do contexto histórico da produção de Spencer: A Revolução Pedagógica; A Educação na França e no Estrangeiro nos Séculos XIX e XX
Luzuriaga 1955	3ª. ed. (revista) 1978	194 208-209 243 253	05	294	1,7	A pedagogia no século XIX; A pedagogia positivista: Herbert Spencer; A pedagogia contemporânea; 1- A pedagogia individual, 2- A pedagogia psicológica e experimental; 4- A pedagogia social
Hubert 1957	3ª. ed. 1976	125 288-295 298 356	11	406	2,7	De algumas instituições pedagógicas novas na época contemporânea; O movimento das escolas novas; Os filósofos educadores; Herbert Spencer; Conclusão
Eby 1962	1ª ed. 1962	365 507-510 584	06	633	0,94	O Renascimento e o Restabelecimento do Idealismo; A teoria do brinquedo; Teoria e problemas educacionais no final do século XIX; O realismo ganha a batalha contra o humanismo e o idealismo; Herbert Spencer (1820-1903); Efeitos das ideias de Spencer; Progresso educacional no século XX; A revolução dos currículos e dos métodos; Modificações curriculares

Ponce 1963	6ª ed. 1986	160	01	198	0,5	Capítulo VII- A Nova Educação – Primeira Parte
Larroyo 1970	2ª ed. 1974 (2v.)	663 666-667 710 805-806	06	950	0,63	Capítulo VI – A Pedagogia do Positivismo e do Evolucionismo; 5- Doutrina da Evolução; Herbert Spencer e o cientificismo pedagógico; Nona parte: A pedagogia contemporânea; II Renovação do naturalismo; Capítulo VIII: A pedagogia da vida e do historicismo Transcendental; 1- Educação e vida.
Debesse & Mialeret (Org.) 1974-7 (3v.)	1ª ed. 1974-7 (3v.)	367	01	559	0,17	Consta apenas uma citação de Spencer relacionada ao título: “Da Revolução Francesa aos começos da Terceira República” de autoria de Antoine Léon que trata em seus estudos sobre os projetos e realizações educacionais na França e no tópico intitulado “As tendências da Educação Nova no século XIX” confere destaque citando Spencer entre aqueles pensadores que contribuíram para tais ideias.
Manacorda 1989	6ª ed. 1997	0	0	382	-	Nenhuma referência direta sobre Spencer, mesmo ao analisar a abordagem sobre as revoluções burguesas e as reformas da instrução
Cambi 1999	1ª ed. 1999	439-440 466 470-472 499	07	703	1	O século XIX: o século da pedagogia. Conflitos ideológicos, modelos formativos, saberes da educação; 4- As pedagogias burguesas na França, Inglaterra, Suíça e Rússia; 6. Sociedade industrial e educação: entre positivismo e socialismo, Positivismo e pedagogia na França e na Inglaterra; 9. O nascimento da pedagogia científica e experimental.
Gauthier; Tardif, (Org). 2010	2010	0	0	527	-	Na parte II no Tópico Pedagogia e pedagogos do século XX, há a defesa sobre a ciência na pedagogia e a crítica a pedagogia tradicional, sem citar Spencer.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de informações contidas em: Gatti Jr. (2014); Gatti Jr., Lima (2019); Gatti, Silva (2019).

Para além da organização didática que esta disposição textual possibilita, tal forma também é importante para a compreensão de como é conferida importância pelos autores dos manuais de História da Educação por meio da análise da apropriação das ideias spencerianas por eles, e por consequência na própria História da Educação no período abordado nas respectivas obras.

Na apresentação dos resultados obtidos na pesquisa de cada uma das obras, a organização textual foi realizada de forma crescente, levando-se em consideração a data de publicação das obras no Brasil.

### 2.3 Manuais que não mencionam Herbert Spencer e/ou suas ideias

No exame destes livros foi possível identificar quais as obras em que não houve menção, como citações ou apropriações das ideias de Herbert Spencer.

Dentre as doze obras analisadas, em três delas não é realizada, pelos respectivos autores, nenhuma referência direta ou indireta à Spencer ou acerca das ideias presentes em suas categorias de análise. Nessa direção apontamos a “História da Educação” de Roger Gal (1954); “História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias”, de autoria de M.A. Manacorda (1989) e “A Pedagogia” de Gauthier & Tardif (2010). Realizados os estudos, não vislumbramos nestes livros aproximações com as ideias de Spencer ou referência à sua relevância no âmbito da História da Educação.

### 2.3.1 A História da Educação de Roger Gal (1954)

Roger Gal (1906-1966) foi pedagogo e professor da Escola Normal Superior do Ensino Técnico da França, nascido em Bouilliarques Gard e falecendo em Paris.

A obra em questão do autor refere-se à História da Educação<sup>21</sup>, publicada inicialmente no Brasil pela Editora Martins Fontes, no ano de 1954, sendo que no presente trabalho a obra analisada é datada de 1960, da Coleção “Saber Atual”, com tradução de Lívio Xavier, publicada pela editora Difusão Europeia do Livro.

A edição analisada da presente obra contém 151 páginas e se organiza nos seguintes tópicos: A educação primitiva (p.11) ; A educação na antiguidade (p.19); A educação nas civilizações antigas antepassados do mundo ocidental (p.33); A educação na idade média (p.51); Os efeitos do renascimento e da reforma sobre a educação (p.73); A educação nos séculos XVII e XVIII (p.85); A revolução pedagógica (p.97) e A educação na França e em outros países nos séculos XIX E XX (p.113).

No contexto histórico de vida, produção e divulgação das ideias de Herbert Spencer, ou seja, a partir da segunda metade do século XIX, Gal destaca o papel da educação, afirmando que neste período

o que caracteriza a educação em meio as vicissitudes do século XIX é o crescimento contínuo de seu conteúdo cultural e humano. Este século faz-nos assistir, depois de mais de uma tentativa de regresso, do restabelecimento de todas as disciplinas exigidas para a evolução humana, mostrar-nos ele, ao mesmo tempo, a constante extensão do benefício da cultura a zonas cada vez maiores da humanidade. Estas são as duas ideias que, por assim dizer, serviram de guia à evolução desta época de transição para um regime que não está perfeitamente realizado, mas cujo sentido ela nos ajuda a conhecer melhor (GAL, 1960, p. 112).

---

<sup>21</sup> Originalmente a obra foi lançada na França em 1948, com o título “Histoire de l’éducation”.

No que concerne a sua visão a respeito do século XIX, alude que novas tendências na educação são fundamentais, apontando a necessidade de métodos novos e de que era cada vez mais necessário “ligar a escola à vida, isto é, fazer partir o ensino, não só do livro, mas também do real, da experiência, em fazer a criança partir do concreto para o abstrato, em vez de partir desta” (GAL, 1986, p. 139).

No entanto, embora tenha defendido a necessidade de novos métodos que levassem a uma experiência concreta no ensino, o autor não cita nominalmente Spencer ou faz menção direta ou indireta às suas ideias no âmbito da educação ou demais áreas do conhecimento que o autor britânico cuidou através de seus estudos, não referindo-se ao mesmo no âmbito do contexto da educação na segunda metade do século XIX e início do século XX tanto na França país de origem do autor, na Inglaterra berço de Spencer ou em outros países.

### **2.3.2 A História da Educação de Mario Alighiero Manacorda (1989)**

O italiano Mario Alighiero Manacorda nasceu em 1914, em Roma, capital da Itália, onde também faleceu no ano de 2013. Foi Professor Catedrático de História da Educação na Universidade de Florença e na Universidade de Roma La Sapienza.

Autor da obra “História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias<sup>22</sup>”, traduzida para o português para a edição brasileira por Gaetano Lo Monaco, sendo publicada no Brasil pela Cortez Editora em 1989.

Com 383 páginas, a obra analisada é a 6ª edição, publicada no ano de 1997, sendo dividida nos seguintes tópicos: Sociedade e Educação no Antigo Egito (p. 9); A Educação na Grécia (p. 41); A Educação em Roma (p. 73); A Educação na Alta Idade Média (p. 111); A Educação na Baixa idade Média (p. 140); A Educação no Trezentos e no Quatrocentos (p. 168); A Educação no Quinhentos e no Seiscentos (p. 193); A Educação no Setecentos (p. 227); A Educação no Oitocentos (p. 269); O Nosso Século em Direção ao Ano 2000 (p. 311), Mais que uma Conclusão, uma despedida (p. 356).

No contexto histórico referente à segunda metade do século XIX, em que situa a criação e divulgação das ideias de Spencer, Manacorda (p. 290) analisa as revoluções burguesas e a reforma da instrução. No entanto, neste período específico ou mesmo em

---

<sup>22</sup> A obra original possui o título de “Storia dell'educazione dall'antichità ad oggi”, publicada na Itália em 1983.

qualquer outro no decorrer de sua obra, o autor não cita a existência de Herbert Spencer, ou faz alusão às suas obras ou ideias contidas nelas, referentes à Educação ou em qualquer outra área do conhecimento em que o autor britânico tenha expressado suas ideias.

### **2.3.3 A Pedagogia, dirigida por Clermont Gauthier e Maurice Tardif (2010)**

O professor de Psicologia Educacional na Faculdade de Educação da Université Laval, em Quebec, Canadá, Clermont Gauthier e Maurice Tardiff, professor da Universidade Laval, em Quebec, e da Universidade de Montreal são os organizadores da obra “A Pedagogia. Teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias”, com tradução de Lucy Magalhães, publicada no Brasil pela editora Vozes no ano de 2010.

A obra em análise neste estudo possui 527 páginas, sendo que na parte II da obra, denominada “Pedagogia e Pedagogos do século XX”, é tratado do contexto do século XIX e XX, em que há a crítica da pedagogia tradicional e a importância da ciência na superação dos problemas oriundos dela, sendo que esta parte da obra é de autoria de Clermont Gauthier.

Nesse sentido, são citados vários autores como Condorcet, Froebel, Herbart, Pestalozzi e Binet que ganham notoriedade e importância, e cujos estudos são destacados em meio a críticas e reconhecimento dos autores que afirmam que “não é, pois, surpreendente ver surgir, em fins do século XIX e início do XX, vários autores pregando a necessidade de superar a tradição e fundar a pedagogia sobre a ciência” (GAUTHIER e TARDIFF, 2010, p. 187). Destaca-se ainda a importância dada aos ensinamentos de Comte, quando trata da importância da ciência nos estudos, pois

uma das funções fundamentais da ciência é precisamente verificar hipóteses, garantir a veracidade de certas informações, corrigir erros. A ciência, que tivera um forte impulso durante o Século das Luzes, começa a tomar uma importância decisiva em fins do século XIX. Conhecemos a influência que terá a doutrina positivista de Auguste Comte (1798-1857) [...] A ciência, segundo Comte é, pois, o estágio mais avançado da evolução da humanidade (GAUTHIER e TARDIFF, 2010, p. 187).

No entanto, embora reconheçam a importância da ciência na superação dos problemas do ensino devido, sobretudo, à pedagogia tradicional, deixam de citar Herbert Spencer ou de dar ênfase à sua contribuição através de qualquer de suas ideias seja no

âmbito da educação ou nas demais áreas do conhecimento quando em referência à segunda metade do século XIX e início do século XX.

## **2.4 Manuais que pouco mencionam ou mencionam indiretamente Herbert Spencer e/ou suas ideias**

Ao examinar o quanto os manuais de História da Educação citavam Spencer, identificamos aqueles que procederam nessa direção citando o autor britânico numa pequena proporção quando observada a totalidade de páginas da obra e também em comparação com a atenção dedicada a outros autores. Este foi o caso de “Educação e Luta de Classes” de Aníbal Ponce (1963) e “A História da Pedagogia, Segundo Volume do Tratado das Ciências Pedagógicas” organizado por Maurice Debesse e Gaston Mialaret (1974) e ainda que exista o ponto em comum entre as duas obras de citações de menor impacto das ideias de Spencer, as apropriações dessas ideias se mostram distintas entre ambas.

### **2.4.1 Educação e Luta de Classes de Aníbal Ponce (1963)**

O autor argentino nasceu em Buenos Aires em 1898 e morreu no México em 1938, e a obra de sua autoria tem o título de “Educação e Luta de Classes<sup>23</sup>” da Coleção de Estudos Sociais e Filosóficos, com tradução de José Severo de Camargo Pereira. lançada pela Cortez Editora, sendo analisada para os fins deste trabalho a edição de 1986<sup>24</sup>.

A edição analisada possui 198 páginas, sendo dividida em Primeira e Segunda partes: A Educação na comunidade primitiva (p. 17); A Educação do Homem antigo (p. 35); na primeira parte há a o tópico A Educação do homem antigo (p. 61); na segunda parte A Educação do homem feudal (p. 83); a Educação do Homem Burguês (p. 113 e p. 133); Da revolução Francesa no Século XIX (p. 133); A Nova educação (p. 153 e p. 163).

---

<sup>23</sup> A edição original é do ano de 1937.

<sup>24</sup> José Severo de Camargo Pereira, tradutor e autor do prefácio à edição brasileira, destaca que a presente obra de Aníbal Ponce foi retirada de circulação do Brasil em virtude do golpe que levou a instauração da ditadura civil-militar no país a partir de 1964, que perdurou por mais de 20 anos, sendo que nessa época a censura se colocou como um dos principais marcos do regime. Nesta direção, afirma que “em fins de 1963, veio à luz a primeira edição da tradução brasileira deste livro de Aníbal Ponce, publicado originalmente em 1937, pouco antes da trágica e prematura morte do seu autor, num desastre no México. Foi bem acolhida pela crítica e pelo público em geral, mas a época escolhida para o seu lançamento não foi muito feliz, como logo se constatou pelos acontecimentos políticos que se desencadearam no Brasil logo no início do ano seguinte. Os exemplares existentes em livrarias e depósitos foram recolhidos compulsoriamente e durante o “quinquênio revolucionário” seguinte a presente obra esteve fora de mercado no Brasil” (1986, p. 07).

Por conter um número de páginas relativamente pequeno, se comparado com os demais manuais de História da Educação, a obra de Ponce acaba por não vislumbrar uma análise mais aprofundada sobre autores e suas ideias e como estas contribuíram na história da educação. Tal análise inclusive é trazida no próprio prefácio da obra de que a mesma é uma obra sintética, portanto, não trata de modo incisivo de temas sobre a História da educação, deixando de aprofundar sobre os autores que contribuíram com suas ideias no decorrer do processo histórico.

O presente livro de Anibal Ponce apresenta ainda outra vantagem que, eventualmente, para certo tipo de leitor, poderia ser uma desvantagem. É um livro de síntese. São quase duzentas páginas para tratar de toda a história da educação, desde as sociedades primitivas, até as tendências educacionais contemporâneas. Nessas condições, é evidente que o autor tem de se limitar a discutir os problemas tratados em rápidas pinceladas, que apanhem, apenas, as linhas gerais de desenvolvimento, deixando praticamente de lado qualquer análise mais detalhada da situação. Trata-se, portanto, de uma obra de síntese, e isso, como dissemos, pode ser um bem, ou pode ser um mal, dependendo do tipo de leitor considerado (PEREIRA, Prefácio in PONCE, 1986, p. 14-15).

No prefácio à tradução brasileira (p. 9) é destacada a importância da bibliografia relacionada a História da educação, abordando-se ainda que é no Brasil há nesta época grande dificuldade de acesso a leitura de conteúdos da História da Educação, relegando a possibilidade de acesso a existência de um compêndio do francês Gabriel Compayré e *Noções de História da Educação*, de Afrânio Peixoto<sup>25</sup>. Assim, a obra de Ponce

não é uma simples exposição das práticas pedagógicas, dos sistemas escolares e das correntes filosófico-educacionais que encontramos nos diferentes povos e nas diversas épocas na história da humanidade. O autor considera a educação como um fenômeno social de super estrutura e, portanto, defende, ao longo de toda a obra, a ideia de que os fatos educacionais só podem ser convenientemente entendidos quando expostos conjuntamente com uma análise sócio-econômica das sociedades em que tem lugar. Assim, juntamente com a apresentação dos fatos educacionais e com a exposição das concepções filosófico-educacionais, o Autor procura sempre, e às vezes com rara felicidade, fazer uma análise da subestrutura econômica da sociedade correspondente. (PEREIRA, Prefácio in PONCE, 1986, p. 10)

Característica da obra de Ponce se dá ao fato de que é utilizado por ele o termo classes dominantes e dominadas para referir-se a divisão existente entre as classes sociais,

---

<sup>25</sup> A obra em questão é “*Noções de História da Educação*, de Afrânio Peixoto, publicado em 1933, pela Cia. Editora Nacional, e do livro *Educação. História da Pedagogia. Problemas Actuaes, das Madres Peeters e Cooman*, publicado em 1937, pela Cia Melhoramentos de S. Paulo” (GATTI JR, 2021, p. 02)

e aborda a educação como um privilégio das classes mais favorecidas e “considera a educação como fenômeno social componente da superestrutura e, dessa forma, parte do princípio de que os fenômenos educacionais somente podem ser entendidos quando expostos em comum com uma análise socioeconômica” (GATTI JR, LIMA, 2019, p. 27). Na análise de Ponce a educação é tida como propriedade que se colocava como

praticamente exclusiva das classes dominantes, a educação era, inicialmente, negada quase que totalmente às classes menos favorecidas. Mas as transformações econômicas por que passaram inevitavelmente todas as sociedades foram provocando modificações sensíveis no status quo, foram fazendo com que massas cada vez maiores de indivíduos tivessem acesso a uma educação conveniente. Todavia, é claro que essas transformações mencionadas não ocorreram sempre suavemente. [...] Nessas condições, no fim das contas, o estudo da História da Educação é inseparável do estudo dessas lutas mantidas pelas classes dominantes, no sentido de conquistarem o direito sagrado de se educarem (PONCE, 1986, p.10-11).

No capítulo VI, intitulado a “Educação do Homem Burguês”, em sua Segunda parte – Da revolução Francesa ao século XIX (p. 133), sob o contexto histórico da apresentação das ideias Spencer, Ponce refere-se à educação burguesa, destacando alguns pensadores. Aborda Rousseau, tecendo críticas ao mesmo por este não se preocupar com a educação das massas, mas sim de indivíduos abastados, e na mesma linha, Ponce aponta as ideias de Condorcet e sua concepção acerca do papel do Estado na educação, referindo-se ainda à Pestalozzi como um discípulo de Rousseau e da Revolução francesa (p. 142), afirmando que “os pedagogos mais autênticos da revolução burguesa, Condorcet e Pestalozzi, já nos mostraram quais as intenções da burguesia no campo educativo” (PONCE, 1986, p. 144).

Somente no Capítulo VII, intitulado a “Nova Educação”, Ponce ao tratar dos ideais burgueses na educação, refere-se a observação científica e cita diretamente Spencer como um teórico que se situa na linha de ideias de Froebel, Herbart e Pestalozzi, destacando que a psicologia científica está sempre atenta as ideias dominantes de cada época e assim a pedagogia acaba por refletir as ideias burguesas de classes dominantes em face das classes dominadas.

Ora, no último terço do século XIX, este ramo científico ainda estava ensaiando os seus primeiros passos e não poderia mesmo dar à Didática as suas premissas fundamentais. E, de fato, só por volta de 1900, é que surge a “nova didática”, com iniciadores familiarizados com a alma infantil por meio da Antropologia, Psiquiatria, e trabalhos de laboratório: Binet, Decroly, Montessori, Dewey, Claparède. [...] Surge daí, a parte da nova educação que ataca a rigidez dos velhos programas,

a tortura dos horários inflexíveis, dos exames desnecessários, a corrente que pretende que se leve em conta a personalidade dos alunos, tal como eles a manifestam por meio do interesse (PONCE, 1986, p. 160).

Anibal Ponce é defensor da intervenção, participação e condução do Estado na educação, o que deixa de forma inequívoca e evidente em suas afirmações. Tal posição é contrária aquela defendida por Spencer sobre o papel do Estado, o que pode ser vislumbrado na obra “Justiça” de 1891, em que refuta a intervenção do Estado em diversas áreas, quando afirma que “um Estado de funções universais caracteriza um tipo social atrasado; o abandono de funções por parte do Estado caracteriza um progresso para um tipo social superior (SPENCER, 1891, p. 270).

Nessa direção Spencer se apresenta como um defensor voraz da não intervenção do Estado também na educação e questiona “quais são pois os deveres do Estado, encarados estes pelo seu aspecto mais geral? Como deve atuar uma sociedade, usando da sua capacidade corporativa para que os membros dela atuem usando das suas capacidades individuais?” (SPENCER, 1891, p. 251). Já em Ponce é apresentado

O conceito de evolução histórica como um resultado das lutas de classe nos mostrou, com efeito, que a educação é o processo mediante o qual as classes dominantes preparam na mentalidade e na conduta das crianças as condições fundamentais da sua própria existência. Pedir ao Estado que deixe de interferir na educação é o mesmo que pedir-lhe que proceda dessa forma em relação ao Exército, à Polícia e à Justiça. Os ideais pedagógicos não são criações artificiais que um pensador elabora em isolamento e que, depois, procura tornar realidade, por acreditar que elas são justas. Formulações necessárias das classes que estão empenhadas na luta, esses ideais não são capazes de transformar a sociedade, a não ser depois que a classe que os inspirou tenha triunfado e subjugado as classes rivais (PONCE, 1986, p. 169).

Deve ser destacado que Spencer defende a não intervenção do Estado na educação, por advogar que seria certo que essa intervenção acabaria por se estender as demais atividades do homem, afirmando que

resta-nos expor a mais imperiosa de todas as razões que exige a restrição da ação governamental. A formação do caráter deveria ser o fim que, sobre todos os outros, deveria prevalecer no espírito dos homens do Estado; era a concepção exata do que deve ser o caráter e dos meios próprios que para o formar excluem as intervenções múltiplas do Estado (SPENCER, 1891, p. 297).

Ainda nesta vertente, “a única função dos governos é a defesa dos cidadãos contra os agressores, tanto estrangeiros como domésticos. Porém, ao examinar a legislação liberal posterior aos anos 1860, Spencer achou que o governo, de qualquer forma, não se tinha confinado a essa função legítima” ((MERQUIOR, 2014, p.148).

Spencer na obra “O Indivíduo contra o Estado”, aduz sobre a necessidade de afastamento do Estado na atuação na vida social, sobretudo na educação, deixando ainda mais evidente sua contraposição a ideia de Ponce presente no manual aqui analisado.

Reclama-se, também, o ensino gratuito para todos. Começa-se a dizer que a retribuição escolar é uma injustiça: o Estado deve arcar com toda a responsabilidade. Muitas pessoas propõem que o Estado, considerado como juiz competente no que concerne à boa educação dos pobres, deve prestar também uma boa educação para as classes médias, dando a todas as crianças a mesma instrução oficial, cuja boa qualidade lhes parece tão evidente (SPENCER, 1884, p. 25).

O que se observa é que os argumentos utilizados por Ponce, de que o Estado deveria estar presente em todas as áreas da sociedade, são diametralmente opostos aqueles propostos por Spencer, que nesse sentido defende justamente a necessidade do afastamento da atuação do Estado não somente na educação. mas nas demais áreas da vida em sociedade.

#### **2.4.2 A História da Pedagogia, Segundo Volume do Tratado das Ciências Pedagógicas, organizado por Maurice Debesse e Gaston Mialaret (1974)**

Os autores franceses Maurice Debesse (1903-1998) e Gaston Mialaret (1918-2016) são os organizadores da obra “Tratado das ciências pedagógicas<sup>26</sup>”, publicada no Brasil em 1974 pela Companhia Editora Nacional no Brasil da série Atualidades pedagógicas Volume 114, com tradução de Luiz Damasco Penna e J.B. Damasco Penna, sendo que a edição analisada neste estudo é do ano de 1977.

A obra em referência contém 559 páginas, dividida em 6 tópicos e suas subdivisões, conforme segue: Introdução (XVII): 1: A Antiguidade (p. 01); 2: A Idade Média; (p. 81); 3: A Renascença (p. 187); 4: Os Séculos XVII e XVIII (p. 123); 5: Da Revolução Francesa aos começos da Terceira República (p. 333); 6- A Época Contemporânea (p. 385) e Conclusão (p. 525).

---

<sup>26</sup> O original em francês é de 1971 e tem o título de “Traité des sciences pédagogiques, 2. Histoire de la Pédagogie”.

Na Introdução de autoria de Maurice Debesse, ele explana sobre a importância da história da pedagogia dispondo que

de todos os estudos sobre a educação que adquiriram caráter científico, a história da pedagogia é, sem dúvida, o mais antigo. Nem por isso é, talvez, hoje, o mais seguro e tem, havemos de vê-lo, seus problemas, como qualquer ciência humana. Mas tem suscitado, há mais de um século, numerosos e importantes trabalhos. Seu papel entre as ciências da educação permanece considerável, pois, além do interesse próprio, contribui para esclarecê-las e torna-las mais eficazes (DEBESSE e MIALERET, 1977, p. XVII).

E prossegue no sentido de conferir ênfase à história da pedagogia, que de acordo com o autor

creceu, como as outras ciências históricas, no século XIX, com pequeno atraso, entretanto, e com elas evoluiu. É o que se verifica tomando o exemplo francês. Se se comparam as obras históricas sobre educação de Cournot, Compayré, Durkheim e Hubert, as quais balizam os cem últimos anos. Passou-se do estudo dos episódios e dos homens para uma história mais sociológica, da história filosófica e crítica à história que se interessa, atualmente, pela “empresa educação” (DEBESSE e MIALERET, 1977, p. XVIII).

Debesse apresenta suas justificativas sobre a forma que a obra foi concebida, sobretudo em relação a divisão dos temas tratados na mesma, demonstrando como a organização da obra se deu em função de períodos históricos delimitados. Apresenta o autor que

em matéria de antiguidade, limitamo-nos à Grécia e Roma; todavia, o Oriente é lembrado, de maneira sugestiva, através da educação dos escribas no Egito e na Mesopotâmia. Nos períodos seguintes, interessamo-nos, sobretudo, pela Europa e, mais especialmente, pelo Ocidente, onde se foram elaborando a pouco e pouco os princípios de nossa formação atual. E, dentro desse próprio conjunto, a história da pedagogia francesa ocupa o lugar mais importante (DEBESSE e MIALERET, 197, p. XXIV-XXV).

Na divisão da obra, verifica-se o capítulo 5 sob o título “Da Revolução Francesa aos começos da Terceira República” de autoria de Antoine Léon<sup>27</sup>, que trata em seus estudos sobre os projetos e realizações educacionais na França e dedica um tópico intitulado “As tendências da Educação Nova no século XIX” (p. 367) em que confere destaque as ideias de Herbert Spencer situando sua importância neste contexto histórico. De acordo com Léon

---

<sup>27</sup> Antoine Léon (1921-1998) foi Professor de Ciências da Educação na Universidade René Descartes (Paris V).

é frequente considerar o século XIX como século de regressão do pensamento pedagógico” e na abordagem a respeito das bases da educação nova destaca, assim como defendido por Spencer, a importância da ciência na educação, e nessa direção afirma que “a vontade de renovar a educação implica, de uma parte, uma intenção democrática e social, de outra parte uma abertura para os progressos científicos, a preocupação de aplicar à pedagogia os conhecimentos e os meios que as ciências, notadamente as ciências humanas, põem à disposição do prático (DEBESSE e MIALERET, 1977, p. 367).

A esse respeito podemos observar consonância com as ideias apresentadas pelo autor e aquelas apregoadas por Spencer que defende, sobretudo, que o ensino baseado na ciência deve ser além de algo agradável, que instigue o aluno na continuidade dos estudos e o preparando para as tarefas práticas e de utilidade mais importante segundo o pensador britânico. Nesse sentido Spencer aduz que

por quanto tempo o estudo se tornar habitualmente repugnante, por tanto prevalecerá a vontade de não continuar no estudo, logo que os rapazes possam furtar-se à coação dos pais e mestres. E quando o estudo da ciência for habitualmente agradável, então há de prevalecer a tendência para continuarem sem superintendência nos estudos começados sob a direção dos mestres (SPENCER, 1884, p. 167).

A única menção direta à Spencer na presente obra analisada trata-se do destaque do mesmo em uma citação realizada ao tratar de modo mais direcionado sobre a educação nova, em que León por meio de sua análise reflete que os estudos de intelectuais que se dedicaram a pedagogia permitiram a compreensão das bases sobre as quais se funda a tendência pedagógica nova, entres os quais Spencer está inserido por suas contribuições intelectuais presentes em suas obras.

Poder-se-ia, agora, encarar a educação nova através da obra de grandes pedagogistas, dos quais alguns pertencem tanto ao século XVII ou ao século XX, como ao século XIX: Froebel (1782-1852), Herbart (1776-1841), Itard (1774-1838), Jocotot (1770-1840), W. James (1842-1910), M. A. Julien (1775-1848), P. Kergomard (1838-1925), Pestalozzi (1746-1827), Spencer (1820-1903), Tosltói (1828-1910, etc” (DEBESSE e MIALERET, 1977, p. 367-368).

O autor salienta a importância da pedagogia experimental e nessa análise enfatiza como as mudanças no método de ensino se fez fundamental no desenvolvimento nos processos de ensino e aprendizagem, e embora não faça menção direta às ideias de Spencer, observamos, contudo, uma aproximação do autor que vai de encontro ao

defendido por este sobre a importância do método de ensino, e sobretudo, defendendo que “de todas as mudanças que se efetuaram, a mais importante é o crescente desejo de tornar o estudo uma ocupação agradável e não enfadonha (SPENCER, 1884, p. 102).

No presente manual, no tópico intitulado “A Educação integral no pensamento Operário e Socialista” (p. 374), embora seja um tema que não encontra convergência direta nas obras de Spencer, é destacado quanto ao papel do Estado na educação, sendo que neste contexto é apresentado pelo autor no presente manual que existem várias correntes “que divergem por vezes, por exemplo, a propósito das relações entre o Estado e o ensino” ((DEBESSE e MIALERET, 1977, p. 374).

Nesse entendimento cumpre destacar que em relação ao papel do Estado na educação Spencer é categórico em sua defesa intransigente da não intervenção do Estado na educação, alegando que o sistema cuida dos menos favorecidas às expensas do restante da sociedade, sem se importar com as consequências, que segundo ele vão se expandir cada vez mais para todas as áreas da sociedade retirando em última análise a liberdade individual em prol do coletivo.

## **2.5 Manuais que mencionam diretamente Herbert Spencer e/ou suas ideias**

Dentre os manuais de História da Educação com autores estrangeiros traduzidos no Brasil examinados neste trabalho, os que mais citaram Spencer, ocupando conteúdo relevante da totalidade da obra com referências ao autor, estão: Monroe (1939); Riboulet (1951); Luzuriaga (1955); Hubert (1957); Eby (1962); Larroyo (1970) e Cambi (1999).

### **2.5.1 A História da Educação de Paul Monroe (1939)**

O autor norte americano Paul Monroe (1869-1947), foi Doutor em Filosofia e exerceu o magistério como Professor de História da Educação no Teachers College da Universidade de Columbia em Nova York. A obra analisada de autoria de Paul Monroe é intitulada “História da Educação<sup>28</sup>”, coleção Atualidades Pedagógicas, v. 34, da Biblioteca Pedagógica Brasileira, traduzida por Idel Becker e publicada pela Companhia Editora Nacional, com sua primeira edição em português no ano de 1939, sendo que a obra utilizada neste trabalho é a 13ª edição do ano de 1978.

---

<sup>28</sup> A obra original tem o título de “A Brief Course in the History of Education”, publicada em Nova Iorque no ano de 1949.

O manual de história da educação de Monroe contém 395 páginas e é organizado em 14 capítulos, estes divididos em tópicos conforme a seguir: Capítulo I: Povos primitivos, a educação na sua mais simples forma (p. 01); Capítulo II: Educação Oriental. A educação como recapitulação: a China como padrão (p. 12); Capítulo III: Os gregos, a educação liberal (p. 27); Capítulo IV: Os romanos. A educação como treino para a vida prática (p. 77); Capítulo V: A idade Média, a educação como disciplina (p. 94); Capítulo VI: O renascimento e a educação humanista (p. 140); Capítulo VII: A reforma, a Contra-Reforma e o conceito religioso de educação (p. 172); Capítulo VIII: Educação Realista (p. 195); Capítulo IX: O Conceito disciplinar da educação: John Locke (p. 231); A tendência naturalista na Educação: Rousseau (p. 248); Capítulo XI: A tendência psicológica da educação (p. 274); Capítulo XII: A tendência científica moderna (p. 317); Capítulo XIII: A tendência sociológica na educação (p. 335); Capítulo XIV: Conclusões: a tendência eclética atual (p. 364).

Na abordagem de Spencer e suas ideias, são dedicadas 08 páginas da obra, entre citações diretas e indiretas e aproximações com a filosofia spenceriana sob o contexto histórico de sua produção.

No capítulo XII da presente obra, referindo-se à tendência pedagógica moderna, discorre Monroe que no século XVII a ciência moderna, que surge representada pelos realistas, permitiu que a tendência científica, ganhasse relevância devido ao contexto existente no século XIX. A preponderância desta tendência, da qual Spencer é um dos principais representantes, foi propiciada por várias circunstâncias e entre estas “estavam o grande desenvolvimento das ciências físicas e biológicas, a influência da tendência naturalista para exaltar o valor do contacto com a natureza, e a insuficiência da velha educação humanista como preparação para a vida moderna” (MONROE, 1978, p. 317).

Em alusão a posição esboçada por Monroe, trazemos a afirmação de Spencer de que a ciência acabou por ser como a mais importante realização da humanidade e “ao lançar as novas bases da psicologia e da moral, da religião e da estética, da economia e do direito, da política e do governo, ao criar a sociologia em conexão íntima com a biologia moderna, animando-a com o grande e fecundo impulso da doutrina evolucionista, a ciência afirma-se para todo o sempre a universal soberana (SPENCER, 1884, prefácio XV, s/página). Ainda sobre este posicionamento, o filósofo evolucionista reforça que

dada a primeira valia à ciência, como a mais indispensável e útil preparação para todos os gêneros da atividade, os conhecimentos cósmicos, físicos, biológicos e sociais vieram tomar no ensino o lugar predominante que lhes era usurpado pelos estudos filológicos humanistas e clássicos, e sobretudo por um saber de brilho falso, sem valor intrínseco, tarifado somente pela moda, pela vaidade e pela rotina (SPENCER, 1884, prefácio XVIII, s/página).

Na abordagem quanto à importância da tendência científica no âmbito da educação, o autor busca a ideia de preparação de vida moderna defendida com afinco por Spencer para a defesa da necessidade da ciência presente nos conteúdos e métodos de ensino, afirmando que “o argumento principal para a introdução geral das ciências no currículo e para uma revolução completa no caráter da educação baseou-se nas necessidades da vida moderna” (MONROE, 1978, p. 318).

Ao citar especificamente Spencer, entre aqueles que contribuíram diretamente para as mudanças filosóficas, o coloca juntamente com Huxley, Herbart e Froebel no grau de importância filosófica atribuída a cada um deles.

No entanto, embora reconhecendo tal importância, avança o autor na questão também já levantadas por outros estudiosos, que Spencer estava no rol de “reformadores entusiastas e competentes, embora não de grande cultura científica” (MONROE, 1978, P. 318).

Quanto as observações do autor a respeito das características de uma educação liberal e sua importância para o indivíduo e para a sociedade, fica demonstrada uma grande aproximação com os ideais de Spencer quanto a busca por uma educação que prepare o indivíduo para exercício de seu papel na sociedade, pois afirma que “uma educação liberal é a que ajusta o homem tão perfeitamente à sua profissão, à sua vida como cidadão e a todas as atividades de sua vida, que ele se torna maior do que esta profissão, passando a ver a importância de sua vida refletida em todas as instituições” (MONROE, 1978, p. 319).

Ainda sob esta perspectiva, Monroe comunga da defesa de Spencer de uma educação liberal voltada para a formação prática em que os conteúdos úteis tenham precedência sobre aqueles que o mesmo considera de menor importância, também à importância das ciências, que foram fundamentais para a educação no século XIX e contribuíram para a “predominância de tal educação liberal e tal organização de suas matérias, será possível para o profissional comum em qualquer das profissões combinar a educação liberal com a profissional ou técnica” (MONROE, 1978, p. 320).

No decorrer dos estudos de Monroe na presente obra, vislumbra-se com certa facilidade que o mesmo é defensor dessa educação liberal, e desta forma confere muitos

créditos a Spencer como aquele que muito fez por esta modalidade de educação no século XIX, demonstrando que “na Inglaterra, os homens que contribuíram para a implantação desta teoria, entre os quais Spencer e Huxley eram os principais, trabalharam na maior parte fora das universidades” (MONROE, 1978, p. 321).

Monroe apresenta suas considerações sobre a teoria da educação formulada pelos cientistas naturalistas, encontrando em Spencer o mais expressivo autor que adequou as ciências naturais as perspectivas educacionais e nessa direção apresenta a “Educação Intelectual, moral e física”, para dizer que a “característica fundamental da tendência científica se revela nesta obra em sua análise da seleção das matérias de estudo, como sendo a teoria vital da educação” (MONROE, 1978, p. 321).

O objetivo da educação para Spencer consiste na preparação para a vida completa, ou seja, a vida adulta, Monroe se apropria desta ideia sob a baliza de preparação para uma vida perfeita, e esta consiste

na aquisição do conhecimento que é melhor adaptado ao desenvolvimento da vida individual e social, e segundo, no desenvolvimento do poder de usar este conhecimento. Qual o conhecimento de maior valor torna-se como no caso de Rousseau e de Bacon, o principal problema da educação. A esta questão Spencer dá uma definida resposta categórica: o conhecimento que conduz diretamente à auto conservação, tal como o das ciências da fisiologia, higiene, física e química, é o que é de primeira importância (MONROE, 1978, p. 322-323).

As observações do autor do presente manual convergem no sentido de conferir expressiva relevância à ideia de Spencer sobre a importância das disciplinas e como estas são dispostas e definidas hierarquicamente levando em consideração o grau da importância fundamental de cada uma delas para a conservação da vida.

Ponto de inúmeras críticas proferidas, a teoria utilitarista apresentada nos estudos de Spencer envolvendo a educação, é apresentada por Monroe com críticas e objeções ao discorrer sobre o utilitarismo na educação, ao demonstrá-la como uma teoria que carecia de originalidade pois era algo já defendido por outros estudiosos, dentre os quais cita Kant, em relação aquilo que era prático e Herbart em relação ao estético.

No entanto, é diligente ao defender que Spencer, através de uma educação que buscava fornecer subsídios para uma vida completa “sacrificou na verdade as amenidades da vida, mas principalmente para obter, para muitos, o que havia sido o privilégio de

poucos. Tem-se dito que Spencer sacrificou o que é mais elevado na vida – a cultura- em favor daquilo que é mais baixo- sua vantagem prática” (MONROE, 1978, p. 324).

O autor norte americano se mostra categórico na defesa das posições de Spencer no que tange a educação, sem deixar os elementos de crítica de lado, pois, na análise de que a educação era uma fase de preparação para a vida, esta deveria ser entendida como consentânea à própria vida, e o lugar e o valor dado por Spencer ao conhecimento teria sido errôneo ao relegar ao mesmo um status de preparação e não de própria valor na vida do indivíduo, “de outro lado, a título de justificação, deve ser reconhecido que a posição de Spencer é apenas uma reação contra a acentuação excessiva que davam ao método os partidários da educação disciplinar e os representantes da tendencia psicológica, embora estes o fizessem de uma forma totalmente diversa” (MONROE, 1978, p. 324).

Observamos que nos estudos de Monroe, de modo diverso aos demais autores que conferiram relevância aos escritos de Spencer, sua principal obra voltada à educação somente é analisada diretamente em relação a importância desta quanto ao método de ensino, contudo, deixa de abordar as questões relativas à educação intelectual, moral e física, pontos centrais da obra referida. Segundo Monroe

no ensaio sobre A Educação Intelectual, Spencer discute mais amplamente a questão do método. Esta discussão consiste apenas numa elaboração dos princípios de Pestalozzi: a educação deveria partir do simples para o complexo, do concreto para o abstrato, do empírico para o racional e deveria ser agradável. Não acrescenta nada de valor a esses princípios. O princípio anteriormente assinalado por Rousseau, de que toda formação moral deveria resultar da permissão de que a criança sofresse as consequências naturais de suas próprias ações, é acentuado como sendo a essência da educação moral (1978, p. 324).

### **2.5.2 A História da Pedagogia de Louis Riboulet (1951)**

Louis Riboulet (1871-1944) nasceu na França, tendo ingressado no seminário da congregação religiosa Marista onde obteve o título de professor primário nesta mesma congregação, posteriormente foi diplomado em Estudos Superiores de Filosofia e História da Educação e exercido a função de professor no Instituto Notre Dame de Valbenoite, em Saint-Etienne na França.

Sua obra, objeto de estudo no presente trabalho refere-se à “História da Pedagogia<sup>29</sup>” 4º volume, traduzida por Justino Mendes, sendo parte da Coleção de Livros Didáticos-FTD, lançada no Brasil, pela Livraria Francisco Alves da Editora Paulo de Azevedo no ano de 1951, sendo a mesma edição analisada neste trabalho.

A obra em referência contém 205 páginas sendo dividida em tópicos e capítulos. A organização parte da abordagem individual sobre Horácio Mann (p. 07); Willian James (p. 20) e Frederico Foerster (p. 25), além dos capítulos dispostos a partir do Capítulo III: As escolas sobretudo psicológicas (p. 33); Capítulo IV: Emanuel Kant (1724-1804) e o racionalismo (p.53); Capítulo V: O positivismo e o evolucionismo (p. 67); Capítulo VI: a pedagogia católica (p.89); Capítulo VII: a educação das jovens no século XIX (p. 171) e Conclusão (p. 191).

Da totalidade de páginas da obra referida, somam-se o total de 10 páginas com referências a Herbert Spencer e suas ideias.

No capítulo III, Riboulet apresenta suas considerações a respeito das “Escolas sobretudo psicológicas” (p. 33), discorrendo que no século XIX, o método dito experimental ganha relevância e houve uma busca por aplicação dos métodos das ciências físicas e naturais às ciências ditas psicológicas e pedagógicas.

Nessa perspectiva, no Capítulo V, ao tratar do positivismo e do evolucionismo, inicialmente traz a importância dos estudos de Comte, e a partir de então aponta a relevância de Herbert Spencer, dedicando um sub tópico direcionado ao autor inglês como representante do evolucionismo, que sob o olhar do autor do presente manual, “assemelha-se em vários pontos, ao positivismo francês. Admite transformações sucessivas da humanidade, a criação, por meio da imaginação, de mitos religiosos e filosóficos, e faz, da experimentação científica, o único critério do conhecimento certo (RIBOULET, 1951, p. 71).

Concernente ao âmbito da educação, Riboulet de forma categórica apresenta Spencer como aquele que representa, na educação, a tendência científica, uma vez que “sua pedagogia repousa na ciência” (1951, p. 71); ao mesmo tempo refuta as ideias spencerianas devido a não dar valor a religião e incumbir o conhecimento científico de fornecer todos os fundamentos, afirmando ainda que “ os evolucionistas sustentam que as ideias morais se formam pouco a pouco, sob a influência do instinto de conservação, pela

---

<sup>29</sup> A obra original trata-se de “Histoire de la Pédagogie” do ano de 1925, com prefácio de André Baudrillart e obteve premiação da Academia Francesa.

hereditariedade, educação e legislação. Essa concepção historicamente falsa, destrói a liberdade e a responsabilidade” (RIBOULET, 1951, p. 71).

A respeito da obra de Riboulet, há na mesma “predominância da análise sobre o cientificismo e o evolucionismo, todavia, em um registro combativo, no qual são apontados os erros destas correntes, quando elas rejeitam princípios cristãos na análise do campo educacional” (GATTI, SILVA, 2019, p. 17).

Em continuidade, Riboulet embora confira relevância a Spencer e suas ideias, converge para uma análise que prioritariamente destaca os erros e fragilidades que entende possuir a filosofia spenceriana, sobretudo, voltada à educação.

Nessa direção Riboulet esboça suas críticas direcionadas ao evolucionismo de Spencer e exalta o positivismo de Comte, pois ao fazer estabelecer comparações entre ambos, afirma que o positivismo “trata-se de um empirismo renovado, com pretensa raiz científica, que estabelece uma finalidade moral para a educação, relacionada ao bem da Humanidade, pelo caminho que vai do coração, à inteligência e a sociabilidade [...] é o triunfo do espírito científico. Quanto ao evolucionismo, ao abordar Spencer, o autor faz severas críticas” (GATTI, SILVA, 2019, p. 17)

Ponto comum entre os autores dos manuais de história da educação analisados neste trabalho, a obra Educação Intelectual, Moral e Física (1884) também é citada por Riboulet como um tratado, “formado de quatro capítulos, que apareceram a intervalos, mas destinados a ser unidos. O capítulo preliminar examina qual é o saber de maior utilidade; os três outros tratam de educação física, intelectual e moral” (RIBOULET, 1951, p. 72).

A conceituação de educação de Spencer, é retratada em sua obra educacional, em que o viés utilitarista da educação está intimamente associado à preparação para a vida completa. Sob a visão de Riboulet,

Spencer definiu assim seu ideal de educação: “a educação é tudo o que fazemos para nós mesmos e tudo o que os outros fazem para nos aproximar da ideia de nossa natureza. O ideal seria obter uma completa preparação do homem para a vida inteira. Em geral, o fim da educação deve ser adquirir, o mais completamente possível, os conhecimentos que mais servem para desenvolver a vida individual e social sob todos os aspectos” (RIBOULET, 1951, p. 72).

Riboulet prossegue sua análise de que na pedagogia spenceriana a ideia de evolucionismo, do simples ao complexo, é o guia principal de sua teoria, no entanto, essas afirmações, segundo ele, são eivadas de dúvidas, uma vez que o filósofo britânico deixa

de considerar várias outras nuances da vida, e contesta com afinco a afirmação de Spencer de que “a ciência adquirida pelas gerações anteriores está como que depositada no cérebro da criança. Para lhe dar a formação intelectual, quase bastará fornecer-lhe a ocasião de se abrir e de se desenvolver” (RIBOULET, 1951, p. 72).

Ponto central da teoria de Spencer, o utilitarismo é abordado por Riboulet com demasiada descrédito, afirmando que ao traçar as diretrizes educacionais nos planos de estudos, Spencer confere um predomínio exclusivo das ciências e pela busca incessante da utilidade prática dos conteúdos.

Na leitura da obra do autor francês, observa-se que o mesmo buscou realizar uma divisão bem definida das bases educacionais de Spencer tratadas em sua obra sobre educação e nesse percurso, traz as características e as críticas de cada viés abordado trazendo as considerações primeiramente sobre a educação intelectual, seus objetivos e classificação por ordem de importância das atividades, sendo que “a cada uma dessas atividades deve corresponder uma parte da educação. O melhor saber é o que prepara o desenvolvimento mais completo [...] preparar o homem a satisfazer as suas atividades segundo a importância e dignidade das mesmas” (RIBOULET, 1951, p. 73).

As críticas desferidas a educação proposta por Spencer, são oriundas do inconformismo de Riboulet por não considerar que o utilitarismo de Spencer conduza a uma vida completa conforme extensamente exposto pelo filósofo britânico no decorrer de seus estudos. Spencer na defesa da necessidade da existência de atividades úteis aos indivíduos, afirma que “se calcularmos os graus de importância das diferentes ordens da seletividade humana e o mérito dos diversos estudos que lhes dizem respeito, vemos que o estudo da ciência, na sua significação mais clara, é a melhor preparação para todas essas ordens de atividade” (SPENCER, 1884, p. 86). Riboulet, por seu turno, é categórico no sentido de afirmar que Spencer tão somente confere à ciência um papel que deixa de lado outros aspectos fundamentais da vida.

É assim que se constitui o programa de estudos de Spencer. Exagera o papel da ciência sem lhe demonstrar o valor educativo. Toda uma parte da vida intelectual e quase toda a vida emocional são deixadas sem cultivo. O utilitarismo conduz Spencer a essa concepção estreita e incompleta da educação. (RIBOULET, 1951, p. 74).

Ao adentrar na questão do método, os princípios fundamentais defendidos por Spencer são consubstanciados no interesse e na atividade espontânea. Sob esta questão Spencer afirma que

por quanto tempo o estudo se tornar habitualmente repugnante, por tanto prevalecerá a vontade de não continuar no estudo, logo que os rapazes possam furtar-se à coação dos pais e mestres. E quando o estudo da ciência for habitualmente agradável, então há de prevalecer a tendência para continuarem sem superintendência nos estudos começados sob a direção dos mestres (p. 167). Enquanto forem verdadeiras as leis de associação das ideias – enquanto os homens aborrecerem as coisas e os lugares que lhes sugerem recordações desagradáveis, e acharem prazer naquelas que lhes trazem ao espírito passadas alegrias - o ensino áspero fará repulsiva a ciência, como o ensino agradável a fará atrativa (SPENCER, 1884, p. 168).

No entanto, Riboulet apresenta uma crítica contundente a Spencer de que o mesmo deveria “distinguir entre o que agrada e o que é útil: certos exercícios que agradam muito aos alunos não são os mais importantes [...] Se é importante tornar a aula interessante, é mais importante ainda ensinar os alunos a vencerem suas repugnâncias e seus caprichos” (RIBOULET, 1951, p. 74-75).

Da mesma forma acaba por demonstrar que as teorias educacionais de Spencer, são baseadas em Pestalozzi e não são originárias diretamente de seus próprios estudos.

Para excitar o interesse e a atividade, o ensino será baseado em algumas leis estabelecidas por Pestalozzi, e que Spencer acha perfeitamente justas: 1) o espírito procede do simples ao composto; 2) o espírito progride do indefinido ao definido; 3) o espírito vai do concreto ao abstrato; 4) a educação da criança deve concordar com a da humanidade; 5) o espírito procede do empírico ao racional. Cada um desses princípios não contém mais que uma parte da verdade (RIBOULET, 195, p. 75).

A respeito da educação moral exposta por Spencer, Riboulet, acrescenta que a mesma ao não abordar a questão religiosa demonstra que Spencer mostra não acreditar na bondade nativa da criança, uma vez que tal crença seria contrária ao seu princípio da evolução.

A semelhança da criança com o selvagem do ponto de vista físico e intelectual, é defendido por Spencer, pois considera que esta não é um ser que se coaduna com os princípios de civilização e que deve evoluir.

Justamente nessa questão que defende que a educação, por meio da ciência, é que poderia ser o único meio para atingir uma vida completa, entendida então como vida adulta, desgarrada das fragilidades e perniciosidades da vida na fase da infância.

Sobre esta questão da criança, cumpre salientar possui especial atenção nos estudos de Spencer, pois a mesma abordagem em relação a esse tema é realizada por

Spencer em duas obras distintas, sendo que também na obra “Do progresso, suas leis e suas causas de 1861, os problemas oriundos das crianças também são tratados no mesmo direcionamento, conforme aduz Spencer

não esperei das crianças uma grande soma de bondade moral. Durante os primeiros anos todo homem civilizado passa pelas fases de caráter, patenteadas pela raça bárbara de que descende. Como as feições da criança – o nariz chato, as narinas abertas, os beiços grossos, os olhos muito afastados, a ausência de *sinus* frontal, etc -, se parecem por certo tempo, com as feições de selvagem, assim se assemelham também os seus instintos. [...] Daqui as tendências para a crueldade, para o roubo, para a mentira, tão gerais nas crianças – tendências que, mesmo sem o auxílio da disciplina virão a ser mais ou menos modificadas, exatamente com as feições. A ideia popular de que as crianças são “inocentes”, embora verdadeira com relação ao *conhecimento* do mal, é totalmente falsa com relação aos *impulsos* para o mal; meia hora de observação no quarto das crianças bastará para provar estas verdades a todo observador (SPENCER, 1884, p. 213).

Nesta abordagem sobre a importância da educação da criança, Riboulet demonstra que Spencer não trata de modo incisivo as questões mais importantes sobre isso, sobretudo a importância da instrução religiosa na formação do indivíduo. Segundo ele, na obra de Spencer,

não se faz nenhuma menção da instrução religiosa. Spencer se limita a dizer que a ciência desenvolve o sentimento religioso, destruindo a superstição, fazendo nascer em nós um respeito singular pelas leis invariáveis que nos revela, dando-lhes justa ideia do que somos e de nossas relações com os mistérios do ser. Tal religião da ciência é impotente para desenvolver as qualidades morais e dar o sentimento do dever (RIBOULET, 1951, p. 77-78).

Findando seus estudos no que concerne ao espaço dedicado em sua obra a respeito de Spencer, Riboulet, denota a importância dada pelo mesmo também em relação a educação física, mas ao mesmo tempo esboça novamente uma crítica ao pensamento spenceriano de que o mesmo acaba por maximizar a importância do físico, sem, contudo, observar que existem outras questões que devem ser valorizadas que ultrapassam meramente a ideia de um corpo fisicamente apto, uma vez que “Spencer dá importância capital à educação física. Vai até a dizer que a primeira condição para ter êxito neste mundo é ser bom animal [...] mas fazendo observar que muitos homens de saúde débil têm galgado os cumes intelectuais, morais e sociais” (RIBOULET, 1976, p. 78).

### 2.5.3 A História da Educação e da Pedagogia de Lorenzo Luzuriaga (1955)

Lorenzo Luzuriaga (1889-1959), foi um educador espanhol, sendo que viveu exilado desde o ano de 1936 na Argentina, onde veio a falecer na capital Buenos Aires.

Cursou estudos na Escola Superior do Magistério em Madrid, e na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidad Complutense, professor de Pedagogia da Universidad de Tucumán na República Argentina, e vice decano da Faculdade de Filosofia e Letras da mesma universidade.

Em referência a importância de Luzuriaga, sobretudo no contexto da história disciplinar da História da educação no Brasil, “na década de 1950, textos do autor tomariam lugar central nas traduções promovidas para o português no Brasil, o que ocorreu no âmbito da importante série Atualidades Pedagógicas da Companhia Editora Nacional” (WARDE, 1998, p.73-74).

A obra produzida pelo autor espanhol e originalmente traduzida e lançada no Brasil em 1955, é a “História da Educação<sup>30</sup>” da Série 3ª das Atualidades Pedagógicas, traduzida por Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna, lançada pela Companhia Editora Nacional, sendo que a obra analisada neste trabalho é datada de 1978.

Contendo 294 páginas, o presente Manual é apresentado sob a estrutura de 20 capítulos dispostos nos seguintes tópicos: Capítulo I: História da educação e da pedagogia (p. 01); Capítulo II: A educação primitiva (p. 11); Capítulo III: A educação oriental (p. 19); Capítulo IV: A educação grega (p. 33); Capítulo V: A pedagogia grega (p. 44); Capítulo VI: A educação romana (p. 58); Capítulo VII: A educação cristã primitiva (p. 70); Capítulo VIII: A educação medieval (p. 78); Capítulo XIX: A educação humanista (p. 95); Capítulo X: A educação religiosa reformada (Protestante) (p. 108); Capítulo XI: A educação religiosa reformada (Católica) (p. 117); Capítulo XII: A educação no século XVII (p. 125); Capítulo XIII: A pedagogia no século XVII (p. 149); Capítulo XIV: A educação no século XVIII (p. 161); Capítulo XV: A pedagogia no século XVIII (p. 161); Capítulo XVI: A educação no século XIX (p. 180); Capítulo XVII: A pedagogia no século XIX (p. 194); Capítulo XVIII: A educação no século XX (p. 210); Capítulo XIX: A educação nova (p. 227); Capítulo XX: a pedagogia contemporânea (p. 242).

Na presente obra do autor espanhol radicado na Argentina, “o objetivo central era o de oferecer uma visão de conjunto da história da educação e da pedagogia, tratando de

---

<sup>30</sup> Originalmente lançada na Argentina sob o Título de “Historia de la educacion y de la pedagogia” no ano de 1951.

relacionar a educação e as concepções sociais e culturais de cada momento histórico” (GATTI JR, 2014, p. 487), e sob esta perspectiva dedica 05 páginas a Herbert Spencer e suas ideias, sendo a partir do Capítulo XVII da presente obra que o autor ao estudar a pedagogia no século XIX, a contextualiza enfatizando que embora as ideias pedagógicas em voga neste século sejam remanescentes de uma construção histórica, são apresentadas mudanças significativas, das quais destacam-se a pedagogia idealista e suas alterações, bem como a realista e positivista com o avançar do século.

Nessa vertente cita os autores que se destacaram por suas ideias sob o contexto de uma pedagogia idealista, considerando que este século é

herdeiro da grande tradição pedagógica dos séculos anteriores, o século XIX a mantém, embora com diferenças significativas. Em primeiro lugar prossegue a pedagogia idealista iniciada na época precedente, e representada por filósofos da estatura Fichte, Hegel e Schleiermacher e por escritores como Goethe, Schiller, Lessing e Jean Paul Richter. Nessa mesma direção idealista, embora ocupando lugar à parte e destacado está a figura de Friedrich Froebel, o criador da educação da primeira infância (LUZURIAGA, 1978, p. 194).

Sob o realismo o autor enfatiza que o século XIX é resultado de correntes que se colocam distintamente, e cabe na segunda metade desse período o protagonismo da pedagogia realista e também a positivista, com destaques para diversos intelectuais, mas cujo principal representante é Herbert Spencer.

Em direção diferente, igualmente destacada, vê-se a personalidade mais realista de Frederico Herbart, o fundador da Pedagogia científica. Finalmente, em segundo plano, o sociólogo Herbert Spencer, representante da direção positivista da na pedagogia. Pode-se assim, dizer que, enquanto na primeira metade do século XIX predomina a corrente idealista, predomina, na segunda, a realista e positivista (LUZURIAGA, 1978, p. 194).

Dedicando atenção à pedagogia positivista, Luzuriaga considera que “o maior representante dela foi Herbert Spencer (1820-1903) que, ainda não sendo propriamente um pedagogo, teve certa influência na educação” (LUZURIAGA, 1978, p. 208).

Luzuriaga a exemplo de outros autores de manuais já citados anteriormente neste trabalho, confere especial importância aos estudos específicos de Spencer voltados ao campo educacional, contidos nos ensaios da Educação, que posteriormente foram reunidos na

conhecida obra *A educação intelectual, moral e física*, na qual acentua o valor utilitário da educação. Indagando, de começo, quais os conhecimentos mais úteis, sua resposta é que são os que servem para a conservação e melhora do indivíduo, da família, do Estado e da sociedade em geral. A educação é, para ele, preparação para a vida completa, acentuado o caráter científico dos estudos literários, o conhecimento individual sobre o tradicional [...] Influenciado pelas ideias naturalistas de Rousseau, dá Spencer grande importância à educação física e ao estudo da natureza. Sua educação intelectual se baseia na ideia da intuição em Pestalozzi. Spencer é, por fim o representante da pedagogia individualista, ao negar ao Estado o direito de intervir na educação (LUZURIAGA, 1978, p. 208-209).

O autor do presente manual tece críticas sobre a filosofia spenceriana, pois embora reconheça as contribuições, as qualidades e a relevância de Spencer no rol de estudiosos de sua época, afirma com veemência que “em realidade, há muito pouco de original na pedagogia de Spencer, a não ser a insistência no caráter utilitário, pragmático, da educação, e no valor do conhecimento científico” (LUZURIAGA, 1978, p. 209).

Nos estudos realizados no capítulo XX, dedicado à pedagogia contemporânea, é demonstrada a existência, segundo o autor, de uma divisão entre a pedagogia individual e pedagogia social, e em ambas as correntes pedagógicas, Spencer é citado como um nome importante juntamente com outros estudiosos, tais como Erasmo, Vives, Montaigne, Locke, Fénelon, Rousseau e Herbart.

Considerando que a pedagogia individual surge na Renascença representada por Erasmo, Vives e Montaigne, tal corrente tem sua continuidade no século XVII com Locke e Fenelon, no século XVIII tem em Rousseau seu expoente, sendo que no século XIX Herbart e Spencer se apresentam como representantes dessa corrente pedagógica.

No que tange à pedagogia social, definida por Luzuriaga (p. 253) esta é entendida como a que mais possui ancestralidade desde Platão, mas que em relação à pedagogia entendida como ciência, que é uma ideia que ganha força a partir do século XIX e se consolida no século XX, novamente observamos que foi dado à Spencer também o pertencimento a esta corrente, como um representante da pedagogia social histórica, no interior da corrente positivista.

No presente manual, em relação a representação das ideias de Spencer, Luzuriaga contextualiza a produção das ideias do filósofo britânico e demonstra as categorias de análise presentes em seus estudos, sobretudo suas concepções sobre a educação, na quais se encontra presentes suas ideias acerca da valoração dos conhecimentos considerados

por ordem de utilidade na preparação de uma vida completa e a importância dada à necessidade de não intervenção do Estado sobretudo na educação.

#### 2.5.4 A História da Pedagogia de René Hubert (1957)

René Hubert (1885-1954), educador francês, foi Reitor da Universidade de Estrasburgo na França. Sua obra “História da Pedagogia<sup>31</sup>”, também compõe a série Atualidades Pedagógicas, em seu volume 66, sendo traduzida no Brasil por Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna, e lançada pela Companhia Editora Nacional em 1957, destacando que a edição analisada neste trabalho é do ano de 1976.

Contendo 600 páginas, a presente obra contém 07 capítulos divididos em primeira e segunda parte. Na primeira parte “Os fatos pedagógicos” estão alocados 3 capítulos, assim intitulados: Capítulo I: De alguns tipos pedagógicos antigos (p. 03); Capítulo II: De alguns tipos pedagógicos modernos, do século XVI ao século XIX (p. 40); Capítulo III: De algumas instituições pedagógicas novas na época contemporânea (p. 122);

Na segunda parte denominada “As Doutrinas Pedagógicas” encontram-se 4 capítulos intitulados: Capítulo I: alguns exemplos de doutrinas antigas (p. 181); Capítulo II: As principais doutrinas modernas (p. 214); Capítulo III: os Filósofos Educadores (p. 268); Capítulo IV: Algumas tendências da pedagogia contemporânea (p. 300).

Do total de páginas do presente manual, as referências a Herbert Spencer e suas ideias aparecem no total de 11 páginas.

No capítulo III da primeira parte do presente manual, intitulado “Algumas Instituições Pedagógicas Novas na Época Contemporânea”, o autor realiza sua análise sobre as instituições pedagógicas, com enfoque nas novas tendências, destacando que “o traço mais característico da história das instituições pedagógicas nos principais países da Europa ocidental desde a Renascença é a continuidade do desenvolvimento” (HUBERT, 1976, p. 122). E prossegue dizendo que

em todas as épocas da história houve educadores, filósofos, moralistas, psicólogos, humanistas, que tomaram consciência dos defeitos do sistema pedagógico estabelecido, e à margem dele, para remediá-lo, criaram escolas nas quais aplicaram livremente sua concepção e procederam às experiências que ela comportava (HUBERT, 1976, p. 123).

---

<sup>31</sup> A obra original foi publicada pela Presses Universitaires de France em Paris no ano de 1949, com o título de “Histoire de la Pédagogie”.

Hubert ao tratar do movimento das escolas novas afirma que elas têm uma base filosófica e científica, sendo que em relação à primeira, Spencer é apontado como um contribuinte desta, embora seja apontado como de menor importância em relação a outros teóricos.

As escolas novas podem estear-se, filosoficamente falando, (e depois de Rabelais e Montaigne, Comenius e Locke), em Rousseau, Basedow, Pestalozzi, Froebel e até em Herbart e Spencer, e cientificamente em Stanley Hall, Willian James, Baldwin, Jhon Dewey, Preyer, Groos, Alfred Binet, Claparède, Pierre Janet, etc. (HUBERT, 1976, p. 125).

O Capítulo III da segunda parte, intitulado “Os Filósofos Educadores”, é dedicado a exposição das ideias de estudiosos cuja contribuição para a educação e a pedagogia se mostraram relevantes na história da educação, ao conferir esta importância, Hubert destaca os chamados filósofos educadores através de suas obras e ideias, e entre estes Herbert Spencer tem grande notoriedade. De acordo com Hubert,

no primeiro terço do século XIX, o movimento das ideias pedagógicas havia sido dominado por duas tendências principais, igualmente provindas de Rousseau: a que visava, entre os educadores de profissão, a fazer repousar a pedagogia na psicologia experimental e no conhecimento científico do desenvolvimento natural da criança; a que, com Kant e seus sucessores, considerava a pedagogia como sequência da filosofia geral (HUBERT, 1976, p. 288).

Hubert discorre que a grande contribuição de Spencer foi devido ao fato de ter sido o responsável por unir as duas tendências pedagógicas como a psicologia experimental e a filosófica

parece que duas tendências se ajuntam novamente e se unem na doutrina da educação desenvolvida por Herbert Spencer (1820-1903), primeiro em artigos que escreveu no começo da carreira e reuniu em 1861 numa obra intitulada *Da Educação intelectual, moral e física*, depois em diversas publicações. Essa filosofia geral toma, todavia, em Spencer, caráter inteiramente diverso do que tinha entre os pós-kantianos: a teoria da evolução é, para ele, essencialmente uma generalização e uma sistematização dos resultados das várias ciências. Ademais, essa sistematização tira seus princípios da ciência mecânica e da ciência física, mais que da biologia ou da sociologia: quando elabora a doutrina do Incognoscível, é ainda à noção de força que recorre para exprimir o fundo do ser (HUBERT, 1976, p. 288-289).

Sob esta perspectiva, o evolucionismo de Spencer, conforme a visão de Hubert, ganha relevância, embora sujeito a várias críticas como aquelas que denotam que Spencer acabou por reduzir sua teoria a determinadas disciplinas do conhecimento sem aprofundar em sua análise conforme exposto por Bréhier<sup>32</sup>, no entanto, embora sob essa desconfiança, Hubert salienta que o evolucionismo de Spencer trouxe uma contribuição expressiva a partir do século XIX, uma vez que “o próprio Bréhier, entretanto reconhece que a fórmula dada por Spencer à evolução não é tão puramente mecânica quanto parece à primeira vista” (HUBERT, 1976, p. 289).

Hubert no que se refere a apropriação da ideia de evolução e como esta ultrapassa a ideia puramente biológica, mas também no âmbito do aspecto psíquico e social e nesse viés, de modo diverso da maioria dos demais autores dos outros manuais estudados neste trabalho, traz para seu manual de história da educação a abordagem de Spencer para além da obra “A educação intelectual, moral e física”, citando também de modo direto a obra “O indivíduo contra o Estado”, para demonstrar sua importância na explicação do evolucionismo spenceriano em vários aspectos, sobretudo na educação.

A vida consiste numa perpétua adaptação das condições interiores do sistema orgânico às condições exteriores da existência. A consciência é, igualmente, uma atividade desenvolvida no curso dessa acomodação dos seres vivos ao meio, e se há nela natureza original, esta é, para Spencer, inteiramente relativa ao indivíduo, mas se explica mercê da experiência acumulada pela espécie e de algum modo nela enraizada graças às modificações de estrutura que se produziram e transmitiram progressivamente. Essas relações do indivíduo e da espécie se encontram na vida das sociedades, e sua consideração está na origem do liberalismo sistemático ao qual o autor de O Indivíduo contra o Estado se mostrou apaixonadamente apegado tanto no plano político como no plano pedagógico. [...] Todas essas considerações justificam a importância do papel que Spencer atribui aos métodos ativos na educação, “a necessidade de a criança fazer por si mesma experiências e até de travar conhecimento com os fatos naturais e com os efeitos de suas próprias ações”, para formar, “pela adaptação prática às circunstâncias da vida atual, pelo exercício das forças de que nos servimos na luta pela vida, sentimentos sadios e caracteres fortes” (HUBERT, 1976, p.289-290).

Hubert destaca uma das principais e mais expressivas teorias de Spencer, relacionada a passagem evolutiva dos tipos de Estado que também se aplica nas teorias educacionais do filósofo britânico, citando a passagem do tipo militar para o tipo

---

<sup>32</sup> O estudioso citado por Hubert é o filósofo francês Émile Bréhier (1876-1952). Sobre sua produção ver: Bréhier, E. História da filosofia. São Paulo, Mestre Jou, 1977.

industrial, como expressão de evolução social, pois “a passagem do estado militar – de homogeneidade – para o estado industrial – de heterogeneidade – das sociedades, repercute profundamente na educação (HUBERT, 1976, p. 291).

Nesse aspecto levantado por Hubert, Spencer explica a ideia de que na sociedade industrial a especialização de tarefas conduz a diferenciação entre os indivíduos e conseqüentemente à uma evolução no aspecto social. Spencer ao explicar o conceito de homogêneo e heterogêneo o faz com vistas a demonstrar como deve partir do indivíduo a busca por sua melhor posição dentro da sociedade, e nesta ideia a educação acaba por ter papel fundamental na formação de indivíduos mais aptos. Spencer também traz os desdobramentos dessa passagem do estado militar para o industrial, ressaltando que

como já temos visto, o conservadorismo e o liberalismo surgiram, um do militarismo, outro do industrialismo. O primeiro sustentava o *regime* do Estado, e o segundo o *regime* do contrato; aquele, a cooperação forçada que acompanha à desigualdade legal das classes, e este, a cooperação voluntária, que acompanha a sua igualdade legal: e é indiscutível que os primeiros atos dos dois partidos tenderam, por uma parte, a fortalecer as instituições que mantem a cooperação forçada, e, pela outra, a diminuir ou suprimir essas instituições. A conclusão evidente do que antecede é que, havendo contribuído para estender o sistema coercitivo, o que atualmente se chama liberalismo, não é mais do que uma nova espécie de conservadorismo (SPENCER, 1884, p. 32).

Na segunda parte do manual escrito por Hubert, no Capítulo III, à exemplo da primeira parte, é trazida novamente a discussão acerca do movimento das Escolas Novas, e nessa abordagem Herbert Spencer é enfocado mediante sua análise da evolução social, compreendendo Hubert que a “filosofia da evolução social e de suas grandes fases sucessivas corresponde, a certos respeito, a classificação dos diferentes gêneros de atividade que constituem a vida humana” (HUBERT, 1976, p. 293).

Dessa forma, Hubert traz a apropriação das ideias de Spencer relacionadas às atividades que ele considera como de maior valor e importância, pois Spencer considera que “evidentemente o primeiro passo a dar, está em classificarmos, por ordem de importância, os gêneros principais da atividade que constitui a vida do homem” (SPENCER, 1884, p. 14). Hubert na esteira do pensamento de Spencer, discorre que para cada uma das atividades ordenadas por ordem de hierarquia, deve também corresponder uma parte da educação, direcionada a sua contribuição em cada fase da vida. Nessa direção a filosofia spenceriana traz a ideia de uma educação

que contribua diretamente para a conservação própria; aquela que para ela contribua indiretamente; aquela que concorre para a conservação da família; aquela que concorre para o bom cumprimento dos deveres do cidadão; aquela, finalmente, que concorre para os diversos prazeres da

vida [...] O valor de cada espécie de cultura, como auxiliar da vida perfeita, pode ser ou necessário, ou mais ou menos contingente. Há conhecimentos de valor intrínseco; conhecimentos de valor quase intrínseco; conhecimentos de valor quase intrínseco e conhecimentos de valor convencional (SPENCER, 1884, p. 17-18).

Diante da importância inegociável dada à ciência por Spencer, Hubert demonstra como o filósofo evolucionista se desprende totalmente de uma proposta de educação voltada para a vida familiar e assim sendo, expõe sua crítica afirmando que

quanto à educação para a vida familiar, é absolutamente inexistente, nota Spencer, que se insurge com vigor contra um sistema pedagógico entregue inteiramente, a esse respeito, à irreflexão e ao acaso. [...] Ao cabo, esta pedagogia é, como a filosofia geral do autor, toda inteira de inspiração científica. O conhecimento das leis da natureza, desde a física até a psicologia e a sociologia, é, do mesmo passo, o princípio e o meio. A própria educação é objeto de ciência, a ser estudada e desenvolvida como todas as outras (HUBERT, 1976, p. 293-294).

Sob este viés pedagógico, no pensamento spenceriano, Hubert (p. 294) afirma que na “formação da criança até a formação do educador, é à ciência que se reconhece o mais alto valor educativo” e em continuidade, o autor do presente manual destaca que Spencer é influenciado por Rousseau<sup>33</sup> e por Pestalozzi, e a exemplo de outros estudiosos, o critica por padecer de falta de originalidade em suas ideias.

Seremos breves a respeito das aplicações práticas que Spencer tira desses princípios. Em matéria de educação intelectual e moral, toma à Rousseau e à Pestalozzi a maior parte das opiniões que desenvolve, insistindo na necessidade de seguir o desenvolvimento natural da criança, multiplicar as lições de coisas, deixar as ações das crianças produzirem suas consequências, que lhes provem a inelutabilidade das leis do universo; ideias todas que, se se ajustam ao liberalismo e ao individualismo de Spencer, não são nem muito originais, nem exclusivas desse pensador (HUBERT, 1976, p. 295).

Para tecer outra crítica ao pensamento e ao método spenceriano, faz uma comparação do filósofo britânico com o filósofo alemão Herbart<sup>34</sup>, afirmando que Spencer “funda a pedagogia na ciência, mas contrariamente ao pensador alemão, apela

---

<sup>33</sup> “É com ressalvas que Hubert (1957) apresenta a filosofia de Rousseau, uma filosofia que segundo ele contraria e abandona os dogmas essenciais do cristianismo, como por exemplo, o pecado original e a ação sobrenatural da graça e, mesmo no que diz respeito ao campo pedagógico, afirma não ser possível seguir indiscriminadamente suas análises psicológicas, especialmente, quanto às fases de desenvolvimento do Emílio” (GATTI JR, 2014, p. 488).

<sup>34</sup> O filósofo alemão Johann Friedrich Herbart (1776-1841), mostrou a importância da psicologia na teorização do ensino e a pedagogia formulada pela primeira vez como uma ciência, com uma análise sistemática da educação.

para o sistema das ciências e não apenas para a psicologia. Por outro lado, está muito longe de chegar por isso, ao puro intelectualismo” (HUBERT, 1976, p. 295).

Embora crítico de Spencer, conforme já demonstrado, não deixa de olvidar que o mesmo se encontra no rol de pensadores que tiveram grande influência no pensamento pedagógico, sobretudo a partir do século XIX na Europa.

Com os discípulos de Rousseau, Kant, Fichte, Herbart, na Alemanha, Herbert Spencer na Inglaterra e Renouvier em França, desenham-se as grandes linhas do pensamento pedagógico europeu no século XIX. Sua característica essencial é ligar a doutrina da educação, mais estreitamente ainda que no passado, aos grandes movimentos intelectuais do tempo, à psicologia experimental, à filosofia geral, à filosofia política, à filosofia e ao sistema das ciências da natureza. (HUBERT, 1976, p. 298-299).

Na conclusão de seu estudo, Hubert dedica a avaliar a função das doutrinas pedagógicas, e no que concerne a questão da educação afirma que os problemas da educação acabaram por não ser observados com a devida importância em muitas correntes filosóficas, dos quais Spencer é partidário. Hubert explica a posição de Spencer, justificando que nos grandes sistemas filosóficos

de algum modo, dissolvem o homem nas realidades que o ultrapassam, mal atentam nos problemas da educação. Se Spencer se detém neles, é que os considera principalmente em função dessa filosofia da história, que é a sua sociologia. Uma doutrina pedagógica é, de início e essencialmente uma reivindicação dos direitos do humano, da liberdade e, pois, da individualidade do homem, da liberdade e, pois, da individualidade do homem em face das tradições de qualquer natureza que sobre ela pesam, que a deformam e lhe entram o desenvolvimento. Seja qual for o plano em que esse desenvolvimento esteja particularmente proposto, o da natureza biológica, o da adaptação social, o das exigências espirituais, é sempre para a ideia do homem, de sua essência, de seu destino, que concorrem todas as especulações teóricas e práticas (HUBERT, 1976, p. 356).

### **2.5.5 A História da Educação Moderna de Frederick Eby (1962)**

Frederick Eby (1874-1968), nasceu nos Estados Unidos e foi professor de História e Filosofia da Educação na Universidade do Texas. A obra “História da Educação Moderna: Teoria, Organização e Práticas Educacionais (séc. XVI – séc. XX)”<sup>35</sup> foi

---

<sup>35</sup> O título original da obra lançada nos Estados Unidos é “The Development of Modern Education in Theory, Organization, and Practice”, lançada em 1934.

lançada no Brasil em 1962, com tradução de Maria Angela Vinagre de Almeida, Nelly Aleotti Maia e Malvina Cohen Zaide pela Editora Globo.

Com 634 páginas, a obra de Eby é organizada em 25 tópicos assim delimitados: Condições que provocaram a Revolução do Norte e a Reforma (p. 01); A Resposta do Norte à Renascença Italiana (p. 28); Reformadores Educacionais Protestantes (p. 53); Humanismo e Reforma Escolar e da Igreja (p. 76); Progresso Educacional durante a Segunda Metade do século XVI (p. 99); Realismo Baconiano, Cartesianismo e Calvinismo (p. 127); Comenius, Profeta de princípios e métodos modernos (p. 154); Progresso Educacional na Primeira Metade do Século XVII (p. 179); O Pietismo alemão e a Nova Educação Cristã (p. 212); Educação não Conformista e Movimentos de Escolas de Caridade (p. 227); Locke e a Filosofia do Empirismo (p. 248); A Ilustração e a Fisiocracia (p. 264); Rousseau: O Copérnico da Civilização Moderna (p. 277); Transição do Controle da Educação da Igreja para o Estado (p. 315); O Movimento de Transição da América do Norte (p. 342); O Renascimento e o Restabelecimento do Idealismo (p. 357); Pestalozzi e o Movimento da Escola elementar (p. 374); Herbart e a ciência da Educação (p. 408); Froebel e a Educação pela Evolução Orgânica (p. 430); Grandes Sistemas Escolares Nacionais (p. 462); Construindo o Sistema Escolar Norte Americano (p. 474); Teoria e Problemas Educacionais no final do Século XIX (p. 507); G. Stanley Hall e a Filosofia Genérica (p. 520); O instrumentalismo de John Dewey (p. 531); Progresso Educacional no Século XX).

As referências a Herbert Spencer e suas ideias aparecem em 06 páginas, da presente obra de autoria de Frederick Eby.

Conforme já delimitado, há a divisão do livro em tópicos, e naquele referente ao “Renascimento e o Restabelecimento do Idealismo”, o autor trata das teorias de Friederich Schiller, como o precursor do novo idealismo educacional. Nesta vertente, na discussão sobre as ideias deste teórico, apresenta a citação de Spencer referindo-se a denominada teoria do brinquedo<sup>36</sup>, afirmando que em relação à mesma “seria difícil encontrar uma teoria que tenha sido tão mal interpretada quanto a teoria de Schiller do brinquedo. É verdade que, como afirmou Herbert Spencer, que ela é baseada no excesso de energia, mas este é o aspecto mais superficial” (EBY, 1962, p. 365).

---

<sup>36</sup> Segundo Eby (1962) “por brinquedo, Schiller, designava, é óbvio, a faculdade criadora. A natureza humana está plenamente integrada e harmonizada quando expressa seus ideais internos de beleza e moralidade em formas exteriores” (p. 635).

Na abordagem das teorias e problemas educacionais no final do século XIX, Eby aponta que neste contexto dos anos finais do século XIX, há o fim da era humanística, pois “surgiu tanto na Europa como na América uma insatisfação com os sistemas correntes de educação. Isto teve muitas causas, entre as quais a enorme expansão do conhecimento, a intensificação do nacionalismo, o conflito entre várias filosofias da educação e o impacto da evolução biológica” (EBY, 1962, p. 507).

O evolucionismo científico do qual Spencer é o principal representante é trazido por Eby, demonstrando que esta corrente filosófica baseada na ciência e na crença pelo progresso constante da humanidade e da sociedade e que levaria ao progresso. Assim, cita o exemplo da Inglaterra, onde “as instituições existentes permaneceram, em grande parte, inalteradas pela mudança dos acontecimentos, mas um novo tipo de escolas e universidades surgiu para cuidar do progresso moderno. Além disso, os baluartes do Humanismo e do Idealismo foram vigorosamente atacados pelos defensores do evolucionismo científico” (EBY, 1962, p. 507).

Spencer juntamente com Darwin e Huxley, são alçados a categorias de estudiosos que deram contribuição fundamental para a imposição da ciência como base da educação, a partir do século XIX. Eby “nessa direção, conferiu destaque à Spencer, com sua do conhecimento trazendo contribuições para a vida e a educação sendo uma preparação para a vida completa, com atribuição de grande valor para o conhecimento científico” (GATTI e SILVA, 2019, p. 21). O autor do presente manual afirma que o realismo acabou por ganhar a batalha contra o humanismo e o idealismo, e para tanto, explica que a partir da segunda metade do século XIX mais precisamente.

Depois de 1850, as ciências biológicas e físicas tornaram-se focos de atenção, de preferências à cultura humanística. Três nomes imortais estão ligados a esta nova era, que teve culminância em nossos próprios dias. Charles Darwin, Herbert Spencer e Thomas Henry Huxley, todos eles ingleses. Cada um deu uma contribuição ao novo ponto de vista científico que afetou radicalmente a concepção básica da educação. (EBY, 1962, p. 507).

Quanto a questão da denominada evolução biológica “as teorias da evolução tinham estado em discussão por muitos anos” (EBY, 1962, p. 507), e Spencer através de seus estudos ganha destaque e se torna crucial na consolidação desta ideia de evolução a partir da biologia, inclusive referindo-se ao darwinismo social.

A extensão da teoria da evolução a todas as formas de vida foi prejudicada pela falta de discernimento das origens das diferentes espécies. Esse elemento crucial foi fornecido pelo princípio de Darwin

da “seleção natural” em seu famoso trabalho *A origem das espécies*, publicado em 1859. Alfred R. Wallace, que chegara a mesma conclusão, denominou-o de “luta pela existência”, e Herbert Spencer, “a sobrevivência do mais apto” (EBY, 1962, p. 508).

Eby em continuidade à discussão do evolucionismo, enfatiza a importância da teoria biológica e como esta tomou um lugar que pôde revolucionar a teoria de estudos em todos os campos, inclusive na educação, enfatiza que “nenhuma teoria científica, além da de Copérnico jamais trouxe perturbação a toda ordem do pensamento humano, tão imediata, catastrófica e universal. A investigação biológica, daí em diante, tomou o primeiro lugar no interesse humano, durante duas gerações” (EBY, 1962, p. 508).

No presente manual, Spencer através de suas obras tem importância destacada por sua influência e seu alcance em diversas partes do mundo e durante muito tempo. No entanto, embora reconhecendo estas questões, EBY, afirma que ao mesmo tempo que a teoria evolutiva spenceriana foi de grande alcance, esta não causou o impacto esperado como aconteceu, por exemplo, com as ideias de Darwin, considerando que “seu tratamento da Psicologia e da Sociologia, foi significativo, mas não marcou época” (EBY, 1962, 508). Numa abordagem de caráter biográfico, Eby expõe algumas características do filósofo britânico. Demonstrando a relevância do mesmo, dedica um tópico para tecer considerações a respeito de Herbert Spencer.

Alguns anos mais moço que Darwin, Spencer elaborou independentemente uma teoria de evolução numa base filosófica. Escreveu abundantemente, mas suas ideias gerais não causaram a tremenda sensação que haviam causado as de Darwin. Seu tratamento da Psicologia e da Sociologia foi significativo, mas não marcou época. Sua obra *Educação* foi uma das mais venidas neste campo, durante meio século. Foi usada em escolas normais, institutos de professores e universidades como um texto na formação de professores na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos da América do Norte e por toda parte. Nenhuma outra obra neste campo teve uma popularidade tão universal (EBY, 1962, p. 508).

Especificamente a respeito contribuição de Spencer na educação, Eby, assim como vários outros autores de manuais de História da educação, destaca as ideias educacionais de Spencer relegando as mesmas conforme contidas somente ao ensaio da “Educação” e não denota qualquer menção as ideias de Spencer contidas em suas demais obras.

Esta obra é constituída de quatro ensaios: qual o conhecimento de maior valor, educação intelectual, educação moral e educação física. Escritas num estilo vigoroso e autoritário, as conclusões do autor são devastadoras por sua atitude pragmática e por sua originalidade [...] A tese primordial de Spencer é a de que o conhecimento deve ser avaliado tomando por base sua contribuição para a vida. “Como viver? – esta é a pergunta essencial para nós... Preparar-nos para a vida completa é a função que a educação tem de desempenhar” [...] [Spencer continuou a

inquirir que o conhecimento seria de maior valor para cada uma destas atividades e em todos os casos a resposta era, indubitavelmente: “ a ciência”. O valor do conhecimento científico contrastava com a instrução dada aos jovens nas escolas tradicionais, limitada em grande parte a Latim, Grego e Matemática (EBY, 1962, p. 508-509).

Conforme explicitado, Eby ao mesmo tempo que expõe que Spencer padece de certa intransigência na defesa de suas ideias, afirma também que embora autoritário, o mesmo tem originalidade no conteúdo trazido. Quanto a esta originalidade das ideias de Spencer, tal característica encontra eco também em outros autores, como Batho (2008) que a respeito de Spencer afirma que sua

originalidade residia na aplicação das leis da evolução ao estudo de tantos conhecimentos- psicologia, geologia, sociologia e geografia, sociologia, educação e ética. Realmente é dele a expressão “sobrevivência dos mais aptos, e ele considerava a filosofia a ciência das ciências, por suas qualidades generalizantes. Estava muito preocupado com o processo de diferenciação, com a mudança de uma condição homogênea para heterogênea (BATHO, 2008, p. 155).

Prosseguindo sua análise acerca de quais conhecimentos devem estar presentes na educação conforme defendidos por Spencer, Eby traz a hierarquia dos conhecimentos defendidos por Spencer, sendo que em primeiro lugar tem maior grau de importância os conhecimentos necessário para a autopreservação da vida, sendo conforme exposto em sua obra em que “Spencer continuou a inquirir que conhecimento seria de maior valor para cada uma destas atividades e em todos os casos a resposta era, indubitavelmente: “a ciência” (EBY, 1962, p. 509).

Conforme exposto por Eby ao tratar da importância dada por Spencer a hierarquia dos valores científicos, o filósofo britânico apresenta tal classificação ironizando como os homens acabam por deixar de lado a importância útil dos conhecimentos científicos mais importantes e acabam por dar mais valor aqueles que somente se apresentam como de ordem de honras sociais.

Os conhecimentos de maior valor não são os que mais consideração nos merecem; mas aqueles que nos trouxeram maior cópia de aplausos, de honras, de respeito, os que mais facilmente nos levarem à influência e a posição social, os que mais impuserem, como o que nos importa não é aquilo que realmente somos, mas o que mostramos ser, assim, na educação, a questão não está no valor intrínseco dos nossos conhecimentos, mas nos seus efeitos extrínsecos sobre os outros. E como esta é a nossa ideia dominante, vê-se que temos menos em vista as coisas de utilidade direta, do que o selvagem quando aguça os dentes e pinta as unhas (SPENCER, 1884, p. 7).

Segundo as considerações de Eby acerca da preocupação de Spencer com a relação da educação e do modo como os pais conduziam os filhos, afirma que “Spencer tinha interesse profundo pela formação adequada da família, e aconselhou encarecidamente que a preparação fosse feita com antecedência pela educação de todas as pessoas jovens, a fim de que se tornassem pais inteligentes (EBY, 1962, p. 509).

Nessa perspectiva, abordando a questão do comportamento dos pais em relação aos filhos e como estes devem estar atentos a educação para não dispensar as gerações posteriores conhecimentos desnecessários, Spencer discorre que “se inquirirmos o motivo real porque se dá a infância à educação clássica, chegaremos à conclusão de que isto se faz por simples condescendência com a opinião pública. Os pais educam o espírito dos filhos precisamente como os vestem, segundo a moda da ocasião” (SPENCER, 1884, p. 25).

Na sequência da análise do pensamento spenceriano, são ponderadas as observações e apontamentos quanto as disciplinas que deveriam constar no programa de estudos, sempre com vistas a ciência como base fundamental e em escala hierárquica superior em relação aos conhecimentos de menor valor, pois mesmo que reconheça “a subordinação dos aspectos estéticos ou ornamental da vida, Spencer, ainda assim, afirmava “que a mais elevada arte dentre todas está baseada na ciência, pois sem ciência não pode haver produção perfeita nem apreciação plena” (EBY, 1962, p. 510).

Importante salientar que Eby entende que houve uma grande aceitação das ideias de Spencer, sobretudo porque se apresentou como uma teoria que encontrou eco nos anseios já existentes da necessidade de uma nova proposta educacional mais condizente com a sociedade industrial e de competição entre os indivíduos, sendo que, nesta perspectiva, os efeitos das ideias de Spencer acabaram também por se difundir em outros países.

A popularidade inigualada dos ensaios de Spencer, especialmente de seu esforço para comparar o valor de diferentes espécies de conhecimento, é a evidência de que ele fizera vibrar uma nota que encontrou ressonância em vários espíritos. Este não foi, de modo algum, o primeiro apelo feito ao mundo inglês em prol da filosofia da educação instrumentalista ou utilitarista, mas era o início do movimento que levou à queda do monopólio humanista tradicional na educação secundária e superior. Numa época de fé implícita na disciplina formal, Spencer comparou o poder mental ganho através da aprendizagem da ciência àquele adquirido pela aprendizagem das línguas e literaturas latinas e gregas. (EBY, 1962, p. 510).

São destacadas as mudanças ocorridas nos currículos e a participação das ideias de Spencer nessas mudanças, advogando que houve uma verdadeira revolução nos currículos e nos métodos, pois “na educação portanto, é esta a questão das questões, e já é tempo para discutirmos com método. É problema de primeira ordem, posto que geralmente seja estudado em último lugar, decidir entre os diversos assuntos que chamam a nossa atenção” (SPENCER, 1884, p. 11).

Estas mudanças, contudo, são oriundas em grande parte da diferenciação sobre o valor hierárquico das disciplinas postas no currículo. Sobre as modificações curriculares, discorre que eram necessárias pois

o currículo tradicional fora estruturado durante um período de muitos anos e foi resultado de muitas influências diferentes. Cada matéria fora desenvolvida na base de seu próprio conteúdo e por especialistas interessados na análise completa. O resultado foi um agregado de estudos: Leitura, Escrita, Soletração, Gramática, Aritmética, Literatura, Geografia, História, Desenho, Fisiologia e Ciência Natural. [...] O fim do século testemunhou uma formidável expansão de saber em todos os setores e, como consequência, ficou em evidência um certo número de problemas. A pletera de conteúdo levou à questão do valor relativo das várias espécies de conhecimento (EBY, 1962, p. 584).

Para Eby, a importância do pensamento de Spencer encontra-se no mesmo rol de pensadores como Dewey, para o qual a educação “é compreendida como um processo de reconstituição da experiência, concedendo-lhe uma perspectiva mais socializante, a partir de um avanço e de um desenvolvimento individual” (GATTI JR, LIMA, 2019, p. 26).

E nesse aspecto, Eby expõe que “Herbert Spencer argumentava que as ciências naturais eram, sob todos os pontos de vistas, as mais valiosas. Dewey baseava o currículo nas necessidades imediatas do indivíduo e da sociedade” (EBY, 1962, p. 584-585).

### 2.5.6 A História Geral da Pedagogia de Francisco Larroyo (1970)

Francisco Larroyo nasceu em 1908 em Jeréz, no México, falecendo no ano de 1981, sendo que a obra deste autor mexicano é intitulada “História Geral da Pedagogia<sup>37</sup>”, com tradução de Luiz Aparecido Caruso, publicada pela Editora Mestre Jou em 1970, sendo que o manual de História da educação analisado é a 2ª edição do ano de 1974<sup>38</sup>.

<sup>37</sup> O título original lançado no México é “Historia general de la pedagogia” de 1944.

<sup>38</sup> A edição brasileira possui um apêndice sobre a “Pedagogia no Brasil”, de autoria de Célio Cunha.

A obra em referência contém 948 páginas, sendo entre as obras analisadas neste trabalho, aquela que possui a maior densidade de tópicos, constando na sexta parte 6 tópicos, iniciando-se pelo tópico I- Do Tratado de Utrecht à Revolução Francesa (1789) (p. 499); II- O Movimento do Iluminismo em suas Relações com a Educação (p. 507); III: Rousseau e o Naturalismo acentuado (p. 515); IV: Basedow e a Pedagogia Filantrópica (p. 525);V: A Escola Popular Européia no Século XVII (p. 533); VI: A modernização dos Estudos na América Latina (p. 541); VII: Transformação Educacional nos Estados Unidos (p. 547).

Na sétima parte da obra é realizado o estudo sobre a Educação geral humana na pedagogia da Revolução e do Neo Humanismo, no tópico I: A Revolução, o Império e os Movimentos Liberais até 1848 (p. 557); II: A pedagogia da Revolução e o Conceito da Educação Política (p. 563); III O processo do Neo humanismo (p. 571); IV: Pestalozzi e o Neo Humanismo Social (p. 581), V: Educação e ensino desde fins do século XVIII, até meados do século XIX (p. 591); VI: A pedagogia do Tradicionalismo e a Ideologia (p. 601); VII: Ordens e Congregações Docentes nesta época (p. 605); VIII: Reconstrução Pedagógica nos Estados Unidos (p. 609).

Na oitava parte, trata a obra da Pedagogia no século XIX, organizada sob os tópicos: I: A Época da máquina, das Guerras Nacionais, e da Vida Internacional (1848-1914) (p. 623); II: Herbart e o sistema da teoria educativa (p. 631); III: Os Pós-Pestalozzianos: O Padre Girard, Froebel, Diesterweg, Rosmini (p. 641); IV:A Escola de Herbart (p. 649), V: A Pedagogia Católica desde a segunda metade do século XIX (p. 655); VI: A pedagogia do Positivismo e do Evolucionismo (p. 663); VII: Educação feminina no século XIX e as origens do feminismo (p.673); VIII: A pedagogia Experimental até Meumann (p. 679); IX: Educação Pública nos finais do século XIX (p. 687).

Na divisão adotada na obra, na nona parte constam os estudos relacionados à Pedagogia Contemporânea, organizada nos tópicos: I- Da primeira guerra Mundial até o presente (p. 701); II- Renovação do Naturalismo (p. 709); III: Pedagogia da ação (p. 713); IV: Os métodos da educação Física e Higiênica (p. 771); V: Psicologia pedagógica. A pedagogia experimental de Tipos Psicológicos e de Anormais (p. 777); VI: Pedagogia Social (p. 789); VII: Pedagogia Socialista (p. 799); VIII: A Pedagogia da Vida e do Historicismo Transcendental (p. 805); IX: Pedagogia Existencial (p. 815); X: Pedagogia Cultural dos valores, pedagogia da personalidade (p. 821); XI: A Pedagogia analítica e o Reconstrucionismo (p. 835); XII: Cibernética e máquinas de ensino (p. 839); XIII:

Sistemas de Educação Pública no século XX (p. 845); XIV: Cooperação Internacional (p. 865); XV: Pedagogia do Futuro (p. 875).

Francisco Larroyo expõe no decorrer de 06 páginas sobre as ideias de Herbert Spencer, iniciando sua análise sobre o filósofo evolucionista a partir do tópico VI “A Pedagogia do Positivismo e do Evolucionismo”.

A partir deste tópico o autor mexicano apresenta a pedagogia do positivismo e do evolucionismo, apontando a filosofia de Auguste Comte, o sistema positivista da educação e a denominada doutrina da evolução.

Segundo Larroyo, a discussão sobre o evolucionismo spenceriano deve sempre ser iniciada a partir Comte que “compreendeu, apesar das deficiências de sua doutrina, as limitações do intelectualismo. Reconheceu o valor do princípio emocional na Filosofia da educação. Herbert Spencer (1820-1903), por outro lado, acentuou, ao extremo, a importância da ciência nas tarefas educativas” (LARROYO, 1974, p. 666).

O fundamento da Pedagogia spenceriana foi o Evolucionismo, próximo, em não poucos pontos, da Filosofia de Comte, mas em relação constitutiva com a doutrina da origem das espécies, de Charles Darwin (1809-1882). Para Spencer, a evolução não seria tão só uma lei da vida, mas também do Universo inteiro evolutivo da existência (LARROYO, 1974, p. 667).

Cabe salientar que a proximidade da filosofia de Spencer com as doutrinas defendidas por Comte, conforme discorre Larroyo, foi veementemente refutada pelo próprio Spencer, que dedicou especial atenção em seus estudos a demonstrar as divergências existentes entre seus estudos e aqueles realizados pelo filósofo positivista francês.

Spencer reconhece a importância dos estudos de Comte, admite certos pontos em comum, mas cuida de estabelecer com afincos suas diferenças. Tais proposições estão dispostas na obra a Classificação das Ciências<sup>39</sup> (1900). Discorrendo o filósofo na defesa de suas posições solicita que lhe seja permitido

---

<sup>39</sup> Spencer nesta obra evidencia um grande incômodo sobre eventuais comparações e semelhanças de seus estudos e aqueles realizados por Comte. A necessidade de diferenciação entre ambos restou evidente quando cuidou de dedicar mais de 10 páginas da obra em questão sob o título de *Proposições de Spencer X Proposições de Comte* (p. 69-79) dispostas em um quadro sinótico com apontamento detalhado dos pontos divergentes das teorias de ambos de acordo com a visão de Spencer.

particularizar primeiramente os grandes princípios gerais sobre os quais Comte está de acordo com os pensadores que o precederam e sobre os quais eu próprio estou de acordo com ele. Todo o conhecimento vem da experiência: eis o que sustenta Comte, e é também o que eu sustento, mas eu o sustento em sentido mais vasto que ele, porque não somente creio que todas as ideias adquiridas pelos indivíduos, e por consequência todas as ideias transmitidas pelas gerações passadas derivam desta origem, mas creio também que as próprias faculdades que servem para a aquisição destas ideias são produto das experiências acumuladas e organizadas, transmitidas pelas raças anteriores (SPENCER, 1900, p. 64).

Larroyo aponta as bases da teoria de Spencer, entre as quais a forma de evolução do universo, sendo que nesta vertente acaba por abordar a teoria spenceriana sob o viés do cientificismo pedagógico que é base fundamental da pedagogia em que “a educação é um acentuado processo evolutivo que se opera na marcha progressiva de um ser que, pouco a pouco, revela suas aplicações aptidões e potencialidades. A ciência adquirida pelas gerações anteriores acha-se como que depositada no cérebro da criança” (LARROYO, 1974, p. 667).

Seguindo a dinâmica adotada por outros autores de manuais aqui analisados, Larroyo apresenta a obra spenceriana intitulada “Educação Intelectual, Moral e Física”, e por sua vez cuidou apenas de descrever Spencer de forma resumida a concepção de educação moral e física proposta pelo teórico inglês.

Aceita a ciência como centro de toda educação, passou Spencer a indicar o processo de aprendizado. Aqui recomendou que se ensinasse conforme os postulados evolucionistas; primeiro o simples e homogêneo, depois o composto e heterogêneo; que se fosse do indefinido para o definido, do concreto para o abstrato; que a educação do indivíduo reproduzisse o processo da história da Humanidade, etc. (LARROYO, 1974, p. 668).

A crítica dispensada à Spencer por Larroyo, se baseia na ideia de que para o mesmo a ciência como norteadora de todo processo da vida humana apresenta limitações no que tange ao alcance efetivo na busca pela evolução tão defendida por Spencer.

Relegar unicamente à ciência todo o desenvolvimento da educação para formar indivíduos que evoluam dentro da passagem do homogêneo para o heterogêneo, conforme determinado por Spencer, numa passagem do menos desenvolvido para o mais alto grau de desenvolvimento é desconsiderar outras circunstâncias também presentes. Larroyo, em posição crítica a esta questão, afirma que

no que tange ao mérito, o cientificismo spenceriano é a consequência extrema do movimento realista, iniciado no século XVIII, a favor do ensino das ciências naturais e contra o predomínio da formação literária. Mas a preponderância da ciência, como observou Comte, é unilateral. Não só há uma Pedagogia do intelecto; o coração tem parte ativa na formação integral do homem (LARROYO, 1974, p. 668).

Na nona parte de sua obra, a Pedagogia contemporânea é trazida pelo autor como aquela que do século XIX e do século XX, existindo entre elas uma continuidade, “ora, em suas premissas e problemas, ora em sua estrutura e método” (LARROYO, 1974, p. 699). Com mais firmeza dá a pedagogia do século XX a característica de ser uma pedagogia revolucionária, que teve início com um movimento revolucionário em ideologia e concepção de vida.

Nesta concepção o autor aborda autores que entendem que Herbert Spencer contribuiu para essa questão revolucionária na pedagogia, devido a sua defesa intransigente das ciências sobretudo na educação, citando para embasar sua afirmação Ellen Key<sup>40</sup> (1849-1926): “Necessitamos como que de um dilúvio na pedagogia do qual só se salvarão na arca, Montaigne, Rousseau e Spencer e a nova literatura sobre Psicologia infantil” (LARROYO, 1974, p. 710).

Em uma análise sobre a educação, sobretudo da segunda metade do século XIX, busca demonstrar que desde os tempos mais remotos ela é identificada com a missão do preparo para a vida, sempre entendida como a vida adulta no âmbito social e profissional, nesta perspectiva Larroyo diz que “esta é a etapa utilitária da vida que predominou na segunda metade do século XIX, cujo teórico mais conspícuo é Herbert Spencer” (LARROYO, 1974, p. 805).

Sobre esta visão utilitarista, que permeia a educação, Larroyo afirma que “foram as bases daquilo que o autor denominou de novo Humanismo, que tem como guia antes de tudo, Frederico Nietzsche, Paul de Lagarde, Langhen, Dilthey, Simmel e, posteriormente, Keiserling e Spencer” (LARROYO, 1974, p. 806).

---

<sup>40</sup> Sobre as origens da denominada pedagogia revolucionária, “a escritora Ellen Key (1849-1926), deu início a esse movimento. Em seu livro *O século das Crianças (1900)*, observou que as reformas isoladas na escola moderna nada significam, enquanto não sirvam para preparar, conscientemente, a grande revolução que derrube a totalidade do sistema existente sem deixar pedra sobre pedra” (LARROYO, 1974, p. 709-710).

### 2.5.7 A História da Pedagogia de Franco Cambi (1999)

O autor italiano Franco Cambi, é nascido em 1947 em Florença, sendo professor de Pedagogia Geral na Universidade de Florença. A obra de sua autoria lançada no Brasil é a “História da Pedagogia”<sup>41</sup> tem tradução de Álvaro Lorencini e foi publicada pela Editora da UNESP em 1999.

A obra do autor italiano possui 703 páginas, dividida em 4 partes, além da introdução.

Na primeira parte, está o tópico intitulado “O mundo antigo” e divide-se nas Características da educação Antiga (p. 43); O Oriente e o Mediterrâneo: modelos educativos (p. 57); A educação na Grécia (p. 75); Roma e a educação (p. 103); Cristianismo como revolução educativa (p. 121). Na segunda parte, encontra-se “A época medieval”, organizada em Características da educação medieval (p. 141); A Alta idade média e a educação feudal (p. 155); A baixa idade média e a educação urbana (p. 171).

Na sequência da obra, apresenta-se a terceira parte, intitulada “A época moderna”, dividida em Características da educação moderna (p. 195); o Século XV e a renovação educativa (p. 221); O século XVI: o início da pedagogia moderna (p. 243); O século XVII e a revolução pedagógica burguesa (p. 277); O século XVIII: laicização educativa e racionalismo pedagógico (p. 323).

Na quarta e última parte a referida obra apresenta-se o tópico “A Época contemporânea”, com as Características da educação contemporânea (p. 377); O século XIX: o século da pedagogia. Conflitos ideológicos, modelos formativos, saberes da educação (p. 407); O século XX até os anos 50, “Escolas Novas” e ideologias da educação (p. 509); A segunda metade do século XX: Ciências da educação e empenho mundial da pedagogia (p. 595).

A presente organização da obra de Cambi, demonstra, sobretudo, a preocupação do autor em delimitar períodos históricos e suas ideias pedagógicas predominantes no período analisado.

Do total de páginas do presente manual, as referências a Herbert Spencer e suas ideias estão dispostas em 07 páginas, distribuídas ao longo dos capítulos e tópicos da quarta parte do livro.

Ao tratar do século XIX, Cambi aborda o panorama educativo na França e na Inglaterra, Suíça e Rússia, sendo que na França primeira observa no plano ideológico teórico uma boa articulação diante da afirmação da burguesia enquanto classe

---

<sup>41</sup> A obra original é lançada na Itália sob o título de “Storia della pedagogia” em 1995.

hegemônica, considerando que o modelo de educação até então existente sob o antigo regime, passaria por uma nova configuração sob a ótica burguesa com as características da laicidade e sob a tutela do Estado.

A hegemonia pedagógica da classe burguesa delineou-se nitidamente em toda a Europa da primeira metade do século XIX mediante um processo diferenciado por áreas nacionais, mas agrupado por ideais e princípios que extraíam exemplo e força do trabalho de crítica do iluminismo, também em relação aos fins e aos meios da educação na sociedade burguesa em fase de expansão, bem como pelas realizações educativas da Revolução e por meio da escola, da propaganda, etc., orientado na direção predominantemente civil (CAMBI, 1999, p. 436-437).

Cambi ao realizar a abordagem sobre a Inglaterra entende que a teoria e prática educativa estão em dissonância e confere destaque ao empirismo inglês na educação, afirmando que este orbita entre o utilitarismo e o evolucionismo, apropriando-se destes conceitos para nesta vertente destacar que Herbert Spencer é um dos seus representantes.

Na Inglaterra, o quadro é, ao mesmo tempo, mais linear e mais dramático. Mais linear na teoria, mais dramático na prática. As teorias pedagógicas giram em torno do empirismo, ora em chave utilitarista – com Jeremy Bentham (1748-1832) e com James Mill (1773-1836) -, ora em chave positivista e evolucionista – com John Stuart Mill e Herbert Spencer, sobretudo. O utilitarismo visava a uma educação (ou reeducação), em relação aos “criminosos”) não coercitiva, mas que promovesse a participação do sujeito, estimulando suas necessidades e expectativas. [...] O positivismo e o evolucionismo em contato com as ciências físico-naturais e com sua reflexão epistemológica, retomaram e reelaboraram os princípios de uma pedagogia empirista, apontando-a assim como modelo nacional de pedagogia, capaz de adquirir, porém, cada vez mais crédito e atenção em toda a Europa com a difusão do positivismo, do qual Stuart Mill e Spencer- em duas diferentes direções: um, lógica e metodológica; outro naturalístico-metafísico- foram dois campeões (CAMBI, 1999, p. 440).

O autor italiano aponta que foi com o advento da sociedade industrial que houve novas configurações da pedagogia, com um direcionamento laico e mais voltado ao saber científico, saber este defendido por Spencer com a primazia das ciências, sendo que “para a pedagogia são apontadas novas tarefas sociais e um novo modelo de rigor epistemológico (passando da filosofia à ciência), mas ligando-a assim, e intimamente, aos processos da ideologia” (CAMBI, 1999, p. 465).

O positivismo exalta a ciência e a técnica, a ordem burguesa da sociedade e seus mitos (o progresso em primeiro lugar), nutre-se de mentalidade laica e valoriza os saberes experimentais: é a ideologia de uma classe produtiva na época de seu triunfo, que sanciona seu domínio e fortalece sua visão de mundo. [...] O positivismo pedagógico- como o filosófico- desenvolveu-se primeiro na França com Comte, depois rearticulou-se na Inglaterra entre Spencer e Stuart Mill, e por fim difundiu-se em toda a Europa, até na Itália e com uma significativa fisionomia pluralista e problemática. [...] A época do positivismo produziu também uma profunda transformação na elaboração dos problemas pedagógicos e educativos, já que descartou com decisão o recurso típico dos românticos, mesmo que no terreno educativo, ao valor quase que exclusivo do indivíduo e à sua espontaneidade e/ou criatividade para colocar tais problemas no terreno rigoroso da ciência (CAMBI, 1999, p. 466-467).

Para Cambi, há nos países de economia industrial mais avançada teóricos positivistas que se destacaram por suas ideias dentro de uma difusão do denominado positivismo pedagógico, conferindo relevância a Comte e à Spencer.

Na França há a figura de Comte, o fundador do positivismo, é proeminente, sendo que “também para a pedagogia, expõe, no seu Curso de Filosofia positiva, as novas características fundamentais, mas a exigência de cientificidade que Comte punha tanto em evidência foi sentida profundamente, embora sob outras formas, inclusive por autores como Séguin e Durkheim” (CAMBI, 1999, p. 468).

Ao analisar o positivismo pedagógico no âmbito da Inglaterra, Cambi demonstra como a valorização do saber científico foi relevante numa sociedade industrial mais avançada, afirmando que, nessa vertente “a figura dominante é Spencer, mas ao lado dele deve ser lembrado também o empirista Bain, e outras figuras menores, como John Tyndall (1820-1893) e Thomas Huxley (1825-1895), que defenderam abertamente a validade, e mesmo a superioridade, da educação científica” (CAMBI, 1999, p. 468). A relevância conferida por Cambi a Spencer também é corroborada por Merquior (2011) que afirma que

a posição conservadora liberal de longe mais influente no fim do século foi articulada pelo pai do evolucionismo como uma ideologia geral, Herbert Spencer (1820-1903). Tornou-se um colaborador do jornal *The Economist*. Toda sua vida, apegou-se tenazmente a uma ideia minimalista do Estado e uma forma maximalista de liberismo. Também era um individualista extremo e um verdadeiro herdeiro do desprezo benthamita pelo privilégio aristocrático e pela hierarquia espiritual (MERQUIOR, 2011, p.111).

Herbert Spencer é considerado por Cambi como o teórico que melhor expôs a cultura filosófica inglesa de orientação positivista e para essa afirmação apresenta sua análise da principal obra educacional de Spencer, “que entrelaça de maneira original a tradição empirista e o evolucionismo darwiniano, encontra a expressão pedagógica máxima na obra de Herbert Spencer (1820-1903), a Educação Intelectual Moral e Física, que foi, em âmbito europeu, uma espécie de manifesto de positivismo pedagógico” (CAMBI, 1999, p. 470).

As principais ideias de Spencer relacionadas à educação, encontram-se em sua obra “Educação Intelectual Moral e Física” (*Education intellectuelle, morale et physique*) de 1884, podendo ser afirmado que “sua reputação como pedagogo deve-se a esse livro, que defende a pretensão da ciência de possuir valor superior como disciplina e sustenta o treinamento de crianças não pelo medo, mas pela liberdade, permitindo-lhes aprender a partir das naturais consequências do comportamento errado, sem o envolvimento dos pais” (BATHO, 2008, p. 155).

Sobretudo, verifica-se da análise do presente manual que Cambi demonstra grande alinhamento às ideias de Spencer quando confere à ele relevante valor às proposições contidas na obra, pois

ela se coloca dentro da enciclopédia filosófica de base evolucionista iniciada por Spencer justamente naqueles anos. A obra entrelaça constantemente dois objetivos: 1. Uma crítica do costume educativo da própria época, antiutilitarista e tendente ao “decorativo”, baseado em falsos princípios antropológicos e ligado ao privilégio da educação “clássica” em relação à científica; 2. A teorização de um processo educativo que, com base na espontaneidade da natureza e na evolução do indivíduo para uma realização orgânica e intelectual, dedica-se à formação de um homem capaz de viver uma “vida completa”. Para atingir tal objetivo, é necessário reconduzir a pedagogia à reafirmação de um fundamento natural que deve constituir a primeira etapa da educação. Isso se revela imprescindível tanto na educação física (para a qual os pais não podem mais ignorar completamente as “mais simples leis fisiológicas”) quanto na educação intelectual (na qual deve proceder “do concreto para o abstrato” rejeitando todo ensino ordenado segundo “definições, regras e princípios”) e na moral (que deve ser prática e basear-se nas avaliações das inevitáveis consequências das ações da criança”) (CAMBI, 1999, p. 470-471).

Cambi, nessa direção, demonstra a importância da obra educacional do autor britânico, também em relação a sua ideia de utilidade que devem possuir os conhecimentos adquiridos através da educação e devem permear também uma mudança os métodos de ensino, afirmando em sua obra que “o princípio que governa a educação spenceriana

durante todo o curso da idade evolutiva é o da “utilidade”, que corresponde exatamente ao tipo de educação solicitada pela sociedade atual, dinâmica e industrial, científica e comercial. Isso leva, também ao ensino, a revolucionar o método” (CAMBI 1999, p. 471).

Ao tratar das categorias de análise de Spencer referentes ao evolucionismo na pedagogia Cambi demonstra concordância às críticas direcionadas às ideias do autor britânico, direcionadas a estas questões pedagógicas. no entanto, acaba por concordar também que, mesmo assim, as ideias spencerianas acabaram por contribuir positivamente para a democratização da escola e também da cultura. Cambi observa que

a pedagogia de Spencer foi acusada, e não sem razão, de dogmatismo evolucionista e de conservadorismo. Ela é, de fato, dominada por uma atenção quase exclusiva para o problema do “físico”, enquanto no plano da “moral” se revela toda voltada para valorizar exclusivamente as virtudes burguesas da “boa conduta” e da obediência (embora não cega) e, no terreno da “política escolar”, negligência quase totalmente o problema da educação popular. Mesmo nestes limites, porém, deve-se reconhecer que tal texto de Spencer “atuou rigorosamente para a democratização da escola e da cultura (Saloni) (CAMBI, 1999, p. 471-472).

No tópico intitulado “O Nascimento da Pedagogia Científica e Experimental”, é tratado sobre as transformações ocorridas na segunda metade do século XIX, que “assiste ao nascimento da pedagogia científica e da pedagogia experimental, que tendem a separar-se da filosofia e a tornar-se independente das da política para reconstruir o saber pedagógico em contato com as ciências positivas” (CAMBI, 1999, P. 498). Na análise dos acontecimentos situados no contexto histórico analisado na segunda metade do século XIX, Spencer

delinea o modelo de ciência ao qual a pedagogia deve adequar-se e, é uma ciência fortemente ideológica (produtora de progresso, em contínua evolução, sem resíduos metafísicos e inteiramente experimental) e dogmática (que fixa leis invariantes, interpreta fatos, é isenta de erros) que trabalha em pedagogia sobretudo através dos princípios do evolucionismo (Spencer e Ardigó) (CAMBI, 1999, p. 499).

O autor italiano do presente manual destaca Spencer como representante do positivismo pedagógico, considerando que ele é essencial para a importância das ciências na pedagogia, e que esta importância se encontra sobretudo demonstrado na democratização da escola e do ensino como um todo, visto que para além das críticas tecidas à sua filosofia, no âmbito educacional Cambi nutre especial apreço por suas teorias evolucionistas e pela ciência como base da educação e da cultura.

## 2.6 Considerações parciais

Na investigação realizada buscou-se no âmbito da História da Educação, sob a égide da História disciplinar, apresentar as ideias de Herbert Spencer nos Manuais de História da Educação e buscou-se analisar como os autores destes manuais apropriaram-se da representação das ideias spencerianas e como conferiram importância a elas em relação as teorias educacionais que alçaram de alguma forma e em intensidades diversas, relevância no âmbito da História da Educação e da Pedagogia.

Oriundos de diversas nacionalidades e em anos de produção e publicação distintos no decorrer do século XX, os manuais analisados apresentam formas de análise que ora conferiam relevância a produção intelectual de Spencer com maior ou menor ênfase e em outros não foram realizadas menções a respeito dele.

Entre as ideias de Spencer, o evolucionismo, o utilitarismo, a classificação dos conteúdos por ordem de importância na conservação da vida, a primazia das ciências nos conteúdos escolares e a aversão a intervenção do estado na sociedade, sobretudo na educação, são as ideias que mais são abordadas pelos autores que direta ou indiretamente citaram Spencer e tecem considerações sobre ele.

Naqueles manuais em que Herbert Spencer é citado de modo enfático, observamos aproximações entre os autores no que diz respeito as críticas acerca de sua falta de originalidade no que tange a somente ter feito considerações com certo desprezo pelo contexto social, e no que diz respeito a educação, acabou por ser criticado pelo viés utilitarista dos conteúdos a ser ministrados no currículo escolar através do método de ensino que somente deveria ter o objetivo de conduzir o indivíduo a formação para uma vida completa, ou seja, a vida adulta, que a educação estaria relegada tão somente a ser parte desse processo de formação não como elemento da própria vida, bem como a exacerbada defesa da conservação da vida física, desconsiderando e relegando a segundo plano os demais aspectos como a moral e os sentimentos do indivíduo.

Os manuais de História da Educação com autores estrangeiros publicados no Brasil, no decorrer do século XX, que somam 12 obras, após a devida análise, podem ser divididos entre aqueles que em relação a Spencer adotam o completo silenciamento a seu respeito, no total de 03 obras (Gal, 1954; Manacorda, 1989 e Gauthier e Tardif, 2010); aqueles que apenas o mencionam sem dar-lhe maiores créditos, sendo 02 obras (Ponce, 1963 e Debesse e Mialaret, 1974) e por fim, representando a maior parte dos manuais analisados, num total de 07 obras, aqueles que em suas abordagens apontam a existência e reconhecem a relevância do pensamento spenceriano sob o contexto histórico que se apresenta, sem contudo, deixar de tecer críticas que também ocupam espaço considerável nos estudos desses autores a respeito da produção intelectual do filósofo britânico (Monroe, 1939; Riboulet, 1951; Luzuriaga, 1955; Hubert, 1957; Eby, 1962; Larroyo, 1970; Cambi, 1999).

### CAPÍTULO 3

#### **AS REPRESENTAÇÕES DAS IDEIAS DE HERBERT SPENCER NOS MANUAIS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO COM AUTORES BRASILEIROS PUBLICADOS NO BRASIL NO PERÍODO DE 1914 A 2007**

Neste terceiro capítulo serão apresentadas as análises realizadas das representações das ideias de Herbert Spencer nos manuais de História da Educação publicados no Brasil com autores brasileiros no período de 1914 a 2007.

Tomamos como marco inicial a publicação da obra de autoria de René Barreto, intitulada “História da Pedagogia” pela Editora Francisco Alves em 1914, e como marco final cronológico, foi considerada a publicação da obra “História da Educação”, de autoria de Cynthia Greive Veiga, em 2007, pela Editora Ática.

Entre as obras referentes aos manuais de História da Educação de autores brasileiros publicados no Brasil, que foram fontes e objetos de pesquisa deste estudo, vislumbra-se das obras analisadas, que há autores que são responsáveis por mais de uma obra, tais quais Paulo Ghiraldelli Junior, autor das obras intituladas respectivamente “História da Educação” de 1990, “Filosofia e História da Educação Brasileira” (2002) e “História da Educação Brasileira” (2005) e Nelson Pilette “História da Educação no Brasil” (1990) que também possui coautoria com Claudino Pilette nas obras “Filosofia e História da Educação” (1985) e “História da Educação” (1991).

As obras estão dispostas no quadro a seguir por ordem cronológica de sua publicação de sua primeira edição no Brasil e constam obras de “História Geral da Educação” e de “História da Educação Brasileira” com autores brasileiros publicadas no Brasil.

**QUADRO 5:** Manuais de História da Educação (Obras de “História Geral da Educação” e de “História da Educação Brasileira”) com autores brasileiros publicados no Brasil no período de 1914 a 2007

ANO	AUTOR(A)	TÍTULO	EDITORA	CIDADE	OBSERVAÇÕES
1914	René Barreto	História da Pedagogia	Francisco Alves	Rio de Janeiro	-
1933	Júlio Afranio Peixoto	Noções de História da Educação	Companhia Editora Nacional	São Paulo	Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série III, Actualidades Pedagógicas, Volume V
1935	Hélio Vianna	Synthese de uma História da Educação no Brasil. (In: Formação brasileira)	José Olympio	Rio de Janeiro	p. 223-253
1937 (?)	Madres Francisca Peeters e Maria Augusta de Cooman (Religiosas de Santo André)	Educação: História da Pedagogia. Problemas Actuaes	Companhia Melhoramentos de São Paulo	São Paulo	-
194?	Aquiles Archêro Júnior	Lições de História da Educação (Rigorosamente de Acôrdo com o Programa Oficial das Escolas Normais)	Edições e Publicações Brasil Editôra	São Paulo	Coleção Didática Nacional, Série Brasil - Normal
1941	Bento Andrade Filho	História da Educação	Saraiva	Rio de Janeiro	-
1945	Rui de Ayres Bello	Esboço de História da Educação	Editores Nacional	São Paulo	-

1945	Theobaldo Miranda Santos	Noções de História da Educação (De acordo com os programas das Faculdades de Filosofia, dos Institutos de Educação e das Escolas Normais)	Companhia Editora Nacional	São Paulo	Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 3ª., Atualidades Pedagógicas, Vol. 43.
1946	Raul Carlos Briquet	História da Educação - Evolução do pensamento educacional	Renascença	São Paulo	-
1958	L. A. Mattos	Primórdios da Educação no Brasil	Aurora	Rio de Janeiro	-
1961	Rui de Ayres Bello	Pequena História da Educação (Para as cadeiras de Curso Pedagógico dos Institutos de Educação do Brasil)	Editôra do Brasil	São Paulo	Coleção Didática do Brasil
1966	Tito Livio Ferreira	História da Educação Lusobrasileira	Edição Saraiva	São Paulo	-
1971	Maria Glória de Rosa	A história da educação através dos textos	Cultrix	São Paulo	-
1974	José Antonio Tobias	História da Educação Brasileira	Editôra Juriscredi	São Paulo	-
1974	Lauro de Oliveira Lima	Estórias da Educação no Brasil: De Pombal a Passarinho	Editôra Brasília	Brasília	Pedagogia
1974	Ângelo Salvador	Cultura e educação brasileiras	Vozes	Petrópolis	-

1978	Maria Luisa Santos Ribeiro	História da Educação Brasileira: a organização escolar	Cortez & Moraes Ltda.	São Paulo	Coleção Educação Universitária
1978	Otaíza Oliveira Romalneli	História da Educação no Brasil	Vozes	Petrópolis, RJ	-
198?	Dulcineia A. N. Almeida; Yvete G. T. Romano	História e Filosofia da Educação. Comentários e Exercícios	Edição das Autoras	s/i	3ª edição de 1986
1985	Claudino Piletti; Nelson Piletti	Filosofia e História da Educação	Editora Ática	São Paulo	-
1987	Thomas Ransom Giles (norte-americano radicado no Brasil)	História da Educação	E.P.U. – Editora Pedagógica e Universitária	São Paulo	-
1989	Maria Lúcia de Arruda Aranha	História da Educação	Editora Moderna	São Paulo	-
1989	José Ricardo Pires de Almeida	História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889): história e legislação	INEP/ PUC-SP	São Paulo	-
1989	Jair Fonzar	Pequena história da educação brasileira: tradicionalismo e modernismo - duas tendências que marcam a filosofia pedagógica brasileira	Scientia et Labor	Curitiba	-
1989	Arnaldo Niskier	Educação brasileira: 500 anos de história (1500-2000)	Melhoramentos	São Paulo	-
1990	Nélson Piletti	História da Educação no Brasil	Editora Ática	São Paulo	Série Educação

1990	Paulo Guiraldelli Jr.	História da Educação	Cortez Editora	São Paulo	Coleção Magistério – 2º. Grau/ Série Formação do Professor
1991	Nelson Piletti; Claudino Piletti	História da Educação	Editores Ática	São Paulo	Série Educação
1994	Maria Elizabete Xavier; Maria Luisa Ribeiro; Olinda Maria Noronha	História da Educação: a escola no Brasil	F.T.D.	São Paulo	Coleção Aprender & Ensinar
2002	Paulo Guiraldelli Jr.	Filosofia e História da Educação Brasileira	Manole	São Paulo	-
2005	Maria Luiza Marcílio	História da escola em São Paulo e no Brasil	Imprensa Oficial	São Paulo	-
2005	Paulo Guiraldelli Jr.	História da Educação Brasileira	Cortez	São Paulo	Coleção Ática Universidade
2007	Cintia Greive Veiga	História da Educação	Ática	São Paulo	
s/d	Bento C. Freitas	Evolução histórica do ensino no Brasil (1752-1930)	s/e	Teresópolis	-

**Fonte:** Elaborado pelo autor com informações de Bastos (2006, 2007); Gatti JR. (2007, 2009); Nunes (1996); Saviani (2008).

Nos referidos manuais de História da Educação de autores brasileiros publicados no Brasil, temos como escopo a compreensão dos autores, bem como seu silenciamento, acerca da representação dada por cada um deles às ideias de Herbert Spencer, com destaque para o contexto histórico da produção de suas obras, os conceitos, as categorias de análise (como o evolucionismo), a primazia das ciências e as bases do darwinismo social, o papel do Estado na sociedade, e a respeito da abordagem dada à educação em Spencer com os principais aspectos de suas teorias sócio educativas, concernente a hierarquização dos saberes defendidos por ele, o papel da escola e do Estado na educação com fundamento nas ideias desenvolvidas pelo autor e os elementos trazidos por ele em suas obras produzidas a partir da segunda metade do século XIX.

### 3.1 Herbert Spencer nos manuais de História da Educação com autores brasileiros publicados no Brasil (1914-2007)

Na apresentação das ideias de Spencer nos manuais de História da Educação escritos de autores brasileiros publicados no Brasil para efeito de apresentação no presente trabalho, elencar as obras por ordem de incidência que cada autor dedicou em sua obra ao autor britânico, sendo dispostas na ordem daquelas que não citam o autor britânico e suas ideias, aquelas que o citam de modo indireto e por fim as obras que fazem menção expressa a Herbert Spencer e suas ideias, sobretudo, no âmbito da educação.

Deste modo, organizamos a apresentação do estudo em face do número de páginas total da obra em questão, e em relação a Herbert Spencer e a representação de suas ideias, destacamos o número de páginas dedicadas a abordagem deste, observando a quantidade de capítulos, títulos, subtítulos ou citações de referência em que é apresentado por cada um dos autores dos Manuais de História da Educação estudados.

**QUADRO 06** – Manuais de História da Educação com autores brasileiros publicados no Brasil, entre 1914 e 2007, com ano de publicação, número de páginas, títulos e subtítulos, tópicos e indicativo da porcentagem ocupada na obra das ideias e/ou referências à Spencer

Autor(es) Organizadores/ Ano 1ª edição	Edição analisada/ Ano	Páginas sobre Spencer	N. págs.	Páginas da obra	Páginas da obra sobre Spencer %	Títulos e subtítulos sobre Spencer
René Barreto 1914	1ª ed. 1914	05	213/ 217	277	1,8	Capítulo XVIII, intitulado “A pedagogia em alguns países Europeus”, nos estudos referentes a pedagogia na Inglaterra.
Julio Afranio Peixoto 1933	3ª ed. 1942	02	229 / 230	357	0,56	Sub tópico II, intitulado: Comte, Stuart Mill, Spencer, Bain. Freud; Ensino de anormais.
Hélio Vianna 1935	1ª ed. 1935	0	-	258	-	Tópico XV: “Synthese de uma história da educação no Brasil” (p. 223 à 253)
Madres Francisca Peeters e Maria Augusta de Cooman (Religiosas de Santos André) 1936	1ª ed. 1936	04	106 / 108; 158	193	2,07	Capítulo Décimo Quarto sob o título de “Naturalismo científico” nos tópicos “1- o abandono da ideia religiosa na educação: influência de Kant e de Comte; 2- o novo rumo imprimido pelo naturalismo nos estudos; 3- Spencer; 4- A predominância actual das sciencias naturaes sobre os estudos clássicos. Segunda Parte da obra intitulada “Um punhado de problemas educacionais”, no sub tópico “O corpo? O Cérebro? O caracter?”

Aquiles Archêro Júnior 194?	1ª ed. 194?	02	77-81	155	1,29	Na Lição VI – Política e educação – Liberalismo e socialismo – Positivismo e naturalismo – Stuart Mill e Spencer – O significado pedagógico da obra de Dilthey, é feito uma menção a Spencer e destaca-se a obra “Educação intelectual, moral e física”.
Bento de Andrade Filho 1941	2ª ed. 1953	05	222-226	259	1,93	Tópico intitulado “O Século XIX”, sendo que juntamente com Froebel e Herbart são destacadas as ideias do mesmo e sua contribuição para a denominada Educação Científica; referência a obra Educação intelectual, moral e física”.
Theobaldo Miranda Santos 1945	1ª ed. 1945	09	406-414	586	1,53	Representação das ideias de Spencer no Capítulo VI, no sub tópico 9- A educação científica, onde Spencer e Comte são destacados como os principais pensadores desse contexto educacional
Raul Carlos Briquet 1946	1ª ed. 1946	0	-	206	-	
L. A. Mattos 1958	1ª ed. 1958	0	-	306	-	
Rui de Ayres Bello 1961	12ª ed. 1978	01	221	222		Complemento Bibliográfico dos Diferentes Assuntos, no sub tópico “Sobre o Naturalismo Pedagógico”.
Tito Livio Ferreira 1966	1ª ed. 1966	0	-	287	-	
Maria Glória de Rosa 1971	1ª ed. 1971	11	267-277	317	3,47	O Capítulo VIII aborda a importância de Spencer juntamente com Herbart e Froebel, como um dos representantes da educação no século XIX. Destaca a autora a obra “Educação Intelectual Moral e Física” como uma obra que ainda é atual e referência na educação.
José Antonio Tobias 1974	1ª ed. 1974	0	-	484	-	
Lauro de Oliveira Lima 1974	3ª ed. Ampliada	0	-	363		
Ângelo Salvador 1974	4ª ed. 1976	01	56	260		Tópico 0.2 Definições de Culturas sob o sub tópico 0.2.1 Definições físicas de cultura

Maria Luisa Santos Ribeiro 1978	8ª ed. 1988	0	-	180	-	
Otaíza Oliveira Romanelli 1978	10ª ed. 1988	0	-	270	-	
Dulcineia A. N. Almeida; Yvete G. T. Romano 198?	3ª ed. 1986	02	61/62	304		Tópico: Filosofia - Divisão-Objeto. Foca na importância da natureza para Spencer, sendo esta e não o homem o fator essencial da Educação. Educação deve convergir no sentido físico, o que é refutado pelas autoras.
Claudino Piletti; Nelson Piletti 1985	13ª ed. 1997	0	-	264	-	
Thomas Ransom Giles (norte-americano radicado no Brasil) 1987	1ª ed. 1987	03	228/ 230	310	0,96	No capítulo 18 intitulado “As reformas liberais e a reação conservadora”, no sub tópico: “Sistemas paralelos de ensino” relativamente aos estudos sobre o modelo de ensino presente na Inglaterra. Reconhecimento da relevância da hierarquia de conhecimentos disciplinada por Spencer em seus estudos na Obra Educação Intelectual Moral e Física na sua 4ª parte intitulada “Que tipo de conhecimento tem mais valor? (What Knowledge is of Most Worth)?”
Maria Lúcia de Arruda Aranha 1989	2ª ed. Revista e atualizada 2005	02	139/ 140	255	0,78	Representação das ideias de Spencer no capítulo 10, na parte 1 intitulada “A organização da Educação Pública”. Ao final do capítulo é apresentado com atividades complementares com questões discursivas que versam sobre análise de texto a respeito da teoria spenceriana.
José Ricardo Pires de Almeida 1989	2ª ed. 2000	0	-	332		
Jair Fonzar 1989	1ª ed. 1989	0	-	71	-	
Arnaldo Niskier 1989	1ª ed. 1989	0	-	646	-	
Paulo Guiraldelli Jr. 1990	2ª ed. 2009	0	-	240	-	

Maria Elizabete Xavier; Maria Luisa Ribeiro; Olinda Maria Noronha 1994	1ª ed. 1994	0	-	304	-	
Nelson Piletti; Claudino Piletti 1997	2ª ed. 1997	0	-	240	-	
Nélson Piletti 1997	1ª ed. 1997	0	-	184	-	
Paulo Guiraldelli Jr. 2002	2ª ed. 2009	0	-	240	-	
Maria Luiza Marcílio 2005	1ª ed. 2005	04	129; 207/ 208; 217	485	0,82	Segunda Parte: O Século da escola 1870-1990, sub tópico “o século da reforma de ensino, as primeiras reformas da primeira república”, Spencer é apresentado como um dos estudiosos que influenciaram as reformas educacionais no Brasil. No sub tópico “o ensino secundário 1870-1930, a escola normal e seu jardim de infância” a classificação das ciências defendida por Spencer influenciou a ideia de ordem e progresso no Brasil. O evolucionismo de Spencer ganha notoriedade através de Sampaio Dória, que popularizou o filósofo inglês através da psicologia experimental.
Paulo Guiraldelli Jr. 2005	2ª ed. 2009	0	-	290	-	
Cynthia Greive Veiga 2007	1ª ed. 2007	0	-	328	-	
Bento C. Freitas s/d	1ª ed. s/d	0	-	268	-	

**Fonte:** Elaborado pelo autor com referências de Bastos (2006, 2007); Gatti JR. (2007, 2009); Nunes (1996); Saviani (2008).

Para além da organização didática que esta disposição textual possibilita, tal forma também é importante para a compreensão de como é conferida importância pelos autores brasileiros dos manuais de História da Educação por meio da análise da apropriação das ideias spencerianas por eles, e por consequência na própria História da Educação no período abordado nas respectivas obras.

Na apresentação dos resultados obtidos na pesquisa de cada uma das obras, a organização textual foi realizada de forma cronológica crescente, levando-se em consideração a data de publicação das obras no Brasil da mais antiga à mais recente.

### **3.2 Manuais que não mencionam Herbert Spencer e/ou suas ideias**

No exame destes livros foi possível identificar quais as obras em que não houve menção, como citações ou apropriações das ideias de Herbert Spencer.

Dentre as obras analisadas, apresentamos aquelas em que não é realizada, pelos respectivos autores, nenhuma referência direta ou indireta à Spencer ou acerca das ideias presentes em suas categorias de análise.

Nessa direção apontamos a “Synthese de uma história da educação no Brasil “ de Hélio Vianna (1935); “História da educação” de Raul Briquet (1946); “História da Educação Lusobrasileira” de Tito Livio Ferreira (1966); “História da Educação Brasileira” de José Antonio Tobias (1972); “Estórias da Educação no Brasil: De Pombal a Passarinho” de Lauro de Oliveira Lima (1974); “História da Educação Brasileira: a organização escolar” de Maria Luisa Santos Ribeiro (1978), “História da Educação no Brasil” de Otaíza Oliveira Romanelli (1978); “Filosofia e História da Educação” de Claudino Piletti e Nelson Piletti (1985); “Educação brasileira: 500 anos de história (1500-2000)” de Arnaldo Niskier (1989); “Pequena História da Educação Brasileira” de Jair Fonzar (1989); “História da Educação” de Paulo Guiraldelli Jr (1990); “História da Educação” de Nelson Piletti e Claudino Piletti (1991); “ História da Educação: a escola no Brasil” de Maria Elizabete Xavier, Maria Luisa Ribeiro e Olinda Maria (1994); “História da Educação no Brasil” de Nelson Piletti (1997); “Filosofia e História da Educação Brasileira” (2002) e “História da Educação Brasileira” (2005) ambos de autoria de Paulo Guiraldelli Jr; “Evolução Histórica do Ensino no Brasil (1752-1930)” de Bento C. Freitas sem data de publicação informada na obra.

Realizados os estudos, não vislumbramos nestes livros aproximações com as ideias de Spencer, menções à sua existência ou referência à sua relevância no âmbito da História da Educação.

### 3.2.1 Synthese de uma História da Educação no Brasil de Hélio Vianna (1935)

Hélio Vianna foi professor catedrático de história moderna e contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Úrsula no Rio de Janeiro, membro da Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil do Ministério das Relações Exteriores e da comissão diretora de publicações da Biblioteca do Exército, subordinada ao Ministério da Guerra. Em 1939 tornou-se o primeiro catedrático de História do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (UB). Em 1941 assumiu a cátedra de história da América na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro.<sup>42</sup>

A obra analisada neste tópico tem por título “Synthese de uma história da educação no Brasil (In: A formação brasileira)”, publicado por José Olympio Editora, no ano de 1935, em sua 1ª Edição.

No decorrer das 258 páginas são analisados os variados contextos históricos da formação do país em seu contexto histórico, econômico e social, organizados na seguinte disposição: Prefácio; Introdução; a- A dilatação colonial, b- Angulos e triangulos da expansão territorial brasileiras, c- A integração monarchica, d- A dispersão republicana; I Preliminares europeias – O primeiro século – Cyclo da Canna de assucar; II A conquista do Norte – os holandezes no Brasil; III Cyclo da caça ao indio -a conquista do sul; IV O sertão – Cyclo das criação de gado; V O centro – Cyclo do ouro e das pedras; VI A administração colonial – levantes locaes; VII Formação das fronteiras; VIII O Reino e o império – Primeiro reinado – A Constituição de 1824; IX Insurreições contra o poder central; X Segundo reinado – Os partidos políticos, o parlamentarismo e o poder moderador; XI A escravidão dos negros no Brasil; XII Política exterior do Império e da República; XIII Rebeliões Republicanas – As constituições de 1891 e 1934; XIV Esboço de uma história

---

<sup>42</sup> O autor também pertenceu à Academia Portuguesa de História, à Sociedade Capistrano de Abreu, ao Instituto de Coimbra, em Portugal, à Academy of American Franciscan History, de Washington, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao Instituto Histórico de Petrópolis (RJ), ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco e ao Instituto Histórico de Alagoas. Foi ainda sócio-honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e sócio-correspondente dos institutos históricos e geográficos do Amazonas, Pará, Rio Grande do Norte, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás. Fonte: [fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/viana-helio](http://fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/viana-helio) (acesso em 27/08/2022).

econômica e financeira do Brasil, desde a abertura dos portos, a- Período monarchico, b- Período republicano, XV Synthese de uma história da educação no Brasil, a- Período colonial, b- Período monarchico, c- Período republicano, d- A educação artística no Brasil, Conclusão – Problemas sociaes e políticos decorrentes da formação brasileira.

Destacamos que somente a partir do tópico XV, em que há a denominação de “Synthese de uma história da educação no Brasil” que temos a realização do estudo específico em relação a educação no Brasil, dedicando-se um total de 30 páginas, para as considerações acerca do tema, divididos em estudos que tratam do período colonial (1549-1808), que vai do primeiro governador geral ao tempo de expulsão dos jesuítas (1549-1759) e do período pombalino à chegada da família real ao Brasil (1759-1808).

Do período monárquico (1808-1889) Período republicano (1889 – 1931) traz o autor as referências que foram preponderantes à educação brasileira no período, destacando a legislação e os atos políticos que foram realizados e bem como destaca a importância da educação artística no Brasil.

Especificamente com vistas ao objeto de estudo deste trabalho de pesquisa, o manual de História da Educação em análise não possui em seu objeto de estudo ou na problemática presente, o direcionamento para uma análise relacionada as ideias pedagógicas ou educacionais de intelectuais que contribuíram para a história da educação brasileira, sendo certo que neste viés não se infere qualquer referência, portanto, as ideias ou obras de Herbert Spencer.

### **3.2.2 História da Educação de Raul Briquet (1946)**

Raul Carlos Briquet foi médico graduado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, professor de cátedra de Clínica Obstétrica e Puericultura Neonatal da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e fundador da Sociedade Brasileira de Psicanálise em São Paulo<sup>43</sup>. A obra “História da Educação - Evolução do pensamento educacional” foi publicada pela editora Renascença em 1946, contendo 206 páginas. Sobre o teor do presente manual de História da Educação,

---

<sup>43</sup> Para uma referência biográfica mais completa de Briquet ver FÁVERO, M. de L.; BRITTO, J.de M. Dicionário de Educadores no Brasil (2002, pp. 921-924).

Raul Briquet optava pela via sintética de exposição, sem dúvida uma escolha árdua para os iniciantes na temática, ainda que se reconheça que os capítulos fossem redigidos numa escrita firme e clara, em essência monográfica. Dos capítulos saltam quadros histórico-sociais isentos de vida contraditória; neles, a educação, atividade humana vital, aparece como fomento civilizador. Com o propósito de oferecer uma interpretação compreensiva, desenvolve nosso autor transitava da Antiguidade Clássica humanista e Idade Média cristã ao cume científico-intelectual dos tempos futuros – a Idade Moderna, mundana e racionalista, a Idade Contemporânea laica, industrial e científica. Sobremodo, Briquet quer transparecer o domínio das formas de saber e os segredos da heurística bibliográfica (MONARCHA, 2014, p. 463).

A obra em epígrafe foi analisada em sua 1ª edição e é disposta em 15 capítulos: I – A educação na Grécia II – A educação em Roma III – A educação na Idade Média IV – A educação e o Renascimento humanístico V – A educação e o Renascimento científico VI – A educação e a Reforma religiosa VII – A educação dos Jesuítas VIII – O realismo pedagógico IX – O naturalismo pedagógico X – A educação do povo XI – A educação nacional XII – A educação psicológica XIII – A educação científica XIV – A educação para a vida XV – A educação no Brasil e na última parte da obra é apresentada a “Bibliografia Brasileira de Educação”.

No decorrer da obra foram citados e expostos muitos estudiosos e suas teorias, entre os quais, Sócrates, Platão, Aristóteles, Plutarco, Cícero, Quintiliano, São Tomás de Aquino, Bacon, Petrarca, Boccaccio, Erasmo, de Feltre, Vergério, Moribus, D’Arezzo, Lutero, Melanchton, Loiola, la Salle, Rabelais, Montaigne, Ratke, Comênio, Locke, Condorcet, Fichte, Fröebel, Pestalozzi, Herbart, Dewey, Kerschensteiner, Luzuriaga.

É dedicada uma parte considerável da obra, compreendendo 3 capítulos, à relevância das ciências na educação, principalmente em relação às

ciências descritivas, como fenômeno recente e universal, cujo escopo residiria no estudo investigativo e objetivo dos processos educativos conforme às novíssimas ciências do homem, biologia e psicologia, e dos métodos de ensino de base orgânica; com efeito, os capítulos XII, XIII e XIV, respectivamente, “A educação psicológica”, “A educação científica” e “A educação para a vida”, celebram o auge científico da pedagogia (MONARCHA, 2014, p. 465).

No entanto, resta salientar que mesmo sendo conferida relevância a muitos teóricos da educação de forma nominal e diante da importância exposta na obra às ciências na educação, que é uma categoria de análise presente em Spencer, não é

referenciado de modo direto ou indireto nenhuma contribuição através de obras e teorias pertencentes ao filósofo inglês.

### 3.2.3 Primórdios da Educação no Brasil de Luiz Alves de Mattos (1958)

Luiz Alves de Mattos foi catedrático de Filosofia, História da Educação e diretor da Faculdade de Educação da Universidade do Distrito Federal - catedrático de Didática Geral e Especial e diretor do Colégio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

A obra “Primórdios da Educação no Brasil” foi publicada pela editora Aurora em 1958 com 306 páginas. Nela, o autor considera que

a educação brasileira possuiu “nitidamente” seis períodos distinguíveis que são: Período Heróico (1549 a 1570); Período de Organização e Consolidação (1570 a 1759); Período Pombalino (1759 a 1827); Período Monárquico (1827 a 1889); Período 174 Republicano (1889 a 1930) e Período Contemporâneo (1930 até os nossos dias) aqui, o autor se refere ao ano de 1958 (AMARAL, 2006, p. 173-174).

Na apresentação dos estudos, o conteúdo da obra é organizado em 4 partes: 1ª parte que trata do esboço de um sistema educacional que fundamentou-se na sistemática e na organização dos jesuítas desde os primórdios da colonização portuguesa no Brasil; 2ª parte, em eu é tratada a respeito da política administrativa dos jesuítas no que se refere a educação na colônia; 3ª parte: são apresentadas a trajetória e produção intelectual de estudiosos daquela época, expondo os nomes de: Martinote, “O Primeiro Professor de Curso Secundário do Brasil”; Vicente Rijo: “O Primeiro Mestre do Brasil” e José de Anchieta: “O Grande Educador e Apóstolo”; 4ª parte: onde o autor discorre sobre o qual trata de “período Heróico”.

Este livro foi escrito em 1958, quando, aqui no Brasil, ainda se praticava a "velha história". Sua narrativa está centrada na biografia de Nóbrega, e falta-lhe uma certa perspectiva dialética, de que o texto é rico em possibilidades, pois apresenta, desde o início, o embate de diferentes ideias, que prevaleceriam de acordo com os interesses das classes dominantes (MARTINO, 2000, p. 154).

O enfoque dado pelo autor obra não está relacionado a representação das ideias de Spencer, assim, nesta vertente, não há reflexões acerca da representação das ideias do filósofo inglês no âmbito da história da educação. e intelectuais e suas ideias no âmbito da educação.

### 3.2.4 História da Educação Lusobrasileira de Tito Livio Ferreira (1966)

Tito Livio Ferreira professor e bacharel em direito, atuou no magistério nos três níveis de ensino, exercendo a docência universitária como professor de História da idade média, história da Civilização americana, história da Antiguidade e História de Portugal e História de São Paulo.<sup>44</sup>

A “História da Educação Lusobrasileira”, foi publicada pela Edição Saraiva, em 1966, contendo 287 páginas.

A 1ª edição da obra, que foi utilizada neste trabalho, dispôs a seguinte organização de conteúdo: 1 D. João III – O rei humanista; 2 Portugal e a companhia de Jesus; 3 D. João III – Pai e protetor da Companhia de Jesus; 4 A gratidão de Loyola para com D. João III; 5 D João III cria o ensino público e gratuito no Estado do Brasileira; 6 Estabelecimento do ensino luso-brasileiro; 7 “Esta terra é nossa empresa”; 8 Nóbrega pede a D. João III mais jesuítas; 9 “Casas para enquanto o mundo durar”; 10 Os meninos órfãos de Lisboa e os corumins; 11 “Para isso El rei nos mandou a esta terra”; 12 El-Rei D. Sebastião consolida o ensino luso-brasileiro; 13 O real colégio de São Vicente; 14 Portugal tem a seu cargo a propagação da Fé e da cultura européia; 15 “As escolas de ciência devem igualmente ser comuns a todo o gênero de pessoas sem exceção alguma”; 16 O ensino elementar, humanístico e científico; 17 “E os estudantes aproveitam bem o seu tempo”; 18 O regime da palmatória; 19 A primeira Faculdade de Filosofia Lusobrasileira; 20 Os estudos de Humanidades; 21 A universidade Lusobrasileira; 22 Ainda a universidade Lusobrasileira; 23 Os Jesuítas e a Universidade LusoBrasileira; 24 Bolsas de Estudos da Câmara de vereadores da Bahia; 25 “Sua majestade não distingue seus vassalos pela cor, distingue-os pela lealdade”; 26 A naturalidade dos jesuítas no Brasil; 27 O ensino de Filosofia nos Reais Colégios; 28 Os piratas Holandeses e o Real colégio de Olinda; 29 Os estudos do Maranhão e do Pará; 30 O Real colégio de Santo Alexandre; 31 O Real colégio e o seminário de Belém; 32 “Não parecem discípulos, parecem mestres”; 33 O Real colégio das artes da Bahia; 34 O Colégio de Recife; 35 O Colégio da Paraíba; 36 o Real Hospício do Ceará; 37 Os seminários do Maranhão; 38 Noviciados, Seminários e Colégio feminino; 39 Colégios e seminários do Rei; 40 O Real colégio de São Paulo; 41 O Colégio e o Seminário de São Paulo; 42 O Colégio de São Miguel de Santos; 43 A Casa de Paranaguá; 44 O Colégio de Paranaguá; 45 O Colégio Português da Colônia Militar do Sacramento; 46 O Seminário de Mariana; 47 As

---

<sup>44</sup>As referências sobre o autor encontram-se listadas no próprio livro de sua autoria.

primeiras bibliotecas do Brasil; 48 A biblioteca do Real Colégio do Rio de Janeiro; 49 Os mapas do Estado do Brasil levantados pelos Jesuítas; 50 Os estudos filosóficos no Estado do Brasil; 51 A cultura escolar luso-brasileira; 52 Os jesuítas e o tribunal de inconfidência; 53 E o ensino lusobrasileiro continua; 54 A Coroa Portuguesa continua a cuidar da educação luso-brasileira; 55 Os primeiros professores do palácio; 56 A Carta de professor para exercer o magistério; 57 Compêndios, período de aulas e férias; 58 Como se pratica na Universidade de Coimbra; 59 Academia Militar e Academia de Cirurgia; 60 A Academia de cirurgia de São Paulo 61 Prêmios e ordenados; 62 A primeira biblioteca de São Paulo; 63 As despesas anuais com as duas academias: Militar e Farmaco-Cirúrgica; 64 O ensino nos Estados Unidos na América em 1798; 65 Relação dos alunos que frequentaram as Escolas régias da Capitania de São Paulo no ano de 1801; 66 A primeira Academia Médico-Cirúrgica Lusobrasileira; 67 Portugal e a educação luso-brasileira.

Nos estudos realizados por Tito Livio Ferreira, não se vislumbra nenhuma referência, direta ou indireta, às ideias de Spencer, sendo certo que o recorte histórico eleito pelo autor na presente obra finda-se no início do século XIX, abordando a “divisão da história do Brasil em: primeiro período-História Lusobrasileira (numa só palavra); segundo período – História Nacional. O período luso-brasileiro deita raízes na Lusitânia, começa no século I e vai até o século XIX, em 1822”<sup>45</sup>.

Para tanto, cumpre salientar que Herbert Spencer é um autor que explana suas ideias a partir do mesmo século em que se finda o período abordado na obra, mas a publicação de suas primeiras obras e o conhecimento de suas ideias ocorrem na segunda metade do século XIX, não alcançando, portanto, o período histórico analisado no presente manual de História da Educação.

### **3.2.5 História da Educação Brasileira de José Antonio Tobias (1972)**

José Antonio Tobias foi Professor Catedrático e Regente da cadeira de Filosofia da Educação e de história da Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, Estado de São Paulo.

Sua obra refere-se à “História da Educação Brasileira”, publicada pela Editôra Juriscredi, em 1972, ano de sua 1ª edição, com o total de 484 páginas.

---

<sup>45</sup>A citação em referência está inserida no Tópico “Em que se explica a Razão deste livro” sem identificação da página, cuja numeração só se inicia a partir do Tópico I, intitulado “D. João III – O rei humanista”.

Na disposição sistemática da organização dos seus estudos realiza a divisão em capítulos, tópicos e subtópicos em que são analisados os contextos históricos da evolução do processo da educação no Brasil e suas características: Introdução; Capítulo I – Educação Cristã; Fontes da Primeira Educação Brasileira; A Educação Jesuítica e a “Universidade do Brasil”; A Primeira Pedagogia do Brasil; O Mito do Padre; Conclusões. Capítulo II – Aristocratização do Ensino Brasileiro; O marquês de Pombal e a Educação Cientificista; O Índio Brasileiro e a Educação Naturalista; D. João VI, o Replantador da Educação Brasileira; A Primeira Escola Superior do Brasil; Originalidades do Ensino Superior Brasileiro; O Máximo em Educação: a escola Normal; O País dos Decretos e das Reformas Educacionais; A Primeira Universidade do Brasil; A Terra-de-Promissão de Comte; O Mito do Doutor (Dr.); Conclusões. Capítulo V – A Procura de Autenticidade; A autenticidade da Educação Brasileira; Ascensão da Socialização Marxista; A Universidade Brasileira e a Socialização Marxista; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; A Educação Brasileira e a Revolução de 1964; Conclusões.

O autor da obra em análise afirma que o “o objetivo da História da Educação Brasileira é arrolar fontes, pesquisá-las, ordená-las coordená-las e fazer história, isto é, narrar os fatos, pois, a História é a ciência da construção do passado humano” (TOBIAS, 1972, p. 23).

Quanto as influências dos estudiosos da educação, e no que tange à proximidade com nosso objeto de estudo, verifica-se que aborda e confere relevância ao cientificismo como um dos pilares da educação brasileira, destacando a importância de Comte, que segundo o autor é “tão somente o grande continuador e o maior latifundiário do cientificismo na educação brasileira, de então para cá, inteiramente dominada, do primário ao universitário, pelo cientificismo da sociologia e do social” (TOBIAS, 1972, p. 240).

Nesse mesma direção o autor o autor leciona que as origens do cientificismo na educação brasileira estão relacionadas aos anos finais do século XIX e o século XX, mas, embora reconheça essa importância não faz nenhuma referência a relevância ou sequer à existência de Herbert Spencer dentro desta corrente filosófica, mesmo que afirme que “a educação brasileira do final do século XIX e do total do século XX está literalmente dominada pelo cientificismo-positivista do sociologismo, aliado, depois de 1950, ao cientificismo-marxista, vitalizados, ambos, pela dinâmica do historicismo” (TOBIAS, 1972, p. 243).

A importância dada pelo autor as doutrinas de Comte, explicitas no tópico “A Terra-de-Promissão de Comte” são continuadas nos sub tópicos seguintes agregados ao

mesmo estudo, e assim percebe-se ainda mais como as teorias do filósofo francês são as únicas que são referenciadas quanto a influência do positivismo no processo educacional brasileiro, sem nenhuma abordagem, sequer referencial as teorias spencerianas que convergem à mesma vertente filosófica.

Ainda dando destaque a Comte e ignorando totalmente a própria existência de Spencer, quanto a influência nas reformas educacionais no Brasil, é destacado que “Comte, também do outro lado do Atlântico, foi o inspirador da reforma educacional de Benjamin Constant, em 1891, ainda que o positivismo do general brasileiro seja bem “sui generis” em vários aspectos, às vezes frontalmente contrário ao mestre francês” (p. 248) e dando continuidade a importância do positivismo de Comte no Brasil, afirma que “sem dúvida alguma foi este espírito nitidamente positivista da mentalidade educacional brasileira a mais funda e duradoura das influências das doutrinas comteanas no Brasil” (TOBIAS, 1972, p. 256).

### **3.2.6 Estórias da Educação No Brasil: De Pombal a Passarinho de Lauro de Oliveira Lima (1974)**

Lauro de Oliveira Lima<sup>46</sup> possui formação em Direito e cursou bacharelado em Filosofia pela Faculdade Católica de Filosofia do Ceará. Foi Inspetor Federal de Ensino, Diretor do ensino secundário do Ministério da Educação e Cultura (MEC) no Ceará, Presidente da Associação das Pequenas e Médias Escolas do Estado do Rio de Janeiro (APEMERJ) e Diretor de Pesquisas do Centro Educacional Jean Piaget, dedicando-se a treinar professores, técnicos e empresários por meio de métodos elaborados para dinâmicas de grupo, denominado Grupo de Treinamento para a Produtividade.

A obra intitulada “Estórias da Educação no Brasil: De Pombal a Passarinho” foi publicada pela Editora Brasília, no ano de 1974. O manual de História da Educação o qual analisamos contém 363 páginas em sua 3ª edição ampliada e possui a seguinte divisão em tópicos e subtópicos: 1ª Parte De como o Brasil ficou trezentos anos fora do processo civilizatório; 2ª Parte De como a metrópole ludibriou o povo brasileiro em matéria de educação universal, popular e gratuita. Negaças do poder público – o

---

<sup>46</sup> O professor Lauro de Oliveira Lima nasceu em 1921, na região Nordeste, em Limoeiro do Norte, no Estado do Ceará, e formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará, mas tornou-se um pedagogo que desenvolveu um olhar crítico e desbravador na epistemologia apresentada por Piaget, por meio do desenvolvimento do Método Psicogenético, caracterizado, principalmente, pelo cunho pedagógico-didático. Fonte: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/lauro-de-oliveira-lima-contribuicoes-para-a-educacao-moderna-no-brasil-1960-e-1970/> (acesso em 20/08/2022).

movimento pendular das formas e reformas.<sup>1</sup> Existe mesmo um sistema educacional no Brasil?; 2 O verdadeiro descobrimento do Brasil: a chegada da civilização (1808); 2 O verdadeiro descobrimento do Brasil: a chegada da civilização (1808); 3 Sistema sem educadores: os políticos reformadores (Ensino Médio); 4 A revanche simbólica dos jesuítas contra Pombal-Capanema – 1942; 5 Os sistemas fora do “sistema” 6 Exames valem um sistema: sistema sem sistema; 7 Dom Quixote e os Sanchos-Panças: Educadores fora do sistemas 8 Enquanto as diretrizes e bases não vem; 9 Diretrizes e bases: o parto da montanha (1961); 10 A profissionalização: Lei nº 5629 de 5 de agosto de 1971 – A volta dos Liceus de artes e ofícios – Derrota final dos jesuítas; 11 A “humanização” dos cursos superiores profissionais; 12 Os dois “Brasis”: os donatários-sesmeiros e o Zé-povinho; Posfácio – As contradições e incoerências do autor.

Verifica-se que o autor do manual, conforme demonstrado em cada tópico apresentado na obra, não caminha pela vertente da abordagem de pensadores que contribuíram para a educação, mas atenta-se a questões históricas com destaque para as legislações e mudanças de direcionamento do processo educacional que foram presentes em cada momento histórico da educação no Brasil no decorrer do processo histórico do país. Portanto, na presente obra não houve constatação de abordagens relativas a Herbert Spencer e/ou suas ideias no campo da filosofia educacional.

### **3.2.7 História da Educação Brasileira: A Organização Escolar de Maria Luisa Santos Ribeiro (1978)**

Maria Luisa Santos Ribeiro é pedagoga, mestre e doutora em Filosofia da Educação pela PUC-SP, sendo professora da mesma Universidade.

A obra “História da Educação Brasileira: a organização escolar”, foi publicada pela Cortez & Moraes Ltda. Integrando a Coleção Educação Universitária, com data de publicação em 1978.

A 8ª edição da obra que foi aqui utilizada, data de 1988, contém 180 páginas e traz a divisão em tópicos assim dispostos: Introdução; 1º Período: 1549 a 1808 – Consolidação do modelo agrário-exportador dependente: 1. A fase jesuítica da escolarização colonial, 2. A fase pombalina da escolarização colonial; 2º Período: 1808 a 1850 – Crise do modelo agrário-exportador dependente e início da estruturação do modelo agrário-comercial exportador dependente: 1. A fase joanina, 2. A fase politicamente autônoma; 3º período: 1850 a 1870 – Consolidação do modelo agrário-comercial dependente; 4º Período: 1870 a

1894 – Crise do modelo agrário-comercial exportador dependente e tentativa de incentivo à industrialização: 1. A fase imperial, 2. A fase republicana; 5º Período: 1894 a 1920 – Ainda o modelo agrário-comercial exportador dependente; 6º Período: 1920 a 1937 – Nova Crise do modelo agrário-comercial exportador dependente e início da estruturação do modelo nacional-desenvolvimentista, com base na industrialização: 1. A fase anterior à “Revolução de 30”, 2. A fase posterior à “Revolução de 30”; 7º Período: 1937 a 1955 – O modelo nacional desenvolvimentista com base na industrialização; 8º Período: 1955 a 1968- Crise do modelo nacional-desenvolvimentista de industrialização e implantação do modelo “associado” de desenvolvimento econômico: 1. O significado da crise: o período anterior ao golpe de 1964, 2. O significado do golpe militar de 1964; Conclusão.

A autora não trata em sua abordagem sobre nenhuma consideração direta ou indireta sobre Herbert Spencer e/ou suas obras, sendo que ao discorrer sobre as reformas que são feitas na organização escolar no início do século XX, abordando que houve nestas reformas “uma oscilação entre a influência humanista clássica e a realista ou científica” (RIBEIRO, 1978, p. 73).

Como exemplo de reformas que ilustram essa abordagem, é citado o Código Eptácio Pessoa (1901) que de acordo com a autora do presente manual “acentua parte literária ao incluir a lógica e retirar a biologia, a sociologia e a moral” (RIBEIRO, 1978, p. 73) e destaca ainda a reforma Rivadávia (1911) que “retoma a orientação positivista tentando infundir um critério prático ao estudo das disciplinas, ampliando a aplicação do princípio de liberdade espiritual ao pregar a liberdade de ensino (desoficialização) e de frequência, abolindo o diploma em favor de um certificado de assistência e aproveitamento, e transferindo os exames de admissão ao ensino superior para as faculdades, com o objetivo de que o secundário se tornasse formador do cidadão e não do candidato ao nível seguinte” (RIBEIRO, 1978, p. 73).

### **3.2.8 História da Educação no Brasil de Otaíza Oliveira Romanelli (1978)**

Otaíza Oliveira Romanelli é professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. A “História da Educação no Brasil”, foi publicada pela editora Vozes, em 1978, sendo que neste trabalho utilizamos a 10ª edição, publicada em 1988 e que contém 270 páginas.

A presente obra que tem como recorte temporal o período de 1930 a 1973, traz uma análise do processo educacional no Brasil e suas características. Seu conteúdo é

apresentado sob capítulos e tópicos assim dispostos: Prefácio; Introdução; Capítulo 1: A abordagem teórica; Capítulo 2: Fatores atuantes na evolução do sistema educacional brasileiro; Capítulo 3: A Educação e o desenvolvimento brasileiro após 1930; Capítulo 4: A organização do ensino e o contexto sociopolítico após 1930; Capítulo 5: A política educacional dos últimos anos; Capítulo 6: A guisa de conclusão: o sentido da modernização.

Conforme exposto pela autora, a obra tem a preocupação de “compreender a trama das relações existentes entre os fatores que atuam no sistema educacional e respondem pela maioria dos problemas” (ROMANELLI, 1978, p. 13).

Sob esta vertente os estudos realizados se permeiam por dados estatísticos, análise de legislações educacionais e seus impactos na educação dentro dos contextos históricos analisados que se iniciam a partir da década de 1930 e se findam no ano de 1973.

Não há o direcionamento no presente manual de História da Educação à contribuição dos intelectuais que construíram teorias que tenham influenciado a educação e desta feita, Spencer não é citado em nenhuma abordagem realizada pela autora, nem há referência direta ou indireta às suas obras ou suas ideias.

### **3.2.9 Filosofia e História da Educação de Claudino Piletti e Nelson Piletti (1985)**

Claudino Piletti é Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas-SP e Nelson Piletti é Professor Livre-Docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. A obra “Filosofia e História da Educação” da Editora Ática, foi publicada em 1985.

A obra utilizada neste trabalho é a 13ª edição, publicada em 1997 e contém 264 páginas organizada em 23 capítulos divididos em 04 unidades: Unidade I – Introdução à Filosofia; Capítulo 1 – O que é filosofia?, Capítulo 2 Filosofia e conhecimento, Capítulo 3 A Filosofia e a busca da verdade, Capítulo 4 Filosofia e Realização humana, Capítulo 5 Filosofia e História da Educação; Unidade II – Educação Antiga e Medieval, Capítulo 6 A Educação antes da Escola, Capítulo 7 Educação Oriental, Capítulo 8 A Educação Grega, Capítulo 9 A Educação Romana, Capítulo 10 A Educação Medieval, Capítulo 11 O fim da idade Média e o Renascimento; Unidade III – Educação Moderna e Contemporânea, Capítulo 12 A Educação no início dos tempos Modernos, Capítulo 13 A Educação na época do Absolutismo, Capítulo 14 Educação Burguesa, Capítulo 15 Educação Nova, Capítulo 16 Tendências atuais, Unidade IV Educação Brasileira,

Capítulo 17 Os Jesuítas e a Educação da Alma, Capítulo 18 O Império e a Formação da Elite, Capítulo 19 A Primeira República e a crise da Educação Elitista, Capítulo 20 A Educação Nova no Brasil, Capítulo 21 O avanço da Educação Popular, Capítulo 22 A Educação Brasileira a partir de 1964, Capítulo 23 Novos Caminhos.

No decorrer dos estudos foram tratados pelos autores de contextos históricos diversos tanto em vários países do mundo e no Brasil, acerca da educação e da filosofia da educação. O livro analisado apresenta ao final de cada unidade um resumo, questões propostas, leitura complementar e questões sobre o texto.

Neste trabalho sobre a representação das ideias de Herbert Spencer, no contexto histórico de produção e difusão de suas obras e ideias, que ocorre a partir da segunda metade do século XIX, há no presente manual de História da Educação abordagem do referido período histórico e as ideias educacionais com destaque a seus autores mais relevantes, no entanto, não é atribuída nenhuma citação a Spencer de modo direto, com destaque as suas teorias e suas obras, ou mesmo de forma indireta, quanto a alguma corrente filosófica do qual o mesmo tenha pertencido ou influenciado.

No Capítulo 14, intitulado “Educação Burguesa”, no tópico “Revoluções burguesas e educação”, não há nenhuma menção a existência de Spencer ou quaisquer de suas ideias ou obras. neste contexto, para os autores, “Pestalozzi, Herbart e Froebel foram os educadores que se destacaram durante o século XIX, pelas inovações que propuseram de modo especial no campo da educação das crianças” (PILETTI E PILETTI, 1985, p. 127). Nesse contexto foi dedicado três sub tópicos a esses pensadores, que são apresentados como aqueles que mais contribuíram com novas ideias para a educação, ideais estas que “influenciadas pelas propostas de Rousseau, surgiram durante o século XIX, principalmente a partir do trabalho de Pestalozzi, Herbart e Froebel” (PILETTI E PILETTI, 1985, p. 133).

### **3.2.10 Educação Brasileira: 500 Anos de História (1500-2000) de Arnaldo Niskier (1989)**

Arnaldo Niskier é professor titular de História e Filosofia da Educação na Universidade do Rio de Janeiro, foi membro do Conselho Federal de Educação e Membro da Academia Brasileira de Letras. O manual de História da Educação de autoria de Arnaldo Niskier intitulado “Educação brasileira: 500 anos de história (1500- 2000)” foi publicado pela Editora Melhoramentos em 1989.

No decorrer de suas 646 páginas, em sua 1ª edição, traz a seguinte organização do conteúdo apresentado: Uma visão crítica da educação brasileira – A guisa de

apresentação; 1 Portugal nos séculos XV e XVI; 2 Três séculos de colonização; 3 A educação no início do século XIX; 4 Da independência a maioridade; 5 Da maioridade de D. Pedro II a reforma Couto Ferraz; 6 A procura de soluções para os problemas do ensino; 7 O período republicano; 8 A década de 20; 9 Da revolução de 30 ao Estado Novo; 10 O Estado Novo; 11 Os rumos da educação pós-Estado Novo; 12 A Educação de 64 a 84; 13 A pretendida revolução pela educação; 14 O governo da transição 15 A pedagogia dos trópicos; 16 As constituições e a educação; 17 A informática na educação; 18 A Educação do futuro.

A obra em questão tem por objetivo discutir sob o contexto educacional o período que vai desde a chegada dos colonizadores portugueses até o início do período de reabertura política após o regime civil-militar de 1964 e nessa perspectiva acaba por não adentrar em questões que tenham como fundamento a discussão de ideias educacionais, obras ou mesmo autores que estejam relacionados ao contexto histórico de produção e divulgação das ideias spencerianas, não havendo nenhuma menção ao filósofo inglês ou qualquer referência sobre seus estudos.

### **3.2.11 Pequena História da Educação Brasileira de Jair Fonzar (1989)**

Jair Fonzar é Mestre e Doutor pela Universidade de Paris e Pós-Doutor pela Universidade de Genebra, sendo Professor titular de História e Filosofia da educação na Universidade Federal do Paraná.

A obra “Pequena história da educação brasileira: tradicionalismo e modernismo - duas tendências que marcam a filosofia pedagógica brasileira”, foi publicada pela editora Scientia et Labor Curitiba, em 1989 e contém apenas 71 páginas em sua 1ª edição.

É organizada em: Apresentação; I Parte: Tradicionalismo Cultural e Pedagógico: 1549-1759, Tradicionalismo Jesuítico: O Ideário Grego-Romano-Cristão; II Parte: Modernismo Cultural e Pedagógico 1759-1989, Modernismo Pombalino: O Ideário Iluminista, A Inconfidência, D. Azeredo Coutinho, D. João VI, Tempos do Império e A Primeira República.

Nela o autor declina que é objetivo do estudo identificar e apresentar breves características de duas tendências da educação brasileira, tais quais o Tradicionalismo e o Modernismo. Sob esta perspectiva, não faz em sua obra maiores reflexões acerca de intelectuais e suas ideias no âmbito da educação, deixando então de realizar qualquer levantamento ou menção a Herbert Spencer e suas ideias e obras.

Verifica-se, no entanto, que ao tratar do movimento da Escola nova, o autor atribui créditos as ideias de John Dewey, o qual comungou de ideias educacionais de Spencer, no entanto, apenas se refere ao estudioso norte americano, sem, contudo, estender a análise e apenas se referindo que em 1932 foi lançado o “famoso Manifesto, que exprime os anseios dos tempos atuais. Eco, sobretudo, do pragmatismo pedagógico de John Dewey” (FONZAR, 1989, p. 60).

### **3.2.12 História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação de José Ricardo Pires de Almeida (1989)**

José Ricardo Pires de Almeida Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 1843, e formou-se em Medicina e Direito, tendo atuado como médico higienista, médico na Guerra do Paraguai e arquivista na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e na Inspetoria Geral de Higiene da Corte Imperial.

A obra “História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889): história e legislação”, de autoria de José Ricardo Pires de Almeida foi originalmente escrita em 1889 como uma obra direcionada ao Conde d’Eu, onde o seu autor demonstra ter como objetivo catalogar a história do ensino público no Brasil<sup>47</sup>.

Publicada originalmente em língua francesa, a obra obteve tradução para a língua portuguesa em 1989, realizada por Antonio Chizzotti e sua 2ª edição que foi organizada por Maria do Carmo Guedes foi publicada no ano 2000, pela Editora Educ<sup>48</sup>.

Esta edição que contém 332 páginas é organizada em partes assim dispostas: 1 apresentação do tradutor; 2 comentários sobre a edição crítica; 3 índice de documentos; 4) índice de quadros 5) carta endereçada ao Conde d’Eu; f) o prefácio comparativo de dados entre Brasil e Argentina; g) introdução ao Brasil Colônia; h) parte I da Independência ao Ato Adicional de 1854 e parte II: do ato adicional aos últimos anos do Império. Acerca de uma análise sobre a obra e os objetivos do autor, Gondra (2017) afirma que

---

<sup>47</sup> A obra de autoria de José Ricardo Pires de Almeida não foi considerada neste trabalho como o primeiro manual de História da Educação publicado no Brasil. Embora de um autor brasileiro, foi escrita em francês, e trata-se de um estudo sobre a evolução do sistema de ensino brasileiro desde a colonização, sendo, contudo, um trabalho dedicado ao príncipe herdeiro do trono brasileiro, o Conde D’Eu. Para fins deste trabalho, especificamente quanto à ordem cronológica de publicação, será considerado o ano de 1989, que foi a data de sua publicação em língua portuguesa.

<sup>48</sup> A tradução da obra para a língua portuguesa trouxe a modificação do título da obra. A versão original foi intitulada: “História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889): história e legislação”; o título na versão traduzida foi concebido como: “Instrução Pública no Brasil (1500-1889)”.

no que se refere ao livro, o autor, médico e monarquista, ao privilegiar o emprego das fontes oficiais, ressalta ao longo de seu discurso pontos de tensão em torno dos quais não se furta de emitir sua posição, muitas vezes colidindo com a crença difundida de que sua obra é toda ela laudatória e ufanista. Tais adjetivos podem ser associados aos heróis da história da educação constituídos pela/na escrita do Dr. Pires de Almeida, o que não ocorre em relação aos diversos pontos por ele abordados ao longo de seu estudo, dentre os quais caberia lembrar a questão do financiamento, da formação de professores, dos concursos, da estrutura e de funcionamento do ensino, das instituições escolares e da legislação (GONDRA, 2017, p. 189).

No que concerne ao objeto de estudo deste trabalho de pesquisa, a presente obra não vislumbra a abordagem de teóricos da educação e suas ideias, incluindo-se entre eles a ausência da abordagem sobre as teorias de Spencer e suas obras, sendo que o foco do trabalho escrito por Pires (1889) está na questão da educação no período monárquico, com recorte temporal que antecede a proclamação da República em 1889, portanto no período em que as ideias e obras de Spencer ainda estavam sendo publicadas e ainda muitas delas pouco difundidas, principalmente fora da Europa.

No entanto, é relevante salientar a importância da obra de Pires (1889) para a historiografia da educação, como a primeira obra com foco na educação escrita por um autor brasileiro, podendo o autor, inclusive, ser considerado como um dos primeiros historiadores da educação no Brasil. A esse respeito

Diante da rarefação de estudos que tratam do período e temas abordados no livro em questão, a sua reedição configura-se em uma contribuição singular para aqueles que, tocados pelos desafios da pesquisa em história da educação, anterior ao século republicano, se dispuserem a considerar o trabalho do médico imperial não apenas como um esforço de síntese e sistematização, mas também como um discurso que, a seu modo, dá visibilidade a um território ainda pouco visitado (GONDRA, 2017, p. 190).

### **3.2.13 História da Educação de Paulo Guiraldelli Jr (1990)**

Paulo Guiraldelli Jr. possui doutorado em História e Filosofia da Educação pela PUC de São Paulo e foi professor na UNESP lecionando as disciplinas de Didática Geral e Filosofia da Educação, sendo também professor nos cursos de mestrado e doutorado em na PUC de São Paulo.

A Obra “História da Educação” é publicada no ano de 1990 pela Editora Cortez, Coleção Magistério – 2º grau da série Formação do Professor, sendo analisada sua 2ª edição, publicada em 1992, que contém 240 páginas.

A edição referida é organizada em: Capítulo I A Primeira República; Capítulo II A Segunda República; Capítulo III O Estado Novo; Capítulo IV A Quarta República; Capítulo V A Ditadura Militar (I); Capítulo VI A Ditadura Militar (II) e o advento da Nova República e traz em seu conteúdo uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação no Brasil pela perspectiva de contextos históricos que se iniciam a partir da Primeira República e findando-se na análise do período dos anos finais do regime exceção representado pelo regime civil-militar e a abertura política pelo processo de redemocratização.

Sob uma vertente de análise da educação a partir do contexto histórico e dos acontecimentos no âmbito político, social e legislativo, o autor do presente manual de História da Educação não adentra no estudo propriamente de teorias educacionais ou teóricos da educação, o que, portanto, também se aplica aos estudos de Herbert Spencer, suas obras e ideias.

### **3.2.14 História da Educação de Nelson Piletti e Claudino Piletti (1991)**

Nelson Piletti e Claudino Piletti<sup>49</sup> são autores da obra “História da Educação” que foi publicada pela Editora Ática em 1991 e neste trabalho analisamos a 2ª edição da obra, publicada no mesmo ano, contendo 240 páginas e que traz a divisão em 3 unidades dispostas em capítulos, sendo uma delas dedicada à educação brasileira: Unidade I Educação Antiga e Medieval, Capítulo 1 A educação antes da escola Capítulo 2 A educação oriental Capítulo 3 A educação Grega, Capítulo 4 A educação Romana, Capítulo 5 A educação medieval, Capítulo 6 O fim da Idade Média e o Renascimento; Unidade II Educação Moderna e Contemporânea, Capítulo 7 A educação no início dos tempos modernos, Capítulo 8 A educação na época do absolutismo, Capítulo 9 A educação burguesa, Capítulo 10 A educação nova, Capítulo 11 Tendências atuais; Unidade III Educação brasileira, Capítulo 12 Os jesuítas e a educação da alma, Capítulo 13 O império e a formação da elite, Capítulo 14 A primeira República e a crise da educação elitista, Capítulo 15 A educação nova no Brasil

---

<sup>49</sup> Sobre os autores ver subtópico 3.2.9

Capítulo 16 O avanço da educação popular, Capítulo 17 A Educação brasileira a partir de 1964, Capítulo 18 Transição: para onde? Capítulo 19 Novos caminhos.

Nos estudos entabulados pelos autores na Unidade II, no capítulo 9 é abordada a Educação Burguesa, e sob este contexto histórico de produção das ideias educacionais relacionadas a esse período, confere-se especial atenção à produção intelectual de Pestalozzi, Herbart e Froebel.

Os autores consideram que a partir da Revolução industrial e suas implicações “a escola é obrigada a se modernizar, à dar mais importância aos conteúdos técnicos e científicos, ao lado das antigas matérias clássicas e literárias” (p. 98), no entanto não atribuem nenhuma importância à Herbert Spencer, suas obras e ideias, mesmo que este convergia seu pensamento filosófico no sentido da busca da superação do ensino tradicional pelo ensino das ciências.

Ao tratar especificamente sobre a educação no Brasil, também não se encontra nenhuma menção direta ou indireta às teorias spencerianas.

### **3.2.15 História da Educação: A Escola no Brasil de Maria Elizabete Xavier, Maria Luisa Ribeiro e Olinda Maria Noronha (1994)**

Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier é Doutora em Educação, História e Filosofia pela PUC-SP desenvolvendo atividades de pesquisa orientação e docência na Faculdade de Educação da Unicamp-SP.

Maria Luisa Ribeiro é Doutora em Filosofia da Educação pela PUC-SP desenvolvendo atividades ligadas a orientação de teses e a pesquisa sobre a organização escolar. Olinda Maria Noronha é professora livre-docente de História da Educação na Faculdade de Educação da Unicamp tendo exercido ainda outras atividades docentes em demais instituições de ensino.

A obra das três autoras citadas intitula-se “História da Educação: a escola no Brasil”, publicada pela FTD, sob a Coleção “Aprender e ensinar”, em 1994, com 304 páginas. A presente obra traz uma abordagem histórico social da educação brasileira analisando os contextos históricos sob uma abordagem social e de políticas públicas e legislações educacionais e seus impactos na educação brasileira, sendo organizada em 2 partes.

A primeira parte traz o título: A sociedade Agro-exportadora e a Constituição do Ensino de Elite (1549-1920), a segunda parte tem o título: A sociedade Urbano-Industrial

e o Desafio da Constituição do Ensino Popular (1910-1990) e em relação a responsabilidade pelo conteúdo da obra,

a professora Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier assina a primeira parte. O primeiro item a segunda parte (A luta pela ampliação das Oportunidades Escolares dos anos 10 aos anos 60) é de responsabilidade da professora Maria Luisa Santos Ribeiro, enquanto o segundo (a mesma luta dos anos 50 aos anos 90) cabe à professora Olinda Maria Noronha (XAVIER, RIBEIRO, MARIA, 1994, p. 08-09).

Vislumbra-se que não é objeto de estudo das autoras a análise de ideias e obras que tenham tido influência nos períodos históricos que são abordados e vislumbra-se que, em relação a Herbert Spencer e suas ideias no campo educacional e de suas obras como um todo, este não é citado diretamente ou como referência, não sendo destacado também na bibliografia referencial ou complementar presente no manual de História da Educação aqui referido.

### **3.2.16 História da Educação no Brasil de Nelson Piletti (1990)**

Nelson Piletti<sup>50</sup> é autor da obra “História da Educação no Brasil” da “série Educação”, que foi publicada pela Editora Ática em 1990.

Organizada em 12 capítulos e contendo 184 páginas, a 1ª edição aqui analisada aborda a educação sob a perspectiva brasileira, dividindo a análise em períodos históricos delimitados desde o Brasil Colônia até o período de reabertura democrática que o autor denomina de período de transição: Capítulo 1 Educação: o que é isso?; Capítulo 2 Educação brasileira: discurso e a prática; Capítulo 3 Colônia (1500-1822): a busca do paraíso; Capítulo 4 Império (1822-1889): o paraíso das elites; Capítulo 5 Primeira República (1889-1930); Capítulo 6 Revolução de 30 (1930-1937): o que mudou?; Capítulo 7 Estado Novo (1937-1945): todo poder ao chefe; Capítulo 8 República populista (1945-1964): a volta por cima; Capítulo 9 Ditadura Militar (1964-1985): a técnica da força; Capítulo 10 Transição (1985-...): para onde?; Capítulo 11 O que fazer?; Capítulo 12 O poder do professor.

O autor faz a apresentação da obra como um livro que “contém um roteiro da história da educação no Brasil” (PILETTI, 1997, p. 03) e possui como objetivo de oferecer

---

<sup>50</sup> Sobre o autor ver subtópico 3.2.9

oportunidades aos estudantes de conhecer o passado educacional do Brasil, exercitando seu espírito crítico e capacitando-se para a transformação da educação brasileira e em especial da escola pública.

A exemplo dos outros manuais de História da Educação analisados neste trabalho de escrito pelo mesmo autor em coautoria com Claudino Piletti “Filosofia e História da Educação Editora Ática São Paulo – 1985”<sup>51</sup> e “História da Educação Editora Ática São Paulo Série Educação 1991”<sup>52</sup>, não há uma análise dos estudos de Herbert Spencer, suas obras ou menção a existência do filósofo inglês ou sua importância na educação, não havendo nenhuma abordagem, quer seja direta ou indireta relacionada ao teórico evolucionista.

### **3.2.17 Filosofia e História da Educação Brasileira de Paulo Guiraldelli (2002)**

Neste tópico abordamos a obra “Filosofia e História da Educação Brasileira”, publicada pela Editora Manole, publicada em 2002 de autoria de Paulo Guiraldelli Jr.<sup>53</sup>

Utilizamos em nossa análise a 2ª edição publicada em 2009, que contém 290 páginas organizadas em: Capítulo 1 Colônia e Império; Capítulo 2 A Primeira República (1889-1930); Capítulo 3 A Segunda República (1930-1937); Capítulo 4 O Estado Novo (1937-1945); Capítulo 5 A Quarta República (1945-1964); Capítulo 6 O Regime Militar (1964-1985); Capítulo 7 Literatura Pedagógica (1975-1985); Capítulo 8 Literatura Pedagógica (1985-2002); Capítulo 9 O MEC na democracia (1985-2008); Capítulo 10 A Política Educacional de FHC; Capítulo 11 Os Partidos Políticos e a Educação; Capítulo 12 Tecnocratas e Críticas na Transição de Séculos; Capítulo 13 A Política Educacional de Lula.

Na presente obra de Ghiraldelli Jr, é realizado um estudo a partir da Filosofia e da História da educação no Brasil, iniciando-se pelo período colonial e findando-se no período em que é realizada uma análise sobre a educação no sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, nos anos 2000.

Os capítulos 7 e 8 do manual de História da Educação em análise são dedicados à “Literatura Pedagógica” contextualizada no período demarcado de 1985 a 2000, em que o trabalho de estudiosos da educação ganham notoriedade a partir de suas contribuições ao processo educacional no Brasil.

---

<sup>51</sup> Ver sub-tópico nº 3.2.9

<sup>52</sup> Ver sub-tópico nº 3.2.16

<sup>53</sup> Sobre o autor ver subtópico 3.2.13

Sem adentrar em estudos mais aprofundados, são citados autores como Herbart, Foucault, Piaget, Skinner, Dewey, Freinet, Vygotsky, sem contudo qualquer referência a Herbert Spencer ou alusão às suas ideias e obras no campo educacional.

### **3.2.18 História da Educação Brasileira de Paulo Guiraldelli (2005)**

A obra em análise “História da Educação Brasileira”, publicada pela Editora Cortez “Coleção Ática” em 2005, sendo mais uma obra de autoria de Paulo Guiraldelli Jr<sup>54</sup>.

Analisamos sua 4ª edição publicada em 2009 que contém 272 páginas, a qual é organizada em 14 capítulos, a saber: Capítulo 1 Infância, Escola e Filosofia da Educação; Capítulo 2 Educação e Pedagogia na Colônia e no Império; Capítulo 3 Ensino, Legislação e Escolas na “República Velha”; Capítulo 4 Reformas Educacionais e Ideários Pedagógicos no início dos anos 30; a Educação na Constituinte de 1934; Capítulo 5 A Organização do Ensino Legada pelo “Estado Novo”; Capítulo 6 Lutas em torno da Primeira LDBN e Movimentos Populares em Educação; Capítulo 7 Ideário Autoritário e Leis da Educação sob a Ditadura Militar; Capítulo 8 Leituras em Educação nas Décadas de 1970 e 1980 Capítulo 9 A Democracia da Política Educacional dos Partidos e do Governo Federal à Nova LDBN 9394/96; Capítulo 10 Rumos da Literatura Pedagógica Brasileira no Final do Século; Capítulo 11 Plano Nacional de Educação (1998); Capítulo 12 Os Sistemas de Avaliação do Governo Fernando Henrique Cardoso; Capítulo 13 O Professor do Ensino Básico no Brasil do final do século XX; Capítulo 14 As Teorias Pedagógico-Didáticas no Brasil entre os séculos XX e o XXI – Uma Observação Pessoal.

Paulo Ghiraldelli Jr apresenta nesse manual de História da Educação os estudos entabulados acerca da política educacional nos períodos que são delimitados pelos contextos históricos que os demarcam, desde o Brasil Colônia até o Governo de Fernando Henrique Cardoso no início dos anos 2000, sendo que os estudos são realizados relacionando as pedagogias e a política educacional, esta representada pela legislação que regula a educação, a atuação das forças políticas e seu interesses neste âmbito educacional.

A obra em análise reserva ao capítulo 14, intitulado “As Teorias Pedagógico-Didáticas no Brasil entre os séculos XX e o XXI – Uma Observação Pessoal”, a análise

---

<sup>54</sup> Sobre o autor ver subtópico 3.2.13

de teorias educacionais de estudiosos da educação cujos estudos são considerados relevantes na abordagem do processo educacional no Brasil.

Sobre estes estudiosos, são trazidas as contribuições de Herbart, Dewey e Paulo Freire<sup>55</sup> com maior destaque como estes contribuíram com suas ideias para o processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, não há no presente manual de História da Educação qualquer referência a existência de Herbert Spencer e por consequência, não se vislumbra nenhuma citação direta ou indireta sobre suas obras ou ideias, seja no campo educacional ou em relação a outras nuances de seu pensamento.

### **3.2.19 História da Educação de Cynthia Greive Veiga (2007)**

Cynthia Greive Veiga é Professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais com mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas. É Pós Doutora pelo Programa de pós-graduação em História da Universidade de São Paulo e no Programa de Pós-graduação em Educação da UNIFESP.

A obra “História da Educação” foi publicada pela Editora Ática no ano de 2007, sendo que a 1ª edição contém 328 páginas, onde são abordados pela autora a educação do Ocidente a história da educação no Brasil, organizando seus estudos em 6 capítulos: 1º Capítulo Universidades, colégios e saberes (séculos XII a XXIII); 2º Capítulo Circulação de conhecimento e práticas de educação no Brasil colonial (séculos XVI a XVIII); 3º Capítulo "Educação estatal em diferentes países do Ocidente (meados do século XVIII e século XIX); 4º Capítulo "A institucionalização da educação pública no Brasil (meados do século XVIII e século XIX); 5º Capítulo A sociedade do trabalho e os movimentos por uma nova escola (final do século XIX e início do XX) e 6º Capítulo "República e educação no Brasil (1889-1971).

Em uma breve análise do manual de História da Educação de autoria de Veiga (2007), no tocante ao 1º capítulo, os estudos se alicerçam sobre a organização dos colégios

---

<sup>55</sup> “O processo de ensino aprendizagem para Herbart, começa com a preparação. Consiste na atividade que o professor desenvolve na medida em que recorda ao aluno o assunto anteriormente ensinado ou algo que o aluno já sabe [...] Dewey, por sua vez, não vê necessidade de um tal procedimento, pois acredita que o processo de ensino-aprendizagem tem início quando, pela atividade dos estudantes, eles defrontam com dificuldades e problemas tendo então o interesse aguçado mais para determinadas coisas do que para outras [...] Paulo Freire vê o processo de ensino-aprendizagem se iniciando em um momento especial, quando o educador está vivendo efetivamente na comunidade dos educandos, observando suas vidas e participação de seus apuros; quando ele adquire as vivências históricas e psíquicas da comunidade” (GIRALDELLI, 2009, p. 212).

e os movimentos comunais, a proliferação das corporações de ofício, e as reformas com ênfase nas reformas religiosas.

No 2º capítulo o recorte temporal está centrado no contexto da educação brasileira após o início da colonização portuguesa e, sobretudo como a influência dos jesuítas foram preponderantes não só na catequização dos povos nativos, mas também no processo educacional efetivado nos colégios dos religiosos.

O 3º capítulo traz o foco na questão de tornar obrigação do Estado na criação e manutenção das escolas e do ensino de público e obrigatório.

No 4º capítulo o surgimento da escola pública no Brasil por intermédio das ações do Marques de Pombal e suas reformas. a escola pública e a ideia crescente de civilização da sociedade através da escola.

Prosseguindo ao 5º capítulo da obra em questão, a autora traz a abordagem das características das consequências do processo de industrialização na sociedade, o advento do ensino de ciências na escola, e adoção de novos métodos de ensino, também levanta questões atinentes acerca da Escola Nova.

Em direção ao último capítulo da obra, o destaque se dá em face do processo de profissionalização da educação, a crescente proeminência da laicidade do ensino a democratização do acesso à escola e a centralização no governo central na condução da educação por leis federais.

A análise da educação brasileira realizada na obra está focada sobre o processo educacional desde o início da República, aquelas que ocorreram nos anos iniciais do século XX e perpassando ainda pela legislação que fundamentou as primeiras reformas educacionais do regime civil-militar, uma vez que o recorte temporal eleito na obra se finda no ano de 1971.

No decorrer da obra é abordada a educação em diferentes contextos históricos, seja em nível dos acontecimentos em diversos países do mundo e como estes tiveram influência sobre a educação no Brasil, sendo permeadas a influência recíproca existente entre as transformações políticas e sociais ocorridas e aquelas que ocorreram no âmbito da organização escolar.

Sob a abordagem realizada por Veiga em sua obra, não é foco dos estudos o direcionamento dos estudos a ideias e teorias educacionais oriundas de estudiosos da educação, e nessa perspectiva não há espaço de apontamento de relevância ou críticas às ideias ou obras de Herbert Spencer enquanto suas teorias evolutivas ou direcionadas a suas contribuições na educação.

### 3.2.20 Evolução Histórica do Ensino no Brasil (1752-1930) de Bento C. Freitas S/D

Bento C. Freitas<sup>56</sup> foi advogado e assistente Jurídico do Estado da Guanabara, assessor jurídico do Departamento de Educação Primária e Técnico e pesquisador em Jurisprudência do ensino primário e magistério primário.

A obra em epígrafe intitula-se “Evolução histórica do ensino no Brasil (1752-1930)” sendo o “Livro I da série Concursos e acesso para o magistério Primário”, contém 268 páginas e foi publicada pela Casa Editora Evangélica, sem registro de data de publicação.

Cuidamos de analisar a 1ª edição da obra que foi organizada em Períodos, distribuídos em títulos cada um deles compostos por capítulos: Período do Império: Título I A Educação popular no Brasil, composto por 6 capítulos; Título II O ensino Popular no Brasil Império, composto por 5 capítulos; Título III Da Obrigatoriedade escolar, composto por 6 capítulos; Título IV Principais acontecimentos ocorridos em relação ao ensino nos 18 anos que antecederam à Proclamação da República, composto por 5 capítulos. Período Republicano: Título V O Ensino Popular no regime republicano, composto por 5 capítulos; Título VI A Instrução Pública e sua passagem para a Municipalidade – Distrito Federal, composto por 16 capítulos; Título VII Da Educação do Excepcional, composto por 3 capítulos; Título Especial nº I Da Inspeção Geral de Instrução, do Departamento de Educação, composto por 2 capítulos; Título Especial nº II Da Escola normal e do Instituto de Educação, composto por 5 capítulos; Título Especial nº III Dos Jardins de Infância, composto por dois capítulos; Título Especial nº IV Do fundo Escolar, Notícia Histórica; Título Especial nº V Da assistência social escolar, composto por 4 capítulos; Título especial nº VI Disposições legais sobre o ensino Popular vigentes no Regime Monárquico e Anexos.

A obra “Evolução histórica do Ensino no Brasil” é apresentada nas páginas iniciais como uma “pesquisa retrospectiva, notícia histórica e atos regulamentares sobre o ensino a partir de 1752 a 1930”, e sua “análise compreende estudo dos atos legais sobre o ensino e magistério”, sendo dividida o estudo em 4 períodos distintos: Brasil Império; Brasil República; ensino no Município da Corte e Ensino no Distrito Federal até 1930.

Os objetivos explanados pelo próprio autor bem como o próprio objeto de pesquisa relacionam-se a análise da legislação aplicável nos períodos já referenciados, e

---

<sup>56</sup> O autor é advogado por formação, e os cargos e funções por ele exercidos não se relacionam diretamente à Educação. Possui a formação de bacharel em Direito e exerceu cargos técnicos relacionados a atividades jurídicas.

não há estudos relacionados diretamente a teorias educacionais e por consequência sem referência a estudiosos da educação, o que exclui, portanto, qualquer referência a Herbert Spencer, suas obras ou ideias.

### **3.3 Manuais que pouco mencionam ou mencionam indiretamente Herbert Spencer e/ou suas ideias**

Ao examinar o quanto os manuais de História da Educação citavam Spencer, identificamos aqueles que procederam nessa direção citando o autor britânico numa pequena proporção quando observada a totalidade de páginas da obra e em comparação com a atenção dedicada a outros autores. Este foi o caso de “Pequena História da Educação” de Ruy Ayres Bello (1961), que contém apenas uma referência de leitura com sugestão de texto de autoria de Spencer; “Cultura e Educação Brasileiras” de Ângelo Domingos Salvador (1976), cuja obra traz uma única citação de menor impacto sobre Spencer; e “História e Filosofia da Educação”. de Dulcineia Antoniazzi Nepomuceno de Almeida e Yvete Geralda Tófani Romano (1986), em que Spencer é citado somente duas vezes ao longo de toda a obra, sem maiores aprofundamentos sobre suas obras e ideias.

#### **3.3.1 Pequena História da Educação de Rui Ayres Bello (1961)**

Rui de Ayres Bello foi professor catedrático da Universidade do Recife, da Universidade Católica de Pernambuco e do Instituto de Educação de Pernambuco. A respeito do autor

sua declarada vinculação com o catolicismo influenciará toda a sua vida, com desdobramentos não apenas em suas opções pessoais e profissionais, mas também na difusão ideológica e doutrinária da Igreja Católica presente em sua produção intelectual como, por exemplo: elaboração de manuais escolares voltados destacadamente para a formação dos docentes a atuarem no nível primário, enfaticamente. Rui de Ayres Bello, além da atuação como político e professor, também redigiu obras especificamente voltadas à educação, visando a contribuição para o desenvolvimento do ensino, como intelectual e escritor de manuais escolares. Neste sentido, em linhas gerais, a atuação de Rui de Ayres Bello é amplamente dedicada às atividades públicas, sendo diversas de suas obras pedagógicas manuseadas como recursos didáticos em cursos especificamente voltados para a formação de 16 professores, influenciando diretamente a formação conteudista, metodológica e moral, fundamentada em marcos, doutrinas e pressupostos católicos (GATTI JR; LIMA, 2016. p. 14-15).

A obra intitulada “Pequena História da Educação (Para as cadeiras de Curso Pedagógico dos Institutos de Educação do Brasil)”, foi publicada pela Editôra do Brasil sob a série Coleção Didática do Brasil, com data de publicação em 1961.

Analizamos em nossos estudos a 12ª edição da obra, publicada em 1978, contendo 222 páginas, com seu conteúdo assim dividido: Capítulo 1 : A Educação Primitiva; Capítulo 2 : A Educação na Antiguidade Oriental; Capítulo 3: A educação na Antiguidade Grega; Capítulo 4: Os Grandes Educadores Gregos; Capítulo 5: A Educação na Antiguidade Romana; Capítulo 6: Educadores Romanos; Capítulo 7: A Educação Cristão Primitiva; Capítulo 8: A Educação Cristã Medieval; Capítulo 9: A Educação Renascentista; Capítulo 10: A Reforma e a Educação; Capítulo 11: A “Contra-Reforma” e a Educação; Capítulo 12: O Realismo Pedagógico Capítulo 13: O Naturalismo Pedagógico; Capítulo 14: A Pedagogia de Sentido Psicológico; Capítulo 15: A Escola Nova; Capítulo 16: A Educação no Brasileira; Complemento Bibliográfico dos Diferentes Assuntos.

Nesta obra não houve por parte do autor nenhuma abordagem relativa as ideias de Herbert Spencer e nenhuma referência à sua produção intelectual. No entanto, na estrutura organizacional do livro no tópico final intitulado “Complemento Bibliográfico dos Diferentes Assuntos” (p. 221), no sub tópico “Sobre o Naturalismo Pedagógico”, Herbert Spencer é apontado como um dos autores de referência sobre o tema, com indicação de leitura de sua obra “Educação Intelectual, Moral e Física”, mas não tee análise ou comentários acerca da obra e das ideias nela contidas.

### **3.3.2 Cultura e Educação Brasileiras de Ângelo Salvador (1974)**

Ângelo Domingos Salvador é formado em pedagogia e em orientação educacional pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (RS). Possui Mestrado em Educação pela Universidade Católica do Rio de Janeiro e curso de especialização em Cultura Brasileira pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professor de ensino médio e da Fundação de Integração Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (FIDENE).

A obra “Cultura e Educação Brasileiras” foi publicada pela editora Vozes, em 1974, sendo que a edição aqui analisada se trata da 4ª edição, contendo 260 páginas e que foi publicada no ano de 1976.

Está organizada nos seguintes tópicos: 0. Cultura: Noções, definições e ciências  
0.1 Noções de Cultura 0.1.1 Significação etimológica de “cultura” 0.1.2 O homem -

sujeito cultural 0.1.3 A natureza – matéria cultural 0.1.4 Cultura – ação e resultado 0.1.5 Noções paralelas de cultural 0.2 Definições de Culturas 0.2.1 Definições físicas de cultura 0.2.2 Definições ontológicas de cultural 0.3 Ciências da cultura 0.3.1 Definição dos arqueólogos 0.3.2 Definição dos antropólogos 0.3.3 Definição dos sociólogos 0.3.4 Definição dos psicólogos 1. A Cultura brasileiras 1.1 Conceituação de cultura brasileira 1.1.1 Cultura brasileira: a cultura nacional 1.1.2 Nacionalismo cultural 1.1.3 O percurso da cultura 1.1.4 Nascimento de uma cultura nacional 1.1.5 Consciência da realidade nacional 1.2 Abordagens da cultura brasileira 1.2.1 Abordagem psicológica 1.2.2 Abordagem sócio-natural 1.2.3 Abordagem empático-situacional 1.2.4 Abordagem histórica 1.3 A cultura brasileira pela abordagem projetiva 1.3.1 Relações metrópole-colônia 1.3.2 Fases evolutivas da realidade nacional 1.3.3 Construção de um Brasil novo 2. A Educação Brasileira 2.1 Relações teóricas entre educação e cultura 2.1.1 A educação, bem da cultural 2.1.2 A educação, síntese da cultura 2.1.3 A educação, transmissão da cultura 2.1.4 A educação, transformação da cultura 2.2 Relações entre educação brasileira e cultura brasileiras 2.2.1 A educação brasileira em situação colonial 2.2.2 A educação brasileira na situação semi colonial 2.2.3 Perspectivas futuras da educação brasileiras.

Sob o objeto de pesquisa deste trabalho, nesta obra, Herbert Spencer é citado quanto a sua importância no rol de pensadores que contribuíram para a definição da classificação da cultura (SALVADOR, 1976, p. 56).

Na obra no tópico Definições de Culturas sob o sub tópico Definições físicas de cultura, o autor destaca que entre as várias definições de cultura merece especial apreço aquela que define que a “cultura é um ‘todo complexo’ (SALVADOR, 1976, p. 56).

Dentre outros intelectuais, Herbert Spencer é citado pelo autor como um estudioso que buscou em suas abordagens expor conceitos de cultura, que segundo Salvador embora possam ser entendidas por múltiplas,

porém, que sejam suas partes, possui certo tipo de unidade. O sistema de relações dentro das culturas e entre as culturas, que lhes proporciona unidade e estruturação, é um dos problemas mais controversos da teoria da cultura. Alguns filósofos da Cultura, como Spengler e Toynbee fizeram tentativas de organizar as gradnes culturas de todos os tempos em enormes constelações. Nos EE.UU, podemos citar Northop, o filósofo da ciencia; Munford; o filósofo da arte, Sorokin, o filósofo da sociologia e muitos outros, inclusive da Europa, como Ortega Y Gasset, Benedetto Croce, Spencer e Comte: todos tentaram, dentro de suas perspectivas, vastas classificações das realizações culturais (SALVADOR, 1976, p. 56).

Nos demais tópicos já referidos, em que há o estudo da educação neste manual, não se vislumbra na abordagem realizada pelo autor, a referência quanto a importância de Spencer e suas obras ou ideias no contexto estudado.

### **3.3.3 História e Filosofia da Educação de Dulcineia A. N. Almeida e Yvete G. T. Romano (1986)**

As autoras Dulcineia Antoniazzi Nepomuceno de Almeida e Yvete Geralda Tófani Romano eram professoras da rede oficial de ensino do Estado de Minas Gerais à época da publicação da obra.

A presente obra denominada “História e Filosofia da Educação. Comentários e Exercícios” em análise é a 3ª edição, publicada sob a responsabilidade das próprias autoras. Possui 304 páginas e é datada de 1986<sup>57</sup>, trazendo referências sobre intelectuais que contribuíram com suas ideias e obras para a educação.

É apresentada nos seguintes tópicos: Educação; Civilizações Orientais; História da educação; Educação na China e na Índia; A necessidade de explicações e de racionalidade; O Mito Grego sobre a origem do homem; Sócrates – Platão – Aristóteles; Decadência da Educação Romana; As escolas elementares: São João Batista de La Salle e o Instituto dos irmãos da Doutrina Cristã; Filosofia- Divisão-Objeto; Para que educar?; Disciplina – Liberdade – Autoridade; O Educando; Quem educa?; Boa gente; Relações humanas na escolares.

O manual de História da Educação em epígrafe trata-se de uma iniciativa entabulada pelas autoras de apresentar breves análises sobre a filosofia da educação com abordagens rasas acerca de contextos históricos de desenvolvimento da educação em algumas culturas destacando brevemente alguns estudiosos eleitos pelas mesmas como os que apresentaram algumas ideias relevantes para subsidiar o trabalho nesta perspectiva.

Neste modo há referência direta a Herbert Spencer e suas ideias, abordando o filósofo inglês como adepto da teoria naturalista, corrente filosófica que defende que “não é o homem, e sim a natureza, o fator essencial da educação” (ALMEIDA; ROMANO, 1986, p. 61).

Neste sentido, as ideias de Spencer que recebem relevância para as autoras estão relacionadas ao apontamento que este faz da natureza como fator principal da educação e como cerne dessa relação a moral é ponto de sustentação que deve permear esta relação.

---

<sup>57</sup> Não consta no livro o ano de sua primeira edição.

Diante das ideias do filósofo inglês em que é demonstrado que a conservação da vida é o que há de mais preponderante e quando alçada à questão da educação temos na obra, uma análise crítica das autoras a esse respeito, visto sua abordagem de que “o ideal educacional se baseia numa vida exclusivamente terrena animalesca. O que é moral para Spencer é o bem-estar físico. O homem é um animal e deve ser um animal sadio. A educação deve convergir no sentido físico antes de tudo, o que é inadequado” (ALMEIDA; ROMANO, 1986, p. 62).

Embora não citado diretamente pelas autoras, as ideias aqui expostas analisadas e criticadas por elas estão presentes na principal obra educacional de Spencer “Educação Intelectual, Moral e Física” (1884).

### **3.4 Manuais que mencionam diretamente Herbert Spencer e/ou suas ideias**

Dentre os manuais de História da Educação com autores brasileiros examinados neste trabalho, os que mais citaram Spencer, ocupando conteúdo relevante da totalidade da obra com referências ao autor, estão: “História da Pedagogia” de René Barreto (1914); “Educação: História da Pedagogia. Problemas Actuaes” das Madres Francisca Peeters e Maria Augusta de Cooman (Religiosas de Santo André) (1936); “Lições de História da Educação” de Aquiles Archêro Júnior (194?); “Noções de História da Educação” de Júlio Afrânio Peixoto (1942); “Noções de História da Educação” de Theobaldo Miranda Santos (1945); “História da Educação” de Bento de Andrade Filho (1953); “A História da Educação através dos Textos” de Maria Glória de Rosa (1971); “História da Educação” de Thomas Ransom Giles (1987); “História da Educação” de Maria Lúcia de Arruda Aranha (1989) e “História da escola em São Paulo e no Brasil” de Maria Luiza Marcílio (2005).

#### **3.4.1 História da Pedagogia de René Barreto (1914)**

René Barreto foi inspetor escolar, professor da Escola complementar anexa a normal, professor substituto da cadeira de Astronomia e Mecânica das Escolas Profissionais Salesianas e autor de manuais didáticos<sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup> Informações biográficas do autor contidas na obra: Serie graduada de matemática elementar. Volume I - para o 1º ano preliminar. Aprovada e adaptada pelo Governo Federal nas Escolas de Aprendizes Marinheiros (1912). Fonte: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/100346> (acesso em 20/08/2022).

O manual de História da Educação de autoria de Rene Barreto<sup>59</sup> “História da Pedagogia” foi publicado no ano de 1914, pela Livraria Francisco Alves, com 277 páginas e sua 1ª edição é aquela que consideramos como a primeira obra na ordem cronológica de publicação de manuais de História da Educação de autores brasileiros para os fins do estudo proposto.

A obra é estruturada de acordo com o programa das Escolas Normais Secundárias do Estado de São Paulo<sup>60</sup>, e conforme explanado pelo próprio autor no prefácio, o estudo “foi organizado no intuito de proporcionar aos alunos das Escolas Normas Secundarias de São Paulo um meio fácil de consulta para seus estudos sobre História da Pedagogia, pois que sobre o assumpto só existem compêndios em língua estrangeira” (p. 03).

Nesta obra que inaugura as publicações de autores brasileiros publicados no Brasil, a estruturação é feita em 19 capítulos<sup>61</sup>: Capítulo I Preliminares; Capítulo II A educação na antiguidade oriental; Capítulo III A educação na antiguidade ocidental; Capítulo IV A educação christã antes da reforma; Capítulo V A educação no século XVI; Capítulo VI A restauração católica; Capítulo VII A renascença; Capítulo VIII Os principais philósofos e pedagogos do século XVII; Capítulo IX A escola popular do século XVII; Capítulo X A educação no século XVIII. Rousseau e outros; Capítulo XI Alguns outros pedagogos no século XVIII; Capítulo XII As origens do ensino leigo nacional na França; Capítulo XIII Os philósofos: Condillac, Diderot e Helvetius; Os pedagogos revolucionários ; Capítulo XIV A educação no século; XIX Capítulo XV Pestalozzi; Capítulo XVI Os continuadores de Pestalozzi: Froebel, o padre Girard e Herbart; Capítulo XVII O movimento pedagógico em França, a partir da Revolução; Capítulo XVIII A pedagogia em alguns países Europeus; Capítulo XIX A pedagogia Americana.

A partir do Capítulo VIII os estudos passam a ser direcionados a contribuição de filósofos para a educação e a pedagogia, e nesse contexto é conferida relevância aos estudos Herbert Spencer que é citado no Capítulo XVIII, intitulado “A pedagogia em alguns países Europeus”, nos estudos referentes a pedagogia na Inglaterra.

---

<sup>59</sup> René Barreto também se notabilizou pela sua contribuição para o ensino de aritmética, principalmente pelos estudos contidos na “Serie Graduada de Mathematica Elementar, volume I e II, respectivamente, de 1912 e 1915” (MACIEL, 2016, p. 03).

<sup>60</sup> Referência presente na apresentação contida no próprio livro.

<sup>61</sup> “Cabe assinalar que os dois últimos capítulos tratam de temas ligados à educação comparada: a pedagogia em alguns países europeus e a pedagogia americana” (BASTOS, 2006, p. 341).

No contexto inglês, André Bell e J. Lancaster<sup>62</sup>, Stuart Mill, Alexandre Bain, Robert Quick e Herbert Spencer, são os filósofos que mais contribuíram a sua maneira e com suas ideias a educação e a pedagogia naquele país, sendo que com relação à Spencer este é “um dos mais célebres filósofos contemporâneos e um dos maiores nomes da Inglaterra sabia. sua obra pedagógica *Da Educação Intellectual, Moral e Phisica*, exerceu uma extraordinária influência em todo o mundo civilizado” (BARRETO, 1914, p. 213).

Vimos, portanto, que a obra em questão que é a referência das ideias de Spencer na educação é aquela trazida no presente manual de História da Educação para fundamentar a análise sobre as ideias spencerianas, sobretudo, sobre sua importância na pedagogia inglesa.

A teoria de Spencer é construída sobre a ideia de hierarquia dos saberes, os quais possuem graus de importância de acordo com a necessidade de conservação da vida do homem. Sendo assim, segundo Spencer

O destino humano consiste em viver uma vida completa e o fim da educação é preparar o homem para satisfazer os diversos gêneros da actividade que ella abrange. Entre estas actividades há umas que se relacionam com a vida individual, outras com a vida de família, e outras finalmente com a vida social do homem. Isto é: a) Aquelas que têm por objeto a conservação directa do indivíduo; b) aquelas que, provendo as necessidades da existência dele, contribuem indirectamente para sua conservação, como seja a actividade que se produz no exercício dum officio, duma profissão; c) aquelas que se empregam em manter e educar a família; d) aquelas que se destinam a assegurar a manutenção da ordem social e política; e) a actividade, mais variada, que tem por fim preencher os lazes da existência pela satisfação dos gostos e dos sentimentos, isto é, pelo cultivo da literatura e das artes (BARRETO, 1914, p. 213-214).

A ideia sobre a qual se funda os saberes hierarquizados por Spencer está pautado de que para cada uma das actividades da vida é necessário um determinado conhecimento “sem a posse dos quaes, o homem não é capaz de exercê-la” (BARRETO, 1914, p. 214).

Para a teoria spenceriana “o principal meio da educação, cujo fim é preparar para estas actividades, é o saber, a instrução; e a melhor instrução, o saber que tem mais valor será que ele que mais a favorecer” (BARRETO, 1914, p. 214)

---

<sup>62</sup> Embora tratando do contexto da pedagogia especificamente na Inglaterra o autor afirma que esses dois filósofos “são considerados, um na Inglaterra e outro nos Estados Unidos, como os promotores do ensino mútuo” (BARRETO, 1914, p. 211).

A categoria de análise que elevou Spencer à importância que ele alçou colocando-o no rol de importância dada a outros filósofos na Inglaterra foi o Evolucionismo. De acordo com Rene Barreto,

a ideia dominante que imprimiu à obra de Spencer sua forte unidade e inspirou todo o seu systema de educação é a ideia da evolução, é o evolucionismo. segundo ele, os dois princípios fundamentais do método são o do interesse, como o entende a pedagogia educativa e o da atividade espontânea. O interesse deve sempre ser provocado pela própria actividade intelectual, brotar do assunto próprio do estudo e não ser o resultado de Esperança de recompensas, temor de punições. Também, por todos os meios é necessário animar o desenvolvimento espontâneo, a educação pessoal. É preciso que as crianças sejam levadas a procurar por si mesmas bem como a tirar conclusões. Tanto quanto possível ensinar pouco, fazer achar muito (BARRETO, 1914, p. 214-215).

As condições sobre as quais o ensino pode excitar o interesse e as atividades espontâneas são enumeradas<sup>63</sup> por Spencer e são as seguintes premissas:

O espírito procede do simples para o composto do homogêneo para o heterogêneo; [...] o espírito caminha do concreto para o abstrato; [...] a educação de crianças deve estar de acordo com a da humanidade; [...] espírito procede do empírico para o racional; [...] o espírito progride do indefinido para o definido” (BARRETO, 1914, p. 215).

Com publicação na primeira década do século XX, em 1914, o manual de História da Educação escrito por Rene Barreto já contempla a importância da difusão das ideias e obras de Spencer que publicadas a partir da segunda metade do século XIX e que adentram em diversos países do mundo, inclusive no Brasil, e afirma que no “o Ensaio, de Spencer, merece lugar de destaque entre as obras relativas à pedagogia. traduzido em quase todas as línguas, exerceu a diversos respeitos influência notável na ciência da educação” (BARRETO, 1914, p. 217).

---

<sup>63</sup> Expondo uma crítica a teoria de Spencer, no que tange a sua falta de originalidade, Rene Barreto afirma que sobre estas condições “Spencer as reduziu a cinco, observando que ellas já tinham sido expostas por Pestalozzi” (BARRETO, 1914, p. 215).

### 3.4.2 Noções de História da Educação de Júlio Afrânio Peixoto (1933)

Júlio Afrânio Peixoto<sup>64</sup> concluiu a Faculdade de Medicina da Bahia em 1897. Em 1902 tornou-se catedrático de medicina pública na Faculdade Livre de Direito de Salvador. Mudou-se em 1903 para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde se tornou inspetor sanitário da Saúde Pública e, no ano seguinte, diretor do Hospital Nacional de Alienados. Sempre no Rio de Janeiro, em 1906 tornou-se professor substituto das cadeiras de higiene e medicina legal da Faculdade de Medicina. De 1907 a 1911, dirigiu o Serviço Médico Legal da Polícia.

Em 1910 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras na vaga de Euclides da Cunha e passou a ocupar a cadeira nº 7. Mais tarde, em 1923, tornar-se-ia presidente da instituição. Assumiu a direção da Escola Normal em 1915, ano em que também se tornou professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Foi ainda diretor da Instrução Pública do Distrito Federal em 1916. Deputado federal pela Bahia de 1924 a 1930, tornou-se em 1932 professor de História da Educação do Instituto do Rio de Janeiro e “foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, mediante pedido direto de Fernando de Azevedo, bem como foi o primeiro reitor da Universidade do Distrito Federal, cargo do qual se exonerou em solidariedade a Anísio Teixeira” (GATTI JR, 2020, p. 04). Sobre as características do autor em suas obras,

as representações que Afrânio fazia da sociedade, da cultura e da educação (criticadas ou não), o uniam à elite letrada do seu tempo pelo discurso nacionalista, crença no poder da educação, desejo de modernidade e convicção sobre o papel dos intelectuais na formação do povo e na construção da nação. Neste sentido, caberia a intelectuais como Peixoto, a elaboração desta consciência e à escola a missão de difundi-la (ROBALLO, 2012, p. 105).

A obra “Noções de História da Educação”, foi publicada pela Companhia Editora Nacional, da série Atualidades Pedagógicas, Série III volume V, em 1933.

As características das Noções de História da Educação enquadram-se perfeitamente no escopo geral de obras publicadas em um momento de institucionalização da formação de professores, principalmente, por meio de escolas normais, mais, em alguma medida, também, no ensino superior (GATTI JR, 2020, p. 05).

---

<sup>64</sup> Informações de biografia do autor contida em: <http://fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/julio-afranio-peixoto> (acesso em 20/08/2022).

Sobre a estrutura da obra assim como a forma de que Peixoto (1933) expõe o resultado de seus estudos é demonstrado um viés positivista, à vista de uma exposição linear de fatos e datas.

No prefácio, sinaliza que são “apenas noções” e o “primeiro dos nossos, precursor”; fato que destaca, ainda, no prefácio da segunda edição (1936) – “primeiro e único”. Esse pioneirismo precisa ser melhor analisado, tendo em vista a obra de Barreto (1914). Poderíamos considerar o pioneirismo pelo número significativo de páginas (357 p.) ou pela estrutura adotada. O autor refere-se que privilegiou uma “perspectiva panorâmica, (...) da evolução de algumas idéias” a “campos microscópicos meramente documentais”. No entanto, a obra evidencia uma preocupação em ser um “curso formal” de história da educação, com grande ênfase na cronologia de fatos, datas e nomes. Todos os capítulos apresentam: sincronismo (cronologia), tema, educadores (biografia e idéias), ilustrações. Não há indicação de bibliografia na obra, mas é possível identificar ao longo do texto, a indicação de alguns manuais em circulação, especialmente as obras de Monroe, Riboulet, Ditte (BASTOS, 2006, p. 342).

Neste trabalho analisamos a 3ª edição publicada em 1942, que contém 357 páginas, cujo conteúdo é organizado em temas e tópicos assim definidos<sup>65</sup>: 1 Educação antiga, I- Educação dos selvagens e primitivos. O gênio. A educação para a sociedade. Selvagens e primitivos. Genios. Educação para a sociedade; II- Educação arcaica: Índia, China, Assíria, Pérsia, Egito, Israel; III- IV Grécia. Educadores Gregos: Pitágoras; Sócrates; Platão; Xenofonte; Aristóteles; Plutarco; V- Roma Educadores Romanos: Catão; Varrão; Cícero; Horácio; Sêneca; Quintiliano; 2 A Educação Medieval, I Patrística, Monástica, Padres Educadores: São Clemente; Orígenes; São Basílio; São Jerônimo; São João Crisóstomo; Santo Agostinho; Monástica. Educadores Medievais: Donato; São Patrício; Prisciano; Capela; Boécio; São Bento; Cassiodoro; São Columbano; São Gregório Magno; Santo Atanásio; Santo Isidoro; São Bonifácio; São Beda. II Invasão Árabe: Carlos Magno, Cavalaria e Cruzadas Sincronismo; Invasão árabe; Carlos Magno; Alfredo o Grande; Escolas paroquiais, abaciais, catedrais; Cavalaria; Cruzadas. Educadores Medievais: Alcuino; Raban Mauro; Giberto d’Aurillac; III A Escolástica: As Universidades, Educadores Medievais: Santo Agostinho; Abelardo; Pedro Lombardo; Alexandre Villedieu; Vicente de Beauvais; Pedro Julião; Santo Alberto; Roger Bacon; Santo Tomás; Raimundo Lula; Dun Scot; Ockam; Buridan; Gerson. IV-V Renascimento,

---

<sup>65</sup> “Em termos de estrutura narrativa, a influência das obras estrangeiras publicadas anteriormente é visível, por meio da percepção do predomínio da periodização da História da Civilização e da ênfase didática, destacadamente, pela inserção no início de cada um dos capítulos de efemérides detalhadas que foram nomeados pelo autor sincronismos” (GATTI JR, 2020, p. 06).

Reforma protestante; e contra reforma católica; reações contra o livre exame do Renascimento; resultantes educativos. Educadores do Renascimento: Os jesuítas; Os jansenista; Arnauld; De Feltre; Papa Pio II; Erasmo; Budé; Rabelais; Clenardo; Vivés; Montagne; Lutero; Melanchton; Jesuítas. VI Educação na idade Moderna, Educadores na idade moderna: Bacon; Descartes; Comencius; Milton; Pascal; Bossuet; Boileau; La Bruyere, Fenelon, Mme de Maintenon, Demia; La Salle. VII Locke e Rousseau: Filósofos Revolucionários, Locke; Monstesquieu; Rousseau; Filósofos, Condillac; etc.; Enciclopedistas; Kant; Revolucionários: Condorcet; Turgot; La Challotais; A Revolução. 3 A Educação Contemporânea, I Pestalozzi; Girard; Froebel; Herbert; J. P. Richter, Ensino Mútuo Educadores Contemporâneos, Franke; Basedow; Pestalozzi; Gerard; Froebel; Fechte; Herbort; J. P. Richter, “Mutual System” ensino mútuo; André Bell; José Lencaster. II Comte, Stuart Mill, Spencer, Bain. Freud, Ensino de anormais. Comte; Stuart Mill; Spencer; Bain; Freud; Surdos-mudos; Cegos; Deficientes mentais; Menores abandonados. III-IV Estados Unidos da América do Norte: De Mann a Dewey; Horace Mann; Willian James; John Dewey; V América Latina A América Latina; Domingos Sarmiento; José Pedro Varella VI-VII-VIII Brasil Brasil; Portugal; Jesuítas; Marquês de Pombal, subsídio literário; Monarquia; A República Educadores Brasileiros: Vicente Rodrigues; Aspilcueta Navarro; José de Anchieta; Antonio Biasques; José Lins Coutinho; Dom Pedro II; Abilio César Borges; Menezes Vieira; Rui Barbosa; Medeiros e Albuquerque; Azevedo Sodré; IX Escola Nova Escola Nova: escola única, ativa, progressista. Ensaio precursores; da Escola Nova Novos Educadores: Tolstoi; Arnold; Sanderson; Reddie; Badley; Desmoulins; Leitz; Binet; Durckheim; Wincken; Gehheb; Ferriere; Baden-Powel; Kerschensteiner; Petzold; Parkhurst; Wushburne; Cousinet; Gentile; Radice; Os Russos; Tagore; D. Armanda Álvaro Alberto; Montessori; Decroly; Dewey; Claparède; Conclusões.

Neste manual, no sub tópico II, intitulado: “Comte, Stuart Mill, Spencer, Bain. Freud, Ensino de anormais”, Spencer é abordado sob uma perspectiva de importância semelhante àquela dada aos estudos de Comte (1798-1857), Stuart-Mill (1806-1873) e Bain (1818-1903), destacando que em relação ao filósofo evolucionista, a relevância auferida ao mesmo liga-se diretamente às ideias contidas na obra “Educação intelectual, moral e física” (1884).

Com base nesta obra, a teoria educacional spenceriana é apresentada sob a perspectiva de que “a evolução, lei universal, da natureza e do espírito, determinou também a educação” (PEIXOTO,1942, p. 229). A importância da ciência, ponto

fundamental para Spencer é reforçada no presente manual, conferindo-lhe o status de ser “a alma da educação [...] para adquiri-la há o interesse e atividade espontânea” (PEIXOTO,1942, p. 229). O autor afirma que

o mérito de Spencer foi de fazer crítica cerrada à educação tradicional – e ainda vigente – de um excessivo intelectualismo e uma exigente educação moral e religiosa, em desproveito da educação física, primordial e indispensável. Depois, com o conhecimento, em vez de vetustas prendas, já instrutivas hoje, (latim e grego e tantas cousas mais... para que? Já existem boas traduções...) e para as quais se achou a desculpa de educativas, venham conhecimentos úteis, aplicáveis, que instruem e educam. (Porque se há de preferir uma matéria educativa inútil, se há matérias educativas úteis?) (PEIXOTO,1942, p. 230).

Na esfera de contribuições consideradas positivas por Afrânio Peixoto, na seara educacional, há a atuação intelectual de Spencer no combate ao tradicionalismo presente na educação, tanto quanto nos conteúdos, quanto nos métodos de ensino.

### **3.4.3 Educação: História da Pedagogia. Problemas Actuaes das Madres Francisca Peeters e Maria Augusta de Cooman (Religiosas de Santo André) (1936)**

Madres Francisca Peeters e Maria Augusta de Cooman<sup>66</sup> foram religiosas de Santo André<sup>67</sup>, Estado de São Paulo. A obra das autoras é intitulada “Educação: História da Pedagogia. Problemas Actuaes”, da Companhia Melhoramentos de São Paulo, publicada em 1936 com 193 páginas<sup>68</sup>.

É apresentada em<sup>69</sup>: Capítulo Primeiro A educação no Oriente; Capítulo Segundo A cultura grega; Capítulo Terceiro A educação romana; Capítulo Quarto Os primeiros séculos da educação cristã; Capítulo Quinto A idade Média: Educação como Disciplina;

<sup>66</sup> Sobre as autoras e sua obra ver: G.B. Freitas e Jorge C. Nascimento, “As madres da historiografia educacional: o manual de Peeters e Cooman”, em Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação, (Goiânia: Editora da UCG, 2006), disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/1070> (acesso em 08 de setembro de 2022).

<sup>67</sup> “As Irmãs de Santo André são uma antiga congregação católica, fundada em 1231, na cidade de Tournai, atualmente na Bélgica, que foi criada por iniciativa de duas Irmãs que, após fazerem votos de pobreza, decidiram abrir uma estalagem em Saint Nicolas du Bruille, com o intuito de hospedarromeiros pobres que se dirigiam à Terra Santa. Muito depois, em 1837, a congregação passou a seguir as regras da Constituição de Santo Inácio, tornando-se missionárias da Companhia de Jesus” (GATTI JR, 2020, p. 11).

<sup>68</sup> Em 1935, Madre Peeters teve publicado o manual Noções de Sociologia. Depois, em coautoria com Madre Cooman, em 1937, publicaram o manual Educação. História da Pedagogia. Problemas Actuaes, todavia, a coautoria ficou restrita a primeira parte da obra, História da Pedagogia. A segunda parte, Problemas Actuaes, foi escrita apenas pela Madre Peeters (GATTI JR, 2020, p. 12)

<sup>69</sup> “Antecedem o texto propriamente da obra o IMPRIMATUR, concedido pelo Arcebispo-Bispo diocesano de Jaboticabal, que era um importante instrumento de controle eclesiástico sobre aquilo que se poderia publicar no âmbito católico. Em seguida, consta o prefácio do padre Lucio José dos Santos, no qual ele advoga que a verdade do conhecimento não está de fato na ciência, mas na forma como tomamos o verdadeiro espírito que a precede, sendo que a Pedagogia não pode afastar-se de uma concepção de mundo que negue suas relações com a Filosofia e com a Religião (GATTI JR, 2020, p. 12-13).

Capítulo Sexto: A Renascença e a educação humanista; Capítulo Sétimo A Reforma, A contra Reforma e a Concepção religiosa de Educação; Capítulo Oitavo A educação realista; Capítulo Nono O conceito da educação como disciplina; Capítulo Décimo A Tendência naturalista da educação; Capítulo Décimo Primeiro O nascer do estatismo e do nacionalismo na educação; Capítulo Décimo segundo A tendência psychologica da educação; Capítulo Décimo Terceiro A psychologia experimental na educação; Capítulo Décimo Quarto O naturalismo científico; Capítulo Décimo Quinto A Educação Sociológica; Capítulo Décimo Sexto Escola Activa; Capítulo Décimo Sétimo A Reacção espiritualista; Capítulo Décimo Oitavo A Reacção espiritualista: a defesa dos estudos clássicos; Capítulo Décimo Nono A Educação no Brasil e Segunda Parte: um punhado de problemas educacionais.

Na qualidade de religiosas de uma Congregação católica não deixaram passar despercebido a defesa de suas convicções no campo da religião e nessa direção as autoras fazem uma exortação aos valores católicos, “o grande pecado dos católicos hodiernos é não saberem conquistar o seu lugar ao sol e deixar as calúnias e a conspiração do silêncio atribuir ao campo adverso todas as iniciativas fecundas e as benemerências educacionais” (BASTOS, 2006, p. 342).

Esclarecem as autoras que a obra produzida por elas tem por objetivo “servir às alunas normalistas que desejam noções resumidas e claras sobre a evolução dos processos e das doutrinas educacionais no tempo e no espaço” (PEETERS E COOMAN, 1936, p. 11). Nessa direção, e diante do fim almejado pelas autoras, elas abordam contextos históricos que foram relevantes para a história da educação.

Salienta-se que a partir da segunda edição foi introduzido um Apêndice intitulado “Esboço histórico da educação da mulher nos tempos modernos”, demonstrando o foco na educação feminina nas escolas normais do Brasil, bem como as concepções da feminilidade consideradas apropriadas pelo catolicismo (mãe, esposa e mestra cristã), defendidas pelas madres autoras do manual de História da Educação. Deste modo, a obra prioriza a abordagem descritiva do processo educacional entendida como evolução natural do aperfeiçoamento humano, sobretudo a partir da Europa. Por outro lado, os aspectos educacionais do Brasil são reduzidos a poucas páginas ao final da obra. Neste caso, destaca-se o papel desempenhado pelos jesuítas no processo de escolarização (GATTI JR. LIMA, 2016, p; 08).

Sob a vertente da pesquisa entabulada neste trabalho,

no conteúdo que antecede ao tratamento da temática da Escola Ativa, as autoras, sempre sob tom crítico, abordam a educação como disciplina em Locke, a tendência naturalista (Rousseau), o estatismo e o nacionalismo do Século XIX (Fichte e Hegel), a tendência psicológica da educação (Pestalozzi, Herbart, Froebel), o desenvolvimento da Psicologia experimental em sua relação com a educação na França, Bélgica, Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra e Rússia e o naturalismo científico (Comte e Spencer) (GATTI JR, 2020, p. 13).

O Capítulo Décimo Quarto sob o título de “Naturalismo científico” traz a representação das ideias de Herbert Spencer presentes nos tópicos “1- o abandono da ideia religiosa na educação: influência de Kant e de Comte; 2- o novo rumo imprimido pelo naturalismo nos estudos; 3- Spencer; 4- A predominância actual das sciencias naturaes sobre os estudos clássicos.

É inaugurado um novo paradigma nos estudos diante do “axioma fundamental do naturalismo: não há diferença de natureza entre homem e o animal; inspira toda a doutrina educacional dos seus adeptos. Dora em diante, não será mais o espírito que deve dominar: o corporal subjuga o espiritual” (p. 106). E sob esta concepção abre-se lugar a importância de Herbert Spencer e suas ideias “na propagação das doutrinas evolucionistas na educação” (PEETERS E COOMAN, 1936, p. 107).

Sobre o ideal de educação sob Spencer este não é “mais elevado do que a sua concepção do fim do homem: limitada a vida humana ao tempo da existência terrestre, sem perspectiva para o além, o fim da educação ficará naturalmente dentro destes limites. Por conseguinte, não haverá outra norma das acções que a resposta à pergunta: Como? Como tratar o corpo? Como instruir? Como dirigir os negócios? Como utilizar todos os recursos naturais para a felicidade? (PEETERS E COOMAN, 1936, p. 107-108).

As autoras destacam que algumas categorias de análise em Spencer são as que sustentam toda a base de suas obras, como o conceito de Natureza como fator da educação, sendo que “nem o pae, nem o professor, nem o Estado, nem a Igreja, devem desempenhar o papel principal. A grande educadora é a natureza: deixar fazer em tudo a natureza” (PEETERS E COOMAN, 1936, p. 108).

Deve ser salientado que a Educação Física, a formação científica e a Moral, são para Spencer de suma importância, pois através delas a Natureza como principal vetor da educação se incumbirá de toda instrução para fazer com que o homem atinja uma vida completa. Para além das contribuições relevantes atribuídas a Spencer na Educação e

reconhecidas pelas religiosas em seus estudos, as críticas por sua falta de originalidade e maior aprofundamento de suas ideias também se fazem presentes.

Sobre a pedagogia de Spencer “o seu sistema particular no que tem de original é de mínimo valor. As poucas coisas sensatas que ali se encontram são logares comuns que se podem tirar de qualquer bom livro de pedagogia” (PEETERS E COOMAN, 1936, p. 108).

As críticas ao filósofo britânico acaba por endossar as críticas já realizadas às inconsistências das ideias que também estão presentes na concepção naturalista de forma em geral, no entanto também é reconhecido que por Spencer as ideias de outros filósofos muito importantes foram difundidas e tiveram maior alcance, visto que através de “Spencer, as ideias de Comenio, de Montaigne, Locke, Milton, Rousseau, Pestalozzi e outros foram difundidas em larga escala entre os homens práticos em questões de escola” (PEETERS E COOMAN, 1936, p. 108).

Na Segunda Parte da obra intitulada “Um punhado de problemas educacionais”, no sub tópico “O corpo? O Cérebro? O caracter?” novamente há uma crítica as naturalistas, sendo atribuído a Spencer a responsabilidade de que a partir do mesmo “uma enchente de literatura pedagógica, cultora de carne invade as livrarias e nos canta os louvores da Educação Physica” (PEETERS E COOMAN, 1936, p. 158).

Sobre a importância exagerada da Educação Física dada por Spencer e os naturalistas em geral, as autoras a tratam como uma “concepção animalizante da natureza humana. A primeira condição para vencer na luta pela vida é sermos bons animaes. Saúde physica, força muscular, atletismo, elementos essenciaes para a recuperação da raça” (PEETERS E COOMAN, 1936, p. 158).

Nessa perspectiva as críticas direcionadas a Educação Física, um dos pilares da teoria spenceriana são contundentes, sobretudo no que diz respeito que a partir desta concepção abre-se espaço para o eugenismo que “penetra todas as camadas sociaes” (PEETERS E COOMAN, 1936, p. 158).

#### **3.4.4 Lições de História da Educação de Aquiles Archêro Júnior (194?)**

O autor Aquiles Archêro Júnior foi assistente geral do Departamento de Educação e Diretor da Escola Universitária de São Paulo.

O manual de História da Educação objeto deste tópico intitula-se “Lições de História da Educação” elaborado “Rigorosamente de Acôrdo com o Programa Oficial das Escolas Normais”, da série de Edições e Publicações Brasil, da Editôra São Paulo, sob a

Coleção Didática Nacional, Série Brasil Normal, sendo a 1ª edição que utilizamos como objeto e fonte de pesquisa<sup>70</sup>.

É dividida sob a seguinte organização: Prefácio, Lição I- Introdução – Conceito de história da educação e formação pedagógico- História da educação e História da Cultura, Lição II- As Raízes da educação moderna – A formação da educação grega – As duas gerações das ideias educacionais dos helenos – Retórica e filosofia – O mundo helenístico – Retórica e filosofia em Roma- O direito romano e a educação, Lição III – A concepção cristã do homem e da educação – O cristianismo – A cultura grega e o poder político em Roma – A escola mediavei – A cavalaria – O método escolástico – As universidades – As condições do renascimento – A crítica – A Religião e pedagogia – Reforma e contrarreforma – Exame de alguns expoentes do pensamento pedagógico – Montaigne, Erasmo e Comenius; Lição IV- O pensamento científico e a educação – As duas direções da especulação filosófica – Racionalismo e empirismo = Descartes e Locke; Lição V – O romantismo educacional – A enciclopédia e a divinização da razão humana – a crítica da razão – Rousseau e Kant- A atuação do espírito rousseanista – Herbart, Pestalozzi e Froebel; Lição VI – Política e educação – Liberalismo e socialismo – Positivismo e naturalismo – Stuart Mill e Spencer – O significado pedagógico da obra de Dilthey; Lição VII – A educação no Brasil – O ensino colonial – A contribuição da companhia de Jesus – As reformas pombalinas – D. João VI e a instrução – O Ensino no Império – O ato adicional – A propagação da ideologia republicana e as suas consequências no campo da educação, particularmente em S. Paulo – As reformas republicanas – A renovação pedagógica de 1930 – A lei Francisco Campos – O manifesto dos pioneiros e a expansão da rede educacional – A reforma Capanema – O problema das bases e diretrizes da educação nacional; Conclusões.

Na Lição VI – Política e educação – Liberalismo e socialismo – Positivismo e naturalismo – Stuart Mill e Spencer – O significado pedagógico da obra de Dilthey, é feita uma menção a Spencer, destacando-o como grande positivista dando destaque as contribuições teóricas dele que foram de grande importância na sociologia juntamente com Stuart Mill (ARCHÊRO JÚNIOR, S/D, p. 77-82).

---

<sup>70</sup> Não é possível precisar o ano de publicação da obra, pois não consta no corpo do livro nenhuma referência a respeito. No entanto, a edição em posse deste pesquisador possui um carimbo que tem a anotação de que o livro deu entrada no acervo da biblioteca na data de 01/09/1959, o que nos permite concluir que a edição analisada foi publicada em anos anteriores àquele em que foi integrada ao acervo bibliotecário.

Relaciona que Spencer foi o maior representante do positivismo na Inglaterra, observando que ele sendo “engenheiro na sua juventude, interessou-se depois pelas questões sociais e dedicou-se aos estudos da biologia e da psicologia. É o pai do evolucionismo” (ARCHÊRO JÚNIOR, S/D, p. 81).

O autor traz com destaque que na obra de Spencer “Educação Intelectual, moral e física” é que são encontradas suas ideias pedagógicas, sendo definida nesta obra que a educação é “tudo quanto nós e os outros fazem para nos aproximar do ideal de nossa natureza. Este ideal consiste em que a criança logre uma preparação completa para a vida ulterior” (ARCHÊRO JÚNIOR, S/D, p. 81).

No presente manual o objeto da educação em Spencer é dito como aquele que deve ser o de adquirir os conhecimentos considerados mais úteis para desenvolver a vida individual e social. A educação sob Spencer “é a mais perfeita preparação para a vida completa. Todos os estudos devem ser organizados tendo em vista um fim prático (utilitarismo) e daí o predomínio que concede ao estudo das ciências. Para ele o método ideal é o da Natureza. Essas ideias foram, mais tarde, aceitas por Dewey” (ARCHÊRO JÚNIOR, S/D, p. 81).

### **3.4.5 História da Educação de Bento de Andrade Filho (1941)**

Bento de Andrade Filho é professor catedrático de pedagogia da educação, do Instituto Feminino de Educação “Paulo Anchieta”, de São Paulo. “História da Educação” constitui-se numa obra publicada pela editora Saraiva em 1941.

Neste trabalho a obra<sup>71</sup> em questão trata-se da 2ª edição publicada em 1953, com 259 páginas e dividida nos seguintes tópicos: Introdução; Os Estádios da Civilização; Primitivos; Antigo Oriente- Aspecto geral; Educação Estacionária; Egito; China Antiguidade Clássica - Aspecto Geral Esparta Atenas Roma Educação Progressiva – Filósofos educadores Retrato: Aristóteles Retóricos – Quintiliano O Cristianismo Idade Média - Aspecto Geral Retrato: São Bento Educação Monástica Educação Cavalheiresca Escolasticismo – Universidades A evolução da Escola Medieval O Renascimento – Aspecto Geral Educação Humanista – Vitorino de Feltre – Erasmo – Rabelais – Montaigne A Educação para a reforma religiosa – Lutero – Filipe Melanchton – Sturm A educação para a contra-reforma – Os Jesuítas – Inácio

---

<sup>71</sup> “Para elaborar o livro, o autor consultou fundamentalmente as obras de Paul Monroe, Gabriel Compayré, Ferdinand Buisson, R. Wickert, François Guex e Afrânio Peixoto, cujas referências aparecem em nota de rodapé” (BASTOS, 2006, p. 343).

de Loiola Idade Moderna – O Século XVII Retrato: Comênio A Educação Piedosa – Port-Royal – Jacqueline Pascal – La Salle A “Educação do Príncipe” - Bossuet – Fénelon – Mme. De Maintenou Educação Realista – Francisco Bacon – Descartes – Comênio – Rátiquio A Educação Disciplinar – Locke O século XVIII A Educação Naturalista – Rousseau Uma Experiência educativa – Basedow A era da Pedagogia – Pestalozzi O Século XIX – Herbart A Escola Infantil Froebel Educação Científica – Spencer As inovações Pedagógicas – Bell e Lancaster – Jacolot – Saint Simon Apêndice: I A atualidade Pedagógicas II A Educação na América e no Brasil.

Neste manual de História da Educação, Herbert Spencer é abordado no Tópico intitulado “O Século XIX”, sendo que, juntamente com Froebel e Herbart são destacadas as ideias do filósofo britânico e sua contribuição para a denominada Educação Científica.

Confere-se a Spencer que seu pensamento científico foi o ponto culminante da tendência na educação do século XIX.

Entre os conteúdos de maior relevância da filosofia spenceriana encontram-se a ciência, “inclusive a ciência de educar” (ANDRADE FILHO, 1941, p. 222), sendo que a vida completa, segundo Spencer consistia em “um preparo científico para cada gênero de atividade. Especial atenção conferida à Educação Física” (ANDRADE FILHO, 1941, p. 222).

São destacadas críticas pontuais sofridas pelo filósofo evolucionista pelo autor do presente manual, aduzindo que “o ideal spenceriano distanciado das possibilidades comuns dos homens – a doutrina ressentindo-se da falta de experiência. O exclusivismo científico: a falta de dar caráter universal às finalidades educativas, intelectualismo exagerado” (ANDRADE FILHO, 1941, p. 222).

Noutro norte verifica-se que à Spencer é dada especial relevância quanto à sua “larga contribuição científica-filosófica” e há a exaltação fundada na aceitação e no reconhecimento de que “vasta e profunda cultura científica possuiu Spencer”. (ANDRADE FILHO, 1941, p. 222) referindo-se à ciência da educação.

Doutrinador do evolucionismo, dispôs os fenômenos sociais em plano paralelo ao dos fenômenos biológicos ou físicos, dando fundamento científico à sociologia, em educação centralizou seu pensamento na ciência” (ANDRADE FILHO, 1941, p. 222).

A ciência é o conteúdo para uma educação verdadeira e o método científico é o método para a educação segundo a leitura de Spencer no presente manual, no entanto aduz o autor em crítica a Spencer que “conquanto aparentemente desligados, os dois conceitos que acabamos de indicar, se interpenetram ou se confundem, no modo de ver do filósofo” (ANDRADE FILHO, 1941, p. 223).

Observamos a contundência da crítica ao pensamento de Spencer exposta no presente manual ao destacar que no pensamento spenceriano a generalização é algo que se impõe em diversos momentos em suas abordagens e, portanto, “criticar com sua peculiar agudeza, a obra educativa de seu tempo, Spencer começa por observar que de tudo entende e cogita o homem educado e perfeitamente socializado – menos de educar os filhos” (ANDRADE FILHO, 1941, p. 224).

Aduz que, para Spencer a finalidade da educação é tão somente “formar o homem completo – apto a vida completa” (ANDRADE FILHO, 1941, p. 223), entendida esta como a vida adulta e assim com fundamento no método científico Spencer dedica com afínco seus estudos em relação a educação física<sup>72</sup> no qual esta “merece de Spencer sua melhor atenção, ocupando a primeira e maior parte de sua obra” (ANDRADE FILHO, 1941, p. 225).

Sob o repertório de críticas engendradas pelo autor a filosofia de Spencer, encontra-se a falta de possibilidades de que a teoria proposta pudesse ser executável do ponto de vista educacional, colocando a questão de que Spencer “ressentiu-se de uma grande falha – a falta de experiência. Suas elaborações, conquanto profundas, deixam ver o teórico que compõe teorias” (ANDRADE FILHO, 1941, p. 225).

Com efeito, em relação às críticas a respeito da ausência de condições de aplicabilidade das teorias educacionais, bem como dos erros contidos em sua teoria, prossegue afirmando que:

Assim no ponto que analisamos o ideal educativo foi proposto “a preparação à vida completa; definiu-se essa vida; mas quando da aplicação prática do princípio, vemos quão restringida foi a primitiva ideia – pois há que se atender às ‘coisas mais necessárias’ à vida completa. Ora aqui a inconsistência do plano é manifesta; quais serão essas coisas essenciais á vida? A basear-se no ideal do filósofo – que tende a dar às finalidades educativas o caráter universal das verdades científicas – incorrer-se-ia no mais grave erro, pois segundo temos visto, o que há de importante a cada gênero de vida é essencialmente mutável, como o é a própria vida” (ANDRADE FILHO, 1941, p. 225).

Ainda em referência as incongruências da teoria educacional spenceriana, observa-se uma aguda crítica do autor do presente manual a respeito da ênfase dada ao cientificismo em detrimento de outras formas de pensamento, citando que

---

<sup>72</sup>Embora não cite diretamente a referência bibliográfica, o autor tem como fundamento de sua análise a respeito desse pensamento, a obra de Spencer intitulada “Educação (1861) e que posteriormente foi agrupada com mais conteúdos e publicada com o título de “Educação Intelectual, Moral e Física” (1884).

a exclusivista tendência científica do autor fê-lo dar como errado um ponto inegavelmente correto: a finalidade da educação não é problema científico, senão antes filosófico e social. O exagerado valor atribuído à ciência como conteúdo da educação é outro ponto que merece reparos. O intelectualismo, como vício educacional, não é, aliás novidade. Muito longe, se encontra já o socrático “quem sabe o bem o pratica” (ANDRADE FILHO, 1941, p. 226).

Findando sua análise sobre Spencer e suas obras, Andrade Filho reconhece a contribuição positiva mais relevante de Spencer que consistiu na defesa da atribuição do cunho científico que a educação deve possuir e dos objetivos que ela deve atingir na sociedade e sobre os indivíduos, no entanto, mesmo sobre esse viés aduz que “sobre apontar fins, Spencer largamente contribuiu com meios” (ANDRADE FILHO, 1941, p. 226).

### **3.4.6 Noções de História da Educação de Theobaldo Miranda Santos (1945)**

Theobaldo Miranda Santos foi catedrático de Filosofia de Educação e História da Educação da Faculdade de Filosofia de Santa Úrsula e da Faculdade Católica de Filosofia. Professor de Filosofia de Educação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. ex-professor de Filosofia e História da Educação da Universidade do Distrito Federal.

A obra em questão possui o título de Noções de História da Educação (De acordo com os programas das Faculdades de Filosofia, dos Institutos de Educação e das Escolas Normais), produzida pela Companhia Editora Nacional São Paulo Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 3ª, da coleção Atualidades Pedagógicas, em seu Volume número 43.

A obra foi concebida “de acordo com os programas das Faculdades de Filosofia, dos Institutos de Educação e das Escolas Normais” (SANTOS, 1945, p. 05), sendo que a edição estudada é de 1945, em sua 1ª edição e contém 586 páginas.

Este manual de História da Educação, “pode ser assumido como destacada estratégia de veiculação de valores e de princípios doutrinários na formação de professores em muitas instituições espalhadas pelo Brasil. Assume o caráter de compêndio, sinopse ou suma das teorias ou doutrinas pedagógicas, aperfeiçoadas ao longo da história das ideias (GATTI JR; LIMA, 2016, p. 08)

A respeito do autor do presente manual de História da Educação, “com uma vasta rede de publicações, o leigo católico Miranda Santos, tornou-se um notável autor de livros para a formação docente no Brasil” (ROBALLO, 2012, P. 111) e sobre a obra em análise,

é um exemplo da reunião de diversos autores que, sendo reconstituídos ou absorvidos no interior de seu próprio discurso, revelam teses de uma pedagogia cristã, mas que também mostram a busca intensa pelos conhecimentos ditos modernos. Neste sentido, acreditava que a educação era o meio para integrar e reformar a sociedade, defendendo o princípio da “economia cristã (ROBALLO, 2012, p. 111).

Este livro<sup>73</sup> contém oito capítulos e um apêndice - em que é discutida de modo específico a Educação brasileira, sendo assim organizada: Introdução, I O Tradicionalismo pedagógico; II O Humanismo pedagógico; III O Cristianismo pedagógico; IV O Medievalismo pedagógico; V O Neo-humanismo pedagógico; VI O Naturalismo pedagógico; VII O Neo-naturalismo pedagógico; VIII O Anti-naturalismo pedagógico e Apêndice – A Educação Brasileira.

No capítulo VI – O Naturalismo Pedagógico, Theobaldo Miranda Santos esboça suas análises acerca dos séculos XVII, XVIII e XIX, organizando os estudos em nove sub tópicos: 1- A educação realista; 2- A educação disciplinar; 3- A educação petista; 4- A educação racionalista; 5- A educação naturalista; 6- A educação filantropista; 7- A educação revolucionária; 8- A educação psicológica; 9- A educação científica, e nessa divisão apresenta em cada uma dessas vertentes educacionais os estudiosos que teceram considerações e contribuíram com seus estudos e ideias para a educação naquele contexto histórico em questão.

Quanto a representação das ideias de Herbert Spencer, esta é apresentada no presente manual de História da Educação na abordagem da educação científica, localizado no sub tópico 9 da obra, e o autor britânico, suas obras e ideias dividem esse contexto histórico educacional com Auguste Comte<sup>74</sup>.

A respeito da tendência científica na educação esta foi centrada em uma “preocupação de transformar o processo educativo num simples problema científico e experimental, que vamos encontrar dominando certos círculos pedagógicos do século XIX, foi um reflexo das ideias filosóficas da época” (SANTOS, 1945, p. 400).

---

<sup>73</sup> “O autor faz uso de uma ampla bibliografia, de autores americanos, franceses, alemães, argentinos, espanhóis, italianos – Willmann, Dubois, Ruiz Amado, Larroyo, Monroe, Wilds, Riboulet, Leonel Franca, Compayré, Paroz, Grave, Knight, Leourneau, Davidson, Painter, Duggan, Sante Giuffrida, Gueux, Messer, Dilthey, Behn, Rousselot, Durkheim; Afrânio Peixoto, Buisson, Cubberley, Kandel, Kane, Reisner, Boyd, Banfi, Baumgartner, Browning, Frederick e Arrowood, Adanson, Schmidt, Parker, Ziegler, Ziehen, Barth, Aguayo, Luzuriaga -, muitas dos quais também citados na obra de Riboulet (BASTOS, 2006, p. 343).

<sup>74</sup> Neste manual de História da Educação de Theobaldo Miranda Santos, os nomes próprios de diversos intelectuais da educação possuem uma grafia que se difere do nome original. Citamos como alguns exemplos: “Augusto Comte” (p. 402); “Frederico Froebel” (p. 391); “João Frederico Herbart” (p. 386); “João Jacques Rousseau” (p. 345); “Francisco Bacon” (p. 314), “João Locke” (p. 324), Leão Tolstoi (p. 419); entre outros, presentes ao longo da obra em questão.

A importância de Herbert Spencer está em sua contribuição que juntamente com Comte passou a dominar o panorama cultural do século XIX. As correntes filosóficas predominantes desse período,

o positivismo e o evolucionismo se caracterizam, por conseguinte, pela exaltação e apoteose da natureza. seu ponto de vista básico é que só existe o que é passível de verificação empírica. a matéria é o fundamento eterno de toda a ordem existencial. Deus é substituído pela natureza, uma, autônoma, soberana. de acordo com essa concepção filosófica, a natureza é o principal agente educativo (SANTOS, 1945, p. 401).

Neste direcionamento quanto a educação, é destacado como o evolucionismo se contrapõe a metafísica e como Spencer se opõe ao ensino tradicional, na busca pela defesa das ciências no processo de ensino, uma vez que

a educação é considerada como adaptação ao meio, como simples desenvolvimento ou como preparação para a vida tomada esta no sentido puramente biológico [...] o ideal de educação é a formação científica. O conhecimento, o saber, o desenvolvimento da inteligência pelas ciências positivas devem constituir as finalidades primordiais de todo o processo educativo (SANTOS, 1945, p. 401).

A representação das ideias de Spencer nesta obra fundamenta-se na importância dada por ele a ideia de constante evolução, sendo considerado “o chefe do evolucionismo inglês, sistema filosófico que apresenta muitos pontos de contato com o positivismo de Comte, tendo sido por este profundamente influenciado” (SANTOS, 1945, p. 406).

Embora reconheça a importância do pensamento spenceriano e considerando que ele ultrapassa o pensamento positivista, o autor tece críticas ao filósofo inglês direcionadas, sobretudo, à sua falta de originalidade, afirmando que

o conceito geral de evolução não representa uma criação de Comte ou Spencer. A ideia de evolução, entendida como passagem das formas mais simples para as mais complexas, além de ser das mais antigas em filosofia, foi, no século XIX, largamente aplicada em todos os domínios do conhecimento. Evolucionistas foram em astronomia, Laplace; em embrionologia, Von Baer; em geologia, Lyell; em biologia, Lamarck e Darwin. Não é, pois, de admirar que é um pensador tentasse fazer da evolução o eixo de um novo sistema de ideias, a base de uma nova explicação racional do universo (SANTOS, 1945, p. 406).

Considerado como o filósofo do evolucionismo, no campo educacional considera-se que Spencer teceu ideias que foram apenas o reflexo de suas ideias filosóficas ao longo de toda sua obra, sendo que sob esta perspectiva “a pedagogia deve guiar se pela luz da evolução, isto é, pela marcha progressiva de um ser que cresce e cujas potências se vão desabrochando sucessivamente” (SANTOS, 1945, p. 407).

Em contraponto a Rousseau<sup>75</sup>, um dos mais importantes pensadores da educação, Theobaldo Miranda Santos aduz que Spencer refuta a teoria rousseuniana de bondade inata do ser humano, o que demonstra uma leitura desvirtuada do autor a respeito de Rousseau e por esta afirmação a teoria do filósofo evolucionista é centrada na importância da educação sobre a criança, pois ela “possui a rudeza do homem primitivo: seus traços físicos, como seus instintos, lembram o selvagem” (SANTOS, 1945, p. 408).

Entre as principais questões levantadas na filosofia de Spencer, o direcionamento da educação aos ensinamentos morais, intelectuais e físicos é aquele que se faz presente por toda a extensão de sua principal obra no campo educacional “Educação intelectual moral e física”, no entanto, é enfatizado que

no sistema spenceriano não existem valores morais propriamente ditos. Nele só existe lugar para o bem-estar físico, para o desenvolvimento intelectual, para a saúde do corpo e para o Progresso material. daí a razão pela qual a educação moral de Spencer não faz alusão à consciência do dever, à liberdade, às ações superiores (SANTOS, 1945, p. 409).

Naquilo que tange a filosofia de Spencer, ela é eivada de críticas também em relação aos fundamentos que o mesmo utiliza para dar subsídios a suas teorias, sendo que neste sentido aponta as contradições de seu sistema filosófico.

A primeira dessas contradições é considerar incognoscível, fora do conhecimento humano, uma realidade que se manifesta em todos os fenômenos, que constitui a origem de todas as coisas e que se identifica, panteísticamente, com Deus. Spencer admite, como vimos, que todos os seres do universo resultaram da evolução, mas não esclarece, nem investiga o primeiro motor dessa evolução, isto é, a razão última de todas as coisas (SANTOS, 1945, p. 410).

---

<sup>75</sup> Sobre a representação das ideias de Rousseau em manuais de História da Educação ver: GATTI JR, Décio. As ideias de Rousseau nos manuais de História da Educação com autores estrangeiros publicados no Brasil (1939-2010). Cadernos de História da Educação. 13, 2 (fev. 2015). Disponível em <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/29199> (acesso em 20/08/2022).

Prossegue o autor no sentido de destacar erros da teoria evolucionista de Spencer e sua fragilidade intelectual. Afirma que

A pedagogia de Spencer se ressentia dos mesmos erros da filosofia que lhe serve de fundamento. [...] Spencer defende pontos de vista pedagógicos que não resistem à crítica mais elementar. Sua preocupação de fazer a ciência a base de toda a educação é unilateral e ilusória. sua pedagogia naturalista não abrange a totalidade da vida, nem atende aos caracteres Específicos do homem e aos valores que dirigem a existência individual e social. Seu pragmatismo não leva em conta que nem tudo o que é útil é benéfico para a educação e que, antes de formar o especialista, devemos formar o homem (SANTOS, 1945, p. 411).

A continuidade ao apontamento dos equívocos e lacunas da teoria evolucionista, também demonstra que as contradições anteriormente expostas se refletem também naquilo que Spencer propõe para seu sistema pedagógico.

### **3.4.7 História da Educação através dos Textos de Maria Glória de Rosa (1971)**

Maria Glória de Rosa foi professora de História da Educação na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, Estado de São Paulo. A obra em análise intitula-se “A História da Educação através dos textos”, publicada em 1971, pela Editora Cultrix, a qual trabalhamos com a 1ª edição que possui 317 páginas.

A presente obra possui uma característica em que a autora dispõe textos originais dos pensadores dos quais ela faz a análise de suas teorias sempre a partir dos textos completos ou em recortes, citando-os e fazendo referências diretas à eles.

A autora apresenta em seu manual de História da Educação, uma sistemática de organização de seus estudos dividindo a presente obra em: Introdução; Capítulo I Educação Grega; Capítulo II Educação Romana; Capítulo III Educação Cristã; Capítulo IV Educação Humanista; Capítulo V Educação Religiosa Reformada; Capítulo VI Educação no século XVII; Capítulo VII Educação no século XVIII; Capítulo VIII Educação no século XIX; Capítulo IX A Nova Educação.

Em cada um dos capítulos é apresentada a evolução das ideias pedagógicas, desde a Antiguidade até o Século XX e traz no início de cada um deles, um sub tópico intitulado “Entendimento histórico” que de acordo com a autora “não tem a pretensão de ser um estudo exaustivo sobre o tema. São pinceladas rápidas sobre um campo político, literário, científico etc., de uma época ou de um povo” (ROSA, 1971, p. 12).

Sob esta vertente a divisão dos temas tratados demonstra que foram eleitos pensadores que contribuíram com suas ideias educacionais em diversos momentos da história. A obra em epígrafe “encerra trechos de alguns mestres internacionais da educação. Oferece comentários introdutórios, tanto às escolas educacionais quanto aos textos de cada um dos educadores” (TOBIAS, 1971, p. 10).

Está centrada nas ideias de diversos pensadores de Homero, Aristófanes, Platão, Aristóteles quando dos estudos da Educação Grega; de Cícero, Sêneca e Quintilianus na Educação Romana; Clemente de Alexandria, Agostinho e Tomás de Aquino, como representantes da Educação Cristã; na Educação Humanista aponta Maquiavel, Rabelais e Montaigne; Lutero representando a Educação Religiosa Reformada; Comênio, Descartes, Locke e Fénelon representando a educação no século XVII; na abordagem da Educação no século XVIII são apresentadas as ideias de Rousseau, Lepelletier e Pestalozzi.

A Educação no século XIX traz na análise da autora a representação das ideias presentes nas obras de Herbart, Froebel e Spencer e por fim já sob a vertente da Nova Educação, a obra traz os estudos sobre Kerschensteiner, Dewey e Montessori.

Nessa perspectiva, sob esta divisão dada no presente manual de História da Educação, a representação das ideias de Herbert Spencer se faz presente na obra, quando a autora aponta o mesmo, juntamente com Herbart e Froebel, como um dos representantes da educação no século XIX e cujos estudos mostram-se delineados no Capítulo VIII.

No presente manual de História da Educação, a respeito da representação das ideias spencerianas, a autora enfatiza o caráter determinista e generalizante da produção intelectual de Spencer, pois ele “admitia haver encontrado a fórmula única segundo a qual nascem e se desenvolvem os fenômenos de todos os tipos: desde os mecânicos até os fatos biológicos, psicológicos e sociais” (ROSA, 1971, p. 267). Sob esta perspectiva

a nota característica da filosofia de Spencer é a idéia de evolução como lei universal [...] Spencer admitia haver encontrado a fórmula única segundo a qual nascem e desenvolvem os fenômenos de todos os tipos: desde os mecânicos até os fatos biológicos, psicológicos e sociais. É a evolução, isto é, a passagem do homogêneo para o heterogêneo. Para ele não apenas os indivíduos e as espécies estão sujeitos a mudanças evolutivas, mas também os planetas, os sistemas solares, os costumes, as instituições as ideias éticas e religiosas. No universo tudo se faz acompanhar de um ciclo: nascimento, desenvolvimento, decadência e extinção. Uma vez completado o ciclo, o processo se reinicia, dessa forma, repetindo-se infinitamente (ROSA, 1971, p. 267).

Pela abordagem dada ao ideal evolutivo de Spencer, conforme exposto pela autora, é colocada uma ideia de evolução linear sem possibilidade de mudanças que não seja pela passagem prioritária do mais simples para o mais complexo, no entanto,

por estranho que possa parecer a fórmula que Spencer dá à evolução não é tão somente mecânica como parece à primeira vista. Achava que na base do processo evolutivo deveria haver alguma Potência sobrenatural e encarava a evolução como sinônimo, em última análise de progresso. Entretanto, referia-se a essa Potência como o Incognoscível e dizia que ele não deveria merecer consideração científica (ROSA, 1971, p. 268).

A obra de Spencer que mais teve impacto nos estudos sobre educação também mereceu uma abordagem no presente estudo, pois a autora embora reconhecesse a importância de outros temas de estudo do filósofo britânico, considerava que “suas ideias psicológicas e sociológicas não foram, porém, tão significativas como as educacionais” (ROSA, 1971, p. 268).

Em referência à obra Educação Intelectual Moral e Física “continua sendo muito lida até hoje pelos interessados em temas educacionais. Foi largamente usada em escolas normais, institutos de professores e universidades para a formação de educadores. Realmente constitui-se numa publicação de popularidade universal” (ROSA, 1971, p. 268).

Na obra spenceriana, que é dividida em quatro partes<sup>76</sup> e é dedicada a educação, “Spencer considera que seu objetivo é preparar o homem para o exercício das atividades que integram uma vida completa (ROSA, 1971, p. 268).

Aponta como foi dedicada na referida obra uma parte expressiva de seus estudos à educação Física, justificando que “Spencer fez notar a urgência de uma adequada cultura corporal. Sendo o homem, em primeiro lugar um ser orgânico, sensível animal, a primeira condição de êxito no mundo é ser um bom animal” (ROSA, 1971, p. 269).

---

<sup>76</sup> “Esta obra está formada em 4 ensaios: A- Qual o conhecimento de maior valor? B- Educação Intelectual. C- Educação Moral. Educação Física” (p. 268). A parte inicial da obra de Spencer “Qual o conhecimento de maior valor?”, está inserido no item 4 do manual de História da Educação no sub Tópico “Texto” (p. 270-277) com a referência bibliográfica: (Herbert Spencer, Education, Intellectual, Moral and Physical, Boston, Educational Publishing. Co. S/d, pp 5,6,7,8,9,10,11,12,14,15.).

### 3.4.8 História da Educação de Thomas Ransom Giles (1987)

Thomas Ransom Giles<sup>77</sup> é Doutor pela Universidade de Louvain na Bélgica, lecionou Filosofia em Faculdades brasileiras, sendo autor de vários artigos e obras e “atinentemente à sua aproximação com o campo da educação pela filosofia e pela história, a hipótese é de que sua abordagem de História da Educação tenha sido desenvolvida a partir de suas experiências no magistério (nas faculdades particulares de São Paulo, USP e Mosteiro de São Bento, como é indicado) ou por orientação editorial” (PASCHE, 2014, p. 318).

A obra de Giles “História da Educação”, da Editora Pedagógica e Universitária – EPU, é datada de 1987, ano de sua 1ª edição e no decorrer de 310 páginas. Sobre a organização do livro, “o fato é que o autor de História da Educação procurou pensar, de forma conjunta, algumas tradições, modelos e ideias enquanto relatou experiências de escolarização ou ‘sistemas de ensino’ (PASCHE, 2014, p. 219).

Os temas tratados na obra vão desde relação da educação com o homem primitivo bem como as finalidades da educação em diferentes épocas e contextos históricos: Introdução; 1 O homem primitivo e o processo educativo; 2 O simbolismo: a expressão escrita e o processo educativo; 3 A tradição da Grécia; 4 A tradição de Roma: a formação do cidadão; 5 A tradição hebraica; 6 A tradição cristã; 7 A tradição feudal; 8 A presença islâmica e o processo educativo; 9 A fundação das universidades; 10 A tradição renascentista 11 A expansão do humanismo; 12 O humanismo cristão e o processo educativo 13 A tradição moderna; 14 A caminho do Iluminismo: a extensão do processo educativo; 15 O Iluminismo; 16 A época das revoluções e o processo educativo 17 O início dos sistemas nacionais; 18 As reformas liberais e a reação conservadora; 19 As Ciências Exatas e o processo educativo; 20 A aurora de uma nova época no processo educativo; 21 O planejamento nacional e o processo educativo; 22 Quadros da história do processo educativo no Brasil.

No capítulo 18 intitulado “As reformas liberais e a reação conservadora”, os estudos se direcionam ao período dos anos finais do século XVIII e século XIX, período este que “reflete problemas dramáticos ocasionados por uma convergência de novos conhecimentos científicos e tecnológicos, pela Revolução Industrial e sobretudo pela

---

<sup>77</sup> O autor é norte americano de nascimento, mas radicado no Brasil em 1965, incluindo-se no presente trabalho de pesquisa na categoria de autores brasileiros de manuais de História da Educação.

acelerada urbanização e o impacto de todos esses fenômenos nas instituições sociopolíticas e no comportamento em geral” (GILES, 1987, p. 221).

Neste contexto histórico estão inseridas a produção e a divulgação das ideias de Spencer que neste manual de História de Educação é abordado no sub tópico “Sistemas paralelos de ensino” relativamente aos estudos sobre o modelo de ensino presente na Inglaterra, berço da Revolução Industrial, que estaria baseado na necessidade cada vez mais crescente do ensino científico, uma vez que a mudanças oriundas da Revolução industrial também trouxeram mudanças no próprio agrupamento das pessoas, uma vez que também houve uma evolução urbana que “cria novas necessidades profissionais, sobretudo burocráticas, para suprir as necessidades dos bancos, das ferrovias, dos armazéns, das lojas, como também do próprio governo” (GILES, 1987, p. 228).

Nessa vertente observa-se que a reforma do ensino com vistas ao atendimento das demandas cada vez mais crescentes impôs a necessidade de uma mudança na estrutura do ensino tradicional, impondo uma modernização dos programas de estudos e nessa diretriz Spencer se torna “uma das vozes mais fortes a favor da introdução de estudos científicos” (GILES, 1987, p. 229).

Sobre a ciência e sua importância na educação, as ideias de Spencer são no sentido de considerar os conhecimentos científicos como “indispensáveis para o progresso humano” (GILES, 1987, p. 229) e nessa direção é conferida especial relevância a hierarquia de conhecimentos disciplinada por Spencer em seus estudos na obra Educação Intelectual Moral e Física, na sua 4ª parte intitulada “Que tipo de conhecimento tem mais valor? (What Knowledge is of Most Worth)?”. Aponta o autor que

Spencer investe contra a exclusividade do programa de estudos clássicos, pois os considera um simples apanágio de determinada classe social, reflexo de privilégios e útil tão-somente para celibatários parasitas, pois em nada contribuem para ajudar na satisfação das necessidades humanas fundamentais, quais sejam a sobrevivência e a criação e disciplina da prole. Spencer continua afirmando que a Ciência é de valor primordial, seja para a formação intelectual como bem moral e religioso (GILES, 1987, p. 229-230).

Nesse sentido é exposto como Spencer se opõe ao ensino clássico tradicional, atacando os métodos de ensino tradicional, uma vez que essa oposição é demonstrada pela valorização das ciências em substituição ao ensino de disciplinas cujo conteúdo eram considerados inúteis pelo filósofo britânico que também atribui a aos métodos de ensino a importância para sobrepor-se ao ensino arcaico.

### 3.4.9 História da Educação de Maria Lúcia Arruda Aranha (1989)

Maria Lúcia de Arruda Aranha é Formada em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Lecionou para o Ensino Médio em escolas da rede pública e particular. O manual de História da Educação de autoria de Maria Lúcia de Arruda Aranha tem o título de “História da Educação” e foi publicado pela Editora Moderna, em sua primeira edição no ano de 1989.

A segunda edição, revista e atualizada, publicada no ano de 2005, a qual utilizamos, contém 255 páginas e é apresentada em 13 capítulos, com subdivisão em tópicos e sub tópicos, assim dispostos: 1 Importância da História da Educação; 2 Sociedades Tribais: a Educação difusa; 3 Antiguidade oriental: a Educação tradicionalista; 4 Antiguidade Grega: A Pandéia; 5 Antiguidade Romana: a Humanitas; 6 Idade Média: a formação do homem de fé; 7 Renascimento: humanismo e Reforma; 8 Idade Moderna: A Pedagogia Realista; 9 Século das Luzes: O ideal liberal de educação; 10 Século XIX: A educação nacional; 11 Século XX: A educação para a democracia; 12 O Brasil no século XX: O desafio da educação; 13 A educação do terceiro milênio.

Nesta obra a autora traz a representação das ideias de Herbert Spencer no capítulo 10, na parte 1 intitulada “A organização da Educação Pública”<sup>78</sup>, na qual afirma que “o pensamento pedagógico do século XIX é influenciado não só pelas alterações econômicas e sociais [...] mas precisa ser compreendido conforme o estágio em que se encontram a filosofia e as ciências” (ARANHA, 1989, p. 139).

Nesta vertente, ao conferir relevância a filosofia e as ciências no desenvolvimento da pedagogia e do próprio processo educacional, tem a autora que o positivismo influencia sobremaneira esse desenvolvimento, uma vez que “exprime a exaltação provocada no século XIX pelo avanço da ciência moderna, capaz de revolucionar o mundo com uma tecnologia cada vez mais eficaz: ‘saber é poder’” (ARANHA, 1989, p. 139).

---

<sup>78</sup> No presente manual de História da Educação, ao final de cada capítulo a autora apresenta leitura complementar e atividades com questões discursivas, e questões que versam sobre análise de texto. Neste capítulo, acerca de Herbert Spencer, suas obras e ideias, é apresentado a atividade de análise de texto com a seguinte questão: Responda às questões de 11 a 13, baseando-se na citação do filósofo inglês: Realizações, belas-artes, belles-letres, e todas estas coisas que, como nós dizemos, constituem o florescimento da civilização, deveriam estar totalmente subordinadas àquele conhecimento e disciplina sobre os quais a civilização repousa. Assim como ocupam a parte de lazer da vida, assim deveriam ocupar parte de lazer da educação. 11. Para Spencer, qual seria a espécie de conhecimentos “sobre o qual a civilização repousa?” 12 Identifique o pressuposto positivista do pensamento de acordo com esse tipo de subordinação. 13 Que programa de ensino esta concepção costuma estabelecer? (ARANHA, 1989, p. 149-150).

Para além da importância de Comte a qual denomina “iniciador da corrente positivista” (ARANHA, 1989, p. 139) para o positivismo, destaca que quando relacionado à educação, esta corrente filosófica também tem em Herbert Spencer uma de suas principais referências, pois a partir de Comte e a importância dada ao mesmo à educação, o positivismo “permeia de maneira eficaz a pedagogia daí em diante, ora de maneira explícita, ora camuflada [...] Dentre os seguidores mais próximos, dois se interessam especificamente pela educação: Herbert Spencer e John Stuart Mill” (ARANHA, 1989, p. 140).

Quanto as ideias de Spencer para a educação, é exposto que sua grande contribuição repousa na incorporação do evolucionismo darwinista ao positivismo, assim para o filósofo inglês a “educação, como tudo no mundo, sofre um processo evolutivo em que o ser revela suas potencialidades. Imbuído da concepção científicista, Spencer escreveu a obra Educação<sup>79</sup>, que obteve muita popularidade. Nela considera o ensino das ciências o centro de toda educação, não só em termos de transmissão de dos conhecimentos, como da formação mesma do espírito científico” (ARANHA, 1989, p.140).

Observamos que na análise sobre a influência das ideias de Spencer na educação, é destacada somente o caráter de sua contribuição como um partidário e desenvolvedor das ideias de Comte, principalmente acerca do caráter científico que deve haver na educação, e desta forma, prevalece também no manual aqui analisado, tão somente as ideias apresentadas em sua obra A educação, em que “prevalece o interesse pelas questões utilitárias, em franca oposição ao ensino humanista tradicional” (ARANHA, 1989, p. 140).

#### **3.4.10 História da escola em São Paulo e no Brasil de Maria Luiza Marcílio (2005)**

Maria Luiza Marcílio é Doutora pela Universidade Paris, Professora Titular do Departamento de História da Universidade de São Paulo<sup>80</sup>.

Na obra “História da Escola em São Paulo e no Brasil”, publicada pela Imprensa Oficial no ano de 2005, sistematizada em três partes: Introdução; Primeira Parte: Origens 1554-1870; Segunda Parte: O Século da escola 1870-1990, A Expansão da escola na cidade de São Paulo 1870-1990, Primeira fase: 1870-1930, Segunda Fase: 1930-1990; Considerações gerais sobre o ensino básico da cidade de São Paulo no período de 1870 a

---

<sup>79</sup> A obra a que se refere a autora foi posteriormente intitulada “Educação Intelectual, Moral e Física” (1884), conforme já apresentado neste trabalho.

<sup>80</sup> As demais referências acadêmicas de profissionais da autora podem ser encontradas na contracapa da própria obra aqui analisada.

1990; Terceira Parte: Educação para todos na era da globalização 1990-2000; Considerações sobre a década de 1990.

A professora Maria Luiza Marcílio, na 1ª edição da obra e no decorrer das 485 páginas do livro, aborda e divide os estudos sobre a educação, sobretudo, sobre o processo de implantação da escola no Brasil, dedicando também seus estudos de modo específico ao Estado de São Paulo.

Na segunda parte de sua obra a autora ao tratar da escola no período de 1870-1990, busca demonstrar que o positivismo foi a corrente filosófica que mais obteve adeptos no Brasil, por conseguinte influenciando a educação e os projetos e ideias educacionais no em todo o país da mesma forma no Estado de São Paulo.

Nesse viés, ao tomar em análise as principais reformas educacionais da Primeira República, aponta que “muitas das reformas foram restritas, pontuais, sem plano global, sem visão de conjunto, de recursos para sua execução e sofrendo de falta de realismo. No geral, careciam de uma filosofia que as inspirassem e embasassem” (p. 129).

No entanto, diante do pessimismo que esse cenário denotava, as ideias filosóficas de alguns intelectuais que eclodiam na Europa acabaram por possibilitar a busca por novas vertentes e nessa direção as ideias de Spencer encontravam-se entre aquelas que foram relevantes e influenciaram a projetos e ideias educacionais no Brasil.

Ideias novas começaram a ditar o discurso dos intelectuais a partir dos anos de 1870. Pensadores como Rousseau, Tocqueville, Spencer e Comte foram visitados por alguns intelectuais, dando rumos mais consistentes para a modernidade. Muitas vezes, o sentido de suas ideias era aqui adulterado, como foi, com frequência, o caso do positivismo de Comte, doutrina da Ordem na origem, e aqui, sinal de Progresso (p. 129).

A representação das ideias de Spencer neste manual de História da Educação também se encontra presente na abordagem realizada a respeito do ensino secundário no Estado de São Paulo, no período de 1870 a 1930, no tocante a importância que passa a ter o ensino de ciências na escola normal, e sobretudo como foi preponderante a teoria da classificação das ciências de Spencer, classificação esta que “correspondia a um desejo de ordem e de progresso” (p. 207).

Herbert Spencer e sua classificação das ciências adquire neste período um status de relevância tamanha que acaba por integrar o currículo da escola normal, colocando-o no mesmo rol de outros importantes intelectuais cujas teorias educacionais encontravam eco em diversas partes do mundo, assim como ocorreu no Brasil.

A cadeira de pedagogia, em sua “introdução ao estudo de pedagogia”, iniciava o aluno na história do pensamento pedagógico, discorrendo sobre Comenius, Locke, Rousseau, a influência de Pestalozzi e de Froebel na educação popular e de Herbert Spencer. A “análise pedagógica” vinha em seguida e terminava com a “síntese pedagógica”, com organização da escola, o programa, o emprego de tempo, o material didático, etc. (p. 208).

A importância das ideias spencerianas são também destacadas nesta obra quando da análise de outro período histórico, sendo afirmado pela autora que “em 1913, apareceu o movimento renovador da escola” (p. 217), tratando de um movimento educacional distinto, referindo-se àquele que se apresenta como contraponto da escola tradicional, assim como se apresentava as teorias de Herbert Spencer no tocante a educação.

Esse movimento renovador traz mudanças sobretudo na escola normal, que antes influenciada pela classificação das ciências de Spencer passa doravante a receber também da filosofia spenceriana a influência de suas bases evolucionistas, uma vez que na

“escola normal foi integrada a matéria psicologia experimental à cadeira de pedagogia. A psicologia ficou a cargo de Sampaio Dória, bacharel de direito, que popularizou o pensamento de Willian James (base doutrinária para o método analítico de leitura), de John Stuart Mill e do evolucionismo de Herbert Spencer” (p. 217).

### 3.5 Considerações parciais

O conteúdo apresentado neste capítulo teve por objetivo identificar as ideias de Herbert Spencer, contidas em suas obras, e se estas se fazem presentes nos manuais de História da Educação de autores brasileiros publicados no Brasil entre os anos de 1914 e 2007.

Nessa perspectiva, buscou-se analisar como os autores destes manuais apropriaram-se da representação das ideias spencerianas e como conferiram importância a elas, em maior ou menor grau, ou seu completo silenciamento em relação as ideias de Spencer e até mesmo sobre sua própria existência no rol de pensadores da educação.

As obras analisadas foram publicadas no decorrer do século XX e nos primeiros anos do século XXI, apresentando formas de abordagem da história da educação que ora se assemelham, ora se distanciam uma das outras, sendo que a apresentação das ideias dos autores também revela o caráter e as características de suas formações acadêmicas e suas trajetórias intelectuais.

As principais categorias de análise presentes nas obras de Herbert Spencer, como o evolucionismo, o utilitarismo, a classificação dos conteúdos seguindo uma ordem de hierarquia por ordem de importância na conservação da vida, a primazia das ciências nos conteúdos escolares e a aversão a intervenção do estado na sociedade, sobretudo na educação, são as ideias que buscamos vislumbrar se estavam presentes nos manuais de História da Educação dos autores brasileiros, bem como qual a relevância dada a elas e eventualmente se haviam e quais seriam as críticas entabuladas em relação as teorias spencerianas, sobretudo, no âmbito da educação.

Neste capítulo analisamos as obras com autores, datas de publicação, editoras e abordagens diversas. Entre essas obras, há títulos em comum entre elas, sendo que 07 delas são intituladas “História da Educação” respectivamente dos autores: Bento de Andrade Filho (1941), Raul Briquet (1946), Paulo Guiraldelli Jr (1990), Nelson Piletti e Claudino Piletti (1991), Cynthia Greive Veiga (2007), Thomas Ransom Giles (1987) e Maria Lúcia Arruda Aranha (1989) e 02 obras são intituladas “História da Educação Brasileira” de autoria de José Antonio Tobias (1972) e Paulo Guiraldelli Jr (2005).

Entre as obras analisadas tivemos 18 obras em que os autores mantiveram um completo silenciamento sobre as ideias de Spencer, representando a maior parte dos manuais analisados. Nestes manuais Spencer sequer é mencionado, mesmo que indiretamente, sobre sua própria existência entre os pensadores da educação, diante de qualquer contexto abordado e em nenhum período histórico referido. Entre essas obras temos os manuais de História da Educação de Hélio Vianna (1935); Raul Briquet (1946); Tito Livio Ferreira (1966); José Antonio Tobias (1972); Lauro de Oliveira Lima (1974); Maria Luisa Santos Ribeiro (1978), Otaíza Oliveira Romanelli (1978); Claudino Piletti e Nelson Piletti (1985, 1991); Arnaldo Niskier (1989); Jair Fonzar (1989); Paulo Guiraldelli Jr (1990, 2002, 2005); Maria Elizabete Xavier, Maria Luisa Ribeiro e Olinda Maria (1994); Nelson Piletti (1997) Cyntia Greive Veiga 2007 e de Bento C. Freitas sem data de publicação informada na obra.

Entre os manuais que pouco mencionam ou mencionam indiretamente Herbert Spencer, suas obras e ideias, sendo que apenas o mencionam sem dar-lhe maiores créditos e sem aprofundar em suas teorias, mas ao mesmo tempo apontam sua existência entre pensadores no âmbito da educação. Entre estas identificamos o total de 03 obras sendo elas de autoria de Ruy Ayres Bello (1961), Ângelo Domingos Salvador (1976) e Dulcineia Antoniazzi Nepomuceno de Almeida e Yvete Geralda Tófani Romano (1986).

Quanto aos manuais de História da Educação com autores brasileiros em que Herbert Spencer é citado de modo enfático, totaliza-se em 10 obras, sendo elas de autoria de René Barreto (1914); das Madres Francisca Peeters e Maria Augusta de Cooman (1936); Aquiles Archêro Júnior (194?); Júlio Afrânio Peixoto (1942); Theobaldo Miranda Santos (1945); Bento de Andrade Filho (1953); Maria Glória de Rosa (1971), Thomas Ransom Giles (1987); Maria Lúcia de Arruda Aranha (1989) e Maria Luiza Marcílio (2005).

Entre todos os manuais estudados, a obra “História da Educação através dos Textos” de Maria de Glória de Rosa (1971) apresenta a maior incidência de citações e referências dedicadas a Herbert Spencer tanto de forma absoluta quanto de forma proporcional, sendo 11 páginas do livro, que representam 3,47 por cento da obra, que contém 317 páginas.

Nas obras em que há conteúdo expressivo sobre Spencer, há aproximações entre os autores no que diz respeito às suas abordagens reconhecendo a relevância e conferindo méritos ao pensamento spenceriano, sobretudo, no âmbito da educação, sem contudo, deixar de tecer críticas que também ocupam espaço considerável nos estudos desses autores a respeito da produção intelectual do filósofo britânico sendo tais críticas direcionadas à sua falta de originalidade ao se apropriar de conceitos de outros teóricos da educação como Rousseau e Pestalozzi e sua desconsideração que a educação sempre está inserida em um contexto social não podendo ser considerada isoladamente tanto nos seus métodos quanto no conteúdo das disciplinas de estudo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objeto de pesquisa a as representações das ideias de Herbert Spencer nos manuais de História da Educação publicados no Brasil, com autores estrangeiros traduzidos no Brasil e com autores brasileiros cujas obras estiveram em circulação no país no decorrer do século XX a partir de 1914 e nos anos iniciais do século XXI findando-se o marco temporal da pesquisa no ano de 2010.

A execução do trabalho, incluiu a pesquisa das fontes, sua localização, aquisição, leitura e análise, a frequência às aulas do programa de pós-graduação, as sugestões e correções realizadas pelo professor orientador nas reuniões agendadas, e as argumentações e sugestões trazidas por ocasião da realização do exame de qualificação.

A partir da pesquisa realizada face as hipóteses levantadas inicialmente, os resultados obtidos foram demonstrados ao longo dos capítulos e demonstraram como os autores dos manuais de História da Educação compreendem a importância ou silenciam sobre as ideias de Herbert Spencer, suas obras e teorias, sobretudo, no âmbito da educação.

O contexto histórico de produção e divulgação das ideias de Spencer reflete um cenário de profundas mudanças, sobretudo, econômicas, sociais e uma referência de teorias e surgimento de teóricos em que cada um, por suas concepções teóricas, buscavam explicar, diagnosticar e pautar o modo de viver, de ser e agir do indivíduo e deste em sua relação com o Estado e a natureza.

Nesta perspectiva Spencer por meio de sua filosofia também teve sua contribuição neste cenário da segunda metade do século XIX e início do século XX, principalmente através de suas categorizações como o a hierarquização dos saberes e o darwinismo social, presentes no decorrer de suas obras, sendo que referente a educação se notabilizou pela sua aversão ao ensino de disciplinas consideradas tradicionais, à defesa dos denominados conhecimentos úteis que em sua visão seriam aqueles que tem importância na conservação da vida e a não interferência do Estado na educação.

Na análise de sua teoria algumas considerações devem estar sempre presentes. Spencer foi um defensor intransigente da ciência, mas sofreu críticas e desconfiança por parte de outros teóricos por não ter frequentado a universidade; suas teorias são eivadas de críticas pelo caráter generalizante e ausência de originalidade e ausência de diálogo

com os demais estudiosos, seus contemporâneos nos diversos campos científicos; sendo que em todos os temas tratados em sua filosofia, que foi reunida no Sistema de Filosofia Sintética, tinha na sua principal base teórica que o progresso se dava unicamente pela evolução do homogêneo para o heterogêneo, do mais simples ao mais complexo, o que foi anunciado como sua lei geral do progresso.

Esta lei geral do progresso se irradia por todos os setores da vida social, cultural e econômica e sob esta vertente trazia a ideia de que a evolução biológica conduziria à evolução social, por meio de um raciocínio que percebia o organismo social em consonância com o modelo de funcionamento de um organismo individual, sendo que esse conjunto de ideias contribuiu por fomentar a ideia da sobrevivência dos mais aptos, elevando em grau de radicalização a ideia de sobrevivência dos mais adaptados presentes em Darwin.

No Brasil, no campo educacional, Herbert Spencer aparece como um dos teóricos que exerceram influência sobre os movimentos educacionais nos anos finais do século XIX e início do século XX, sendo que em relação ao Movimento da Escola Nova, no entanto, deve ser ressaltada que neste viés, há divergências fundamentais com os escolanovistas defensores da escola pública e gratuita a todos às expensas do Estado, pois há um contraste com o posicionamento de Spencer quanto a refutação da intervenção do Estado na sociedade, incluindo nesta direção ser totalmente contrário a uma educação pública gratuita e custeada pelo Estado por meio dos impostos cobrados da população em geral.

Para Spencer a intervenção do Estado sobretudo na educação, era considerada maléfica para a sociedade, por meio da defesa da oferta escolar pela sociedade civil, porque considerava que a interferência do Estado, sendo igual para todos, poderia sustentar estudantes que não estariam, por natureza, aptos a competir em sociedade e, portanto, ocorreria um dispêndio desnecessário de recursos a ser suportados por toda a sociedade.

Em relação aos manuais de História da Educação com autores estrangeiros no período delimitado na pesquisa, dos anos de 1939 a 2010, foram analisadas 12 (doze) obras, sendo que a representação das ideias de Spencer estão contidas em 07 (sete) obras dos respectivos autores: Monroe (1939); Riboulet (1951); Luzuriaga (1955); Hubert (1957); Eby (1962); Larroyo (1970) e Cambi (1999) e em duas das obras analisadas, Ponce (1963) e Debesse e Mialeret (1974), possuem citações pontuais sem referências teórico-metodológicas ao filósofo inglês.

Passando a análise de cada uma das obras em que Spencer e suas ideias são referenciadas, podemos observar a representação das ideias de Spencer demonstradas de acordo com as peculiaridades que cada um dos autores possui em relação ao filósofo, trazendo abordagens diferentes em virtude das finalidades e do contexto em que cada um deles está inserido.

Presente no rol dos manuais de autores estrangeiros que pouco mencionam as ideias de Spencer, sobre a obra de Ponce (1963) cabe uma análise acerca da sua posição acerca da responsabilidade e obrigação da atuação do Estado na educação, o que é oposta com uma das mais intransigentes ideias defendidas por Spencer da não intervenção do Estado em todas os setores da sociedade, em especial na educação, assim, na obra em questão não se dedica expressivas considerações a Spencer, mas o autor demonstra com veemência ser contrário proposições de Spencer nesse direcionamento.

Para Monroe (1939) a falta de formação científica de Spencer é vista como uma deficiência que interfere em suas concepções filosóficas, embora tenha o reconhecimento de que ele é um defensor das ciências e da educação baseada no conhecimento científico.

Dedicando 8 (oito) páginas à Spencer, no tópico “A Tendência Científica Moderna” Monroe é crítico quanto a importância dada por Spencer ao utilitarismo e aponta que embora reconheça de certa forma a contribuição de Spencer e suas ideias na educação, enfatiza a falta de originalidade do pensamento do autor, quando comparadas àquelas já anteriormente presentes no pensamento de Pestalozzi e Rousseau, o primeiro, na ideia de evolução do mais simples ao mais complexo, do concreto ao abstrato e o segundo acerca do caráter educativo de sofrer as consequências dos próprios atos, sejam no caráter positivo ou negativo.

Louis Riboulet (1951), dedica 10 (dez) páginas às ideias de Spencer, no tópico “O positivismo e o evolucionismo”, em que reconhece as contribuições do filósofo como representante do evolucionismo e em relação as suas premissas na educação intelectual moral e religiosa; e a importância da educação física, mas ao mesmo tempo tece crítica ao pensamento pedagógico de Spencer em relação ao seu pensamento utilitarista na educação.

Lorenzo Luzuriaga (1955), ao mencionar Spencer como um dos representantes da pedagogia no século XIX, ao longo de 05 (cinco) páginas que trata sobre o tema, o inclui sob a abordagem da pedagogia positivista e mesmo concebendo méritos à Spencer em sua contribuição para a história da educação, devido seu direcionamento a valorização das ciências tece críticas que enfatizam a ausência de originalidade de suas propostas e também ao caráter utilitarista da educação.

Na obra de autoria de René Hubert (1957) o conteúdo dedicado a Spencer preenche 11 páginas, cujo tópico trata das instituições pedagógicas novas que estão relacionados ao movimento das escolas novas, atribuindo a Spencer, como um dos filósofos educadores, um papel na fundamentação filosófica da Escola Nova, mas não na fundamentação científica, o que demonstra que há divergências nas diretrizes propostas educacionais da escola nova e da filosofia spenceriana. Na esteira de demais autores já demonstrados neste trabalho, a crítica tecida ao filósofo inglês reside em sua falta de originalidade no pensamento sendo suas ideias pedagógicas um compilado de ideias já presentes em Pestalozzi e Rousseau.

Frederick Eby (1962), em 06 (seis) páginas considera que Spencer, através de suas ideias, estabeleceu as bases para a fundamentação científica da educação, no entanto mesmo reconhecendo sua importância afirma que Spencer não alcançou o grau de reconhecimento atribuído a Darwin.

Ao abordar as teorias spencerianas dedica um sub tópico aos efeitos das ideias de Spencer que tiveram influência para o progresso educacional no século XX, inclusive em relação aos métodos científicos nos componentes curriculares,

Considerando que Spencer foi um autor que teve um conhecimento amplo de suas ideias, mas ao não um reconhecimento por parte da comunidade científica, noutro norte, reconhece que há originalidade nas ideias spencerianas no que tange a aplicação do evolucionismo no estudo de demais áreas do conhecimento, que apesar de realmente possuir um caráter generalizante, foi por meio dos estudos de Spencer que ganhou notável discussão no meio científico. Essa posição de Eby encontra discordância na maioria dos demais autores, no entanto, enquanto a originalidade de Spencer é questionada por este ter ideias já presentes em Pestalozzi e Rousseau, a ideia de originalidade defendida por Eby em relação ao filósofo britânico está em outra vertente, que é a aplicação do evolucionismo em todas as áreas do conhecimento.

Francisco Larroyo (1970) no decorrer das 06 (seis páginas) que referênciam as ideias de Spencer, tece uma correlação entre o conteúdo presente em Spencer e Comte, apresenta no tópico “A Pedagogia do Positivismo e do Evolucionismo” como teóricos que, através de seus estudos, contribuíram sobremaneira a partir do entendimento das limitações do intelectualismo, em que Spencer, segundo o autor apresentou a importância da ciência nas tarefas educativas. A abordagem de Larroyo nessa relação entre Spencer e Comte, era contraditória a abordagem realizada pelo próprio Spencer que refutava veementemente as semelhanças entre sua teoria e as propostas por Comte,

As críticas tecidas a Spencer são no sentido de que, apesar de relevante, apenas a ciência não era suficiente para a plena realização da tarefa educativa, e sua filosofia acabou sendo uma consequência do realismo, vigente a partir do século XVIII, em que as ciências naturais deviam ser preponderantes em detrimento da formação literária, o que levava a teoria spenceriana a ser limitada ao desconsiderar os demais aspectos da vida.

Franco Cambi (1999), é o último autor de manuais de História da Educação de autores estrangeiros que, em ordem cronológica neste trabalho, faz referência a Spencer em sua obra. As representações que o autor italiano traz sobre as ideias spencerianas são no direcionamento de conferir ao mesmo uma aproximação com o positivismo.

Em 07 (sete) páginas da obra, as ideias de Spencer são contextualizadas sob o contexto das novas tendências liberais em voga na Europa, em especial na Inglaterra, e Spencer é apontado como um teórico da pedagogia positivista, que traz uma valorização do saber científico que é fundamental para a consolidação da sociedade industrial nascente, contudo, a análise de Cambi acerca de Spencer e sua relação com o positivismo, é refutada pelo próprio filósofo em suas obras.

As críticas direcionadas a Spencer relacionadas ao utilitarismo e a ausência de maiores preocupações com outras nuances da vida do indivíduo para além da conservação da vida física, não ofuscam o reconhecimento pelo autor do presente manual quanto a importância da teoria spenceriana, pois considera que essa abordagem de Spencer acabou por possibilitar uma democratização do acesso a escola e a cultura em geral.

Na análise dos manuais com autores estrangeiros, podemos observar que há um lapso temporal considerável entre os anos de publicação, bem como da origem de cada autor, o que leva a abordagens diversas, ora se aproximando, ora se distanciando em relação a importância das teorias spencerianas na história da educação.

Quanto aos manuais de História da Educação de autores brasileiros que foram tratados neste trabalho, em especial no terceiro capítulo, as considerações a ser apontadas residem na representação das ideias de Spencer nestes manuais que se iniciam no recorte temporal do ano de 1914 e se findam com a publicação do último manual analisado no ano de 2007.

De modo geral, assim como ocorreu com os manuais de autores estrangeiros publicados no Brasil, não estão presentes nos manuais com autores brasileiros expressivas referências à Herbert Spencer e suas ideias, sendo que foram analisados no período delimitado na pesquisa 35 (trinta e cinco) obras, nas quais a representação das ideias de Spencer estão contidas em 9 (nove) delas oriundas dos respectivos autores: René Barreto

(1914); Júlio Afrânio Peixoto (1933); Madres Francisca Peeters e Maria Augusta de Cooman (religiosas de Santo Sndré) (1936); Aquiles Archêro Júnior (194?); Theobaldo Miranda Santos (1945); Bento de Andrade Filho (1941); Maria Glória de Rosa (1971); História da Educação de Thomas Ransom Giles (1987) e Maria Lúcia Arruda Aranha (1989) e em 3 (três) obras analisadas de autoria de Rui Ayres Bello (1961); Ângelo Salvador (1974) e Dulcineia A. N. Almeida e Yvete G. T. Romano (1986) há citações pontuais sem maiores referências teórico-metodológicas ao filósofo inglês.

Renê Barreto (1914) é o primeiro autor que tratamos por ordem cronológica, sendo que sua obra foi o primeiro manual de História da Educação em circulação no Brasil, antecedendo inclusive os manuais com autores estrangeiros que circulam no Brasil a partir de 1939.

Na representação das ideias de Spencer neste manual, dispostas em 5 (cinco) páginas, no tópico que trata sobre a pedagogia em alguns países Europeus, nos estudos referentes a pedagogia na Inglaterra, René Barreto, contemporâneo do filósofo britânico, aborda a importância dele, sobretudo, na Inglaterra, como um dos filósofos que mais contribuíram com a pedagogia nos anos finais do século XIX e sua teoria fundada na hierarquização de saberes e exposta pelo autor como uma das principais contribuições de Spencer, no entanto, assim como outros autores, direciona as críticas ao filósofo em relação a falta de originalidade suas ideias no tocante, sobretudo, que o mesmo trouxe fundamentações teóricas já presentes anteriormente em Pestalozzi.

A obra de autoria de Afrânio Peixoto (1933) traz a abordagem sobre Spencer em tópico dedicado a ele e demais autores como Comte, Stuart Mill, Bain e Freud, sendo citado somente em 2 (duas) páginas, em que o autor demonstra que o mérito de Spencer foi o combate tradicionalismo presente na educação, tanto quanto nos conteúdos, quanto nos métodos de ensino, e não adentra e modo mais pormenorizado nas demais teorias de Spencer, sem aprofundar suas teorias ou mesmo críticas ao conteúdo de suas obras.

As autoras Madres Francisca Peeters e Maria Augusta de Cooman (Religiosas de Santo André) (1936) trazem em sua obra uma abordagem referente a Spencer de exposição de suas teorias e de críticas às mesmas sob o fundamento teórico das autoras católicas.

Em 4 (quatro) páginas as autoras analisam as ideias de Herbert Spencer em dois momentos no manual. Inicialmente no tópico sobre o naturalismo científico, em que é analisada a predominância das ciências naturais sobre os estudos clássicos e em segundo momento em que elencam questões consideradas por elas, como problemas atuais da

educação. As autoras apresentam as teorias educacionais de Spencer, fundamentada na valorização das ciências naturais, na educação do corpo pela natureza, demonstrando que pelas ideias do filósofo o papel da igreja, dos pais e assim o ideal católico que elas representam e defendem restava totalmente alijado da vida do homem, pois a defesa de Spencer de uma evolução natural em uma vida terrena não implicava na preservação de valores morais ou religiosos considerados por ele de menor valor.

Naquilo que concerne o reconhecimento da importância das teorias de Spencer, as críticas dirigidas a elas se sobrepõe, uma vez que demonstram que é um grande equívoco considerar que a vida completa é uma vida voltada exclusivamente ao cuidados com o físico e sem uma preparação do espírito, assim, para além das críticas de uma teoria considerada incompleta, também apontam a falta de originalidade na teoria spenceriana, reduzindo-a uma mera divulgação de ideias pré-existentes oriundas de outros teóricos.

A importância dada por Spencer a educação física e conseqüente conservação do corpo, mereceu contundentes críticas por parte das autoras que afirmam que através dele as teorias eugenistas poderiam tomar espaço em virtude daquilo que consideram uma teoria que ao dar tanta importância a educação física retiraria o caráter humano do indivíduo e relegaria o espírito a uma posição secundária ou até mesmo inexistente.

Archêro Júnior (194?) em 2 (duas) páginas faz referência a Spencer no tópico em que discute sobre política e educação e faz análises sobre o positivismo e o naturalismo, e afirma com grande eloquência que Spencer foi um grande representante do positivismo na Inglaterra. No direcionamento dado pelo autor em relação a vertente teórica de Spencer, observa-se que não há um aprofundamento dos estudos ou há equívocos em relação à atribuição de filósofo positivista à Spencer, pois este pelas suas ideias contidas em suas obras se aproxima do naturalismo e não do positivismo, posição esta refutada pelo próprio filósofo.

Na obra de autoria de Bento de Andrade Filho (1941), no tópico intitulado que trata sobre as referências teóricas do século XIX, Spencer em conjunto com Froebel e Herbart são como representantes da denominada Educação Científica, sendo dedicadas 5 (cinco) páginas para tratar sobre o tema em questão. Na representação das ideias de Spencer, Andrade Filho direciona sua análise à fundamentação teórica que Spencer possui acerca do evolucionismo e que se faz presente em todos os setores, fazendo com que defenda que o desenvolvimento social será conseqüência do desenvolvimento biológico, assim reconhece a relevância do pensamento spenceriano como uma das teorias que se destacam no século XIX, no entanto, as críticas ao pensamento generalizante bem como a respeito

das críticas que o próprio Spencer faz em suas obras sobre outras teorias, mas sem apresentar nenhuma ideia que possa se sobrepor de modo a ser aplicada na melhoria do processo de ensino, aduzindo que para tanto Spencer foi um teórico que não se desvencilhou das incongruências de suas teorias que acabaram não permitindo aplicabilidade prática.

Na obra de Theobaldo Miranda Santos (1945) a representação das ideias de Spencer é realizada a partir do conteúdo presente em 09 páginas no tópico que versa sobre a educação científica, em que Spencer e Comte são destacados como os principais pensadores desse contexto educacional. Neste manual, é atribuída a Spencer que este possui em sua filosofia grande influência do positivismo de Comte, o que foi refutado pelo filósofo, e na mesma direção faz um comparativo entre as ideias defendidas por Spencer e aquelas preconizadas por Rousseau.

Afirmando o autor que Spencer refuta a teoria rousseuniana, referindo-se nesta vertente a ideia de bondade inata do ser humano, no entanto, aqui observa-se um equívoco conceitual em afirmar que Rousseau defende a bondade inata do indivíduo, pois este traz na verdade, uma metáfora sobre a bondade da criança, e defende que o homem pode aperfeiçoar-se e aperfeiçoar a sociedade, atingindo assim um nível civilizatório mais elevado, desta forma a ideia do bom selvagem é uma contraposição à uma sociedade degenerada. Portanto, Spencer, não é partidário das ideias rousseunianas neste sentido, pois é um defensor da não intervenção do Estado e por consequência não vislumbra como algo positivo a obediência ao poder estatal representado pela legislação.

As críticas direcionadas a Spencer também se encontram no manual de Theobaldo Miranda Santos relativamente a ausência de originalidade de suas ideias, embora neste caso haja uma distorção sobre essa questão, pois atribui a Spencer uma adesão as ideias de Rousseau que não se sustentam do ponto de vista dos fundamentos teóricos da teoria spenceriana, e atribui também o caráter generalizante de suas teorias em torno do evolucionismo que dá sustentação a toda a teoria do filósofo britânico, apontando que as deficiências desse sistema estão presentes também no sistema pedagógico proposto por Spencer.

Maria Glória de Rosa (1971), traz uma abordagem sobre Spencer através da análise de textos do autor, e no decorrer de 11 (onze) páginas o coloca como um dos representantes da educação no século XIX, e cuja importância reside na descoberta de uma lei universal que explicasse todos os fenômenos, o que impunha um caráter generalizante a sua obra. Traz a respeito de suas teorias a ideia de Potência Natural, conceito este que só é tratado unicamente por esta autora sobre os manuais analisados e

que se traduz na ideia de Spencer que a evolução traria como consequência o progresso e civilização sob as bases spencerianas. A autora considera em sua obra por meio da análise dos textos de Spencer que este teve importantes considerações no campo da mas que suas maiores contribuições estão direcionadas à área da educação.

Thomas Ransom Giles (1987) em 03 páginas trata sobre Spencer e suas ideias quando analisa os modelos de ensino na Inglaterra, e analisa que o modelo proposto por Spencer de um modelo científico de na educação estava alinhado às necessidades da sociedade que se consolidava a partir das mudanças oriundas da Revolução Industrial, pois a oposição do filósofo ao ensino tradicional contribuía para atribuir à ciência o imperativo de ser o principal fundamento para o ensino e por consequência formar indivíduos mais aptos para a ideia de progresso e civilização que de acordo com o autor era almejada pela sociedade moderna.

Maria Lúcia Arruda Aranha (1989) traz a representação das ideias de Spencer em 02 páginas. Neste manual o positivismo é todo pela autora como a principal corrente filosófica do século XIX e Comte e Spencer representam essa corrente, em sentido contrário aquilo defendido pelo próprio Spencer que refutava ser um teórico positivista e mais ainda se dizia distante das ideias propostas por Comte. As ideias de Spencer são entendidas pela autora como uma contribuição do mesmo para a divulgação das ideias de Comte, e da incorporação das ideias evolucionistas de Darwin ao próprio positivismo.

O último manual que contém a representação das ideias de Spencer, em ordem cronológica deste trabalho é de autoria de Maria Luiza Marcílio (2005), dedicando 05 páginas ao filósofo em questão. Ao defender que o positivismo foi corrente que mais teve adeptos no Brasil, inclui Spencer como um teórico positivista, neste manual a teoria da classificação das ciências de Spencer foi defendida como aquela que foi fundamental na consolidação do positivismo no currículo escolar e na busca pela declamada ordem e progresso dos anos finais do século XIX e início do século XX. Mesmo diante do contrassenso de considerar Spencer um teórico meramente positivista, posição negada pelo próprio filósofo, a autora entende suas ideias o colocaram no mesmo patamar de importância de outros intelectuais na área da educação. Uma importante consideração deve ser apontada com destaque em relação ao conteúdo relativo a Spencer neste manual de Marcílio (2005), pois de todos os manuais analisados, foi o único entre eles que remete à Spencer como um influenciador direto do movimento escolanovista no Brasil nos anos iniciais do século XX, tendo as bases teóricas do evolucionismo presentes no currículo da psicologia experimental em instituições de ensino brasileiras.

No que se refere ao conteúdo que diz respeito a Spencer nos manuais de História da Educação analisados em sua totalidade, é de fácil observação que mesmo entre aqueles que conferem relevância a seu pensamento, há poucas menções à filosofia spenceriana, sendo que a maioria das obras não o citam ou fazem qualquer referência sob nenhum aspecto. Numa análise quantitativa levando-se em conta apenas o percentual ocupado pelas ideias de Spencer no total de cada obra analisada, podemos concluir que o autor britânico ocupa pouco espaço no âmbito da produção temática da História da Educação em todo o período examinado nos referidos manuais.

Tal constatação encontra respaldo quando observamos que dos 45 (quarenta e cinco) manuais analisados sendo 12 (doze) de autores estrangeiros e 33 (trinta e três) de autores brasileiros, em 23 (vinte e três) deles Spencer não é citado - sendo (03 (três) de autores estrangeiros e 20 de autores brasileiros) - em outros 06 (seis) manuais - sendo 03 (três) de autores estrangeiros e 03 (três) de autores brasileiros - é pouco citado sem maiores considerações e naqueles em que é citado e tem suas ideias apresentadas, alcança menos de 4 (quatro) por cento do total de páginas das obras.

A representação das ideias nos manuais de História da Educação em circulação no Brasil no período citado, apresenta similitudes em relação as críticas ao pensamento spenceriano, a falta de originalidade de sua base teórica evolucionista é uma questão levantada por todos os autores dos manuais, sejam em maior ou menor grau de incidência das críticas, atribuindo que o filósofo trouxe teorias já existentes sobretudo, em Pestalozzi e Rousseau através de uma outra forma de apresentá-las em suas obras.

Pelo conteúdo que é abordado nos manuais de História da Educação seja de autoria de teóricos estrangeiros, seja de teóricos brasileiros, observa-se que para além das críticas ao determinismo e a o caráter generalizante das teorias spencerianas, o principal ponto de convergência é a referência de Spencer como um teórico da educação através das ideias contidas na obra “Educação Intelectual, Moral e Física”, obra esta, que mesmo não fugindo ao crivo das críticas entabuladas ao conjunto das teorias de Spencer, é referenciada tanto pelos teóricos do início do século XX bem como por aqueles que produzem suas obras no decorrer e nos anos finais do século XX, conferindo importância relevante no cenário educacional mundial, apontando os teóricos mais contemporâneos que a mesma ainda guarda atualidade nas ideias nela contidas.

É latente que principalmente em relação aos autores estrangeiros, e em obras de autores brasileiros que há referências desses autores, que Spencer não alcançou um reconhecimento como cientista, mas que suas ideias se popularizaram sem o devido

mérito a ele, e diante dessa premissa apontamos que uma das mais importantes bases teóricas defendidas e apresentadas por ele, o darwinismo social, acabou sendo denominada pela referência ao nome de Darwin, embora não tenha sido criado por ele e sim por Spencer.

Nessa relação com a teoria da evolução de Darwin, que advoga a evolução do mais adaptado e a diferença para o mais apto, concepção proposta por Spencer que não é darwinista ou positivista, mas mais voltado ao liberismo, que defende um indivíduo independente e não somente obediente a legislação como presente em Rousseau.

A relação das ideias que promovem aproximação ou distanciamento entre Spencer e Comte é apresentada nos manuais. O evolucionismo de Spencer, é colocado como uma doutrina filosófica que se aproximam teórica e metodologicamente da doutrina positivista de Comte, no entanto, há diferenças estruturais entre elas. Comte compreende a sociedade analisando a própria sociedade, não é um naturalista, sendo que inclusive funda a religião das humanidades e não da natureza, enquanto Spencer é mais próximo do naturalismo e não do positivismo como ele refuta em suas obras.

A representação das ideias de Spencer nos manuais de História da Educação, evidencia que as obras escritas por autores diversos em momentos históricos diversos, produzem ideias que podem ser divergentes entre eles, além de que alguns autores ainda acabam por se aproveitar, sem muita originalidade daquilo que já foi escrito em momento distinto e desta forma acaba por convergir para contribuir para uma incompleta e, em alguns pontos, para uma incorreta compreensão do filósofo britânico, ora pela modo pelo qual os teóricos dos manuais da educação dão ênfase às críticas em relação ao aspecto generalizante de suas ideias, deixando em segundo plano um aprofundamento maior acerca de suas teorias que estão contidas em várias obras, ora por atribuir a Spencer um pertencimento à correntes teóricas as quais ele não possui um alinhamento irrefutável, como acontece quando ele é colocado na categoria de teóricos positivistas.

Herbert Spencer, por aquilo que é disposto em suas obras, está presente nas bases do liberismo, que tem por fundamento a independência do indivíduo, uma sociedade onde o papel do Estado seja mínimo, indo de encontro com Spencer que afirma que progresso ocorre pela liberdade e independência dos indivíduos sem ingerência do Estado, seja através da legislação e regulamentação, ou da cobrança de tributos para a manutenção de um corpo de funcionários. Nesse contexto, Spencer também se distancia da ideia de bem comum pela legislação e o Estado e advoga por sujeitos autônomos e independentes.

É irrefutável a ideia de que a influência das ideias de Spencer foi notável, no que se refere à defesa do progresso como tônica da vida em sociedade no mundo histórico. Sua concepção de educação alcançou diversos países, bem como sua posição de restringir o papel do Estado encontrou adeptos, que até nos dias atuais remontam a teorias spencerianas na defesa dessa ideia minimalista de Estado, sobretudo, na área educacional

Ao mesmo tempo que é visível o radicalismo de suas ideias, o que cria obstáculos para uma adesão a elas, também se é necessário admitir que Herbert Spencer, por meio de suas obras, é portador de um caráter progressista que pode alcançar questões atuais, pois seu pensamento, ao tempo de sua produção e divulgação, contribuiu sobremaneira para a valorização de formas científicas de análise do mundo natural e histórico, com afastamento da compreensão do mundo ancorada em princípios metafísicos.

## REFERÊNCIAS

AFRANIO PEIXOTO, Júlio. Noções de História da Educação Companhia Editora Nacional São Paulo Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série III, Actualidades Pedagógicas, Volume V, 3ª ed. 1942

ALMEIDA, Dulcineia A. N. e ROMANO, Yvete G. T. História e Filosofia da Educação. Comentários e Exercícios Edição das Autoras s/i - 3ª ed. 1986

ALMEIDA, Jose Ricardo Pires de. Instrução Pública no Brasil (1500-1889) / José Ricardo Pires de Almeida; trad. Antonio Chizzotti; Ed. crítica Maria do Carmo Guedes. -2ª ed. rev.- São Paulo: EDUC, 2000.

AMARAL. Tania Conceição Iglesias do. Primórdios da Educação no Brasil História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 20, p. 173-180, set. 2006 Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe> (acesso em 22 /08/2022).

ANDRADE FILHO, Bento de. História da Educação Saraiva Rio de Janeiro - 2ª ed. 1953

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação Editora Moderna São Paulo - 2ª ed revista e atualizada, 2005

ARAÚJO, José Carlos Souza; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SOUZA, Sauloéber Tarsio de. Haveria uma historiografia educacional brasileira expressa pelos manuais didáticos publicados entre 1914 e 1972? In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de; GATTI JR., Décio. (org.). O Ensino de História da Educação. Vitória: Edufes, 2011. p. 95-143

ARCHÊRO JÚNIOR, Aquiles. Lições de História da Educação (Rigorosamente de Acôrdo com o Programa Oficial das Escolas Normais) Edições e Publicações Brasil Editôra São Paulo Coleção Didática Nacional, Série Brasil - Normal 194?

BAIARDI, Daniel Cerqueira. Conhecimento, Evolução e Complexidade na Filosofia Sintética de Herbert Spencer. Dissertação de Mestrado em Filosofia. 146 f. Universidade de São Paulo: 2008.

BARRETO, René. História da Pedagogia. Francisco Alves Rio de Janeiro - 1914.

BASTOS, Maria Helena Camara (2006). Uma Biografia dos Manuais de História da Educação Adotados no Brasil (1860-1950). ANAIS DO VI CONGRESSO LUSOBRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Uberlândia/MG. p. 334-49.

\_\_\_\_\_ (2007). Pedagogia e Manuais: leituras cruzadas. Os Manuais de História da Educação Adotados no Brasil (1870-1950). Impresso. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Ro Grande do Sul. 24p.

BATHO, G.R. Herbert Spencer, 1820-1903. In: PALMER, J.A. 50 Grandes Educadores: de Confúcio a Dewey. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2008. p.150-154.

BELLO, Rui de Ayres. Pequena História da Educação (Para as cadeiras de Curso Pedagógico dos Institutos de Educação do Brasil) Editôra do Brasil São Paulo Coleção Didática do Brasil -12ª ed. 1978

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo. Educar, Curitiba, n. 12,. Editora da UFPR 1996 (p.153-165).  
<https://doi.org/10.1590/0104-4060.166>

BORGES, Bruno Gonçalves. Adeus, Formação: O Anti-Emílio anunciador do conceito de Programa de vida. Tese de Doutorado em Educação. 328 f. Universidade Federal de Uberlândia: 2018 (p. 81-84; 107).

BRIQUET, Raul Carlos. História da Educação - Evolução do pensamento educacional Renascença São Paulo - 1946

BURKE, Peter. História e teoria social. Tradução Klaus Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, (p. 181-196), 2002.

CAMBI, Franco. (1999). História da Pedagogia. Editora UNESP: São Paulo.

CHARTIER, R.: "A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII". Tradução de: PRIORI, Mary del. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999b

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: Teoria e Educação. Porto Alegre, n. 2, p.177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. In: Revista Educação e Pesquisa. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 30, n.3, p. 549-566, set-dez. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000300012>

CORDON, Juan Manuel Navarro; MARTINEZ, Tomas Calvo. História da Filosofia : Os filósofos-os textos, 3º volume. Lisboa: Edições 70, 1983 (p. 22-23).

COSTA JÚNIOR, José. Como viver depois de Darwin? Limites e possibilidades das abordagens evolucionistas da moralidade Tese de Doutorado em Filosofia. 187 f. Universidade Federal de Minas Gerais: 2017 (p. 24; 41-55; 93-105; 154).

DEBESSE, M.; MIALERET, G. Tratado de Ciências Pedagógicas. Volume 2: História da Educação (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 3ª. Atualidades Pedagógicas, v. 114, 2º. volume dentre 8). Tradução: Carlos Rizzi, Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. Companhia Editora Nacional, São Paulo. 1974.

DEWEY, John. Democracia e educação.: introdução a filosofia da Educação. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 4ª Edição. São Paulo: Nacional, 1979.

DURANT, Will. A Filosofia de Herbert Spencer. In: Os Grandes Filósofos. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 1981.

E.S. Herbert Spencer. A Justiça, Augusto Gil (trad.), Biblioteca de Filosofia Científica, Lisboa, (s/d) (1891, ed. original).

EBY, F. História da Educação Moderna: Teoria, Organização e Práticas Educacionais (séc. XVI - séc. XX). Tradução: Maria Angela Vinagre de Almeida, Nelly Aleotti Maia e Malvina Cohen Zaide. Editora Globo: Porto Alegre. 1962.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Edição e sociabilidades intelectuais. A publicação das obras completas de Rui Barbosa (1930-1949). 1ª Ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora: Editora UFMG, 2017.

FERREIRA, Tito Livio. História da Educação Lusobrasileira. Edição Saraiva São Paulo - 1966

FONZAR, Jair. Pequena história da educação brasileira: tradicionalismo e modernismo - duas tendências que marcam a filosofia pedagógica brasileira Scientia et Labor Curitiba - 1989

FREITAS, Bento C. Evolução histórica do ensino no Brasil (1752-1930) s/e Teresópolis s/d.

GAL, R. História da Educação (Coleção "Saber Atual"). Tradução: Lívio Xavier. Difusão Européia do Livro: São Paulo. 1954.

GATTI JR, Décio. As Ideias de Rousseau nos Manuais de História da Educação com Autores Estrangeiros Publicados no Brasil (1939-2010). Cadernos de História da Educação - v. 13, n. 2 - jul./dez. 2014 (p. 475-498)  
<https://doi.org/10.14393/che-v13n2-2014-4>

GATTI JR, Décio; LIMA, Geraldo Gonçalves de. MANUAIS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E OS IDEÁRIOS DA DOCTRINA CATÓLICA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL (1936-1945). X Seminário Nacional do HISTEDBR- 18 a 21 de julho de 2016, Unicamp.

\_\_\_\_\_ GATTI JR, Décio; LIMA, Geraldo Gonçalves de. Educação, Sociedade e Democracia: John Dewey nos Manuais de História da Educação e/ou Pedagogia (Brasil, Século XX) Revista História da Educação (Online), 2019, v. 23: e93210 (p. 1-43). DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/93210>

GATTI, Giseli Cristina do Vale; SILVA Katiene Nogueira da. As Ideias de Durkheim nos Manuais de História da Educação: Cientificidade e Moralidade Laica na Vida Social e na Escola. Revista História da Educação (Online), 2019, v. 23: e93211 (p.1 -38) DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/93211>

GAUTHIER, C.; TARDIFF, M. A Pedagogia. Teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias. Tradução: Lucy Magalhães. Editora Vozes: Petrópolis/RJ. 2010.

GILES, Thomas Ransom (norteamericano radicado no Brasil) História da Educação E.P.U. - Editora Pedagógica e Universitária São Paulo - 1987

GONDRA, José. ALMEIDA, José Ricardo Pires de. Instrução pública no Brasil (1500-1889). Trad. Antonio Chizzoti; ed. crítica Maria do Carmo Guedes. 2ª ed. rev. São Paulo: EDUC, 2000. NOTAS DE LEITURA. Revista Brasileira de Educação nº 14. Mai/Jun/Jul/Ago 2000, (P. 189-190)  
<https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200019>

GUIRALDELLI JR, Paulo. Filosofia e História da Educação Brasileira Manole São Paulo - 2ª ed. 2009

\_\_\_\_\_. Paulo. História da Educação Brasileira Cortez São Paulo Coleção Ática Universidade 2ª ed. 2009.

GUIRALDELLI JR, Paulo. História da Educação Cortez Editora São Paulo Coleção Magistério - 2º. Grau/ Série Formação do Professor 2ª ed. 2009

HOBSBAWM, E. J., (1987). A Era do Capital: 1848 - 1875. 3a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (p. 262).

HUBERT, R. História da Pedagogia (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 3ª. Atualidades Pedagógicas, v. 66). Tradução: Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. Companhia Editora Nacional: São Paulo. 1957.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Herbert Spencer e o atual ensino de ciências. Congresso Brasileiro de História da Educação (2006) Disponível em <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo03/Wojciech%20Andrzej%20Kulesza%20-%20Texto.pdf>> acesso em 27/05/2020.

LARROYO, F. História Geral da Pedagogia, Tomo II, com apêndice sobre a Pedagogia no Brasil de Célio Cunha (II Tomos). Tradução: Luiz Aparecido Caruso. Editora Mestre Jou: São Paulo. 1970.

LEVINE, Donald N. Visões da tradição sociológica. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997 (p. 161).

LIMA, Lauro de Oliveira Estórias da Educação no Brasil: De Pombal a Passarinho Editora Brasília Brasília Pedagogia 3ª ed. 1974

LUCAS, Maria Angélica Olivo Francisco. Evolucionismo Spenceriano: Concepções de Progresso, Estado e Educação. Disponível em <[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/094\\_maria\\_angelica.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/094_maria_angelica.pdf)> acesso em 18/11/2019.

\_\_\_\_\_ A Influência do pensamento de Herbert Spencer em Rui Barbosa: A ciência na criação da escola pública brasileira. Disponível em <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco>>files>2010/02 > acesso em 19/11/2019.

LUZURIAGA, Lorenzo. História da Educação e da Pedagogia (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 3ª. Atualidades Pedagógicas, v. 59). Tradução: Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. Companhia Editora Nacional: São Paulo. 1955.

MACIEL, Viviane Barros. A MODERNIZAÇÃO NO ENSINO DE NÚMEROS NOS MANUAIS DE RENÉ BARRETO (1912-1915) COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA. Educação Matemática na Contemporaneidade: desafios e possibilidades São Paulo - SP, Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP/Campus Guarulhos. 13 a 16 de julho de 2016.

MANACORDA, M. A. História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias. Tradução: Gaetano Lo Monaco. Cortez Editora: São Paulo. 1989.

MARCÍLIO, Maria Luiza. História da escola em São Paulo e no Brasil Imprensa Oficial São Paulo 2005

MARTINO, Marcio Constantino. Rev. Bras. Educ. (14) • Ago 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200009> (acesso em 20/08/2022) (p. 151-154).

<https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200009>

MARTINS, Rosa Maria de Sousa. A organização da instrução em Minas Gerais: O inspetor escolar enquanto agente do projeto racionalizador mineiro (1906-1938). Doutorado em Educação. 198 f. Universidade Federal de Uberlândia: 2014. (p. 50; 85, 112).

MATTOS, L. A. Primórdios da Educação no Brasil. Aurora Rio de Janeiro - 1958

MEJERE. Prefácio. Herbert Spencer: A Justiça, Augusto Gil (trad.), Biblioteca de Filosofia Científica, Lisboa, (s/d) (1891, ed. original).

MENDONÇA, Samuel. Herbert Spencer e os princípios dirigentes da educação intelectual. 36ª Reunião Nacional da ANPEd - 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO, (p. 1-11).

MERQUIOR, J.G. O Liberalismo. Antigo e Moderno. 3ª. ed. (ampliada). São Paulo: É Realizações. 2014.

MEUCCI, Simone. A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas: 2000.

MONARCHA, Carlos. Um autor polígrafo. Um manual insólito. Raul Briquet e História da Educação: Evolução do Pensamento Educacional. Cadernos de História da Educação - v. 13, n. 2 - jul./dez. 2014  
<https://doi.org/10.14393/che-v13n2-2014-3>

MONROE, P. História da Educação (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 3ª. Atualidades Pedagógicas, v. 34). Tradução: Nelson Cunha de Azevedo. Companhia Editora Nacional: São Paulo. 1939.

NISKIER, Arnaldo. Educação brasileira: 500 anos de história (1500- 2000) Melhoramentos São Paulo - 1989

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. Instituições escolares: por que e como pesquisar. Campinas: Alínea, 2009

PALMER, J. A. 50 grandes educadores. De Confúcio a Dewey. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

PASCHE, Aline de Moraes Limeira. A história da educação por Thomas Ransom Giles. Rev. bras. hist. educ., Maringá-PR, v. 14, n. 3 (36), p. 205-233, set./dez. 2014.  
<https://doi.org/10.4025/rbhe.v14i3.709>

PEETERS. Madres Francisca e COOMAN, Maria Augusta de (Religiosas de Santo André) Educação: História da Pedagogia. Problemas Actuaes Companhia Melhoramentos de São Paulo São Paulo - 1936

PEREIRA, José Severo de Camargo. Prefácio: Educação e Luta de Classes (Coleção de Estudos Sociais e Filosóficos). Tradução: José Severo de Camargo Pereira. Editora Fulgor: São Paulo, 1963.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. Filosofia e História da Educação. Editora Ática São Paulo - 1985

\_\_\_\_\_. História da Educação. Editora Ática São Paulo Série Educação 13ª ed. 1997

PILETTI, Nelson. História da Educação no Brasil. Editora Ática São Paulo Série Educação 1997

PINKER, Steven. O Novo Iluminismo: em defesa da razão, da ciência e do iluminismo. Tradução: Laura Teixeira Mota e Pedro Maia Soares. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018 (p. 466).

\_\_\_\_\_. O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem. Tradução: Claudia Berline. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 2004.

PONCE, A. Educação e Luta de Classes (Coleção de Estudos Sociais e Filosóficos). Tradução: José Severo de Camargo Pereira. Editora Fulgor: São Paulo. 1963.

PUCHTA, Diogo Rodrigues. A escolarização dos exercícios físicos e os manuais de ginástica no processo de constituição da Educação Física como disciplina escolar (1882-1926). Tese de Doutorado em Educação 285 f. Universidade Federal de Minas Gerais: 2015 (p. 49-50; p. 64).

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da Educação Brasileira: a organização escolar Cortez & Moraes Ltda. São Paulo Coleção Educação Universitária 8ª ed. 1988

RIBOULET, L. História da Pedagogia. Tradução: Justino Mendes. Coleção de Livros Didáticos-FTD). Livraria Francisco Alves, Editora Paulo de Azevedo: Rio de Janeiro. 1951.

ROBALLO, Roberlayne de Oliveira Borges. Manuais de História da Educação da Coleção Atualidades Pedagógicas (1933-1977): Verba, Volant, Scripta Manent. Tese de Doutorado em Educação 374 f. Universidade Federal do Paraná, 2012.

ROCHA, Ana Paula de Sousa Gonçalves. Herbert Spencer: da Divergência ao Evolucionismo. Uma Educação para a Modernidade. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais e Humanas. 158 f. Universidade Nova de Lisboa: 2000.

ROMANELLI, Otaíza Oliveira História da Educação no Brasil Vozes Petrópolis, RJ - 10ª ed. 1988

ROSA, Maria da Glória de. A História da Educação através dos textos. São Paulo: Editora Cultrix, 1971.

SALVADOR, Ângelo. Cultura e educação brasileiras Vozes Petrópolis 4ª ed. 1976

SANTOS, Theobaldo Miranda. Noções de História da Educação (De acordo com os programas das Faculdades de Filosofia, dos Institutos de Educação e das Escolas Normais) Companhia Editora Nacional São Paulo Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 3ª., Atualidades Pedagógicas, Vol. 43. 1945

SAVIANI, Dermeval (2005). Reflexões sobre o Ensino e a Pesquisa em História da Educação. In: GATTI JR., Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.) História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações Campinas/SP: Autores Associados, Uberlândia/MG: Editora da Universidade Federal de Uberlândia. p. 7-31.

\_\_\_\_\_. (2008). História da História da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. EccoS - Revista Científica, v.10, especial, p. 147-67. <https://doi.org/10.5585/eccos.v10i0.1356>

SPENCER, Herbert. O Indivíduo contra o Estado. Leôncio de Sá Filho (trad.), Edições e Publicações Brasil, São Paulo, (s/d) (1884, ed. original).

\_\_\_\_\_. Educação intelectual, moral e física, Emygdio D'Oliveira (trad.), Casa Editora, Porto, (s/d) (1884, ed. original).

SPENCER, Herbert. A Justiça, Augusto Gil (trad.), Biblioteca de Filosofia Científica, Lisboa, (s/d) (1891, ed. original).

\_\_\_\_\_. A Classificação das Ciências, M. C. da Rocha (trad.), Laemmert & C. Livreiros Editores, Rio de Janeiro - São Paulo-Recife, 1900.

\_\_\_\_\_. Do Progresso, Sua Lei e Sua Causa Eduardo Salgueiro (trad.), Editorial Inquérito, Lisboa, 1939.

TOBIAS, José Antonio. História da Educação Brasileira Editôra Juriscredi São Paulo - 1974

\_\_\_\_\_, Prefácio. ROSA, Maria da Glória de. A História da Educação através dos textos. São Paulo: Editora Cultrix, 1971.

VEIGA, Cynthia Greive. História da Educação. 1. ed. São Paulo: Ática, 2007.

VIANNA, Hélio Synthese de uma história da educação no Brasil. (In: Formação brasileira) José Olympio Rio de Janeiro p. 223-253 1935

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta, FIGUEIREDO, Luciano e GREIVAS, Cynthia (orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 3ª. Ed., 2003.

VITAL, Dievani Lopes. Iluminismo e revolução nas ideias e nas práticas políticas da "ilustração" brasileira. Dissertação de Mestrado em Educação. 220 f. Universidade Federal de Juiz de Fora: 2015. (p. 21; 78; 103-107; 122; 207; 205).

WARDE, Mirian Jorge. Lorenzo Luzuriaga entre nós. In: SOUZA, C.P.; CATANI, D.B. (Org.). Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente. São Paulo: Escrituras. p. 71-82. 1998.

XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. História da Educação: a escola no Brasil F.T.D. São Paulo Coleção Aprender & Ensinar 1994